

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA

**FENÔMENOS DE FRONTEIRA: UM ESTUDO DAS SITUAÇÕES DE CONTATO
ENTRE OS PORTADORES DAS TRADIÇÕES CERÂMICAS PRÉ-HISTÓRICAS
NO RIO GRANDE DO SUL**

Jairo Henrique Rogge

Orientador: Prof Dr. Pedro Ignacio Schmitz

TESE DE DOUTORAMENTO

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino Americanos
Linha de Pesquisa: Populações Indígenas e Missões Religiosas na América Latina

SÃO LEOPOLDO

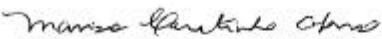
2004

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA


**FENÔMENOS DE FRONTEIRA: UM ESTUDO DAS SITUAÇÕES DE CONTATO
ENTRE OS PORTADORES DAS TRADIÇÕES CERÂMICAS PRÉ-HISTÓRICAS
NO RIO GRANDE DO SUL**

Jairo Henrique Rogge


Banca Avaliadora:


Profª Drª Marisa Coutinho Afonso (USP)


Prof. Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro (FURG)


Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz - orientador (UNISINOS)


Profª Drª Heloísa Jochims Reichel (UNISINOS)


Profª Drª Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS)

**À minha família,
por tudo e muito mais.**

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, pela confiança depositada em mim em todos esses anos de constante convivência e aprendizado e por todos os outros anos que ainda estão por vir.

A André Luiz Jacobus que, a dezoito anos atrás, apresentou-me ao mundo da Arqueologia, através do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul e do Instituto Anchietano de Pesquisas.

Ao Marcus Vinícius Beber, companheiro nessa viagem.

A todos os pesquisadores, funcionários e bolsistas do Instituto Anchietano de Pesquisas, que não foram nomeados aqui mas aos quais devo alguns dos melhores momentos de minha vida.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos, através do Centro de Ciências Humanas, pela cedência da bolsa relacionada ao Programa de Capacitação Docente.

A todos que, de alguma forma ajudaram, minha gratidão eterna.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	7
Lista de Quadros	10
Resumo	11
Abstract	12
INTRODUÇÃO	13
1 A QUESTÃO DO CONTATO E INTERAÇÃO ENTRE POPULAÇÕES HUMANAS NA ARQUEOLOGIA: UMA SÍNTESE	22
1.1 Algumas Abordagens Sobre a Questão do Contato Cultural	22
1.2 A Questão do Contato Cultural na Arqueologia Brasileira	30
1.3 O Território Sul-Riograndense Como Área de Estudo do Contato Cultural	38
2 OS PROCESSOS DE CONTATO E INTERAÇÃO VISTOS A PARTIR DA NOÇÃO DE MIGRAÇÃO, TERRITÓRIO, ZONA DE FRONTEIRA E ESTILO CERÂMICO	43
2.1 Sistema de Assentamentos, Territorialidade, Território	44
2.2 A Fronteira Como Objeto de Estudo em Arqueologia	54
2.3 Cultura Material e Estilo	58
2.4 O Contato Cultural e o Movimento de Populações	64
3 AS TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS CERÂMICAS DO RIO GRANDE DO SUL	68
3.1 A Tradição Tupiguarani	68
3.1.1 A Expansão da Tradição Tupiguarani no Rio Grande do Sul	71
3.1.2 Os Sítios e o Material Arqueológico	75
3.1.3 Organização Social, Economia, Território	82
3.2 A Tradição Taquara	85
3.2.1 A Expansão da Tradição Taquara no Rio Grande do Sul	87
3.2.2 Os Sítios e o Material Arqueológico	90
3.2.3 Organização Social, Economia, Território	100

3.3 A Tradição Vieira	102
3.3.1 A Expansão da Tradição Vieira no Rio Grande do Sul	102
3.3.2 Os Sítios e o Material Arqueológico	105
3.3.3 Organização Social, Economia, Território	111
3.4 A Distribuição das Tradições Cerâmicas e Suas Zonas de Fronteira no Estado do Rio Grande do Sul	113
4 AS ZONAS DE FRONTEIRA E O CONTATO CULTURAL: AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS	121
4.1 A Bacia do Rio Pardo	124
4.2 O Baixo Rio Camaquã	145
4.3 Balneário Quintão	153
4.4 O Alto Rio Uruguai – Itapiranga	161
5 A INTERAÇÃO ENTRE OS PORTADORES DAS TRADIÇÕES TUPIGUARANI, TAQUARA E VIEIRA	171
5.1 A Interação Entre os Portadores das Tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira na Bacia do Rio Pardo	172
5.2 A Interação Entre os Portadores da Tradições Tupiguarani e Vieira no Baixo Rio Camaquã	182
5.3 A Interação Entre os Portadores das Tradições Tupiguarani e Taquara no Litoral Central – Quintão	189
5.4 A Interação Entre os Portadores das Tradições Tupiguarani e Taquara no Alto Uruguai – Itapiranga	194
5.5 A Expansão dos Portadores da Tradição Tupiguarani e a Interação Com Outras Populações Ceramistas no Rio Grande do Sul	199
CONCLUSÃO	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	214
ANEXOS	235

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Articulação da região de estudo no contexto sul-americano	15
Figura 2. Área de dispersão da tradição Tupiguarani, Subtradição Corrugada	72
Figura 3. Direções hipotéticas da colonização das áreas de mata subtropical e do litoral pela tradição Tupiguarani	74
Figura 4. Formas mais comuns do vasilhame cerâmico da Tradição Tupiguarani	78
Figura 5. Tipos mais comuns de decoração plástica da cerâmica da Tradição Tupiguarani	79
Figura 6. Tipos mais comuns de decoração pintada e plástica da cerâmica da Tradição Tupiguarani	80
Figura 7. Artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani	81
Figura 8. Área de dispersão das tradições Taquara e Itararé	88
Figura 9. Direções hipotéticas da expansão da tradição Taquara, entre o início da Era Cristã e o séc. XVIII	91
Figura 10. Formas mais comuns do vasilhame cerâmico da Tradição Taquara	95
Figura 11. Tipos mais comuns de decoração plástica da cerâmica da Tradição Taquara	96
Figura 12. Tipos mais comuns de decoração plástica da cerâmica da Tradição Taquara	97
Figura 13. Artefatos líticos associados à Tradição Taquara	98
Figura 14. Artefatos líticos associados à Tradição Taquara	99
Figura 15. Área de dispersão da Tradição Vieira	103

Figura 16. Direções hipotéticas da expansão da tradição Vieira, entre o início da Era Cristã e o séc. XVIII	107
Figura 17. Formas mais comuns do vasilhame cerâmico da Tradição Vieira	108
Figura 18. Artefatos líticos lascados associado aos “cerritos”	109
Figura 19. Artefatos líticos polidos associados à Tradição Vieira	110
Figura 20. Mapa da distribuição dos sítios das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no Rio Grande do Sul	115
Figura 21. Mapa das direções hipotéticas de expansão das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no Rio Grande do Sul	117
Figura 22. Mapa com a localização das áreas com evidências de contato entre as tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no Rio Grande do Sul	120
Figura 23. Localização da Área 1 - Bacia do Rio Pardo	125
Figura 24. Localização dos “cerritos” e outros sítios com cerâmica da tradição Vieira na bacia do Rio Pardo	131
Figura 25. Forma reconstituída de vasilha da tradição Vieira, bacia do Rio Pardo	130
Figura 26. Localização dos sítios da tradição Taquara, fase Erveiras, na bacia do Rio Pardo	134
Figura 27. Formas do vasilhame cerâmico da fase Erveiras, bacia do Rio Pardo	135
Figura 28. Material cerâmico da fase Erveiras, bacia do Rio Pardo. Em destaque, fragmento cerâmico da tradição Vieira	136
Figura 29. Localização dos sítios com evidências de contato na bacia do Rio Pardo	137
Figura 30. Localização dos sítios da tradição Tupiguarani na bacia do Rio Pardo	140
Figura 31. Formas do vasilhame cerâmico das fases Botucará e Trombudo, bacia do Rio Pardo	143
Figura 32. Material cerâmico e lítico das fases Botucará e Trombudo, bacia do Rio Pardo	144
Figura 33. Localização da Área 2 - Baixo Rio Camaquã	146
Figura 34. Localização dos sítios das tradições Tupiguarani e Vieira e os sítios com evidências de contato na região do Banhado do Colégio - Baixo Rio Camaquã	147

Figura 35. Formas do vasilhame cerâmico encontrado nos “cerritos” da região do Banhado do Colégio - Baixo Rio Camaquã	152
Figura 36. Localização da Área 3 - Balneário Quintão	154
Figura 37. Localização dos sítios arqueológicos na região de Granja Vargas/Dunas Altas, Balneário Quintão	155
Figura 38. Formas do vasilhame cerâmico da Tradição Tupiguarani, sítio RS-LC-80, região de Granja Vargas/Dunas Altas, Balneário Quintão	160
Figura 39. Localização da Área 4 - Alto Rio Uruguai- Itapiranga	162
Figura 40. Localização dos sítios das tradições Tupiguarani e Taquara, região de Itapiranga	165
Figura 41. Posição dos sítios da tradição Tupiguarani e da fase Itapiranga no relevo	166
Figura 42. Algumas formas do vasilhame cerâmico da tradição Tupiguarani, região de Itapiranga	167
Figura 43. Material lito-cerâmico da tradição Tupiguarani, região de Itapiranga	168
Figura 44. Formas do vasilhame cerâmico da tradição Taquara, fase Itapiranga	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Sítios com evidências de contato na bacia do Rio Pardo	129
Quadro 2. Sítios com evidências de contato na região do Banhado do Colégio, baixo Rio Camaquã	149

RESUMO

O tema da presente Tese refere-se ao contato entre diferentes populações humanas e os processos de interação que podem se desenvolver entre elas.

O objetivo é compreender e explicar a natureza de tais interações, que fizeram com que populações portadoras das tradições arqueológicas cerâmicas Tupiguarani, Taquara e Vieira, em diversos pontos do território sul-rio-grandense, estabelecessem sistematicamente uma forte articulação entre si, especialmente a partir do início do segundo milênio da Era Cristã.

Utilizamos, como principal fonte de dados, as informações recorrentes na bibliografia arqueológica sul-rio-grandense, que mencionam evidências de contato entre aquelas populações. Tais evidências foram então interpretadas à luz de conceitos que estão relacionados a fenômenos de migração e colonização, territorialidade e ao estabelecimento de processos dinâmicos em zonas de fronteira, como a articulação entre unidades residenciais ou assentamentos de diferentes populações e o reflexo da interação no estilo cerâmico de cada grupo.

As informações analisadas mostram que, em determinados locais como a bacia do Rio Pardo, a área compreendida pelo baixo Rio Camaquã, o alto Rio Uruguai e em alguns pontos da Costa Atlântica, os processos de interação foram bastante intensos, refletindo-se seja na justaposição de unidades de assentamento ou unidades residenciais de diferentes grupos e/ou na presença de cerâmica mostrando mistura estilística, tendo como denominador comum, em todos os casos, a presença de grupos portadores da tradição Tupiguarani.

Concluimos assim que, na medida em que praticamente todas as áreas de mata estacional, ambiente ocupado e intensamente explorado pelos portadores da tradição Tupiguarani, passam a gerar um forte stress negativo causado pelo aumento constante da pressão populacional, somente as regiões fronteiriças e os próprios territórios dominados pelas outras populações ceramistas parecem fornecer alternativas econômicas viáveis. Porém, se o estabelecimento efetivo não é possível devido às grandes diferenças ecológicas e adaptativas e o custo dos conflitos gerados pela tentativa de controle das zonas de fronteira é alto para ser mantido indefinidamente, uma nova estratégia territorial, voltada à integração e convivência nessas áreas deve ter sido implementada; estratégia que, de certo modo, aumentaria os benefícios econômicos de todas as partes envolvidas.

ABSTRACT

The main topic of the presented Thesis allude to culture contact between human populations and the interaction processes that arise from such situations.

The aim is to perceive and explain the mechanisms and the nature of the phenomenon that made possible to the populations related to Tupiguarani, Taquara and Vieira traditions, in some points of Rio Grande do Sul, to stablish sistematic forms of interaction, at about the second millenium A. D. onwards.

As a main source of data, we use the several bibliographical informations that mention the evidences of contact between these populations in Rio Grande do Sul, that was interpreted by the light of analytical concepts that involve migration and colonization processes, territoriality, the stablishment of dynamic processes in frontiers and borderlands, such as the articulation between settlement and/or residential units in frontier and borderland areas and the interaction results as seen in the ceramic styles.

All these archaeological informations show that, in specific points like the Rio Pardo Basin, the lower Camaquã River, the higher Rio Uruguai River and in some areas of the Atlantic Coast the interaction processes were very intense, reflected in the juxtaposition of settlement and/or residential units of the different cultural groups and in the occurrence of a mix in the ceramic styles. In all these cases, the common denominator was the presence of populations related to the Tupiguarani tradition.

Thus, we conclude that, as soon as practically all areas of seasonal forests, the environment occupied and intensively explored by these populations, proceed to increase a strong negative stress caused by population pressure, only the exploration of the borderland areas of other populations territories could provide them with viable economic alternatives. However, if the effective settlement in these areas is not possible, due to the significant ecological and adaptational differences and the cost of conflictive situations in order to maintain the efective control over the borderlands is too much high in a middle or long term, another territorial strategy could be developed, towards the integration and conviviality between the different cultural groups that, certainly, would made possible to increase the economic benefits to all systems involved.

INTRODUÇÃO

Ao longo de quase quarenta anos de pesquisas arqueológicas abrangendo a maior parte do atual território sul-rio-grandense, uma razoável quantidade de evidências de contato e interação entre sociedades pré-históricas, notadamente aquelas relacionadas às tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira, foram acumuladas. No entanto, embora muitas vezes tendo sido referidas, não foram objeto de estudos mais aprofundados.

Certamente, situações de contato não foram algo exclusivo dessas populações ceramistas; algumas evidências apontam também para a existência de interações entre grupos caçadores e coletores pré-cerâmicos, relacionados às tradições Umbu e Humaitá e entre eles e aqueles grupos ceramistas. Porém, nosso foco de interesse recai especificamente sobre essas últimas pelo fato de que seus movimentos de expansão e as áreas por elas ocupadas, nessa região, nos parecem mais bem conhecidos, as culturas arqueológicas nos parecem mais consistentemente definidas e os processos de interação nos parecem mais visíveis através da existência de marcadores relativamente eficientes, tais como a organização dos diferentes assentamentos nas zonas de fronteira e as relações entre seus bem conhecidos estilos cerâmicos.

Certos de que o estudo das situações de contato entre diferentes grupos humanos pode trazer uma real contribuição para a construção de um conhecimento que visa não a caracterização das “culturas arqueológicas” como um fim, mas que o utiliza como um meio

para compreender os “sistemas socioculturais” do passado, fundamentamos como principal objetivo dessa Tese um exercício na tentativa de compreender e explicar, tendo como base evidências de caráter arqueológico relacionadas às tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira, a natureza das situações de contato que ocorreram entre as populações portadoras de tais culturas, tendo como área geográfica o atual território do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), em um período cronológico que engloba o início do segundo milênio da Era Cristã e a conquista efetiva do território sul-rio-grandense pelas populações de origem européia, por volta do século XVII e XVIII.

Alcançar esse objetivo implica, porém, em responder uma série de questões de caráter mais específico, que o constitui no todo. Tais questões, ou problemas, envolvem:

- o processo de expansão das tradições arqueológicas cerâmicas e seus respectivos sistemas socioculturais através do território sul-riograndense, em termos geográficos, ambientais e cronológicos, especialmente aquela relacionada aos portadores da tradição Tupiguarani, subtradição Corrugada;
- as áreas que potencialmente poderiam se constituir em zonas de fronteira, palco das situações de contato;
- a existência de evidências de contatos culturais nessas zonas de fronteira e o(s) seu(s) indicador(es) arqueológico(s) ;
- os possíveis fatores causais de tais contatos;
- as formas de interação articuladas pelos diferentes sistemas socioculturais.

O estudo sistemático das questões acima formuladas deverá ser o fio condutor de nossa pesquisa no sentido de que seu encadeamento, a partir de análise e reflexão sobre os dados disponíveis na bibliografia arqueológica existente para o Estado, nos permita compreender e explicar o estabelecimento de zonas de fronteira entre as populações

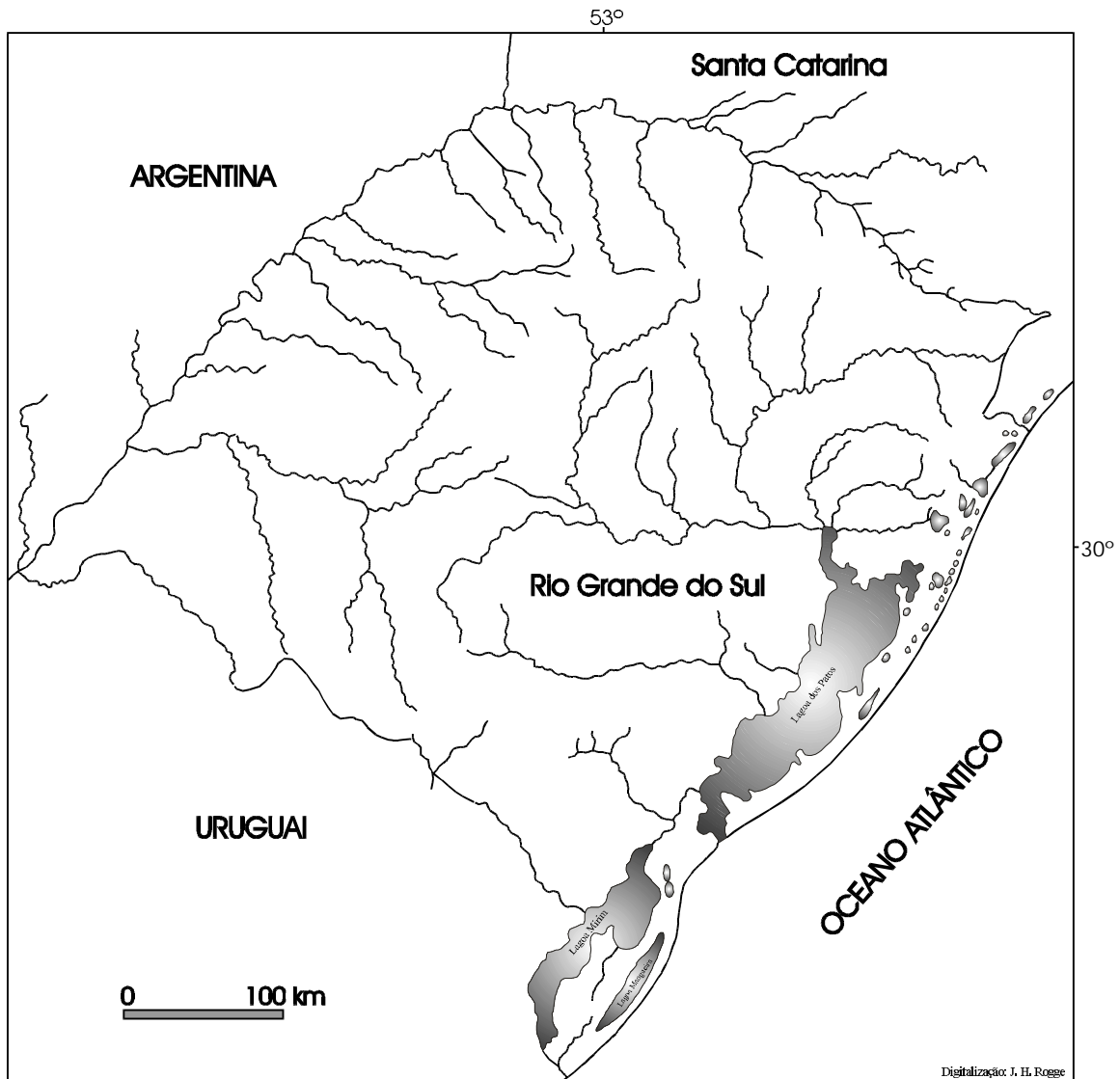


Figura 1. Articulação da região de estudo no contexto sul-americano.
 Fonte: Brasil Polivisual, Região Sul. Esc.: 1:1.250.000

portadoras das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira e os processos de contato e interação que, nessas áreas e entre essas populações, teriam ocorrido.

Sabemos que os três sistemas em estudo adaptaram-se, de maneira bastante eficaz, a ambientes ecológicos distintos. Os sítios da Tradição Taquara são encontrados, principalmente, nas áreas altas do Planalto, associados à mata mista com pinheiros; os sítios da tradição Vieira apresentam uma distribuição que coincide, por um lado, com as áreas de campos da Campanha e, por outro, as áreas alagadiças em torno das grandes lagoas litorâneas; finalmente, os sítios da tradição Tupiguarani distribuem-se ao longo das áreas cobertas por mata subtropical, que ocorrem principalmente nas várzeas férteis das bacias dos Rios Uruguai e Jacuí. O Estado do Rio Grande do Sul representa um dos limites meridionais dos sistemas ecológicos relacionados à mata de pinheiros e a floresta subtropical que, por sua vez, se encontram com o sistema de campos que tem seu limite norte, aproximadamente, na altura do vale do Jacuí, à medida que esse inflete para o leste. Certamente não é por acaso que as populações portadoras das tradições Taquara, Vieira e Tupiguarani ocuparam tais sistemas ambientais específicos. Ao que tudo indica, continuaram a reproduzir um modo de vida cuja adaptação principal, em ambientes semelhantes, já havia ocorrido: o Planalto Central do Brasil, no primeiro caso; a região do pampa e litoral argentino e uruaio, no segundo e a floresta amazônica no terceiro (BROCHADO, 1984; SCHMITZ, 1991; NOELLI, 1999/2000). Assim, a expansão daquelas tradições cerâmicas parece ter-se dado acompanhando tais sistemas ambientais e ajustando-se a eventuais diferenças desde suas áreas de origem. Nesse sentido, da mesma forma que o território sul-rio-grandense apresenta-se como uma área de confluência para esses três grandes sistemas ambientais, também o é para os sistemas socioculturais relacionados àquelas tradições cerâmicas.

Na medida em que esses sistemas se expandem, estabelecendo seus domínios territoriais em consonância com seus ambientes específicos, processos envolvendo uma crescente pressão populacional sobre recursos disponíveis provavelmente os levaram a explorar áreas geográficas menos produtivas ou zonas ecológicas não diretamente relacionadas aos seus ambientes tradicionais o que teria levado, em muitos casos, a elaboração de estratégias de controle territorial que poderiam envolver não a defesa aberta, mas uma acomodação mais ou menos equilibrada que estaria marcada pela interação, freqüentemente por meio da convivência entre as partes.

Se considerarmos que a dispersão das populações portadoras das tradições Taquara e Vieira envolvem ambientes ecológicos que não formam fronteiras bem marcadas entre si, distribuindo-se por áreas geográficas muito distintas e separadas, de uma maneira geral, pelas densas matas estacionais, a expansão dessas duas populações parece não ter provocado maiores tensões, de forma que as evidências de contato entre elas são extremamente raras, indicando que tal expansão não foi suficiente para gerar zonas de fronteira e processos de interação efetivos. Por outro lado, quando as populações portadoras da tradição Tupiguarani, em seu processo de colonização e expansão sobre o território sul-rio-grandense, passam a ocupar sistematicamente as áreas de fronteira ecológica entre a Floresta Estacional e outros ecossistemas, principalmente a partir de c. AD 1000, o contato com os portadores das tradições Taquara e Vieira torna-se evidente em muitos locais.

Assim, defendemos a tese de que as situações de contato entre esses três grupos tenham sido acionadas e impulsionadas pela expansão desses agricultores através dessas áreas florestadas, que conformam uma extensa fronteira ecológica entre as áreas altas ocupadas pelos portadores da tradição Taquara e as terras baixas ocupadas pelos portadores da tradição Vieira e que se transforma, também, em uma fronteira cultural. À medida em

que a intensa colonização e exploração dessas áreas de mata se desenvolve, uma forte pressão sobre os recursos ambientais das áreas mais amplas e férteis das várzeas, especialmente na bacia do Rio Jacuí, induzida por um rápido crescimento populacional, pode ter levado essas populações a buscarem alternativas econômicas na exploração das áreas ocupadas pelas populações portadoras das outras duas tradições cerâmicas, desencadeando processos de contato sistemático. Se uma primeira estratégia de exploração desses novos ambientes deve ter envolvido a tentativa de estabelecer seu controle e defesa, através de relações conflituosas nas zonas de fronteira estabelecidas, na medida em que o custo dessa estratégia vai se tornando cada vez mais alto foi necessário realizar uma mudança para uma forma de interação que o minimizasse, ao mesmo tempo em que proporcionasse algum tipo de benefício, implicando no estabelecimento de interações de caráter mais integrativo.

Se as relações entre as três populações parecem ter sido freqüentemente conflituosas, como indicam as fontes etno-históricas, em algum momento e em determinados locais, podem ter gerado situações que envolveram processos de interação que seriam marcados pelo fluxo de indivíduos, pelo intercâmbio econômico e, em alguns casos, de elementos estilísticos cerâmicos. Assim como é possível perceber uma certa unidade cultural, lingüística, política e ideológica quando tratamos de estados nacionais modernos, unidade essa reforçada pela fronteira como limite, também é possível perceber que o comportamento social e cultural nas zonas de fronteira dessas mesmas unidades geopolíticas pode ser muito distinto, onde a linha demarcatória não divide, mas une, em função de necessidades comuns (HANNERZ, 1997; PADRÓS, 1994; REICHEL e GUTFRIEND, 1995). Em outras palavras, se a fronteira pode ser um fator de separação e disputa, que pode gerar situações de conflito, a zona de fronteira é, em geral, um lugar marcado por atitudes e ações que podem levar ao desenvolvimento de processos de

interação que se caracterizaram pela integração e cooperação entre as diferentes populações que a compartilham. Quer nos parecer que não existem razões para que tal comportamento, percebido em contextos históricos mais recentes envolvendo integração nas zonas de fronteira não possa ser remetido a situações que se desenvolveram no passado, mesmo no contexto arqueológico que estamos enfocando, ainda que os fatores causais possam ser de ordem muito distinta.

Nesse sentido, nas zonas de fronteira estabelecidas entre as populações portadoras das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no território sul-rio-grandense, esse processo de acomodação e integração fronteiriça poderia ter sido alcançado, em algum momento após AD 1000/1200. Isso permitiria uma exploração mais eficiente dos recursos disponíveis, seja em ambientes menos produtivos que não comportariam a plenitude do eficiente sistema agrícola manejado pelos portadores daquela primeira tradição cerâmica, necessitando o complemento de seu abastecimento com recursos explorados por outros sistemas socioculturais, seja em ambientes mais ricos que, por sua vez, já estariam ocupados e dominados por outras populações.

Para essas outras populações, certamente tal aproximação também traria benefícios, especialmente em termos de redução dos custos de defesa dos limites de seus territórios bem como uma expectativa de complementação econômica oriunda de tecnologias e produtos agrícolas mais produtivos do que possivelmente possuíam.

Pensamos que a presença de objetos e, em alguns casos, de elementos estilísticos de uma tradição arqueológica em contextos de outra, nos casos em que é comprovada a inexistência de sobreposição de ocupações ou a ação mínima de processos deposicionais e pós-deposicionais que possam ter perturbado os contextos arqueológicos, estariam marcando um processo de interação que se direcionaria à integração e cooperação entre aquelas populações nessas áreas, não se resumindo à troca de objetos e/ou técnicas mas,

fundamentalmente, estabelecendo uma relação de convivência, caracterizada pelo fluxo de indivíduos e/ou grupos dentro das zonas de fronteiras ou mesmo, em um momento posterior, no seio de seus próprios territórios de domínio. Se, por um lado, em alguns casos existem indícios de processos “aculturativos” implicando a interrelação entre elementos estilísticos da cerâmica produzida por essas populações, notadamente nos casos de incorporação de aspectos formais e decorativos da cerâmica Tupiguarani pelas outras duas populações, por outro lado, isso não impediria que cada grupo continuasse, como de fato assim parece ter ocorrido especialmente com relação aos portadores das tradições Tupiguarani e Taquara, reproduzindo suas pautas culturais tradicionais, já que é possível que os aspectos estilísticos formais e decorativos de sua cerâmica deveriam possuir papéis relevantes como vetores de informação social e étnica (TOCCHETTO, 1991; MONTICELLI, 1995; SILVA, 2001).

Esse nosso trabalho está estruturado de modo que suas partes possam, de forma coerente, fundamentar a tese que estamos defendendo. Assim, torna-se necessário seguir uma certa ordem lógica na organização de seus capítulos. No primeiro deles, apresentamos de forma sintética as abordagens e enfoques dados ao tema “contato cultural”, tanto a partir de uma visão mais abrangente em termos de teoria geral como em casos mais específicos, tratando dessa questão a partir da Arqueologia feita no Brasil. O capítulo finaliza demonstrando a possibilidade de estudos, sob essa perspectiva, na Pré-história regional.

O segundo capítulo apresenta as noções básicas de conceitos que consideramos importantes para o estudo que estamos realizando, tais como “território” e “territorialidade”, “zonas de fronteira”, “estilo” e especialmente “estilo cerâmico” assim como o utilizamos e, finalmente, a noção do processo de “migração”, como um dos elementos-chave para o desenvolvimento de nossa explicação dos fenômenos de contato e interação.

O terceiro capítulo fornece uma síntese de cada uma das tradições arqueológicas envolvidas em nosso estudo, entendidas como “sistemas socioculturais”. Pensamos que não mais que uma síntese seja necessária para introduzir o leitor aos aspectos fundamentais de cada uma delas, já que uma ampla bibliografia a respeito foi produzida e reproduzida e é relativamente acessível.

No quarto capítulo, são apresentadas as áreas de estudo, entendidas como “zonas de fronteira”, onde são fornecidos os dados arqueológicos básicos sobre as evidências de contato e interação entre as populações portadoras das tradições arqueológicas. Sobre essa base de dados, serão feitas as reflexões sobre a natureza dos processos de contato e interação entre aquelas populações, cujos resultados são fornecidos no quinto e último capítulo.

1 A QUESTÃO DO CONTATO E INTERAÇÃO ENTRE POPULAÇÕES HUMANAS NA ARQUEOLOGIA: UMA SÍNTESE

1.1 Algumas Abordagens Sobre a Questão do Contato Cultural

O estudo dos processos socioculturais que envolvem questões como a continuidade, a mudança, a variedade e a variabilidade cultural nas sociedades humanas é um dos principais objetivos das disciplinas humanísticas, entre as quais a Arqueologia se inclui.

Embora tais processos envolvam um amplo leque de variáveis e situações, que tornam qualquer tentativa de compreensão e explicação uma tarefa muito complexa e difícil de ser realizada por completo, os mesmos parecem possuir três fontes mais significativas: a) a tradição, que envolve os mecanismos de enculturação, refletindo o conhecimento continuamente reproduzido do "modo tradicional de fazer as coisas" de um determinado grupo humano e que, nesse sentido, tende a ser um fenômeno conservador; b) a adaptação, que envolve as interrelações entre grupos humanos e o ambiente físico que ocupam e exploram e c) a interação, que envolve o contato e a articulação entre diferentes grupos humanos e seus sistemas socioculturais (BINFORD, 1965; JONES, 1997). É justamente sobre este terceiro fator que tratamos nesta Tese.

A interação entre sistemas socioculturais é um fenômeno universal e certamente deve ter ocorrido, em maior ou menor grau, ao longo de toda a história da humanidade, das

formas mais pacíficas às mais conflituosas, de formas mais ou menos equilibradas àquelas onde as relações foram totalmente diferenciadas, dos bandos de caçadores e coletores paleolíticos, paleoindígenas ou arcaicos à atual “sociedade em rede” globalizada.

Em um artigo escrito em 1961, A. Lesser criticava duramente a noção corrente de "isolamento cultural", afirmando que nenhuma sociedade, em nenhum tempo ou lugar, ficou totalmente em situação de isolamento (LESSER, 1961; 1985). Se casos assim ocorressem de fato, tais estruturas não deveriam ser consideradas como "sociedades", pois o que caracteriza a vida social e a existência de uma sociedade é a interação entre indivíduos e grupos. Tal noção de “isolamento” fez com que, durante muito tempo (e, em certa medida, assim ainda ocorre em muitos estudos de caráter arqueológico), as culturas fossem vistas principalmente em suas particularidades, em sua “pureza” original cristalizada em uma determinada forma, em um determinado tempo e espaço. Ainda que processos de mudança relacionados à migração de populações e à difusão de elementos culturais já fossem há muito percebidos e tiveram uma importância fundamental na elaboração de uma visão mais complexa da cultura, eram vistos quase sempre a partir do seu resultado, o ponto final de um fenômeno que é muito mais complexo e que envolve a interação entre sociedades (CUCHE, 1999).

Se a tradição e a adaptação possuem papéis absolutamente fundamentais nos processos culturais e sociais, não menos significativo é o papel do contato cultural como um dos fatores responsáveis pela cultura e que tem seus reflexos na cultura material, tangível a partir da análise e interpretação arqueológica. Porém, se a consciência da importância dos processos de interação tem proporcionado um relativo avanço na pesquisa arqueológica, em certos países da Europa e da América, incluindo alguns países latino-americanos, estudos sob este enfoque ainda são bastante escassos, para não dizer quase inexistentes, na Arqueologia feita no Brasil. Nesse sentido o presente trabalho busca, ainda

que timidamente, trazer à tona os fenômenos de interação e contato cultural como objeto significativo de estudo arqueológico e, ao mesmo tempo, resgatar sua importância como um fator fundamental na configuração do complexo mosaico cultural pré-histórico do território brasileiro, tendo como palco para tal ensaio o território do atual Estado do Rio Grande do Sul e como atores os portadores das culturas arqueológicas ceramistas que o ocuparam a partir do início da Era Cristã.

Quando falamos em contato cultural, é necessário deixar claro que “culturas” *per se* não entram em contato, mas sim pessoas identificadas com determinados sistemas socioculturais. Uma parte significativa daquilo que chamamos de “cultura” é, sem dúvida, produto da interação entre indivíduos ou grupos e de suas decisões sobre por quê, quando, onde, como, com o quê e com quem interagir. Dessa forma, ao usarmos o termo “contato” deve ser entendido, explicitamente, que falamos do contato entre sociedades humanas.

Se as questões são muitas e bastante complexas, ainda assim nos parece ser uma tarefa exequível, pelo menos em parte, abordá-las sob o ponto de vista arqueológico. Se a Antropologia e a História podem se aproximar de processos sociais através de uma multiplicidade de fontes, entre as quais a cultura material, então a Arqueologia, fundamentada como uma “ciência da cultura material” por meio da elaboração de um complexo *corpus* teórico, metodológico e técnico que visa o estudo das sociedades através de seus vestígios materiais, é uma (senão a) via de acesso fundamental à compreensão e explicação de tais processos e, sem dúvida assim o é para o período pré-histórico. Se aceitarmos que determinados processos sociais (que também são históricos), como o contato cultural, podem se refletir em determinados aspectos da cultura material, então aceitamos que é possível obter algum tipo de resposta às questões acima formuladas a partir do estudo do registro arqueológico. Tal pressuposto é, desde já aceito, fundamental para o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado.

Estudos de caráter histórico, antropológico ou arqueológico, envolvendo o contato cultural, já vêm sendo realizados desde longa data. Na Europa, a questão do contato cultural sempre foi importante nas sínteses da pré-história e das histórias regionais. Um dos marcos iniciais do que acabou se chamando "método histórico-cultural", a obra de G. Kossina (KOSSINA, 1911), apesar de seu caráter ideológico negativo (cf. TRIGGER, 1992), propunha uma noção de cultura arqueológica baseada na difusão de traços materiais e das interações entre diferentes culturas. Gordon Childe levou o método histórico-cultural a um maior grau de elaboração ao organizar, no espaço e no tempo, uma vasta quantidade de dados arqueológicos e históricos com base na noção de "cultura arqueológica" e da "migração, difusão e contato" entre sociedades distintas (CHILDE, 1925, 1929, 1942, 1965).

Mais recentemente abordagens diversificadas, envolvendo não só a integração entre dados arqueológicos e etnológicos, mas também lingüísticos e biológicos, foram capazes de construir uma "pré-história continental" européia na qual os processos de interação entre diversas populações possuem um papel fundamental (RENFREW, 1973, 1979; RENFREW e SHENNAN, 1982; DENNEL, 1985; HODDER, 1990; CHAMPION, GAMBLE, SHENNAN, WHITTLE, 1996 entre outros).

Embora a Arqueologia européia tenha, nos casos citados acima, se deparado com a questão do contato cultural e desenvolvido, ao longo do tempo, formas elaboradas de explicação histórica desses processos sociais foi nos Estados Unidos, devido à estreita ligação acadêmica entre a Arqueologia e a Antropologia, que algo como uma "teoria do contato cultural" parece ter criado suas bases mais fortes.

A preocupação com questões de contato cultural começa a se tornar evidente, especialmente nos estudos sobre contextos que envolveram as populações coloniais e os

americanos nativos, desde o final do século XIX, onde aparece pela primeira vez o termo “aculturação” (CUCHE, 1999).

Segundo Cusick (1998b), o surgimento da noção de “aculturação” esteve diretamente relacionado com a crescente perspectiva de “integração” de grupos indígenas nativos e populações imigrantes ao recém-formado estado nacional norte-americano, a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, coube a M. Herskovits desenvolver uma perspectiva antropológica mais séria que privilegiasse não somente os resultados, mas essencialmente os processos de contato cultural, o que fez a partir de seus estudos sobre o sincretismo afro-americano (HERSKOVITS, 1937, 1938), inaugurando o que se passou a chamar de uma “teoria da aculturação”. Porém, a aculturação como “teoria do contato cultural” se estrutura de maneira mais sistemática e metodologicamente formalizada com a publicação do *Memorandum for the Study of Acculturation*, em 1936 (REDFIELD, LINTON, HERSKOVITS, 1936).

No *Memorandum*, a aculturação foi definida como um fenômeno, em grande parte, “resultante quando grupos de indivíduos, possuindo diferentes culturas, travam um contínuo contato em primeira mão, acarretando mudanças subseqüentes nos padrões originais **de um ou de ambos os grupos.**” (REDFIELD, LINTON, HERSKOVITS, 1936 apud CUSICK, 1998b, p. 130; grifo nosso).

Três conseqüências dos processos de aculturação foram diagnosticadas: 1) a aceitação ou incorporação da cultura doadora por, pelo menos, parte do sistema receptor, podendo levar à perda total ou parcial de seus aspectos culturais tradicionais; 2) a adaptação da cultura receptora à cultura doadora, levando a um processo de reelaboração cultural e freqüentemente resultando em “sincretismos” e 3) a reação à cultura doadora, rejeitada parcial ou totalmente pela receptora.

Reflexos da teoria da aculturação multiplicaram-se em um grande número de estudos, durante a primeira metade do século XX, especialmente privilegiando as relações entre as sociedades nativas americanas e os colonizadores europeus. Porém, embora sua definição formal deixe claro que a aculturação deveria envolver processos mútuos, multidimensionais, de um modo geral ela foi interpretada como uma via de mão única, na qual uma cultura doadora transmitiria seus “valores” para uma cultura receptora, sendo que o caráter passivo dessa última a levaria a ser assimilada ou absorvida pela primeira. O caráter mútuo das relações era, quase sempre, esquecido; não havia possibilidade de que a cultura receptora pudesse agir ou reagir contra a aculturação iminente. Em outras palavras, somente uma das possíveis “conseqüências” da aculturação era levada em conta; não por acaso mas, certamente, como fruto temporão do pensamento eurocêntrico ainda reinante na América.

Ao longo do tempo, porém, as abordagens de estudo dos processos de contato foram abrindo espaço para uma maior flexibilidade do conceito original de aculturação. Especialmente a partir dos anos 1960, a noção de processos de interação existindo unicamente em uma direção passa a ser fortemente criticada, contestando especialmente a construção ideológica que está por trás dessa visão, ou seja, de que os povos "inferiores" necessariamente desejariam ser assimilados por povos "superiores". Spicer (1971) demonstra que muitos aspectos culturais que são centrais à identidade do grupo receptor resistem à mudança voluntária ou mesmo imposta, permitindo assim um sentido de continuidade histórica que tem como pilar central a etnicidade. Nesse sentido, as reflexões de Barth (1969) sobre etnicidade e fronteiras étnicas certamente tiveram um papel fundamental nessa reavaliação sobre os processos de aculturação.

Cusick (1998b, p. 6-7) considera como referenciais para os atuais estudos sobre contato cultural obras como *When Peoples Meet*, de A. Locke e B. J. Stern (1948),

Acculturation in Seven American Indian Tribes, editada por R. Linton (1940), *Perspectives in American Indian Culture Change*, editada por E. Spicer (1961), *Culture and Conquest: America's Spanish Heritage*, de G. Foster (1960) e *Border People*, de O. Martínez (1994).

A importância da obra de Locke e Stern (1948) reside na idéia de que as situações de contato se desenvolvem não por diferenças culturais, mas por conflitos de interesses, gerando competição entre grupos dentro de uma sociedade ou entre sociedades.

Nas obras editadas por Linton (1940) e Spicer (1961) são introduzidas as noções de contato direto e indireto, o primeiro tipo envolvendo a interação entre membros de duas sociedades diferentes com o controle de um grupo sobre o outro, originado pela resistência à mudança por uma das partes; o segundo tipo envolve interações entre diferentes sociedades, sem o controle efetivo por parte de uma delas, estando relacionado a processos de difusão de inovações, incorporação e sincretismo.

A obra de Foster (1960) demonstra que as sociedades receptoras não conformavam sistemas absolutamente passivos, mas possuíam seus próprios critérios e estratégias de “filtragem” daqueles aspectos culturais das sociedades doadoras que mais lhes pareciam vantajosos, adotando ou rejeitando elementos de forma estruturada e reelaborando uma nova ordem cultural na forma de uma “cultura sincrética”. Uma forma mais elaborada desse mesmo enfoque pode ser visto a partir da noção de “transculturização”, como um “termo para descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana” (PRATT, 1999).

Finalmente, Cusick (1998b) considera fundamental o estudo de Martínez (1994) sobre a questão recente da fronteira entre o México e os Estados Unidos, por ter estabelecido a zona fronteira como o palco por excelência para o estudo do contato

cultural. Nesse sentido, o tipo de fronteira pode condicionar o tipo de interação a ser desenvolvida.

Ainda que novas abordagens, mais flexíveis e dinâmicas ao tratar o contato cultural via aculturação, tornam-se cada vez mais usadas, modelos explicativos unidirecionais ainda persistem e continuaram a dirigir, em boa parte, tais estudos. Modelos de contato cultural do tipo "centro-periferia" foram amplamente utilizados ao longo das décadas de 1970 e 1980, independentemente da especificidade do contexto sob análise. Um desses modelos recebeu atenção especial das Ciências Sociais: o modelo de "sistema-mundo" (WALLERSTEIN, 1974, 1980), baseado na explicação das esferas de interação a partir da conformação de redes de interrelações entre unidades geopolíticas distintas de um mesmo sistema político e econômico maior (núcleo, periferia e semi-periferia). Embora este modelo tenha sido pensado em termos da emergência do sistema capitalista mundial, não faltaram tentativas para utilizá-lo em contextos arqueológicos, mesmo aqueles onde não existiram sistemas complexos de poder político e econômico. Porém, mesmo nesses contextos, a teoria do sistema-mundo tem sido amplamente criticada por sustentar que o papel ativo era relegado somente às áreas nucleares, enquanto que as periferias deveriam assistir (e aceitar) passivamente o processo de domínio e exploração.

As abordagens mais recentes da questão do contato cultural percebem cada vez mais este fenômeno como processos que envolvem relações mútuas e multidimensionais, de forma que os sistemas socioculturais envolvidos estabelecem uma rede de interações que é muito mais complexa do que simplesmente a relação doador → receptor (ALEXANDER, 1998). Tal complexidade pode ser vista na variedade de abordagens usadas nestes estudos, especialmente naqueles de caráter arqueológico: há aquelas que percebem o contato como um processo evolutivo, no qual atuará a "seleção" das configurações mais positivas (RAMENOFSKY, 1998; SCHUYLER, 1998); aquelas que o

percebem como um processo histórico de relações entre sociedades de diferentes graus de complexidade (SCHORTMAN e URBAN, 1998); aquelas que enfocam as relações econômicas, como os sistemas de troca e comércio (CURTIN, 1988; STEIN, 1998; DIETLER, 1998); as que analisam o contato dentro dos palcos em que possuem maior evidência e dinamicidade, como as fronteiras (GREEN e PEARLMAN, 1985; RICE, 1998) e as que envolvem relações de poder e dominação (HILL, 1998; SAUNDERS, 1998; PALKA, 1998). Para uma visão mais aprofundada de cada uma dessas abordagens, remetemos o leitor à obra editada por Cusick (1998a).

Como pôde ser visto, os recentes estudos que envolvem o contato entre sistemas socioculturais cada vez mais formulam tal questão em torno de processos de interação que se desenvolvem e se desenrolam entre eles. A noção de aculturação, como um processo unidirecional parece estar, definitivamente, sepultada, embora muitas vezes o termo continue sendo usado, mas agora sob uma outra perspectiva, indicando processos mais complexos. Porém, acreditamos que, dentro dos contextos que estamos estudando, seria mais útil usar o termo e a noção de “interação”, que justamente implica nessa multidimensionalidade dos processos que envolvem o contato cultural.

1.2 A Questão do Contato Cultural na Arqueologia Brasileira

A problemática do contato cultural no Brasil teve, certamente na Antropologia, um foco maior de interesse, especialmente a partir do final dos anos 1960. Nesse sentido, parece ter havido uma certa sintonia entre o desenvolvimento das teorias do contato no Brasil e no exterior. Os anos da década de 1960 marcaram o início de uma ruptura com as abordagens aculturativas clássicas e unidirecionais, até então amplamente difundidas e

utilizadas como fundamental marco teórico para os estudos do contato interétnico, ou seja, entre populações indígenas e entre estas e a sociedade colonial e nacional.

Antes dessa data, no entanto, muitos estudos sobre aculturação entre sociedades indígenas e entre essas e a sociedade nacional já problematizavam as questões que envolvem o contato cultural em uma perspectiva mais aberta, especialmente demonstrando as influências dos sistemas indígenas na conformação de uma “cultura brasileira” ou a reelaboração cultural indígena a partir de elementos oriundos do contato. Entre esses estudos, citamos alguns que são, hoje, clássicos da literatura etnológica, tais como Wagley (1943, 1951, 1955), Watson (1952), Galvão (1957, 1959), Ribeiro (1970), Wagley e Galvão (1961), Schaden (1962) entre outros. Além dos processos de aculturação entre índios e brancos, foram estudadas também as relações entre a sociedade nacional e outros grupos étnicos minoritários, tais como os afro-descendentes, originando obras de extrema importância (FREYRE, 1958; BASTIDE, 1971, 1973). Uma retrospectiva completa do uso do conceito de aculturação na etnologia brasileira, até meados da década de 1960, pode ser encontrado na densa síntese escrita por Schaden (1969).

Certamente, parte dessa produção que focalizava os processos de aculturação estava preocupada em elaborar bases factuais para a construção de uma ideologia da cultura nacional como um crescente processo de integração interétnica que resultava em uma cultura mestiça, tipicamente brasileira. Porém, inegável é o fato de que tal produção levou os estudos do contato cultural a um patamar de grande importância.

Ao final da década de 1960, em sintonia com os desenvolvimentos teóricos mais recentes, especialmente a abordagem social que envolve as noções de etnicidade e identidade étnica (BARTH, 1969), R. Cardoso de Oliveira consolida uma nova fase nos estudos do contato cultural, sob o conceito de "fricção interétnica", abordando essencialmente as relações de conflito das situações de contato entre as sociedades

indígenas e a sociedade nacional e como as primeiras enfrentam tais situações, ressaltando que esse deve ser considerado um processo contínuo, de longo termo e que deveria ser estudado, preferencialmente, de forma diacrônica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; BRANDÃO, 1986; HILL, 1998).

A "teoria do contato" desenvolvida por R. Cardoso de Oliveira influenciou grande parte da produção antropológica brasileira das décadas de 1970 e 1980. Porém, especialmente a partir da década de 1980, percebe-se uma intensificação dos estudos sobre contato cultural enfocando as interações "entre" sociedades indígenas (os chamados "contatos intertribais", cf. RAMOS, 1980). Entre variadas abordagens utilizadas, como a econômica e a ecológica, uma que obteve grande alcance foi o estudo do contato intertribal sob a perspectiva da assimetria das relações de poder envolvidas (RAMOS, 1980). Mais recentemente, tem surgido novos estudos sobre as relações intertribais e interétnicas a partir da análise das dimensões simbólicas do contato (p. ex. ALBERT, 1992), enfocando as representações deste processo pelos grupos envolvidos, com a permanência dos enfoques relacionados ao conceito de etnicidade como proposto por F. Barth, trazendo no entanto novas abordagens e novos atores para o palco dos estudos de contato, como os grupos étnicos "imigrantes" e minorias étnicas (alemães, italianos, japoneses, judeus, árabes, afro-descendentes etc) e suas relações entre si e com o Estado Nacional. Uma boa visão de trabalhos realizados neste sentido pode ser encontrada no volume organizado por Barcellos e Jardim (2000).

Se, por um lado, a Antropologia reconheceu e absorveu, na forma de programas e projetos sistemáticos de pesquisa, a importância dos estudos sobre contato cultural, o mesmo não ocorreu com a Arqueologia. Ao longo de quarenta anos de existência de uma

Arqueologia acadêmica formal no Brasil¹, uma grande quantidade de dados arqueológicos foram acumulados, embora nem todos tenham recebido um tratamento analítico e interpretativo mais aprofundado. Entre esses dados, muitos se referem ou indicam evidências de contato entre os grupos portadores das culturas arqueológicas pré-históricas que foram definidas; logicamente, tais evidências são muito mais abundantes nas áreas que receberam uma maior intensidade de pesquisas, como é o caso da Região Sul do Brasil. Ainda que o objetivo fundamental inicial das pesquisas arqueológicas implementadas em território brasileiro, a partir da década de 1960, tenha sido a caracterização das culturas arqueológicas, especialmente quanto a sua dispersão e ocupação espacial e temporal, as evidências de contato cultural encontradas não foram tomadas como suficientemente importantes a ponto de fomentar a implementação de uma agenda de pesquisa que contemplasse tal problemática de forma mais aprofundada ao contrário do que ocorreu, ao longo do mesmo período, com a pesquisa etnológica, o que parece indicar um certo descompasso entre essas disciplinas para a construção do conhecimento da história indígena no País.

Por outro lado, o fato de não terem sido realizadas pesquisas que enfocassem especificamente a questão da interação sociocultural na pré-história brasileira não significa que as evidências de contato tenham sido ignoradas, mas simplesmente tiveram um interesse limitado, já que o enfoque básico era realmente o de construir um primeiro pilar de conhecimento sobre as culturas arqueológicas, que deveriam ser vistas inicialmente como entidades discretas. Questões relacionadas à interação entre elas deveriam, assim, ser deixadas para um outro momento.

¹ Desde a aprovação da Lei 3924, de 1961, que fomentou o surgimento de cursos de qualificação profissional no Brasil (DIAS, 1995).

Porém esse outro momento parece andar, ainda, a passos lentos e de forma bastante tímida. Entre as poucas pesquisas que se preocuparam com a problemática do contato cultural, a maior parte envolve o estudo das relações entre os grupos indígenas nativos e as populações européias no período inicial da conquista e colonização do território brasileiro por aquelas últimas (p. ex., BROCHADO, LAZAROTTO, STEIMETZ, 1969; CHMYZ, 1971; BROCHADO, 1974b; RIBEIRO, 1981; ALBUQUERQUE, 1984; DIAS JR., 2000). Em número muito reduzido foram as pesquisas que procuraram estudar as interações entre as populações portadoras das culturas arqueológicas conhecidas, quase sempre sendo as evidências somente mencionadas de modo breve e pontual ou então apresentadas como um item diluído dentro de sínteses regionais (p. ex., BROCHADO, 1973a e b, 1984; SCHMITZ, 1988, 1991; RIBEIRO, 1991). Raros foram os trabalhos onde o contato cultural teve um enfoque mais central (p. ex. ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

As evidências arqueológicas sobre contato entre populações pré-históricas começaram a surgir efetivamente a partir do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), programa de pesquisa implementado a nível nacional, entre 1965 e 1970 e que é, ainda hoje, a fonte da grande maioria dos dados arqueológicos básicos de que dispomos, junto com pesquisas realizadas independentemente, durante ou após sua existência, mas que adotaram suas direções programáticas básicas. O PRONAPA tinha como principal objetivo produzir "informações sobre as rotas e direções de migração e difusão, como ainda, proporcionar a elaboração de seqüências do desenvolvimento cultural de povos pré-europeus" (EVANS, 1967, p. 9). Tais objetivos pressupõem, em certo sentido, uma preocupação com as interações entre as populações pré-coloniais, resultado de seus movimentos migratórios e refletindo-se na difusão de elementos culturais.

Para cada Estado incluído no Programa foi desenhado um grande mapa e nele marcadas as áreas onde a prospecção intensiva e experimental produziria duas espécies de evidências: 1) - dados para a elaboração de uma seqüência do desenvolvimento cultural; e 2) - dados para o conhecimento definitivo das **direções de influências**, migração e difusão. (EVANS, 1967, p. 9; grifo nosso).

O estudo de tais “direções de influências” parece-nos indicar a perspectiva da possível (e esperada) existência de situações de contato entre as populações portadoras das culturas arqueológicas que seriam definidas ao longo do Programa. Logicamente, a base teórico-metodológica do PRONAPA via, nos processos de migração e difusão, os mecanismos fundamentais para explicação da mudança cultural, de modo que as evidências de contato seriam úteis no mapeamento daqueles processos. De fato, a referência ao contato cultural na bibliografia relacionada ao programa é freqüentemente observada, a ponto de que qualquer tipo de registro de elementos relacionados a uma tradição arqueológica em sítios de outra serem tomados como evidência de interação, o que é de certa forma uma conclusão no mínimo precipitada, pois pode ocultar problemas relacionados a processos deposicionais ou pós-deposicionais, como a sobreposição de ocupações ou perturbações na estratigrafia.

A partir da década de 1970 e, principalmente, da década de 1980, um razoável número de programas e projetos de pesquisa arqueológica regional independentes começam a ser implementados, de forma mais intensiva, em várias partes do país. Alguns exemplos podem ser vistos para a região amazônica (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica – PRONAPABA; ROOSEVELT, 1991; SCHAAN, 1997; NEVES, 1998); para a região nordeste (ver síntese em MARTIN, 1996); Goiás (SCHMITZ, BARBOSA, JACOBUS, RIBEIRO, 1990; SCHMITZ, ROSA, BITENCOURT, 2004), Mato Grosso (WÜST, 1990; MIGLIACIO, 2000), Mato Grosso do

Sul (SCHMITZ, ROGGE, BEBER, ROSA, 1998; PEIXOTO, 1995, 2003), São Paulo (sobre o Projeto Paranapanema, ver MORAIS, 1981, 1984; ARAÚJO, 2001; sobre o projeto no vale do rio Ribeira de Iguape, ver DE BLASIS, 1988; ROBRAHN, 1988; BARRETO, 1988), Paraná (CHMYZ, 1971; 1976; 1977) e Santa Catarina (ROHR, 1966, 1969; BECK, 1972; REIS, 1980) entre muitos outros. Em todas estas áreas foram encontradas evidências de contato cultural, o que demonstra a recorrência e a importância desse fenômeno para a compreensão da totalidade do desenvolvimento dos sistemas socioculturais pré-históricos no território brasileiro. No entanto, nenhum estudo com abordagem específica a essa questão foi realizado.

Uma exceção a essa regra, que levou em conta de forma aprofundada a questão da interação entre populações pré-históricas, foi desenvolvido na década de 1990 por E. M. Robrahn-González, na região Centro-Oeste do Brasil. Seu principal objetivo foi

discutir a posição do Brasil Central enquanto área de confluência para deslocamentos diversos relacionados a grupos ceramistas (sejam deslocamentos de informação, objetos e/ou pessoas) oriundos das regiões circunjacentes em período pré-colonial. (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 213).

Tal estudo pressupõe "a importância de relações extra-grupais" (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 1), em um processo contínuo de interação que ganharia mais força à medida em que a ocupação efetiva de toda a região fosse ocorrendo. Tais relações teriam desencadeado processos culturais que envolveram praticamente todos os grupos ceramistas arqueologicamente identificados na região consolidando, em alguns casos, a autonomia e em outros, a fusão em novas unidades socioculturais.

Valendo-se de comparações entre diferentes padrões e sistemas de assentamento arqueologicamente observáveis e os padrões de distribuição dos vestígios arqueológicos e de elementos estilísticos cerâmicos, a autora concluiu que ao longo do gradual processo de

expansão dos diferentes sistemas socioculturais, formas distintas de interação ocorreram, deixando como evidência arqueológica sítios “mistos”, que mostram padrões estilísticos mistos, indicando não só fluxo de objetos ou informações, mas de convivência e simbiose entre diferentes grupos. Para ela, diferentemente do que as pesquisas arqueológicas haviam mostrado até então, o Brasil Central representa uma área de confluência para a qual vários grupos convergiram e estabeleceram relações de contato, criando um padrão arqueológico único que caracteriza a história indígena da região até hoje. Entendida como área de confluência, a ocupação da região e o desenvolvimento dos sistemas socioculturais recebem assim um novo sentido dentro do contexto dos processos que envolvem continuidade e mudança:

... diferentes dados permitem inferir que a partir do século X, quando toda a extensão do Brasil Central já se apresentaria principalmente ocupada por grupos ceramistas, os contatos extra-tribais ganhariam um novo significado, desenvolvendo-se com grande intensidade e através de estímulos diversos. Embora as características destas relações certamente apresentem grandes variações no tempo e no espaço, acreditamos que tenham envolvido a ocupação pré-colonial do Brasil Central como um todo, motivando profundos processos locais de mudança cultural, fusões inter-grupais, emergência de novas unidades culturais ou, até mesmo, a confinada manutenção de determinados núcleos originais. (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 216).

Atualmente, a mesma autora tem se preocupado com uma arqueologia que se volte ao estudo específico do contato cultural, em áreas que são consideradas como zonas de fronteira de macro-territórios tribais (Guarani, Tupi e Jê do Sul), como o vale do Rio Paranapanema (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003).

Trabalhos desse tipo, envolvendo a interação entre sistemas socioculturais pré-históricos, analisados à luz das evidências arqueológicas, como parte fundamental do processo de ocupação e expansão dos portadores das tradições arqueológicas identificadas, ainda necessitam ser feitos na maior parte do território brasileiro, especialmente naquelas

áreas que já possuem um volume razoável de dados que possibilitou a construção daquele pilar básico referente ao conhecimento espaço-temporal da ocupação regional.

Nesse sentido, o Brasil Meridional, área compreendida pelos três Estados sulinos, é potencialmente favorável ao estudo do contato como um dos fatores responsáveis pela configuração dos padrões arqueológicos e proto-históricos de dispersão e ocupação da região, especialmente com relação aos grupos ceramistas, por serem estes os responsáveis pelos últimos episódios que marcaram tais processos desde, pelo menos, o início da Era Cristã e por possuírem eles indicadores razoavelmente confiáveis (o estilo cerâmico) para inferir processos de interação.

De fato tal potencialidade foi percebida, entre outros, por Brochado (1984), que inclui em seu modelo de dispersão das grandes tradições cerâmicas no leste da América do Sul, considerações a respeito do contato entre elas. No caso do Brasil Meridional, os movimentos de colonização e expansão dos portadores da tradição Tupiguarani (regionalmente, “subtradição Corrugada”; segundo aquele autor, “subtradição Guarani”) pelos vales florestados das bacias dos rios Paraná-Paraguai, Uruguai e Prata e pela costa atlântica contígua acabaram criando situações de contato, em muitas frentes, com os portadores das tradições cerâmicas Taquara, Itararé e Vieira, a medida em que os primeiros avançam através das fronteiras territoriais dos últimos (BROCHADO, 1984, p. 373-380).

1.3 O Território Sul-Riograndense Como Área de Estudo do Contato Cultural

Uma rápida leitura das publicações relacionadas às pesquisas arqueológicas realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, tanto aquelas relacionadas às atividades do PRONAPA quanto as que foram realizadas de forma independente a partir do final dos anos 1960, é capaz de fornecer indicativos de que a questão do contato entre populações

ceramistas pode representar um fértil campo de estudo, até agora pouco explorado de forma sistemática. Em praticamente todas as áreas pesquisadas no Estado apareceram evidências de contato, principalmente entre os portadores das tradições cerâmicas.

Miller (1967) menciona a presença de cerâmica da tradição Taquara em sítios Tupiguarani na encosta nordeste do Planalto, no vale do Rio dos Sinos e, especialmente, na planície litorânea adjacente. Ainda na região nordeste do Estado, mas na parte alta do Planalto, encontramos várias referências de intrusão de elementos cerâmicos Tupiguarani em sítios da tradição Taquara (MILLER, 1971; SCHMITZ, 1958, 1988; SCHMITZ, BASILE BECKER, LA SALVIA, LAZZAROTTO, RIBEIRO, 1988; RIBEIRO, HERBERTS, DIEHL, HOELTZ, BUCHAIM, RIBEIRO, 1994; COPÉ, 1999; COPÉ, SALDANHA, CABRAL, 2002).

Na região noroeste do Estado, incluindo o sudoeste do Estado de Santa Catarina, encontramos informações de sítios Tupiguarani com cerâmica Taquara (ou, em alguns casos, o contrário), nos trabalhos de Schmitz e Basile Becker (1968), Piazza (1969), Miller (1969a) e Basile Becker e Schmitz (1970). Pesquisas posteriores, no município de Itapiranga, SC, forneceram informações mais consistentes sobre tais contatos (DE MASI e ARTUSI, 1985; SCHMITZ, 1988). No oeste do Rio Grande do Sul as informações sobre possíveis contatos são raras (MILLER, 1969B; FERRARI, 1983).

Na região central do Estado, na área do alto e médio Rio Jacuí e na bacia do Vacacaí, encontramos algumas poucas evidências de possíveis contatos, a partir da presença de cerâmica da tradição Taquara em sítios Tupiguarani (BROCHADO, 1969a). Por outro lado, como já foi mencionado anteriormente, Brochado, Lazzarotto e Steinmetz (1969) realizaram um amplo estudo dos contatos entre populações portadoras da tradição Tupiguarani e populações de origem européia, no período da instalação das primeiras reduções jesuíticas naquela região. O estudo foi dirigido principalmente pela análise da

variação de elementos estilísticos visuais (forma e decoração) na cerâmica de tradição Tupiguarani em comparação com a cerâmica produzida pelos índios Guaraní no contexto missionário. Neste estudo, os autores identificaram uma mudança na produção de cerâmica que ia desde aquela típica da tradição arqueológica, passando pela presença de influências européias durante o período reducional até a volta a uma produção tradicional indígena, após o abandono das reduções, em um processo que abrange uma faixa temporal de cerca de cento e quarenta anos.

Mais para leste, na bacia do Rio Pardo, as evidências aumentam consideravelmente. Nessa área, pesquisas realizadas por P. A. M. Ribeiro (RIBEIRO, 1978, 1980, 1983, 1991, 1993; RIBEIRO, RIBEIRO, SILVEIRA, 1977; RIBEIRO e SILVEIRA, 1979; RIBEIRO, MARTINS, RIBEIRO, SILVEIRA, 1982) registram vários sítios arqueológicos nos quais há a ocorrência de cerâmica da tradição Tupiguarani junto à da tradição Taquara e, mais raramente, também Vieira. Mesmo considerando que alguns desses casos são explicados, pelos próprios autores, como sobreposição de diferentes ocupações, outros correspondem a evidências claras de contato, inclusive com a produção de uma cerâmica que mistura dois estilos distintos, que Ribeiro chama de “aculturada” (RIBEIRO, 1991, p. 319-320). Em breves comentários sobre os possíveis processos de interação entre os grupos ceramistas, Ribeiro (1991, p. 268, 319) conclui pela existência de um processo de aculturação entre a tradição Tupiguarani e a Taquara naquela área. Em uma revisão do material arqueológico de alguns desses sítios com evidências de contato, embora não mencionando a existência de uma cerâmica “aculturada”, Schmitz, De Masi, Basile Becker, Martin (1987) confirmam a existência de contatos entre aquelas tradições cerâmicas, não somente a partir de relações de trocas mas, em algum momento, de convivência. Na mesma área foram também estudados, de forma mais intensa, os contatos entre as populações portadoras da

tradição Tupiguarani e as populações de origem européia (RIBEIRO, 1981; RIBEIRO, RIBEIRO, SILVEIRA, 1988).

Ao longo da Lagoa dos Patos, em pelo menos duas áreas pesquisadas foram encontradas evidências de contatos, envolvendo especialmente os portadores da tradição Tupiguarani e os da tradição Vieira (SCHMITZ, RIBEIRO, NAUE, BASILE BECKER, 1970; NAUE, 1973; BROCHADO, 1974a; SCHMITZ, 1976, 1988; RÜTSCHLLING, 1989; SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991). No baixo vale do rio Camaquã, foram realizadas pesquisas arqueológicas que tinham, como um dos objetivos, “estudar o contato entre os grupos meridionais representados nos cerritos e os tupis-guaranis” (SCHMITZ, RIBEIRO, NAUE, BASILE BECKER, 1970, p. 507). Nesta região, especialmente na área do Banhado do Colégio, foram encontrados vários sítios que apresentavam uma cerâmica que unia elementos estilísticos tanto de uma como de outra tradição cerâmica, incluindo alguns fragmentos de cerâmica da tradição Taquara. Para os autores, uma parte da cerâmica Vieira mostrava indícios de ser “uma imitação mal feita da cerâmica guarani” (SCHMITZ, RIBEIRO, NAUE, BASILE BECKER, 1970, p. 515). Estudos posteriores confirmam a existência desses contatos e da mescla de elementos estilísticos (RÜTSCHLLING, 1989). Fenômeno semelhante foi percebido, também, na borda meridional da Lagoa dos Patos, no município de Rio Grande, envolvendo os portadores das tradições Tupiguarani e Vieira (NAUE, 1973; SCHMITZ, 1976; SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991) e na região de Canguçu (BROCHADO, 1974).

No Litoral Central do Estado, na região de Palmares do Sul, pesquisas recentes forneceram evidências de contato entre os portadores da tradição Tupiguarani e Taquara, em sítios que representam assentamentos de caráter temporário, voltados à exploração

sazonal de recursos marinhos (especialmente moluscos) e das lagoas e matas de restinga (ROGGE, 1997; ROGGE, SCHMITZ, BEBER, ROSA, 1997; ROGGE, 1999).

No extremo sul do Estado, nas regiões compreendidas pelos municípios de Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Jaguarão Santa Vitória do Palmar e Chuí, como também nas áreas uruguaias contíguas (SANTOS, 1965; PRIETO, ALVAREZ, ARBENOIZ, SANTOS, VESIDI, SCHMITZ, BASILE BECKER, NAUE, 1970; COPÉ, 1985; SCHMITZ e BASILE BECKER, 1970; SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991; SCHMITZ, GIRELLI, ROSA, 1997), raras são as informações relacionadas a evidências de contato cultural pré-histórico. Muitos sítios relacionados à tradição Vieira são encontrados nessas áreas, assim como alguns poucos sítios da tradição Tupiguarani. Porém, não parecem ser freqüentes os contextos arqueológicos com evidências de contato, com exceção da área uruguiaia da Lagoa Mirim e dos banhados do Departamento de Rocha (PRIETO, ALVAREZ, ARBENOIZ, SANTOS, VESIDI, SCHMITZ, BASILE BECKER, NAUE, 1970; CABRERA PÉREZ, 2001).

2 OS PROCESSOS DE INTERAÇÃO VISTOS A PARTIR DA NOÇÃO DE MIGRAÇÃO, TERRITÓRIO, ZONA DE FRONTEIRA E ESTILO CERÂMICO

O estudo dos processos de interação entre as populações portadoras das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no extremo sul do Brasil podem ser abordados de várias maneiras. Porém na forma como o estamos enfocando, ou seja, gerados primariamente por questões econômicas, acreditamos necessário definir de forma mais aprofundada certos conceitos analíticos que consideramos importantes e que, em conjunto, nos parecem capazes de fornecer algumas respostas relacionadas a natureza do contato entre aquelas populações.

Conceitos como “migração”, “territorialidade e território”, “zona de fronteira” e “estilo cerâmico”, como são por nós percebidos e aqui utilizados, devem ser articulados dentro do panorama geral das evidências analisadas. Dessa forma, nesse capítulo, buscaremos apresentar tais conceitos, ao mesmo tempo em que já procuraremos indicar sua importância nesse estudo.

Deixamos propositadamente a questão do conceito de migração para o final por acreditarmos que o processo migratório e tudo aquilo que ele envolve, em nosso caso, é um dos pressupostos fundamentais para a explicação dos fenômenos de contato observados e parece estar totalmente articulado com os outros conceitos apresentados, tanto no que se

refere à organização territorial daqueles grupos como o estabelecimento de suas zonas de fronteira e de determinados resultados da interação, particularmente aqueles relacionados à implantação dos assentamentos nas zonas de fronteira e à existência de intrusão ou empréstimos estilísticos cerâmicos.

2.1 Sistema de Assentamentos, Territorialidade, Território

As unidades básicas do registro arqueológico, tais como os vestígios materiais de atividades humanas e o local onde são encontrados (sítios arqueológicos) não podem e não devem ser vistos isoladamente, mas sim em uma perspectiva de conjunto, se quisermos compreender o comportamento de um determinado sistema sociocultural. O sítio arqueológico e seu conteúdo cultural deve ser visto como parte integrante de um nível muito mais amplo de organização espacial, que certamente reflete diferentes formas de organização tecnoeconômica, social e simbólica.

Essa organização no espaço, por sua vez, não se reduz à “maneira como o homem se distribui sobre a paisagem” (WILLEY, 1953, p. 1), o que costumamos chamar de “padrão de assentamento”² mas vai mais além, na articulação entre todas as unidades que conformam um determinado “padrão” e que não ficam restritas às unidades de sítios mas incluem todos os elementos que compõem a paisagem na qual aqueles se inserem, formando um sistema³ que funciona em conjunto e que é “organizado pelas interrelações entre as unidades. É nesse sentido – na presença de uma organização – que as unidades existem como um ‘todo’ que é maior que a soma de suas partes” (LANGTON apud

² Que, na verdade, é muito mais um “padrão de distribuição”.

³ Por sistema podemos entender “um conjunto de variáveis específicas, no qual a mudança no valor de uma das variáveis resultará em uma mudança no valor de outra” (RAPPAPORT, 1984, p. 4).

ELLEN, 1982, p. 178). É dessa forma que entendemos e podemos falar de um sistema de assentamentos.

O estudo de um sistema de assentamentos deve levar em conta que os sítios arqueológicos relacionados a uma determinada sociedade, em um determinado tempo e lugar possuem distribuições, formas, funções e hierarquias diferenciadas que refletem a organização de um grupo humano ao longo de um ciclo anual. Tais diferenças na organização do espaço territorial estariam sujeitas, especialmente a) à variação sazonal de recursos, o que implicaria em mudanças nas áreas de captação, de acordo com as variações anuais; b) ao uso dos assentamentos para diferentes propósitos, dentro do sistema econômico, social ou simbólico do grupo e c) à ocupação dos assentamentos por segmentos sociais distintos de um mesmo grupo, levando a diferenças no tamanho e na estrutura dos mesmos (FORSBERG, 1985, p. 9).

Um dos elementos de maior interesse no estudo dos sistemas de assentamentos é, sem dúvida, o aspecto funcional das unidades que compõem o conjunto. Forsberg (1985) divide-os em duas grandes categorias: a) assentamentos residenciais, caracterizados por áreas relativamente amplas, geralmente de caráter multifuncional e refletindo um alto grau de permanência e b) assentamentos de exploração, caracterizados por espaços mais restritos, relacionados à realização de atividades específicas e de caráter temporário. A distinção entre esses dois tipos de assentamentos é feita a partir de critérios tais como seu tamanho, diversidade de artefatos e estruturas associadas, restos alimentares e estratigrafia. Uma classificação semelhante é proposta por Andrefsky (1994, 1998), demonstrando que os assentamentos residenciais possuem uma maior diversidade quanto ao material arqueológico enquanto que nos assentamentos de exploração a diversidade é bem menor, indicando atividades específicas.

Na literatura arqueológica brasileira podemos encontrar correlatos às categorias funcionais mencionadas acima, que costumamos chamar de sítio-habitação, sítio-acampamento e sítio-oficina ainda que, para os dois primeiros, a base para tal classificação se dê muito mais pela quantidade de material existente do que pela diversidade do mesmo.

No entanto, existem contextos que não se enquadram facilmente nessa classificação binária. São bastante conhecidos, na Arqueologia brasileira os chamados sítios-cemitério e sítios-cerimoniais que, embora representem locais de atividades específicas e com funções especializadas, não podem ser classificados como sítios de exploração, acampamento ou oficina, aumentando ainda mais a diversidade dos assentamentos e das funções que possuem no interior de um sistema sociocultural. Porém deve ficar claro que, mesmo que o estudo dos sistemas de assentamentos pressuponha uma tipologia dos sítios que o compõem, a função dos mesmos e sua hierarquia dentro do conjunto só pode mesmo ser atribuída, como insiste Araújo (2001), *a posteriori*, após um estudo aprofundado das interrelações que possuem como um todo.

De um modo geral, as sociedades mais estudadas sob o ponto de vista de seus sistemas de assentamentos, envolvendo aspectos relacionados à mobilidade e organização territorial, são os grupos caçadores e coletores (BURCH e ELLANA, 1994; KELLY, 1995). O pressuposto de que uma única base residencial não seria suficiente para suprir todas as necessidades econômicas e sociais ao longo do ano, resulta na idéia de que esses grupos possuem uma grande diversidade de assentamentos, ao contrário daqueles que possuem uma base produtiva associada a elementos, especialmente vegetais domesticados e que, portanto, tenderiam a uma maior estabilidade e menor diversidade de assentamentos.

Embora em grande parte, mas não necessariamente, as sociedades caçadoras e coletoras possam apresentar uma maior mobilidade e diversidade de assentamentos do que

as sociedades agrícolas, isso não deve ser motivo para simplificar excessivamente o processo de ocupação e exploração de uma área pelos últimos. Uma maior estabilidade dos assentamentos não representa, necessariamente, perda de mobilidade e esta, por sua vez, está diretamente relacionada à sua variabilidade. A ocupação e exploração de um território requer estratégias que envolvem seu profundo conhecimento e uma circulação sistemática no mesmo, para atividades de captação de matérias-primas para a produção de artefatos, recursos alimentares, defesa, etc. o que agrega aos assentamentos mais estáveis também aqueles relacionados a funções e atividades específicas. Além disso, um grupo agricultor não necessariamente fica restrito ao seu território “formal” (aquela área mantida diretamente sob controle e defesa, como veremos mais adiante), mas pode se estender por áreas muito mais distantes, acentuando ainda mais sua mobilidade e a variabilidade dos assentamentos dentro de um mesmo sistema, especialmente em função da sazonalidade. Onde a agricultura assume uma importância econômica de caráter mais secundário e onde boa (senão a maior) parte dos recursos ainda provém de outras fontes, como a caça e a coleta, uma maior mobilidade em função da sazonalidade pode resultar em uma estratégia economicamente viável.

Se o estudo dos sistemas de assentamento objetiva compreender a organização de um grupo humano ao longo de um ciclo anual, a partir do estabelecimento das relações entre os sítios que compõem um dado conjunto em um determinado espaço geográfico, tal abordagem torna-se uma ferramenta fundamental na definição do território ocupado e explorado por um grupo humano. Uma vez que seus assentamentos possuem uma distribuição e uma articulação sincrônica através de uma determinada área e esta área (ou, pelo menos, parte expressiva dela) oferece elementos econômicos capazes de fornecer condições para seu controle e defesa, esta área pode ser entendida como um território. O

padrão de organização territorial, quando extrapolado para uma área geográfica maior ocupada e explorada por um mesmo sistema sociocultural é o que, por sua vez, estamos chamando de macro-território.

A territorialidade diz respeito a estratégias que envolvem a ocupação e exploração de um determinado espaço físico, associado à posse ou propriedade do mesmo por uma sociedade em um dado tempo (BOSCHÍN, 1993). A natureza deste fenômeno é, ainda, fonte de muita controvérsia: certamente ele envolve processos tanto biológicos como culturais; a questão que normalmente é colocada é até que ponto um sobrepõe-se ao outro, prevalecendo eminentemente fatores biológicos ou eminentemente fatores culturais.

Estudos mais recentes de caráter etnográfico e etnohistórico mostram que a territorialidade pode ou não ser acionada e que, quando ela ocorre, tanto pode estar determinada por fatores ecológicos (DYSON-HUDSON e SMITH, 1978) como por fatores cognitivos ligados a conduta cultural (CASHDAN, 1983), dependendo do grupo e de suas especificidades históricas. Cashdan divide os modelos de territorialidade em dois tipos: a) territorialidade através de “defesa do perímetro” (*perimeter defense*) do espaço territorial e b) através da “defesa das fronteiras sociais” (*social boundary defense*), no qual grupos residentes controlam o acesso de outros grupos a um território a partir da formação de laços sociais e relações de reciprocidade (CASHDAN, 1983, p.49). Ambos são construídos a partir de relações econômicas de custo e benefício e, embora possam ser vistos como antagonicos, não se excluem mutuamente. Sua aplicação tem se centrado especialmente em sociedades caçadoras e coletoras ou, em alguns casos, com parte da economia proveniente da agricultura intensiva, o que torna possível uma aproximação com os sistemas socioculturais com os quais estamos tratando aqui.

A territorialidade, sob o enfoque da ecologia evolutiva, é vista como uma estratégia de defesa econômica de uma área que irá depender da abundância, da distribuição e do grau de previsibilidade de recursos econômicos considerados críticos. O caráter adaptativo deste tipo de territorialidade está no fato de que uma sociedade humana tenderá a acionar uma conduta territorial "quando o custo do uso exclusivo e da defesa de uma área é ultrapassado pelos benefícios obtidos pelo padrão de utilização de recursos" (DYSON-HUDSON e SMITH, 1978, p. 23).

Partindo desse pressuposto, a definição de território é de "uma área ocupada mais ou menos exclusivamente por um indivíduo ou grupo, **por meio de repulsão através da defesa aberta ou de alguma forma de advertência**" (DYSON-HUDSON e SMITH, 1978, p. 22; grifo nosso). Tal comportamento territorial é chamado de defesa do perímetro, no qual uma área é demarcada por meio de defesa de suas fronteiras, seja aberta ou através de "sinais" padronizados e cujo acesso é restrito ao grupo residente (CASHDAN, 1983).

O território deve, assim, ser entendido como o reflexo, em um dado espaço físico, de uma estratégia territorial e sua delimitação irá depender da distribuição de recursos críticos, a partir da sua abundância e densidade e do seu grau de previsibilidade (no espaço e no tempo). Estes fatores indicarão a tendência de uma sociedade humana ao uso de uma determinada estratégia territorial.

A dimensão deste território deve levar em conta a área total de exploração de recursos por um grupo, ao longo de um ciclo anual (VITA-FINZI e HIGGS, 1970). No entanto, fica claro que seu tamanho não poderá ultrapassar um certo limite além do qual os custos de defesa se tornem altos demais. Neste caso, estratégias alternativas poderão ser utilizadas, tais como a defesa das fronteiras sociais, que será vista em maiores detalhes mais adiante.

Com base nas variáveis densidade e previsibilidade dos recursos, Dyson-Hudson e Smith (1978, p. 26) elaboraram um modelo explicativo para a existência ou não de territorialidade, embora estivessem conscientes de que o mesmo não compreende toda a complexidade de situações. O quadro abaixo procura sintetizar tal modelo:

<i>Distribuição dos recursos</i>	<i>Defesa econômica</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Grau de mobilidade</i>
A. imprevisíveis e densos	baixa	troca de informações	alto
B. imprevisíveis e escassos	baixa	dispersão	muito alto
C. previsíveis e densos	alta	territorialidade	baixo
D. previsíveis e escassos	relativamente baixa	<i>home range</i> ⁴	baixo a médio

Tomando como exemplo as duas possibilidades extremas propostas por aqueles autores (casos B e C), observamos que em áreas de recursos imprevisíveis e escassos, as estratégias de captação resultarão em uma maior dispersão espacial do grupo, refletindo uma alta mobilidade. Neste caso, o gasto de energia na busca dos recursos tende a ser elevado e raramente ultrapassado pelos benefícios que poderiam ser obtidos no controle e defesa de um território, de modo que a territorialidade não seria esperada.

Por outro lado, em uma área com recursos críticos previsíveis e densos, o custo de uma estratégia territorial envolvendo controle e defesa do perímetro seria facilmente ultrapassado pelos benefícios obtidos com a maximização da energia resultante do uso exclusivo dos recursos pelo grupo. Neste caso, o alto retorno de energia possibilitado pelo uso exclusivo do território e de seus recursos permitiria uma maior estabilidade do grupo

⁴ Segundo Hunter e Whitten (1978), é a área do entorno de um assentamento, através da qual um grupo se desloca em suas atividades diárias.

na área e, conseqüentemente, uma baixa taxa de mobilidade. Em casos como esse, a territorialidade pode ser esperada.

Nas estratégias territoriais estabelecidas através da defesa das fronteiras sociais, o mecanismo é um tanto distinto. A princípio, o próprio conceito de território é sutilmente diferente daquele anterior. Para Cashdan, território é “uma área dentro da qual a população residente **controla ou restringe** o uso de um ou mais recursos ambientais (CASHDAN, 1983, p. 50; grifo nosso).

Diferentemente da noção da ecologia evolutiva, não se menciona diretamente a defesa ou o uso exclusivo do território, mas enfatiza o controle sobre ele. Para Cashdan, tais estratégias podem ser acionadas quando os custos que envolvem a defesa do perímetro tornam-se maiores que os benefícios obtidos sem, contudo, abrir mão do controle sobre os recursos.

A medida em que os recursos se tornam esparsos ou imprevisíveis e o território aumenta, tornando a defesa do perímetro economicamente ineficaz, os grupos humanos possuem uma outra opção disponível. Ao invés de afrouxar inteiramente a defesa territorial, pode-se controlar o acesso aos recursos de uma área controlando o acesso de outros grupos sociais ao grupo que detém o uso desta área. (CASHDAN, 1983, p. 49).

Apesar da manutenção do controle sobre o território, o uso deste já não é mais exclusivo do grupo residente e o custo com a defesa aberta passa a ser menor ou inexistente. Outros grupos podem ter acesso, embora limitado e controlado, a parcelas dos recursos existentes devendo, no entanto, submeterem-se a determinadas regras sociais. De um modo geral, a incorporação de outros grupos sociais ao grupo residente e à possibilidade do uso de seu território se dá por meio de elaborados rituais pelos quais se estabelece ou se reforça o comprometimento entre o(s) grupo(s) externo(s) com o grupo

social residente, bem como a solidificação de uma estreita relação de reciprocidade. A natureza “altruísta” das relações entre o grupo residente e o(s) grupo(s) não residente(s) é aparente. Na verdade, ambos obtém vantagens: ao(s) grupo(s) incluído(s) é fornecido acesso a áreas de recursos que, muitas vezes, de outra forma jamais conseguiriam explorar ou talvez somente a um alto custo, através de relações conflituosas (p. ex., guerras); ao grupo residente, a principal vantagem provavelmente está no fato de que o território, agora maior pela ampliação da área de captação, continuará sob seu controle, sendo que os custos de defesa desaparecem (ou a defesa por si só torna-se desnecessária) ou passam a ser divididos com o(s) grupo(s) incluído(s), a partir do estabelecimento das alianças. Porém, aos grupos que não corresponderem à tais relações de reciprocidade ou, por algum outro motivo, não forem aceitos na rede de inclusão, o acesso ao território é vetado e a hostilidade contra eles é aberta.

Pela falta de uma demarcação clara dos limites territoriais e pelo fluxo mais intenso de pessoas por suas fronteiras, muitos não a consideram uma estratégia territorial no sentido estrito. Usando exemplos colhidos entre várias sociedades forrageadoras, Cashdan refere-se a esta aparente falta de territorialidade que, em sua opinião, não corresponde à realidade:

...os grupos sociais estão associados a áreas particulares, mas as fronteiras territoriais não são demarcadas e são reconhecidas apenas por acidentes naturais. Por que o acesso recíproco envolve o movimento de indivíduos através de fronteiras territoriais e entre grupos sociais, as unidades sociais não correspondem claramente às unidades territoriais. Essa última característica, uma resposta a um ambiente imprevisível, tende a fazer com que esses grupos “pareçam” não-territoriais, se estamos acostumados aos modelos de territorialidade animal. Tal impressão é corroborada pela falta de demarcação das fronteiras territoriais. (CASHDAN, 1983, p. 50).

Para Cashdan, o caráter “territorial” das estratégias que envolvem a defesa das fronteiras sociais está na definição de território como uma área cujo uso passa a não ser mais exclusivo mas ainda permanece rigidamente controlado pelo grupo residente (por meio de elaborações simbólicas que resultam em alianças), controle que exerce também o papel de “defesa” da área por outros meios que não o uso explícito da defesa aberta e da demarcação.

Na verdade, esse é o ponto fundamental de conflito entre o modelo de defesa do perímetro e o modelo de defesa das fronteiras sociais: enquanto o primeiro define territorialidade a partir de conceitos específicos como “uso exclusivo”, “demarcação clara” e “defesa” de uma área, estratégia que parece ser “a verdadeira forma de territorialidade” (SMITH, 1983, p. 61), o segundo a define de forma mais geral, enfatizando o “controle” sobre seus recursos.

Porém, como Cashdan, acreditamos que as duas estratégias refletem territorialidade e que, em certos casos, é possível que uma estratégia territorial baseada na defesa do perímetro seja gradualmente substituída por estratégias de controle do acesso e uso de partes de um território e seus recursos (CASHDAN, 1983), na medida em que determinadas áreas (especialmente suas áreas limítrofes) passem a sofrer uma pressão crescente sobre os recursos, inviabilizando os benefícios de seu uso exclusivo.

É importante perceber o modo como as unidades sistema de assentamento e território estabelecem uma estreita relação. Um sistema de assentamento é, em suma, um reflexo de um determinado padrão de utilização de recursos e este, por sua vez, em uma relação que envolve custo/benefício, poderá acionar uma conduta territorial. Se o tamanho do território está relacionado diretamente com a área de captação de recursos durante um ciclo anual, como afirmam Vita Finzi e Higgs (1970), uma vez que o sistema de

assentamento se torna conhecido, através do estudo da articulação entre seus componentes, suas relações com a paisagem, o espaço físico e ecológico, um dos resultados é a delimitação aproximada do território de domínio de um grupo ou do macro-território de uma população.

A existência de territórios implica, por sua vez, na existência de fronteiras. Estas fronteiras não devem ser entendidas somente como “linhas divisórias” mas como áreas onde podem ocorrer situações de contato de variados tipos. Tais áreas, que chamamos aqui de zonas de fronteira são, sem dúvida, potencialmente as mais importantes para nosso estudo.

2.2 A Fronteira Como Objeto de Estudo em Arqueologia

Um dos maiores desafios da Arqueologia é extrair, a partir de contextos estáticos (o registro arqueológico), a compreensão de processos sociais dinâmicos. Tal situação acabou levando a duas abordagens distintas da cultura, uma percebendo-a como “padrão” e outra como “processo”. No entanto, essa dicotomia nos parece, de fato, falsa já que “padrão e processo estão lógica e empiricamente relacionados” na medida em que “o padrão permanece ou muda através do tempo e do espaço como resultado de processos culturais subjacentes” (GREEN e PERLMAN, 1985, p. 5-6).

De certa forma, a dicotomia entre uma visão estática e uma visão dinâmica da cultura começa a ser resolvida na medida em que se passa a percebê-la como um sistema e, mais do que isso, um “sistema aberto”, no qual matéria, energia e informação são constantemente trocadas entre seus componentes internos e externos (JUSTENSON e HAMPSON, 1985, p. 16).

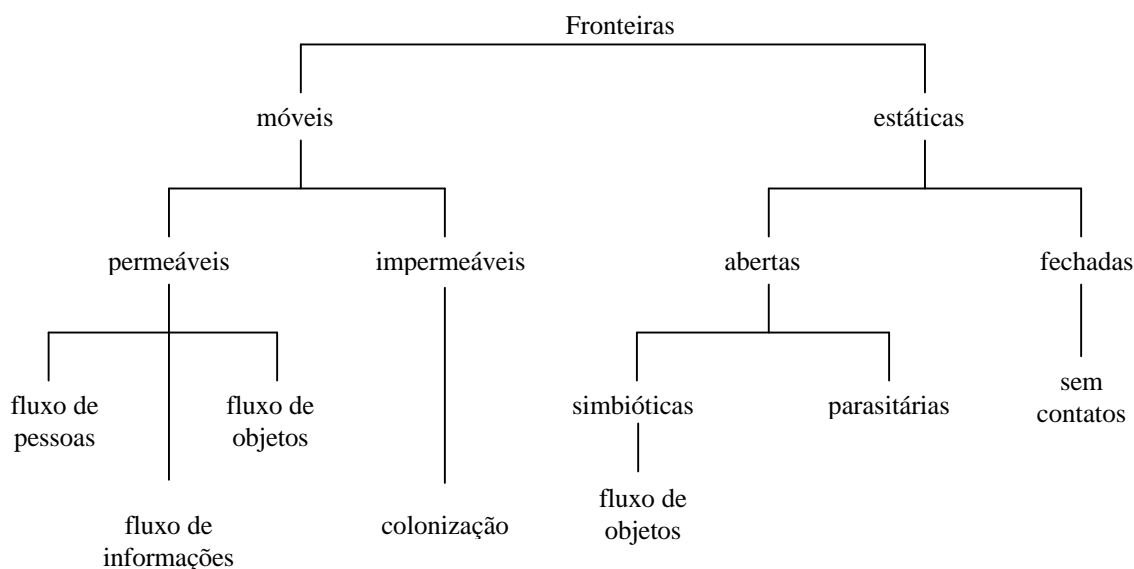
É essa noção da cultura como um sistema dinâmico e aberto que torna-se fundamental para o estudo do contato cultural. Podemos considerar sistemas socioculturais como sistemas abertos os quais estão separados, entre si e de sistemas não-culturais por fronteiras que, quase sempre, permitem algum grau de permeabilidade.

Porém, como salientam Green e Perlman (1985, p. 4), um sério problema no estudo arqueológico dos processos socioculturais ainda persiste, no sentido de como superar a barreira dos conceitos analíticos estáticos, que implicam em uma concepção “fechada” da cultura e chegar à compreensão e explicação dos processos sistêmicos subjacentes, que envolvem relações dinâmicas e “abertas”, tais como o contato cultural. Para aqueles autores, uma solução em potencial é o estudo das sociedades em suas fronteiras e, mais especificamente, nas zonas de fronteira, pelo fato de que “ padrões históricos mais amplos nos mostram que as mudanças sociais freqüentemente são mais visíveis e, em alguns casos mais ativas, na periferia dos sistemas sociais.” (GREEN e PERLMAN, 1985, p. 9-10).

Embora muito próximos, conceitualmente os dois termos mostram diferenças importantes. Enquanto que a noção de fronteira geralmente implica em limite, uma linha divisória que fornece uma sensação de exclusão e separação, como se aprisionasse um sistema sociocultural a suas próprias variáveis internas cuja periferia é seu próprio limite e que, quando rompida, pode levar invariavelmente ao conflito, a noção de zona de fronteira apresenta uma concepção que envolve muito mais a interação entre sociedades, que pode também envolver exclusão e conflito mas que, especialmente, parece estar marcada por processos de integração, envolvendo múltiplas formas de interrelações (econômicas, culturais, sociais etc) entre diferentes sistemas socioculturais, o que explica nossa opção pelo uso dessa noção.

Além disso, as diferenças não são somente conceituais, mas possuem também um caráter epistemológico, pois enquanto os chamados “estudos de fronteira” priorizam os padrões culturais de grupos que ocupam a periferias suas próprias sociedades, os “estudos de zonas de fronteira” dão maior atenção aos processos de interação entre os diferentes grupos relacionados a diferentes sistemas socioculturais que compartilhem essa área (GREEN e PEARLMAN, 1985, p. 4).

Várias formas de organizar e compreender diferentes situações de contato em zonas de fronteira tem sido sugeridos, com base em estudos etnográficos e arqueológicos (cf. GREEN e PERLMAN, 1985; BABÍNSKI, 1996; KANTOR, 1996; RICE, 1998, CUSICK, 1998a entre outros). Um exemplo bastante ilustrativo de tipologia das zonas de fronteira é fornecido por Dannel (1985), construída a partir de estudos de caso especificamente de caráter arqueológico:



As zonas de fronteira foram divididas em dois grandes tipos: móveis e estáticas. Nas fronteiras móveis, as interações entre os sistemas socioculturais envolvidos são mais intensas e complexas, sendo permeáveis quando as interações nas zonas de fronteira apresentam um intenso fluxo de informações, objetos e/ou pessoas ou impermeáveis, envolvendo a colonização e ocupação sistemática de áreas previamente ocupadas ou não, sendo que as populações anteriores podem ser dizimadas, absorvidas ou expulsas. As fronteiras estáticas se caracterizam por uma dinâmica de menor intensidade, pouco ou nada perceptível em termos de registro arqueológico. Dois tipos de fronteiras estáticas podem existir: abertas, caracterizadas somente pelo fluxo de objetos (artefatos e recursos) através das zonas de fronteira, com o estabelecimento de redes de trocas geralmente de caráter simbiótico, com vantagens para cada sistema envolvido; parasitário, geralmente envolvendo reciprocidade negativa, saques ou raptos, favorecendo somente um dos lados; finalmente, as fronteiras fechadas, marcadas pela ausência de evidências de interação, que podem refletir a existência de zonas neutras, as quais tem função de isolamento entre um sistema e outro ou, então, indicar um total “desinteresse” no estabelecimento de relações.

Uma vez que as zonas de fronteira apresentam-se como um palco ideal para o estudo dos processos de interação que envolvem o contato entre diferentes sistemas socioculturais, que tipos de evidências arqueológicas poderiam refletir, de alguma forma, tais situações? E como abordar tais evidências no sentido de que possam funcionar como indicadores da natureza dessas interações?

Tendo que utilizar o registro arqueológico que é, fundamentalmente, um registro estático, a fim de extrair dele seu sentido dinâmico e inseri-lo dentro do sistema sociocultural que o produziu, utilizou e descartou e que a ele deu significado, é preciso encontrar algum tipo de marcador cultural através do qual possamos, pelo menos,

vislumbrar a ponta desse iceberg que são os processos de interação. Sabemos que o estudo de um único elemento da cultura material não é capaz de fornecer a idéia do sistema como um todo e que o conjunto deve ser visto em sua totalidade, embora no caso de contextos arqueológicos, é provável que jamais chegaremos a ela.

No entanto, devemos partir de algum ponto e esse, nos casos que estamos estudando nessa Tese, parece ser o estilo cerâmico, pois ele contém boa parte daquilo que caracteriza a “identidade” daqueles sistemas socioculturais. Nos processos de interação, é justamente essa identidade e os elementos culturais que a materializam, que estão em jogo. E a cerâmica, por suas características estilísticas visuais e tecnológicas altamente diagnósticas, podem ser uma fonte extremamente útil para começar a extrair informações sobre a natureza dos contatos entre as populações que as produziram.

2.3 Cultura Material e Estilo

A cultura material pode ser entendida como uma manifestação física de atividades humanas e, como tal, é passível de preservação ao longo do tempo, pelo menos em parte. Neste sentido, evidências da cultura material perfazem a maior parte do registro arqueológico (TURNBAUGH, JURMAIN, NELSON, KILGORE, 2001) e se tornam a principal fonte de estudo e via de acesso a uma sociedade do passado.

Uma das premissas básicas da Arqueologia é que, através do estudo da cultura material, é possível aproximar-se das esferas tecnoeconômicas, sociais e simbólicas das sociedades humanas. Neste sentido, as “arqueologias” desenvolvidas ao longo do século XX desenvolveram abordagens que, mesmo a partir de aspectos teóricos e metodológicos distintos que resultaram em “paradigmas” próprios, buscavam alcançar estas dimensões do

comportamento humano através, fundamentalmente, da análise da cultura material. A arqueologia histórico-cultural via, na cultura material arqueológica, uma estreita relação com grupos étnicos e com processos históricos e culturais atrelados a diferentes graus de interação entre grupos humanos; a arqueologia processual de enfoque funcionalista e ecológico percebia a cultura material como parte de um todo sistêmico e orgânico, sendo que a continuidade ou mudança deveriam ser vistos através de processos de adaptação ecológica; a arqueologia pós-processual, ou pelo menos parte do que veio assim a ser chamado, ressalta os aspectos simbólicos e estruturais da cultura material, capazes por si só de exercer um papel ativo na manutenção ou transformação da sociedade.

Na produção, uso e descarte dos objetos da cultura material, estão envolvidas variáveis que tanto podem se relacionar com aspectos práticos e utilitários como com aspectos de ordem simbólica, revestindo o estudo da cultura material de extrema importância para o conhecimento total das sociedades humanas.

O tratamento das bases materiais da cultura constitui uma estratégia produtiva para desvendar questões relativas à vida cotidiana, ritual e artística entre diferentes povos, já que elas perpassam todas estas dimensões da vida social...o estudo da cultura material e das artes nas sociedades indígenas nos diz muito sobre o modo de vida nestas sociedades e permite que conheçamos não só suas singularidades mas também aquilo que compartilham umas com as outras... (SILVA e VIDAL, 1995, p. 1).

A noção de estilo está intimamente relacionada ao conjunto de similaridades apresentadas entre os objetos produzidos por uma determinada população, podendo ser entendida como “uma maneira específica e característica de fazer algo [...] peculiar a um determinado tempo e lugar” (SACKETT, 1977, p. 370).

No plano da cultura material arqueológica, as semelhanças dentro de conjuntos de artefatos, seja em seus aspectos formais, decorativos ou técnicos e que representam os

modos específicos de “fazer algo”, é o que estamos chamando de estilo. Quando nos referimos a um determinado estilo cerâmico, estamos nos referindo a um conjunto de artefatos de uma mesma categoria que apresentam regularidades em seus aspectos visuais e tecnológicos, ao longo de um determinado tempo e espaço, o que torna possível tratá-lo como um produto cultural que forma uma unidade discreta e que, mesmo não sendo tão facilmente correlacionável a uma unidade étnica ou linguística concreta permite, até certo ponto, ser usado de forma nominal (DAVIS, 1983, p. 55). No caso do uso desta noção particular de estilo, nos parece adequado empregá-la nos estudos de contato cultural, pois a manutenção ou mudança de um determinado estilo está fortemente relacionada com o grau de interação entre indivíduos ou grupos (LONGACRE, 1970; HILL, 1966; WASHBURN, 1977; DAVIS, 1983).

Se a noção do que é estilo converge para “o modo como se faz algo”, a natureza e função do estilo parecem ser motivo de controvérsia. Os pólos do debate mais recente sobre a função do estilo podem ser observados a partir destes dois autores: para Sackett (1977, 1982, 1986, 1990) estilo é, em grande parte, o produto de uma série de escolhas a serem tomadas por um artesão ao longo de todo o processo de manufatura de um artefato. Tais escolhas são feitas em função de condições ecológicas, técnicas e socioculturais específicas, mas sempre dentro dos limites da tradição à qual pertence o artesão, podendo possuir tanto um caráter passivo com o ativo dentro da cultura; para Wiessner (1983, 1988, 1990), o estilo é percebido muito mais como um elemento simbólico dentro do contexto sócio-cultural e que é capaz de, ativamente, emitir mensagens a pessoas que estiverem preparadas para lê-las e interpretá-las. Essa autora separa o estilo em duas categorias, mutuamente relacionadas: uma que se refere ao seu uso exclusivamente como uma linguagem simbólica coletiva e outra onde o uso do estilo possui um caráter mais

pragmático e idiosincrásico. Sob seu ponto de vista o estilo seria, essencialmente, uma forma não-verbal de comunicação da identidade.

Certamente as duas visões possuem uma relação de complementaridade: o estilo não só pode ser usado como marcador cultural por estar relacionado com tomadas de decisões que envolvem “escolhas culturais”, como pode também representar um marcador social, via etnicidade, a fim de enfatizar ou minimizar as diferenças socioculturais (TRIGGER, 1992, p. 323-325). A questão é como perceber, em contextos arqueológicos, o uso que uma determinada população fez do estilo. Em todos os casos, parece que o estudo etnoarqueológico é fundamental como abordagem a estes problemas (STANISLAWSKI, 1978; HODDER, 1979, 1982; WIESSNER, 1983 entre outros). Tais estudos indicam que os processos de interação social através do fluxo de pessoas, objetos e/ou técnicas estão também envolvidos por uma rede de significados que possuem, como pano de fundo, questões relacionadas a etnicidade, já que envolvem também relações entre o “semelhante” e o “diferente”:

A comparação estilística reflete a comparação social. Quando as pessoas comparam seu jeito de fazerem as coisas com outros, também estão comparando a si próprios com os outros e decidem então simular, diferenciar, rivalizar etc, decidem como negociar sua identidade. (WIESSNER, 1990, p. 107).

Relacionado com tais diferenças quanto à natureza do estilo, os estudos onde a análise estilística se transforma em uma ferramenta útil para chegar ao comportamento, são bastante variados e abordam temas muito distintos:

Há pesquisadores que investigam os processos de difusão, inovação e permanência estilística a partir de estudos comparativos, com uma dimensão histórica e regional (Davis, 1983; Stahl, 1991). Outros, estão

interessados em compreender a relação dos aspectos estilísticos com os contextos de aprendizagem e produção (Roe, 1980); com a organização social (Arnold, 1983); com a identidade étnica e individual (Wiessner, 1983); com as estruturas cognitivas (Washburn, 1983); com os valores sociais e religiosos (David et al., 1988); com a cosmologia (Layton, 1987); e com as estratégias de manipulação de poder (Pauketat e Emerson, 1991). (SILVA, 1999, p. 57).

Mesmo oferecendo várias possibilidades de abordagem voltamos a frisar que, para o estudo que pretendemos realizar, utilizaremos uma noção de estilo mais limitada, mas que nos parece mais útil: um conjunto de práticas características e específicas, produzidas e reproduzidas dentro de um mesmo sistema sociocultural. Pode-se, assim, falar em um estilo cerâmico como um conjunto de elementos com determinadas características formais, decorativas e tecnológicas que reflete parte de uma determinada prática cultural, que é produzida e reproduzida em um determinado espaço e tempo. Nesse sentido, tal noção envolve o próprio conceito de “tradição arqueológica”, que se baseia no conjunto de características formais, decorativas e tecnológicas associadas a uma determinada unidade cultural geográfica e cronologicamente localizada. Certamente, como propõe Sacket (1990), o estilo possui um caráter ativo que possibilita usá-lo como fonte de estudo de processos dinâmicos tais como a interação entre sistemas socioculturais. A análise estilística, por esse viés, pode possibilitar algum tipo de mensuração da interação entre grupos humanos a partir do estudo da difusão, permanência e mudança estilística, como propõem Davis (1983) e Stahl (1991), fenômenos que parecem estar relacionados com diferentes graus de variação de intensidade das redes de informação e comunicação por eles constituídas (PLOG, 1976, 1978, 1980, 1990; WOBST, 1977; DAVIS, 1983; DE BOER, 1990; BAUGH e ERICSON, 1994 entre outros).

O grau de semelhança ou diferença estilística parece estar relacionado com a intensidade e a distância das redes de interação (PLOG, 1978, 1980). Em princípio, um

conjunto de elementos que apresentam um alto grau de semelhança, a ponto de constituir um estilo, em uma determinada área e em um determinado espaço de tempo, devem refletir uma grande intensidade de interação dentro do próprio sistema sociocultural. Se os processos internos de interação forem bastante intensos e contínuos, ao longo de um considerável período de tempo, poderá não haver maiores diferenças entre centro e periferia, pois nessas últimas pode haver a necessidade de reforçar a identidade e, nesse sentido, o estilo pode ser uma via bastante eficaz (WIESSNER, 1990). Por outro lado, as zonas de fronteira podem também favorecer a mudança, através de processos de interação envolvendo grupos distintos, com o estabelecimento de relações econômicas e culturais que promovam a difusão de objetos, técnicas e/ou pessoas, inclusive aproximando os sistemas em contato em direção a alguma forma de organização e convívio comum (DAVIS, 1983). As zonas de fronteira, assim, parecem possuir essas duas facetas: uma que marca as diferenças e separa os sistemas socioculturais e outra que os integra, pelo menos em parte e, se não dilui as diferenças, pelo menos as torna mais maleáveis e sujeitas à mudança. A análise estilística pode, vista por esse ângulo, funcionar como indicadora tanto de uma como de outra.

Como já foi mencionado anteriormente, o uso do estilo cerâmico como ferramenta para o estudo da natureza dos processos de interação não significa que estamos reduzindo toda sua complexidade a um único elemento, mas apenas utilizando-o como um elemento diacrítico e ponto de partida para observar não as causas, mas alguns dos resultados possíveis daqueles processos. Os fatores causais dos processos de interação, aparentemente, devem estar relacionados com os padrões de expansão, ocupação e exploração dos ambientes ecológicos aos quais aqueles sistemas se relacionam e na forma como eles podem ser mais eficientemente explorados em suas porções marginais. Porém,

como salienta Anthony (1990, p. 896), não é possível compreender “a dinâmica ao longo de fronteiras [...] sem uma compreensão sobre migração”.

2.4 O Contato Cultural e os Movimentos de Populações

Os processos de difusão de objetos e idéias e de migração de populações humanas são, desde longo tempo, temas intensamente estudados pela Arqueologia, especialmente na vertente histórico-cultural, sendo um dos principais pressupostos para explicar os padrões de distribuição de determinadas características estilísticas. Embora em grande parte negligenciados nos estudos arqueológicos realizados pela arqueologia processual, a difusão e a migração certamente possuem um papel importante, não como uma forma de explicação em si mas como uma ferramenta para a compreensão de processos relacionados a interação entre populações humanas.

Historicamente, a migração de populações (ou, mais especificamente, parcelas de uma população) possui uma precedência como um dos principais fatores envolvendo a distribuição de elementos culturais através de contextos regionais. Grupos humanos migravam, carregando consigo sua cultura material e imaterial e, em determinadas ocasiões, influenciariam outras populações ao mesmo tempo em que poderiam ser influenciadas por elas. Em resumo, a migração era tomada como uma das principais fontes de mudanças culturais.

Ao longo do tempo, o papel da migração foi sendo substituído pela noção de que o movimento de populações não era tão importante como a difusão de objetos e idéias, tomada então como o principal fator de mudança cultural, na medida em que não

necessitava envolver o deslocamento de grupos humanos, cuja ocorrência real parecia ser um fenômeno mais raro.

Na verdade, ambos processos parecem ter sua importância relativa ao longo da história humana, de forma que um ou outro (ou ambos) devem ter atuado de forma mais direta na constituição dos sistemas culturais estudados pela Arqueologia, em qualquer tempo e lugar, ainda que tenham sido deixados de lado pelas correntes teóricas arqueológicas mais recentes, especialmente aquela denominada “processual”.

Embora processos de difusão possam explicar, pelo menos em parte, a organização cultural de alguns sistemas envolvidos em nosso estudo, nos deteremos mais especificamente na questão da migração, que nos parece o fenômeno mais importante relacionado a um possível fator causal relacionado ao nosso contexto, como uma forma de comportamento estruturado, como percebida por Anthony (1990). Nesse sentido, a migração pode ser caracterizada como um comportamento, que envolve o deslocamento de grupos humanos definidos, geralmente ligados por parentesco e que possuem objetivos específicos quanto ao local de destino (ANTHONY, 1990, p. 896).

Nas últimas duas décadas, os fenômenos migratórios têm sido cada vez mais estudados na Arqueologia, refletindo a consciência de sua importância nos processos sociais e culturais do passado. A maior parte desses estudos baseiam-se nas propostas feitas por outras disciplinas, especialmente a Geografia, mostrando a possibilidade de uma aproximação entre processos históricos e pré-históricos, já que ambos possuem uma estrutura aparentemente semelhante, embora as causas muitas vezes sejam distintas.

As causas que levam uma população a migrar podem ser muito complexas, (ANTHONY, 1990, p. 899). No entanto, nosso caso particular se volta a uma causalidade que envolve o chamado “efeito *push-pull*” (empurrar-atrair), o primeiro um efeito negativo

que pode estar associado, entre outras coisas, a fatores econômicos e/ou ideológicos. Especialmente nos modelos que envolvem fatores econômicos, estes quase sempre estão associados ao crescimento demográfico, aumentando a pressão populacional e sobre os recursos, em uma determinada região, até o ponto em que uma parcela da população decide migrar. Tal decisão envolve, necessariamente, relações do tipo custo-benefício e a área-alvo deve possuir algum tipo de efeito de atração (*pull*), de forma que o custo seja suplantado pelo benefício em se estabelecer em uma nova região. Parte desse custo pode ser minimizado se a área-alvo já for previamente conhecida.

Geralmente, as migrações ocorrem quando há stress negativo (*push*) na região de origem e quando há uma força de atração positiva (*pull*) na região do destino, sendo o custo do deslocamento entre ambas as áreas aceitável (Lee, 1966). Essa é a formulação básica do modelo de migração ‘push-pull’. (ANTHONY, 1990, p. 900).

A causalidade envolvendo o efeito “*push-pull*” envolve, em geral, migrações de curta distância, que se relacionam ao modelo conhecido como “avanço na forma de ondas” (ANTHONY, 1990, p. 904), representado pelo avanço de sucessivas ondas migratórias, ao longo de amplos espaços geográficos e temporais, caracterizado por um padrão de distribuição de sítios que pode ser percebido por sua relativa alta densidade e pelo contínuo avanço sobre uma determinada região, com uma baixíssima taxa de mudança estilística, devido a alta interação entre as populações migrantes.

Por outro lado, podem ocorrer fenômenos migratórios de longa distância em um curto período de tempo, em um processo que é conhecido como “avanço na forma de rio”, implicando em um alto fluxo de informações sobre o local de destino, sendo esse um alvo altamente focalizado pela população que migra. Em geral, as migrações de longa distância

envolvem um processo inicial a partir de pequenos grupos “precursores”, geralmente compostos por indivíduos jovens, que buscam estabelecer relações com outras população a fim de obter informações sobre as novas áreas. Ainda mais, tal forma de migração envolve quase sempre a transposição de fronteiras ecológicas. Tal processo de migração fornece, ao contrário da migração em forma de ondas, um padrão de distribuição de sítios na forma de “ilhas”, até que toda a rota por onde se dá a migração seja ocupada o que possibilitaria, em alguns casos, uma maior variabilidade estilística devido ao “efeito fundador” de cada núcleo ocupado ao longo da rota migratória e que estaria separado da área de origem (ANTHONY, 1990, p. 904).

Além dos fatores relacionados aos processos de migração, propriamente ditos, os fluxos migratórios são sempre acompanhados por contra-fluxos em direção à origem ou a áreas já ocupadas anteriormente, sendo que a “taxa de retorno é maior se as oportunidades no local de origem e no local de destino forem semelhantes [...] reduzida se fatores negativos no local de origem forem a causa primária da migração.” (ANTHONY, 1990, p. 906).

Certamente, o que apresentamos foi somente uma breve síntese de determinados fatores que envolvem o conceito e os processos de migração, mas suficientes para os compreender dentro de nosso contexto de estudo. Importante é compreender que a migração é, ao contrário do que se poderia pensar, um processo altamente estruturado e que, como salienta Anthony (1990, p. 907), no momento em que se inicia é capaz de gerar sua própria dinâmica, o que torna possível seu reconhecimento a partir de evidências arqueológicas.

3 AS TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS CERÂMICAS DO RIO GRANDE DO SUL

3.1 A Tradição Tupiguarani

A tradição Tupiguarani, tal como foi definida formalmente, refere-se a

Uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tembetás. (CHMYZ [Ed.], 1976a, p. 146).

A base desta taxonomia está vinculada aos aspectos formais, decorativos e tecnológicos de um elemento específico da cultura material, a cerâmica, mas que também inclui, logicamente, artefatos de outra natureza. A tradição foi subdividida (BROCHADO et al., 1969), com base na predominância estatística de tipos de decoração da superfície de seu vasilhame cerâmico, em três conjuntos: a Subtradição Pintada, a Subtradição Corrugada e a Subtradição Escovada. O tratamento estatístico que forneceu a base para tal classificação (seriação) implicava, necessariamente, que tal subdivisão teria conotações temporais, sendo a mais antiga a Pintada e a mais recente, já caracterizando contato com populações européias, a Escovada. Se, por um lado, tais relações temporais possam ser por

demais frágeis ou podem absolutamente não existir de fato, como assinala Brochado (1984), ficou muito claramente perceptível uma certa diferença na distribuição espacial dessas subtradições, especialmente das duas primeiras: a Pintada é mais recorrente desde o Estado de São Paulo para o Norte, principalmente nas áreas litorâneas das regiões Sudeste e Nordeste, com extensões para o interior até alto rio Araguaia; a Corrugada é mais recorrente no sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul), além dos países vizinhos como o Uruguai, partes da Argentina ao longo dos rios Paraná, Uruguai e Prata e o leste do Paraguai; a Subtradição Escovada possui uma distribuição muito mais restrita, ocorrendo principalmente no Rio Grande do Sul, nas bacias do rio Uruguai e Jacuí, relacionada à área de estabelecimento das Reduções Jesuíticas em tempos históricos.

Se, em termos arqueológicos amplos, a “tradição” Tupiguarani foi concebida para indicar uma certa unidade ou homogeneidade cultural, certamente são perceptíveis as diferenças existentes dentro desse grande conjunto, diferenças que foram inicialmente formalizadas nas “subtradições”. Porém, as diferenças parecem ser muito maiores do que simplesmente o uso maior de determinados tipos de tratamento de superfície. Brochado (1977; 1984, p. 299-302) chama a atenção para o forte contraste entre os estilos visuais (especialmente com relação à forma) e a função dos vasilhames cerâmicos relacionados à subtradição Pintada, oriunda especialmente de sítios da região nordeste e sudeste do Brasil e aqueles relacionados à subtradição Corrugada, oriunda dos sítios do Brasil Meridional. Além disso, as diferenças também se estendem para o ambiente ecológico ocupado e explorado por cada um (BROCHADO, 1984; SCHMITZ, 1991), que parece refletir uma base econômica diferenciada, que pode ser percebida a partir da comparação das formas do vasilhame cerâmico (BROCHADO, 1977).

Tais diferenças dentro da “tradição arqueológica cerâmica”, parecem refletir de forma considerável as diferenças encontradas no plano sociocultural, conhecidas a partir de fontes etno-históricas, etnográficas e linguísticas, entre as populações Tupi (especialmente os Tupinambá) e Guarani, ambas relacionadas a um mesmo tronco linguístico, mas aparentemente tendo se desenvolvido de forma independente (BROCHADO, 1984).

Nesse sentido nos parece correta a afirmação de que existe uma correlação e uma continuidade entre o que é chamado, eminentemente pelas suas características cerâmicas, de tradição Tupiguarani e os grupos indígenas falantes da família linguística Tupi-Guarani. Da mesma forma, e numa relação ainda mais direta, parece certo estabelecer uma continuidade entre os sítios da chamada subtradição Corrugada e os grupos indígenas de língua Guarani (BROCHADO, 1984; SCHMITZ, 1991; NOELLI, 1999/2000; SOUZA, 2002)⁵, da mesma forma que é possível correlacionar a cerâmica da subtradição Pintada aos grupos Tupi, como os Tupinambá, das regiões leste e nordeste do Brasil (BROCHADO, 1984). Se é possível o vínculo entre a subtradição Corrugada e os Guarani históricos, especialmente os registrados nas fontes iniciais, referentes aos séculos XVI e XVII, então é correto afirmar que “dentre as populações do Sul os Guarani são os mais conhecidos em termos arqueológicos, etnográficos, históricos e linguísticos...” (NOELLI, 1999/2000, p. 247).

No Rio Grande do Sul, as informações sobre a existência de uma cerâmica arqueológica associada diretamente aos Guarani podem ser traçadas desde uma data tão antiga como 1697, quando da fundação da Redução de São João Batista pelo Pe. Antonio Sepp, o qual relata que “os indígenas cristãos revolviam com a enxada, nas suas roças, os

⁵ Tal correlação levou alguns pesquisadores a abandonar a taxonomia oficial do PRONAPA e passar a usar termos como “subtradição Guarani” (BROCHADO, 1984; RIBEIRO, 1991), “Guarani pré-históricos” (SOUZA, 2002) ou simplesmente “povos Guarani” (NOELLI, 1999/2000) para as ocorrências arqueológicas no sul do Brasil e região platina.

cacos das vasilhas que seus antepassados haviam confeccionado quando pagãos” (BROCHADO, 1969, p. 4). Porém, é principalmente a partir dos trabalhos de Antônio Serrano, na década de 1930, que começa a se somar uma maior quantidade de informações sobre a tradição Tupiguarani no Rio Grande do Sul (BROCHADO, 1969b, p. 16), culminando com as pesquisas realizadas pelo PRONAPA, que formalizará a “tradição cerâmica”. A sistematização dos dados arqueológicos até aquele momento, especialmente relacionados a cronologia e distribuição espacial dos sítios, foi feita por Brochado (1973a e b). Sínteses mais recentes, absorvendo as informações obtidas nas décadas seguintes, são encontradas em Brochado (1984) e Schmitz (1991) e, mais recentemente, em Noelli (1999/2000).

3.1.1 A Expansão da Tradição Tupiguarani no Rio Grande do Sul

Sítios arqueológicos com cerâmica Tupiguarani, relacionada à subtradição Corrugada, ocorrem por uma ampla área geográfica que, a grosso modo, compreende os Estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e sul de São Paulo, além da República Oriental do Uruguai, na Argentina ao longo do Rio Paraná e Uruguai e no Estuário do Prata e leste do Paraguai. De uma forma geral, os sítios são encontrados principalmente associados aos rios que compõem a imensa Bacia do Prata (Paraná, Paraguai, Uruguai), bacias hidrográficas menores (Bacia do Jacuí) e o litoral atlântico (desde a foz do Prata até o litoral sul de São Paulo).

Em toda a área de dispersão da tradição arqueológica, os sítios mostram uma forte relação com um tipo específico de sistema ecológico: as áreas de vales de rios, cobertas por

Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, a partir de uma adaptação agrícola provavelmente iniciada em algum ponto da floresta amazônica⁶.



Figura 2. Área de dispersão da tradição Tupiguarani, Subtradição Corrugada.
Fonte: modificado de Noelli, 1999/2000, p. 248.

No Rio Grande do Sul são encontrados, em grande número, nas bacias dos rios Uruguai e Jacuí, estendendo-se também à Serra do Sudeste e à Planície Costeira. A expansão para estas áreas parece ter caracterizado um movimento de progressiva colonização das várzeas mais férteis através dos rios de maior porte, em uma direção geral de oeste para leste, partindo do baixo Rio Paraná e adentrando o Estado através do eixo formado pelos Rios Uruguai, Ijuí e Jacuí. Se supõe que o início desse processo, em território sul-rio-grandense, tenha se dado a partir da região noroeste, por volta do início

⁶ Para alguns, no sudoeste da Amazônia (SCHMITZ, 1991); para outros, a Amazônia Central (BROCHADO,

da Era Cristã ou um pouco antes, aparecendo sítios relacionados a Subtradição Pintada ao longo do médio Rio Uruguai e no vale do Rio Ijuí (FERRARI, 1983); a partir daí, pelo Ijuí devem ter alcançado o alto e médio Jacuí onde, na verdade, estão as datas mais antigas até o momento encontradas (BROCHADO, 1973a e b; SCHMITZ, ROGGE, ARNT, 2000).

Em um segundo estágio de expansão, por volta dos séculos IX e XIII, as populações portadoras dessa tradição cerâmica passam a ocupar as áreas mais férteis dos tributários da margem esquerda do Jacuí com maior intensidade, ao mesmo tempo em que se dirigem a montante e a jusante do Rio Uruguai, expandem-se ao longo da faixa costeira e ocupam as matas da Serra do Sudeste e alguns locais florestados da costa ocidental da Lagoa dos Patos. Em uma terceira etapa dessa colonização, ocupariam áreas mais afastadas dos rios maiores ou as porções mais altas e mais estreitas dos vales dos rios que descem do Planalto. Por volta dos séculos XV e XVI já ocupavam praticamente todas as áreas florestadas dos vales fluviais (com exceção das áreas de mata atlântica e terras altas do planalto) e a faixa litorânea, quando se inicia o encontro com as populações de origem européia (BROCHADO, 1973a e b, 1984; SCHMITZ, 1991; RIBEIRO, 1991). A reconstrução das principais direções de expansão da tradição no Estado, como sinteticamente foi descrita acima e é apresentada na Figura 3, é ainda bastante hipotética e está baseada em um número ainda pequeno de datações absolutas (cerca de 30 datas), mas são em grande parte coincidentes com o mapa elaborado por Brochado (1973a e b; 1984), já que a base de dados referentes às datações foi, em grande parte, a mesma. No Anexo 1 apresentamos as datações radiocarbônicas⁷, publicadas até o momento, para sítios da tradição Tupiguarani no Rio Grande do Sul, incluindo algumas na divisa com o Estado de Santa Catarina.

1984).

⁷ Todas as calibrações foram feitas no programa CALIB 4.1, de acordo com Stuiver e Reimer (1998).

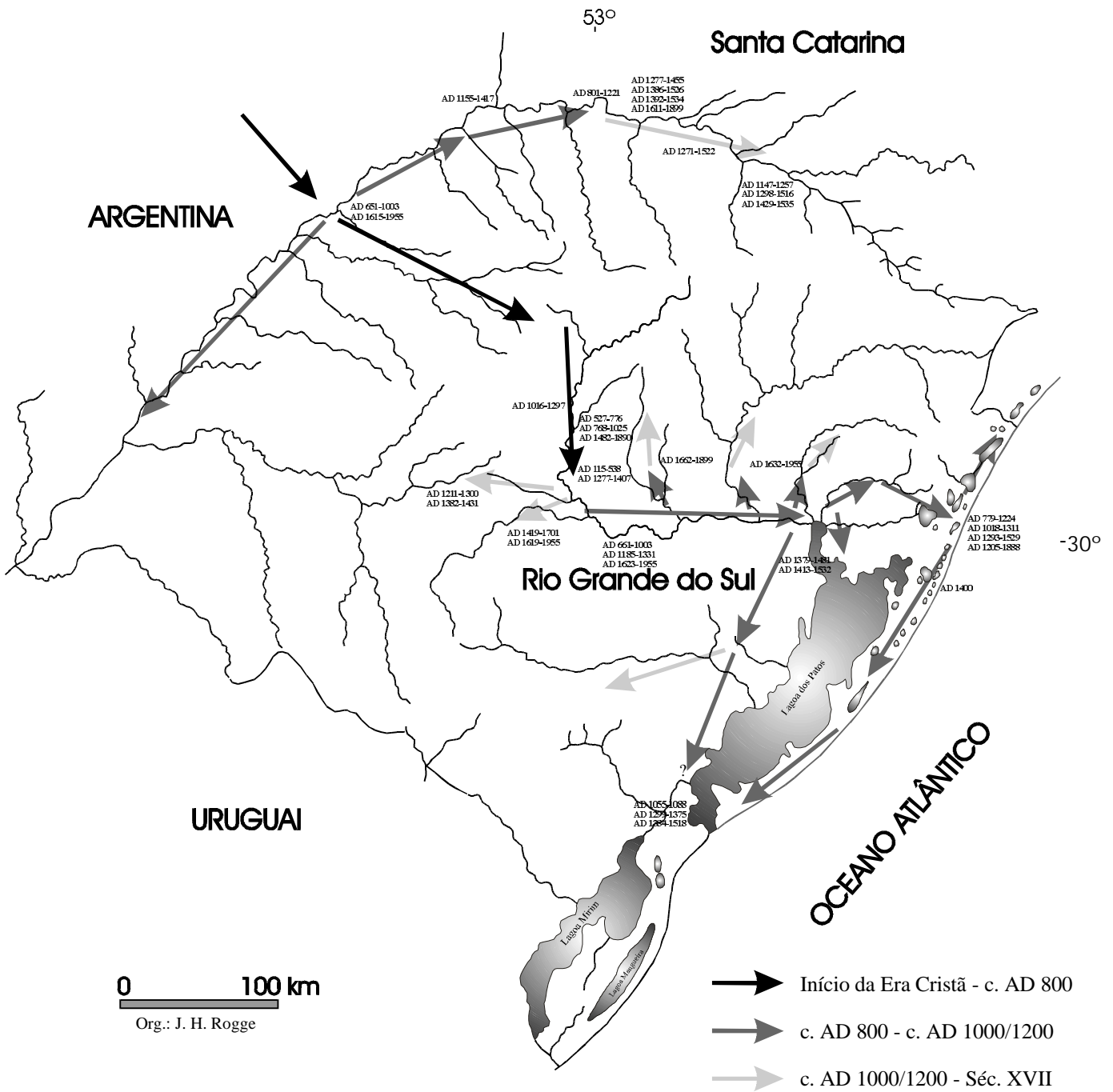


Figura 3. Direções hipotéticas da colonização das áreas de mata subtropical e do litoral pela tradição Tupiguarani.

Além dessas datas radiocarbônicas, algumas poucas datações por termoluminescência foram feitas em cerâmicas da tradição Tupiguarani. Um sítio localizado no médio Rio Jacuí, no centro do Estado, forneceu datas que vão de 710 a 3.500 anos A.P. (SOARES, 2003), embora as datas mais antigas estejam sendo revistas pelo próprio autor. Outros sítios, datados pelo mesmo método, no litoral central do Estado, no município de Palmares do Sul, apresentaram datas entre 2.100 a 600 anos AP. Essas últimas serão apresentadas e discutidas no Capítulo 4 dessa Tese, quando nos referirmos à Área Balneário Quintão.

3.1.2 Os Sítios e o Material Arqueológico

Os sítios da tradição Tupiguarani, subtradição Corrugada estão representados, principalmente, por “manchas de terra escura” resultantes de acúmulo de restos orgânicos que são produzidos por uma ocupação mais ou menos continuada, associadas a áreas de solo fértil ao longo de cursos d’água. Estas áreas representam, também, os locais de deposição da maior parte dos vestígios lito-cerâmicos e são interpretadas como áreas de habitação, podendo estar isoladas ou, algumas vezes, formando agrupamentos com número variável de concentrações (mais comumente, duas a cinco). A área ocupada por um assentamento é muito variável, podendo ir de 100 m² a 50.000 m² (BROCHADO, 1984, p. 259).

Existem poucos sítios escavados, de forma sistemática, em sua totalidade; na grande maioria das vezes as coleções de material arqueológico são produto somente de coletas superficiais, ou dessas associadas a pequenos cortes estratigráficos⁸. Tal fato limita,

⁸ Algumas exceções estão em Schmitz et al. (1990), Rogge (1996) e Soares e Milder, (s/d).

em grande parte, o estudo do contexto arqueológico, especialmente com relação a estrutura e organização do assentamento, somando-se a isso os geralmente intensos processos pós-deposicionais que atuam na perturbação dos sítios, especialmente aqueles oriundos de atividade antrópica moderna, já que a maior parte deles é encontrada em terras agricultáveis, sofrendo o impacto contínuo de mais de um século de agricultura tradicional e, mais recentemente, mecanizada.

Porém, mesmo que estudos mais especializados sobre a organização interna de um assentamento ainda estejam faltando, a grande quantidade de cerâmica que compõem as várias coleções arqueológicas foram objeto de estudos bastante detalhados.

O vasilhame cerâmico associado à tradição Tupiguarani (Figura 4) possui uma grande riqueza de formas, desde contornos simples até contornos bastante complexos, descritas e reconstituídas graficamente em dezenas de trabalhos arqueológicos, relacionadas a funções que, de uma forma geral, contemplam três categorias básicas: processar, servir e armazenar alimentos sólidos e líquidos. No entanto, parte do vasilhame também pode estar relacionado a funções que envolvem atividades religiosas, especialmente aqueles com pintura policrômica. Deveria ter sido comum, também, o uso do vasilhame cerâmico para funções distintas daquelas para as quais foram originalmente produzidos. Um exemplo bem conhecido é o das grandes urnas funerárias, originalmente usadas como recipientes para armazenagem de líquidos, bem como algumas formas menores, utilizadas como “tampas” dessas urnas e como parte do acompanhamento funerário.

Certamente, assim como a função prática se modifica, o mesmo deveria ocorrer com seus aspectos simbólicos. Outro tipo comum de reutilização de recipientes cerâmicos

era sua transformação em matéria-prima para o antiplástico usado na produção de novo vasilhame, como de fato é bastante encontrado junto a essa tradição tecnológica.

Como já foi mencionado anteriormente, existem visíveis diferenças estilísticas entre o vasilhame relacionado à subtradição Corrugada e à Pintada. No caso da subtradição Corrugada, associada às populações Guarani, a técnica de produção sempre envolve o uso de roletes sobrepostos (técnica de “roletado” ou “acordelado”), com algumas exceções em vasilhame de tamanho muito pequeno, que pode ser produzido a partir de modelagem. Descrições mais completas das diferentes formas dessa cerâmica, embora não abranjam sua total variabilidade, podem ser encontradas em Scatamacchia (1981), Brochado (1984), Schmitz et al. (1990) entre outros.

Se o estilo formal da cerâmica Tupiguarani da subtradição Corrugada é muito característico, assim também o é seu estilo decorativo, marcado por uma ampla gama de acabamentos de superfície. Estes acabamentos podem envolver o alisamento da superfície interna e externa, o uso de vários tipos de decoração plástica na superfície externa, o engôbo e/ou pintura policrômica na superfície externa e/ou interna. Os tipos mais comuns de acabamentos de superfície são mostrados nas Figuras 5 e 6.

O material lítico, representado parcialmente na Figura 7, é menos abundante nas coleções arqueológicas e foi ainda muito pouco estudado, já que uma maior atenção sempre foi dada à cerâmica. Está representado principalmente por instrumentos lascados raspadores⁹ e talhadores¹⁰) e polidos (lâminas-de-machado, quebra-coquinhos,

⁹Categoria bastante abrangente de artefatos feitos sobre lascas ou seixos que, em geral, possuem uma borda ativa com um gume de ângulo aberto, usado para raspar (SOUZA, 1997, p. 110-111).

¹⁰Também uma categoria muito abrangente de artefatos lascados, feitos sobre seixos ou blocos, em geral com gume biselado, usados para fender ou entalhar (SOUZA, 1997, p. 121).

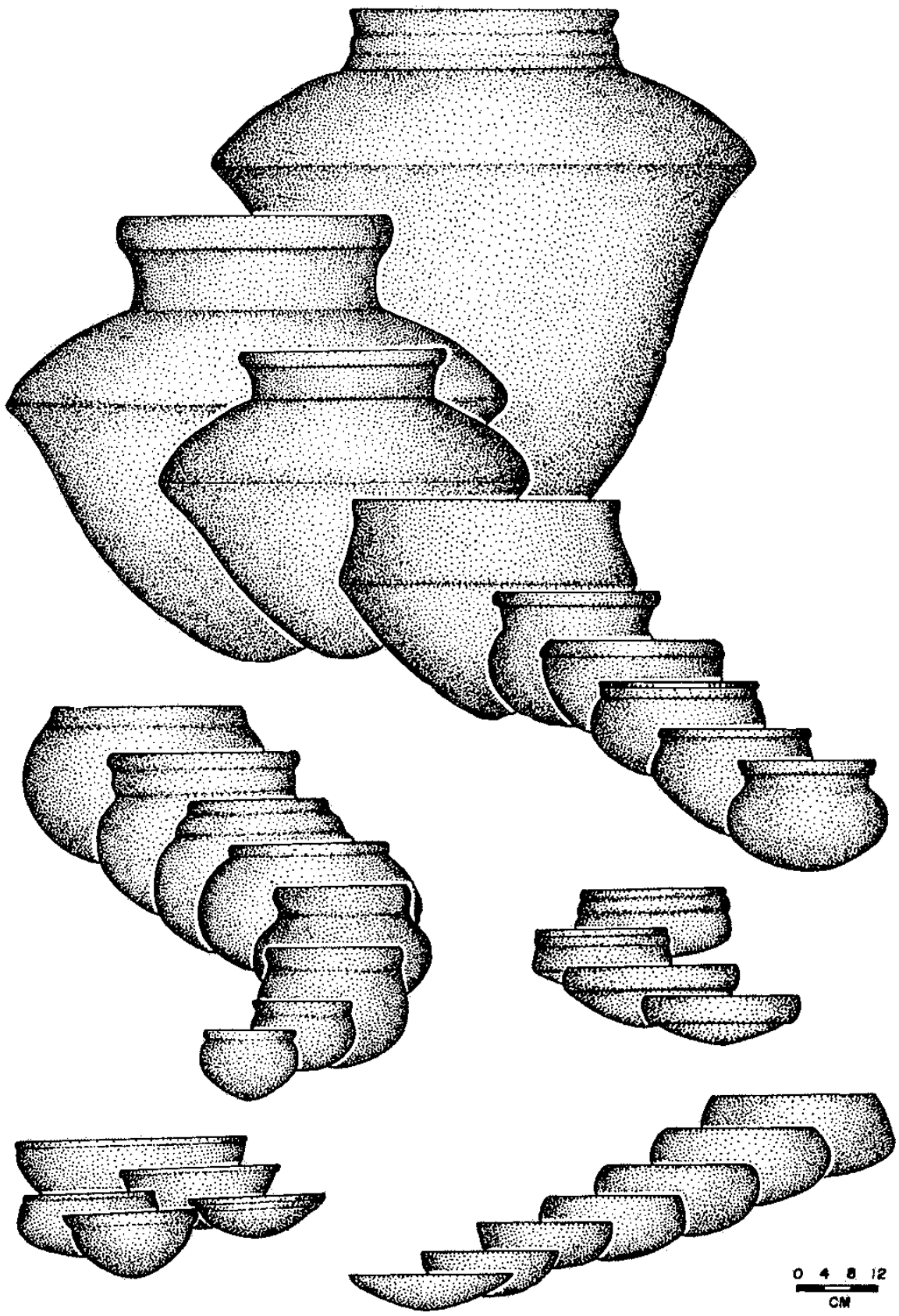


Figura 4. Formas mais comuns do vasilhame cerâmico da Tradição Tupiguarani.
Fonte: modificado de Schmitz, 1991, p. 327, Fig. 1.

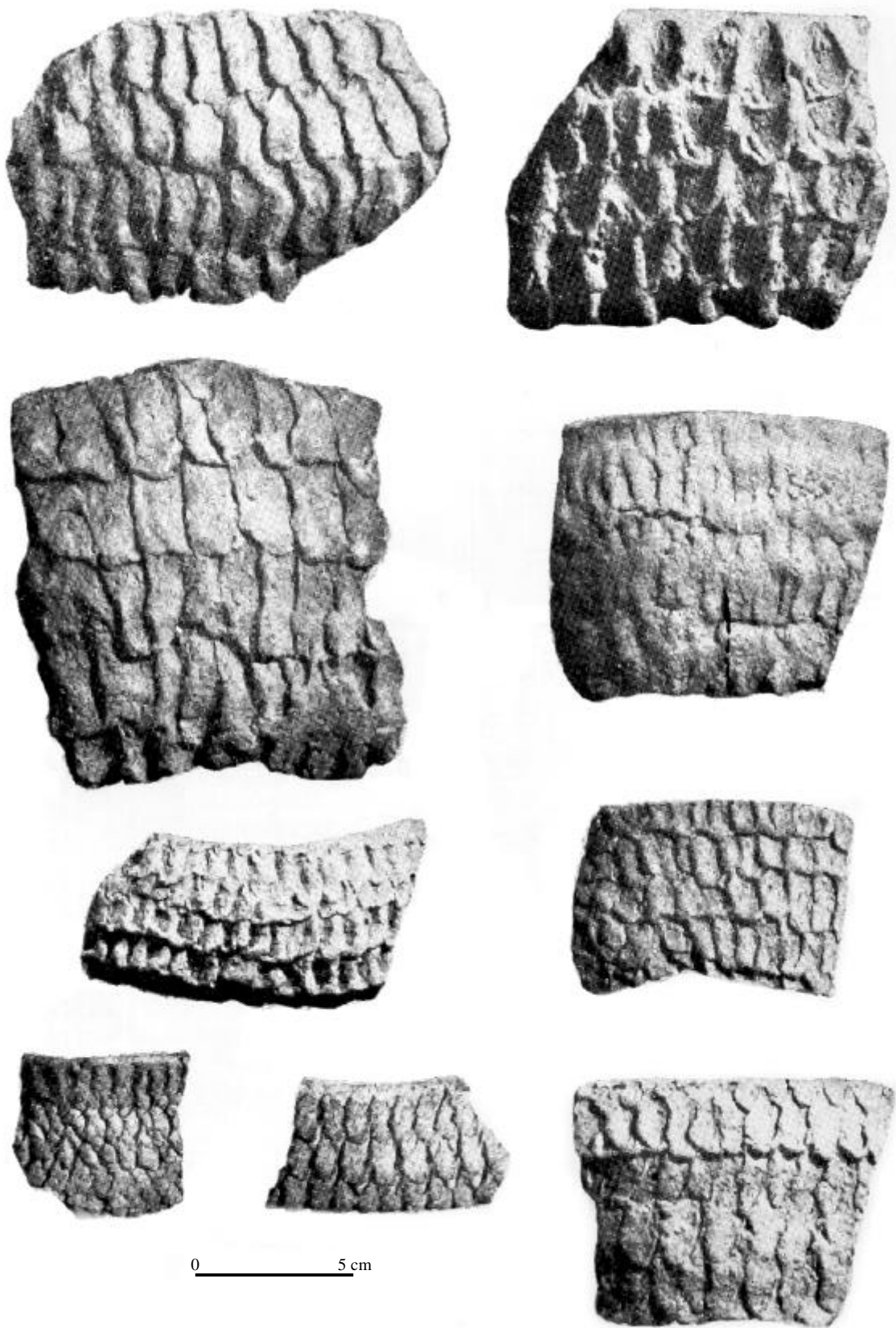


Figura 5. Tipos mais comuns de decoração plástica da cerâmica da Tradição Tupiguarani.
Fonte: modificado de Brochado et al., 1969, Estampa 3.

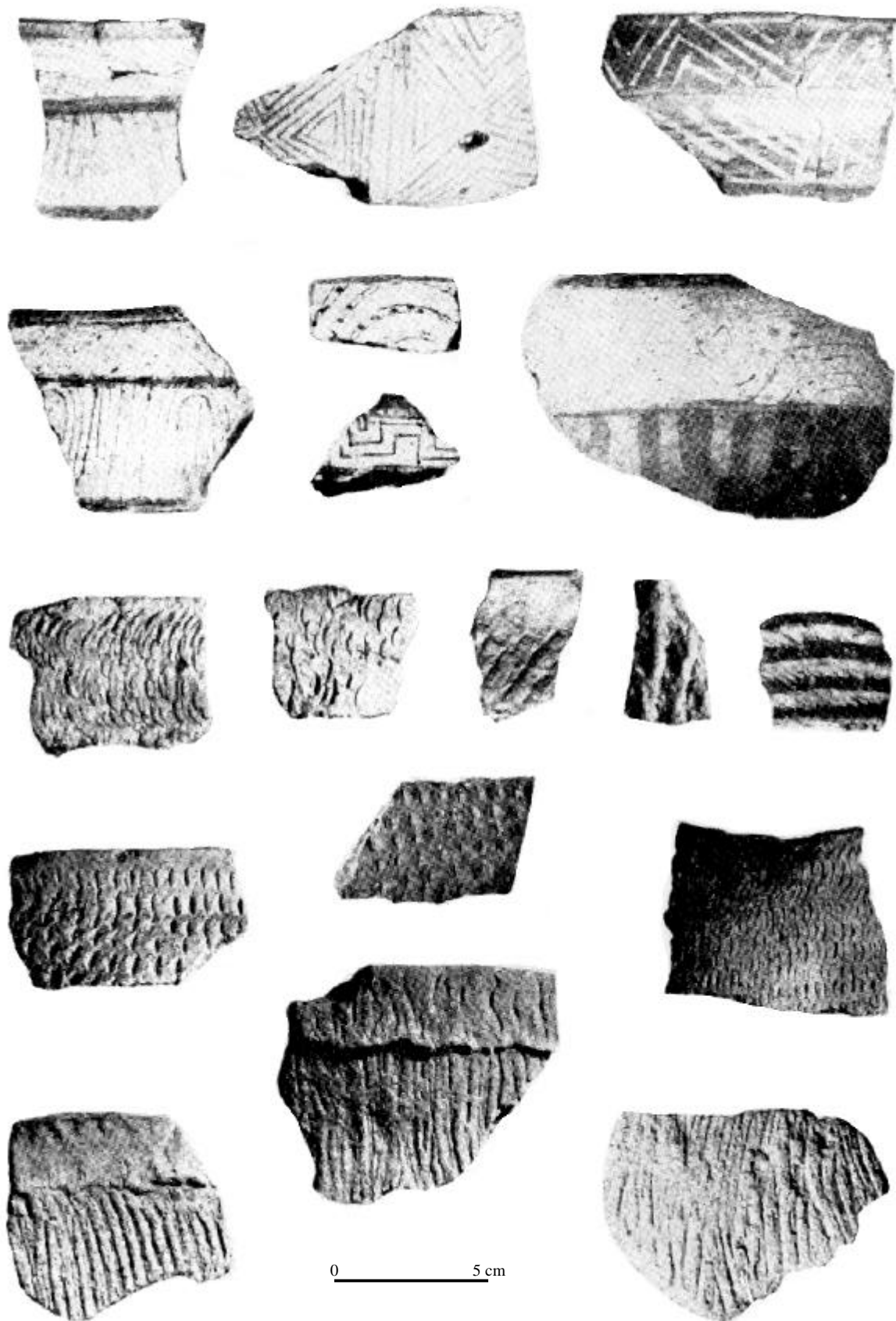


Figura 6. Tipos mais comuns de decoração pintada e plástica da cerâmica da Tradição Tupiguarani.
Fonte: modificado de Brochado et al., 1969, Estampa 2.

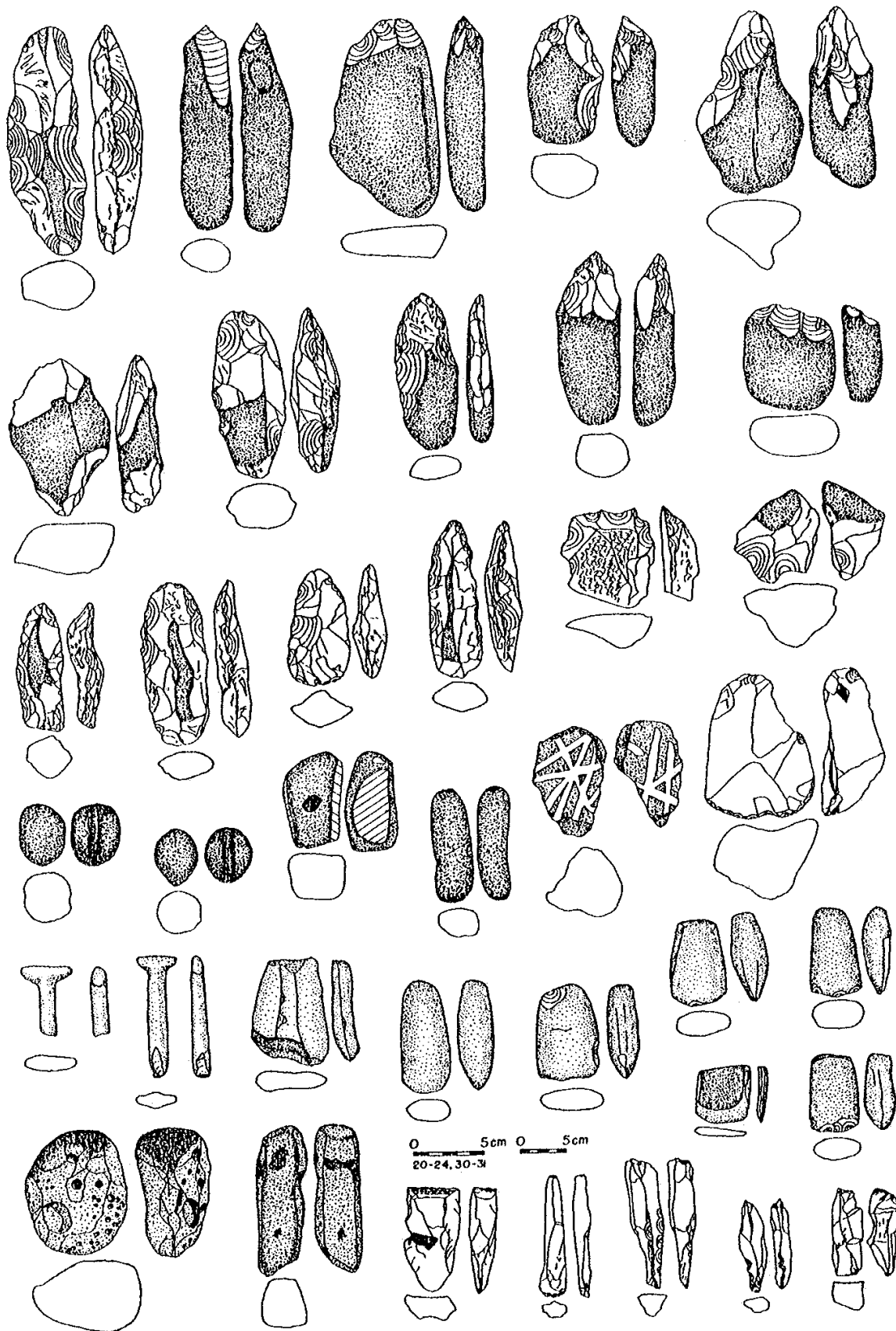


Figura 7. Artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani.
 Fonte: modificado de Schmitz, 1991, p. 66, Fig. 5.

tembetás), modificados intencionalmente ou pelo uso (afiadores-em-canaleta, polidores), além de lascas, algumas com evidências de utilização (desgaste ou retoques) e resíduos de lascamento.

Alguns artefatos ósseos e malacológicos podem, eventualmente, ser encontrados, como pontas-de-projétil, furadores, espátulas e adornos, mas devido à sua característica perecível são relativamente raros. Cabe salientar que o que foi sumariamente descrito acima representa somente a parte da cultura material apreendida em contextos arqueológicos. É certo que a maior parte do sistema de objetos deveria incluir a utilização sistemática de uma grande quantidade de matérias-primas de origem orgânica, mais facilmente perecíveis, que dificilmente apareceriam em contextos arqueológicos. Para uma apresentação mais aprofundada da variabilidade da ergologia da tradição Tupiguarani, feita a partir de analogias de base etnográfica e etnohistórica com os Guarani, remetemos a Noelli (1993).

3.1.3 Organização Social, Economia, Território

Com base em dados históricos, sabe-se que a organização social Guarani possuía como base o parentesco classificatório sendo que a família extensa era a unidade básica de produção e consumo, auto-suficiente e independente. Tal fato, no entanto, não exclui a existência de redes de interrelações entre as unidades domésticas, o que é amplamente verificado nas fontes históricas e nos dados arqueológicos. O alto grau de homogeneidade cultural, observada no registro arqueológico, é indicador de uma extensa e coesa rede de fluxos de informações, objetos e/ou pessoas, com fortes laços de solidariedade.

A economia Guarani estava dividida em dois pólos principais: um ligado à produção de alimentos agrícolas como o milho, feijões, a mandioca, cucurbitáceas, algodão, fumo entre outros cultígenos e outro associado a recursos oriundos da coleta, da caça e da pesca, sendo que as unidades domésticas (família extensa) tendiam, como já foi mencionado, a autonomia e a autosuficiência. Porém, se a economia representa um elemento de grande importância, especialmente para a Arqueologia, já que envolve uma gama de aspectos tecnológicos que podem estar representados nos vestígios materiais, o sistema sociocultural era muito mais complexo e o aspecto econômico é apenas uma das partes que compunham esse sistema, de forma que “as diferentes esferas do fazer humano estão inextricavelmente interligadas” (SOUZA, 2002).

A organização territorial ocorria em três níveis distintos, mas inclusivos. A unidade territorial básica é o *teyí*, o assentamento de cada grupo familiar. A união de vários *teyí* formava o *tekohá*, que é o território exclusivo de cada aldeia, abrangendo toda a área de captação de recursos, produtivos e extrativos. O *tekohá* é o nível principal de organização territorial e era, geralmente, demarcado por limites naturais, possuindo conotações tanto físico-geográficas como sócio-políticas e econômicas (CHASE-SARDI, 1989). No nível físico-geográfico o *tekohá* era representado, como já foi dito acima, pela área total de captação de recursos cujas fronteiras com outros *tekohá* eram delimitadas por acidentes naturais. No nível sócio-político, era formado por uma rede de parentesco consanguíneo e por laços de afinidade entre as aldeias e os grupos familiares autônomos, com forte intercâmbio social e econômico através de visitas, cerimônias religiosas e festas. No nível econômico, o *tekohá* permitia uma plena subsistência da população, comportando áreas com variada zonação ecológica. Chase-Sardi (1989), estudando o *tekohá* de um grupo Mbyá-Guarani do Paraguai, demonstra que estes territórios podem ser bastante extensos

(cerca de 22 km de raio) e serem ocupados durante um longo tempo (cerca de 200 a 150 anos), abrangendo variadas zonas ecológicas, as quais oferecem ampla gama de recursos. Os *teyí* apresentam-se dispersos por aquela área, distantes entre si cerca de 5 a 15 km, mas ligados por uma intensa rede de intercâmbio sócio-cultural. Por fim, um nível mais amplo de organização territorial poderia ser acionado quando em momentos críticos, como guerras, onde vários *tekohá* poderiam formar alianças de caráter temporário, que abrangiam áreas bastante extensas, conhecidas como *guarás*.

Uma aproximação ao estudo de áreas e estratégias de domínio territorial em contextos arqueológicos foi feita por Schmitz (1985a), interpretando seqüências seriadas de sítios Tupiguarani no médio vale do rio Jacuí, Rio Grande do Sul. Seu estudo indica um território de domínio formado pela circulação de uma ou duas aldeias por uma área de captação de recursos que pode se estender a até 20 km ao longo da calha do rio.

Outro estudo desse tipo foi feito por Noelli (1993) na região do delta do rio Jacuí. Sua delimitação média da área territorial de um *tekohá* chega a 50 km de raio, a partir do Sítio Arroio do Conde (LEITE, 1975), tomado como ponto central do sistema de assentamento. Esta aproximação foi feita a partir do estudo da distribuição de recursos ligados a subsistência e a fontes de matérias-primas, combinando informações arqueológicas, etnográficas e etno-históricas e indica a ampla área de captação de recursos que poderia ser mantida sob controle por esses grupos.

O modelo social, econômico e territorial Guarani parece apresentar uma longa duração e uma alta prescritividade, como mostram muitas evidências arqueológicas, etno-históricas e etnográficas, sugerindo uma relativa coesão ao longo de cerca de pelo menos 1.500 anos. É provável que tal unidade tenha, em grande parte, sido resultante de uma bem sucedida adaptação a um sistema ecológico específico, que se reflete na organização de um

sistema sociocultural permeado por instituições que agem como condutoras de um modo de vida que foi (e, em alguns aspectos, ainda é) produzido e reproduzido continuamente, através de uma intensa rede de interação social. Porém, embora aparentemente a cultura Guarani pré-histórica não pareça apresentar mudanças visíveis, isso não quer dizer que este “mundo” Guarani existiu isolado, sem contato com outras populações. No Rio Grande do Sul, são muitas as evidências de interação entre essas populações e aquelas portadoras de outras tradições tecnológicas cerâmicas, tal como a chamada tradição Taquara.

3.2 A Tradição Taquara

Essa tradição arqueológica está definida, da mesma forma que a anterior, pelos aspectos tecnológicos, formais e decorativos de sua cerâmica, que são distintos daqueles da tradição Tupiguarani (BROCHADO et al., 1969). Além disso, em boa parte de sua área de ocorrência, sua cerâmica encontra-se associada a assentamentos formados por estruturas construídas, tais como as conhecidas “casas subterrâneas” e montículos, alguns deles servindo como estruturas funerárias; por outro lado, também é encontrada em sítios superficiais a céu aberto e em alguns poucos abrigos-sob-rocha.

As primeiras informações sobre essa cerâmica aparecem no final do século XIX, em pesquisas realizadas por T. Bischoff no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul (SCHMITZ, 1958). Posteriormente, conjuntos cerâmicos semelhantes foram encontrados por Menghin (1957), Schmitz (1958), Rizzo (1968) e nas pesquisas do PRONAPA (MILLER, 1967, 1969A, 1971; LA SÁLVIA, 1968). Nas décadas de 1970 e 1980, poucas pesquisas envolveram essa tradição arqueológica, cujos resultados estão sintetizados em Schmitz (1988). A partir de meados da década de 1990, a pesquisa sobre a tradição

Taquara é retomada em várias frentes, com maior intensidade nas áreas altas do planalto sul-riograndense (SCHMITZ, 1999/2000; SCHMITZ [Ed.], 2002).

Uma manifestação arqueológica que possui muitos elementos em comum com a tradição Taquara ocorre nos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, sendo denominada regionalmente de tradição Itararé (CHMYZ, 1976a). Mesmo que determinados elementos dessas duas tradições arqueológicas apresentem diferenças, há uma forte tendência entre os arqueólogos no sentido de tratar estas duas tradições cerâmicas conjuntamente, como tradição Taquara/Itararé. A unificação dessas tradições regionais de cerâmica é consoante, em um certo sentido, com o aprofundamento dos estudos que buscam demonstrar o vínculo entre essas tradições arqueológicas e as populações indígenas falantes da língua Jê (Jê do Sul), por sua vez relacionada ao Tronco Lingüístico Macro-Jê, que teria se expandido em direção sul a partir de uma suposta área de origem no Centro-Oeste ou no Nordeste brasileiro (URBAN, 1991).

Existem fortes indicadores de que os portadores da tradição arqueológica Taquara estejam relacionados, no sentido de uma continuidade histórica, com as populações indígenas conhecidas como Guaianá, mais recentemente re-denominadas como Kaingáng. Essa ligação se dá, entre outras coisas, pela coincidência quanto ao espaço geográfico ocupado pela tradição arqueológica e as populações históricas e por estruturas construídas, que caracterizam boa parte dos sítios daquela, ainda em uso na época do contato com o europeu, como as “casas subterrâneas” (Soares de Souza, 1938) e os “montículos” com enterramentos humanos (MABILDE, 1983). Estudos recentes mostram, também que, no planalto sul-rio-grandense, algumas “casas subterrâneas” continuaram sendo construídas e ocupadas em tempos tão recentes quanto o final do século XIX d. C. (SCHMITZ, ROGGE, ROSA, BEBER, MAUHS, ARNT, 2002), período em que é documentada a presença, na

mesma área, de grupos Kaingáng. Silva (2001), estudando o simbolismo de padrões decorativos de artefatos e pintura corporal dos Kaingáng atuais, acredita encontrar semelhanças entre estes e alguns tipos de decoração plástica da cerâmica arqueológica, relacionada à tradição Taquara. Porém, diferentemente do que foi possível perceber no caso da tradição Tupiguarani e dos grupos Tupi e Guarani, ainda não foi possível estabelecer uma associação firme entre a cerâmica Taquara e aquela produzida pelos grupos Jê do Sul, como considerou Miller Jr. (1978). No entanto, Silva (1999) parece associar diretamente a cerâmica arqueológica agrupada nas tradições regionais Taquara e Itararé com grupos Jê do Sul, quando analisa as relações entre seus estilos tecnológicos. Tendo em vista que as relações entre os contextos arqueológicos e históricos vão muito mais no sentido de estabelecer uma real condição de continuidade, o uso controlado dos dados arqueológicos, etno-históricos, etnográficos e lingüísticos parece se justificar, para fornecer uma compreensão mais concreta desses sistemas socioculturais.

3.2.1 A Expansão da Tradição Taquara no Rio Grande do Sul

Os sítios arqueológicos associados às tradições Taquara e Itararé encontram-se, principalmente, nas terras altas do Planalto Meridional, abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e sul de São Paulo (Figura 8). São, em maior parte, coincidentes com as áreas de distribuição da *Araucaria angustifolia*, na Floresta Ombrófila Mista, em áreas climáticas que envolvem verões temperados e invernos frios, muitas vezes com ocorrência de nevascas. Os sítios, nessas áreas, ocorrem dentro ou na orla de matas onde essa vegetação predomina, relativamente distantes de rios de grande e médio porte, mas sempre próximos a arroios, nascentes e/ou banhados. Porém, se esse parece ser o

sistema ecológico onde predominam, muitos sítios também são encontrados em áreas mais baixas de Floresta Estacional, na encosta do planalto e também no litoral, associados às áreas de Formações Pioneiras (restingas) e lagoas litorâneas. No Rio Grande do Sul, a maior ocorrência de sítios é encontrada nas áreas altas do planalto, em cotas acima de 500 ou 600 m ANM¹¹, em conformidade com esse ambiente de clima mais frio e ocorrência de pinheirais.

De forma semelhante ao que acontece com relação à tradição Tupiguarani nas áreas de várzea florestadas dos rios das grandes bacias hidrográficas meridionais, aparentemente as populações portadoras da tradição Taquara desenvolveram uma eficaz adaptação a essas regiões mais altas e frias, o que em parte pode explicar a existência das estruturas habitacionais escavadas no solo.



Figura 8. Área de dispersão das tradições Taquara e Itararé.
Fonte: modificado de Noelli, 1999/2000, p. 241.

¹¹ Acima do Nível do Mar.

Um problema ainda não solucionado se refere ao surgimento da cerâmica entre essas populações. Durante um certo tempo, acreditou-se que a colonização das áreas meridionais pelos portadores da tradição Tupiguarani pudesse ser o fator responsável pela introdução de elementos tecno-econômicos tais como a cerâmica e a agricultura em populações caçadoras e coletoras que, desde longo tempo, viviam nessas áreas. No entanto, quando da chegada daqueles, a cerâmica Taquara já mostrava estar estilisticamente consolidada, bem como seus assentamentos nas áreas mais altas do planalto, indicando um processo de adaptação e uso desse espaço, mais antigo. Sendo assim, não existem razões suficientes para acreditar que a cerâmica Taquara tenha se originado, independentemente, no Planalto Sul-rio-grandense.

O surgimento das tradições cerâmicas regionais do Planalto Meridional (Taquara/Itararé) parece indicar um processo que poderia envolver tanto o movimento de populações como a difusão de um determinado estilo básico geral de cerâmica, talvez surgido no centro do Brasil e que teria se expandido e sido, em parte, adotado por grupos pré-cerâmicos e modificado ao longo do tempo, podendo inclusive ter recebido algumas influências Tupiguarani, em períodos mais recentes (BROCHADO, 1984; SCHMITZ e BASILE BECKER, 1991).

A tradição Taquara, no Estado, possui uma cronologia absoluta que remonta a, pelo menos, desde o século IV até o século XIX d. C., mas é possível que seu início seja ainda anterior. Os sítios mais antigos da tradição Taquara no Estado são encontrados em uma área que compreende, aproximadamente, o alto/médio Rio Caí e Sinos e o alto/médio Rio das Antas, que corresponde em grande medida à localização geográfica da chamada fase Taquara, embora a data mais antiga (mas aparentemente isolada) seja encontrada mais a nordeste, na região de Bom Jesus, na área da chamada fase Guatambu (SCHMITZ e

BROCHADO, 1972). A presença de sítios em outras áreas, como no vale do Rio Pardo, ao longo do Rio Uruguai em direção oeste e no litoral atlântico parecem representar deslocamentos posteriores dessa populações. Assim como no caso da tradição Tupiguarani, subtradição Corrugada, o número de datações absolutas em relação à quantidade de sítios registrados, ainda é relativamente pequeno mas permite visualizar, mesmo que de forma ainda rarefeita, as principais direções de expansão da tradição (Figura 9).

No Anexo 2 e 3 apresentamos as datações radiocarbônicas e de termoluminescência, respectivamente, publicadas até o momento, para sítios da tradição Taquara no Rio Grande do Sul, incluindo algumas na divisa com o Estado de Santa Catarina. É importante mencionar que as duas primeiras datas que aparecem na primeira tabela são discutíveis quanto a sua real validade e requerem reflexões mais aprofundadas; a primeira por apresentar-se isolada e discrepante do restante do conjunto de datas relacionadas à presença das populações portadoras da tradição Taquara no Estado, pelo que é posta em dúvida pelos próprios autores (COPÉ e SALDANHA, 2002) e a segunda igualmente por estar isolada do conjunto de datações obtidas para a área da fase Guatambu, ao norte do Rio das Antas, onde a maior parte das datas se concentram a partir do final do primeiro milênio da Era Cristã.

3.2.2 Os Sítios e o Material Arqueológico

Uma das formas mais características dos assentamentos da tradição Taquara são as aldeias compostas por estruturas escavadas no solo, geralmente de forma circular ou sub-circular e, pelo menos em sua maior parte, interpretadas como espaços habitacionais, por isso chamadas de “casas subterrâneas”.

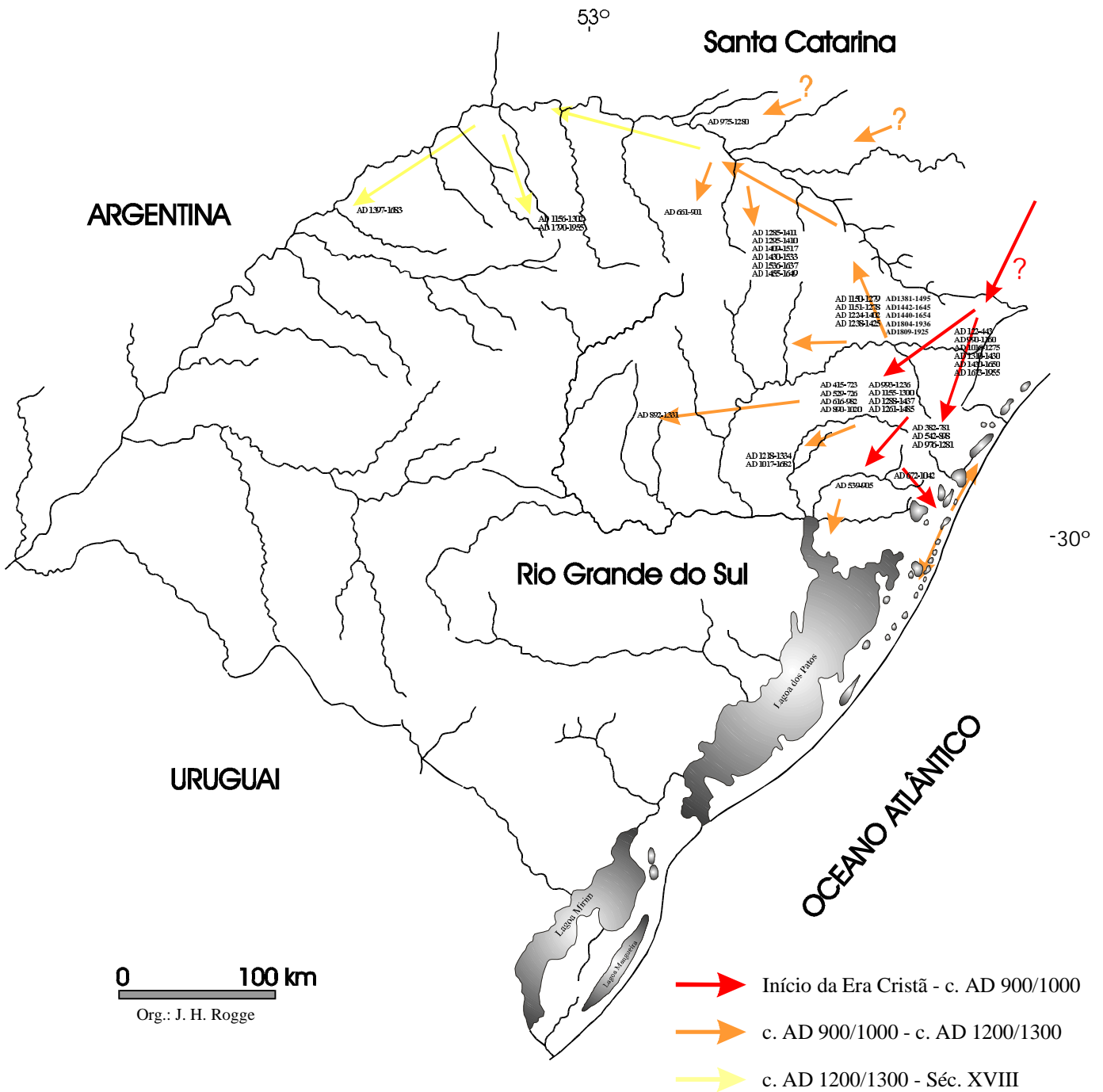


Figura 9. Direções hipotéticas da expansão da tradição Taquara, entre o início da Era Cristã e o séc. XVIII.

Exceto por uma única exceção no município de Jaguaruna (SC), em plena planície costeira (ROHR, 1969), tais estruturas ocorrem exclusivamente nas áreas altas do Planalto Meridional, possivelmente resultado de uma adaptação ao clima frio da região. Os assentamentos são compostos por várias delas, que diferem em tamanho e quantidade, podendo ocorrer de duas a trinta e seis “casas”, variando entre dois a vinte e dois metros de diâmetro ou comprimento maior (SCHMITZ, 1988, 1999/2000).

Essas “casas” estão geralmente associadas a outras estruturas construídas, como os “montículos”, pequenos aterros associados a locais de sepultamento e os “dançadores”, montículos de terra maiores mas mais baixos que os anteriormente mencionados, cercados por uma faixa deprimida no solo, que devem ter associação com funções de caráter simbólico e religioso. Outros tipos de sítios também estão associados com os assentamentos compostos por estruturas construídas, tais como os sítios a céu aberto, superficiais, somente com material lítico e pequenos abrigos rochosos utilizados como cemitérios.

Os sítios de encosta são caracterizados por grandes aldeias a céu aberto e com material superficial abundante. Assentamentos desse tipo foram encontrados na encosta nordeste do planalto (MILLER, 1967), nos vales de alguns rios tributários do Jacuí (RIBEIRO e SILVEIRA, 1979; RIBEIRO, 1991; SCHMITZ, DE MASI, BASILE BECKER, MARTIN, 1987) e na região do alto e médio Rio Uruguai (MILLER, 1969).

Os sítios do litoral estão representados por “concheiros” rasos localizados quase sempre próximos às lagoas litorâneas ao longo da Planície Costeira, especialmente no litoral norte do Estado. Em geral, a área dos sítios é pequena e com escasso material cultural, indicando uma ocupação esporádica, muitas vezes associada a ocupações da tradição Tupiguarani. Nesse sentido, deve ser ressaltado que existe uma grande diferença

em relação à variante mais ao norte (tradição Itararé). Essa ocupou grandes áreas no litoral de Santa Catarina e Paraná e, certamente, essa ocupação mostrava uma maior estabilidade em ambiente litorâneo.

O principal marcador tecnológico da tradição Taquara é a cerâmica que possui, em seu estilo visual e tecnológico, marcantes diferenças com relação àquela produzida pelos portadores da tradição Tupiguarani. As formas da cerâmica Taquara (Figura 10) são, na maior parte, simples, sem maiores complexidades em sua estrutura, de pouca capacidade volumétrica, apresentando uma forma geral globular ou elíptica. São relativamente raras as formas que ultrapassam 30 cm de altura e 20 cm de abertura e/ou largura do bojo. Se funções básicas, como preparar e servir alimentos, podem ser inferidas a partir dessas formas, uma função característica de determinados tipos de vasilhame da tradição Tupiguarani não é aí encontrada, que é aquela requerida para armazenamento de alimentos sólidos e/ou líquidos.

Predominantemente, o vasilhame se apresenta com contorno simples e borda direta ou com contorno infletido, com poucas e limitadas variações. As formas de contorno simples e borda direta são, em geral, bem alisadas interna e externamente, raramente ultrapassando 20 cm de diâmetro de abertura superior. As formas infletidas podem ser rasas ou mais aprofundadas. Nas primeiras, as formas são relativamente próximas àquelas de contorno simples, mas muitas partes terminais superiores (bordas) podem apresentar um engrossamento da parede (reforço). As formas infletidas mais profundas são muito frequentes e caracterizam um vasilhame de perfil alto e com belo padrão estético. Os acabamentos de superfície, nessas formas, são variados, podendo variar desde um polimento ou brunidura a uma ampla gama de padrões decorativos plásticos, inclusive podendo ocorrer a justaposição de diferentes decorações. Em alguns casos, a inflexão

transforma-se em um ponto angular, deixando na vasilha um marcado “gargalo”, que separa o seu corpo da porção terminal superior. Além das formas características do vasilhame da tradição Taquara, eventualmente podem ocorrer outras que desviam-se levemente do padrão recorrente, que parecem possuir algum tipo de influência da cerâmica de tradição Tupiguarani.

O acabamento de superfície, no vasilhame cerâmico Taquara, é bastante variado mas quase sempre recorrente. Quando não decorada como motivos plásticos, a superfície externa recebe um alisamento muito bem produzido, não poucas vezes alcançando um grau bastante alto, chegando ao polimento. Essa superfície polida se intensifica ainda mais em casos em que ocorre a brunidura, especialmente nas superfícies externas, dando um aspecto quase que vitrificado ao vasilhame. A decoração plástica (Figuras 11 e 12) é, também, bastante peculiar e é composta por uma variação de usos do unglado, ponteados, beliscados e impressos com cestos, entre outros. A pintura da parede é menos comum, ocorrendo algumas vezes somente na forma de um leve engobo vermelho.

Ainda com relação à decoração da cerâmica, aparentemente os padrões decorativos plásticos parecem aumentar em proporção e em variabilidade, à medida em que nos aproximamos do limite meridional de sua distribuição, sendo que atinge um pico de ocorrência em uma área que, mais ou menos, corresponde à chamada fase Taquara, entre o vale do Rio dos Sinos e o vale do Rio das Antas e o litoral centro-norte e o vale do Rio Pardo. Nas áreas mais ao norte, entre o Rio das Antas e a bacia do Alto Uruguai e Pelotas e ainda em direção oeste, a decoração plástica diminui em detrimento do acabamento de superfície alisado. No Estado de Santa Catarina e Paraná predominam, tanto no planalto como no litoral o acabamento alisado, quase sempre bem polido e/ou brunido.

O material lítico (Figuras 13 e 14) está representado principalmente por artefatos

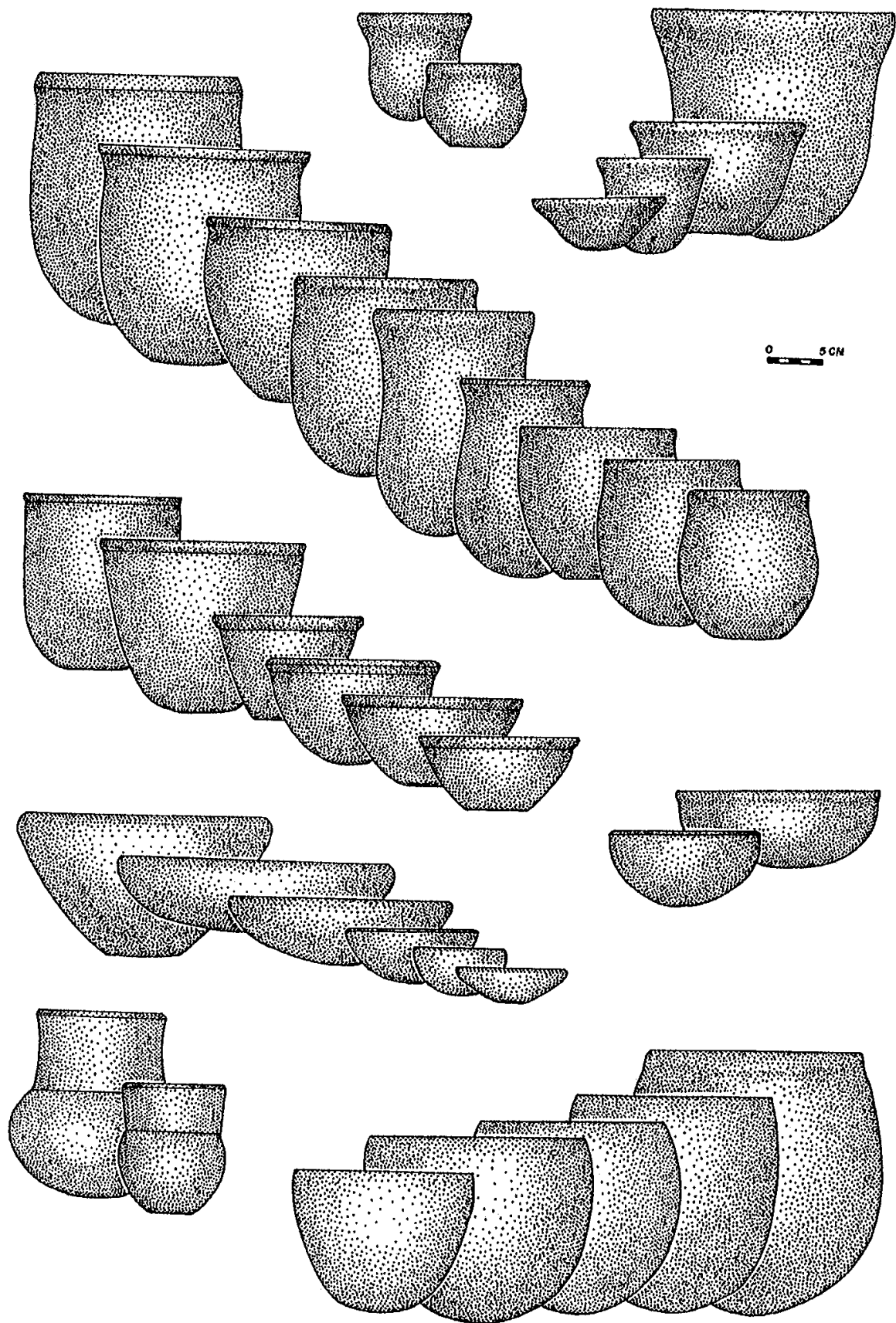


Figura 10. Formas mais comuns do vasilhame cerâmico da Tradição Taquara.
Fonte: modificado de Schmitz e Basile Becker, 1991, p. 101, Fig. 5.



Figura 11. Tipos mais comuns de decoração plástica da cerâmica da Tradição Taquara.
Fonte: modificado de Schmitz e Basile Becker, 1991, p. 102, Figura 6.

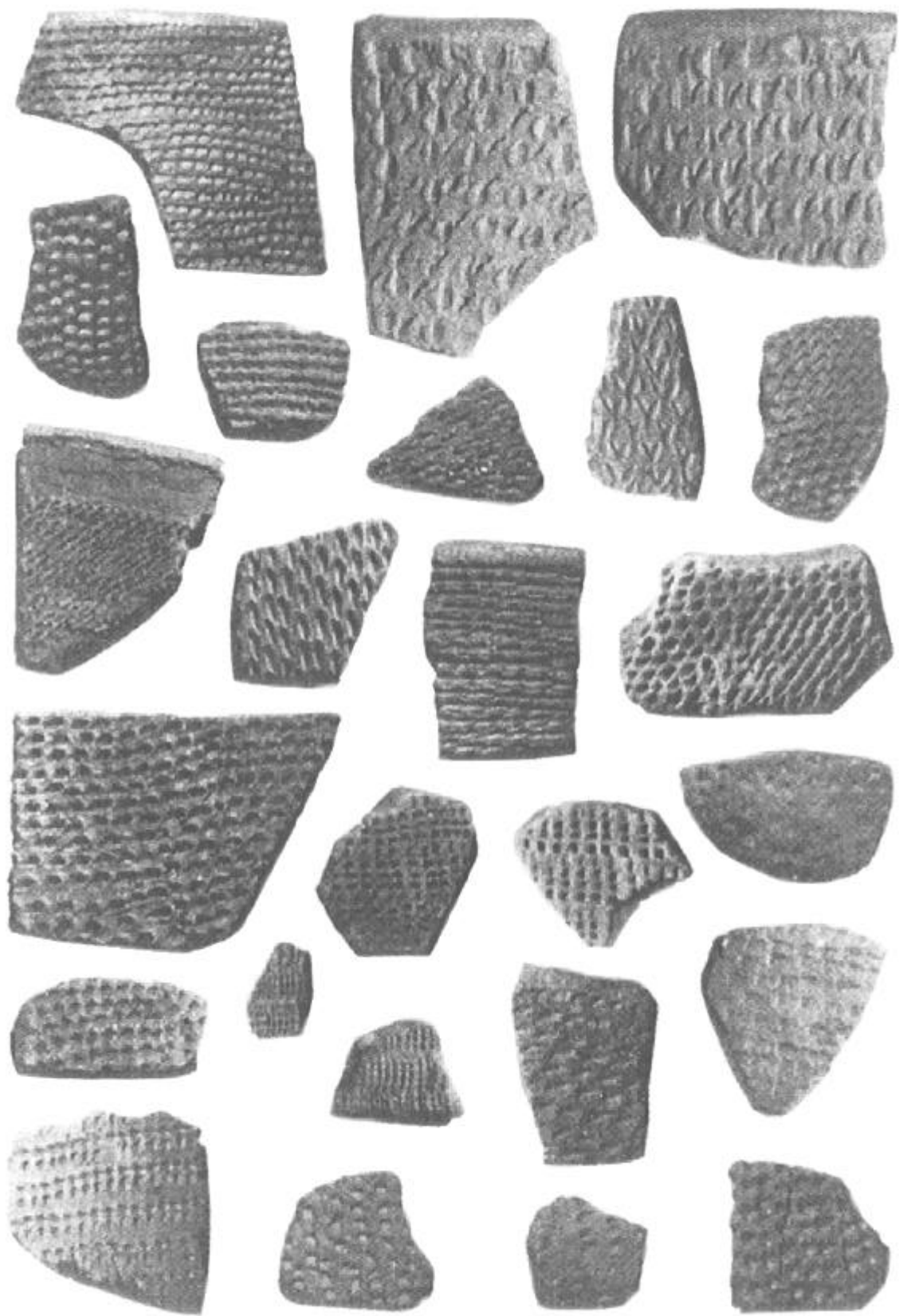


Figura 12. Tipos mais comuns de decoração plástica da cerâmica da Tradição Taquara.
Fonte: modificado de Schmitz e Basile Becker, 1991, p. 103, Figura 7.

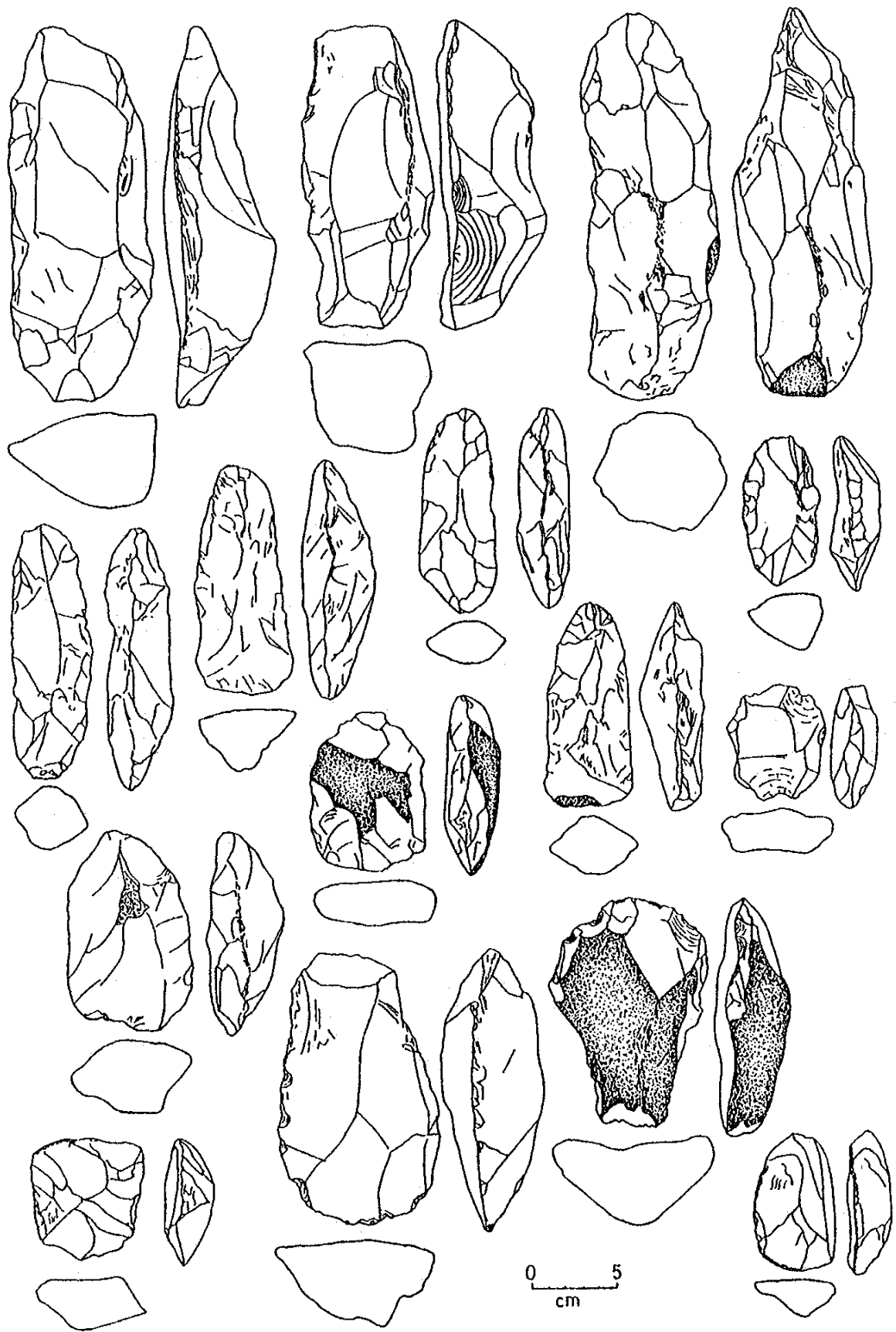


Figura 13. Artefatos líticos associados à Tradição Taquara.
Fonte: modificado de Schmitz e Basile Becker, 1991, p. 104, Fig. 8.

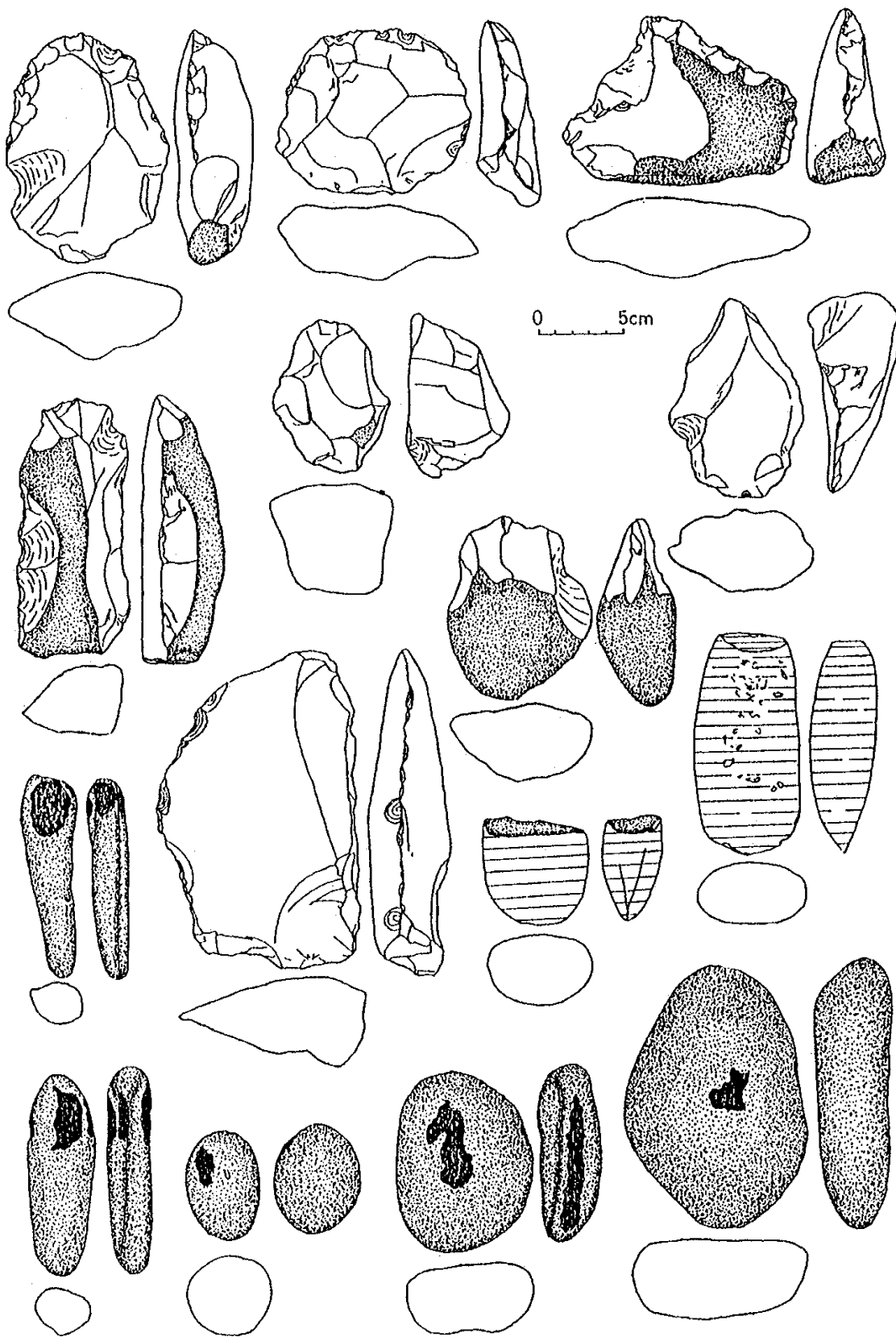


Figura 14. Artefatos líticos associados à Tradição Taquara.
Fonte: modificado de Schmitz e Basile Becker, 1991, p. 105, Fig. 9.

lascados como grandes talhadores, raspadores, furadores, peças bifaciais¹² além de resíduos de lascamento. Estes resíduos mostram o uso bastante freqüente de técnicas de retalhamento bipolar¹³, principalmente sobre cristais de rocha (quartzo hialino). Artefatos polidos também são característicos, especialmente mãos-de-pilão e lâminas de machado. Em muitos casos, parece haver uma relação de semelhança muito grande entre a indústria lítica da tradição Taquara com a da tradição Humaitá, relacionada a populações caçadoras e coletoras.

Porém, estabelecer diretamente uma relação de continuidade entre uma e outra é, no mínimo, ainda muito arriscado, pois pouco ainda se sabe a respeito do sistema sociocultural que aquela segunda tradição arqueológica poderia representar.

Artefatos ósseos, malacológicos e produzidos sobre matéria-prima vegetal são pouco expressivos mas também podem, eventualmente, ser encontrados. Especialmente em sítios que possibilitam a preservação de restos orgânicos, como abrigos-sob-rocha e grutas funerárias, foram encontradas espátulas de ossos de mamíferos, além de vestígios de têxteis e cestaria.

3.2.3 Organização Social, Economia, Território

Com base nas informações históricas sobre os Kaingáng, a organização social compreendia a divisão do grupo em duas grandes metades exogâmicas (e estas seriam subdivididas em duas unidades clânicas), cada qual unida por estreitos laços de parentesco (BASILE BECKER, 1976), resultante da obrigatoriedade da união matrimonial exogâmica.

¹²Os bifaces são artefatos manufaturados sobre seixos ou blocos, com lascamentos realizados "na totalidade de suas duas faces de modo a determinar um gume em bisel duplo, contínuo e periférico" (SOUZA, 1997, p. 24).

¹³"Técnica de lascamento no qual o núcleo é colocado sobre um suporte duro (bigorna) ou mole (terra)" (SOUZA, 1997, p. 73).

Segundo Mabilde (1983, p. 42), uma tribo Kaingáng era subdividida em grupos menores, que exerciam controle sobre um amplo território. O grupo como um todo era liderado por um cacique principal, enquanto que os grupos menores eram controlados por caciques subordinados àquele e ao qual deviam extrema obediência. Tal fato indica que o sistema sociopolítico poderia se caracterizar pela existência de uma liderança mais ou menos centralizada, o que presuppõe uma forma mais complexa de integração sociopolítica daquela que poderíamos esperar para grupos tribais segmentários, como historicamente são caracterizados os Kaingáng.

A economia possuía, aparentemente, um de seus componentes associado a uma base produtiva, a partir de uma agricultura de pequena escala, possivelmente representando uma modesta parcela da economia alimentar doméstica, na qual eram cultivados alguns alimentos básicos, como o milho, que possui ainda hoje uma importância simbólica bastante forte nas sociedades Kaingáng. Por outro lado a caça, pesca e, principalmente, a coleta deveriam responder pela maior parte da alimentação, especialmente a coleta e a estocagem dos pinhões. Até que ponto os elementos agrícolas são produto de desenvolvimento autônomo ou foram "apropriados" de populações vizinhas, como os Guarani (ou mesmo transmitidos por estes), ainda é uma questão desconhecida (SCHMITZ e BASILE BECKER, 1991).

As áreas de pinheirais eram, por sua importância econômica, já que o pinhão era componente importantíssimo na dieta, fortemente defendidas. As informações de Mabilde mostram que cada tribo possuía o usufruto de uma área de pinheirais, a qual era demarcada por meio de incisões nas cascas das árvores, sendo estes os limites de cada território. A invasão destes territórios por outros grupos implicava, em geral, em guerra de extermínio (BASILE BECKER, 1976, p. 111). Por outro lado unidades sociais maiores, formadas pela justaposição de várias aldeias (cada uma com seu sub-território) e sob o comando de um

cacique principal, possuíam territórios muito mais abrangentes, que poderiam extrapolar as áreas do planalto, sendo demarcados a partir de elementos geográficos, especialmente os vales de rios (LAROQUE, 2000), podendo mesmo incluir porções da encosta do planalto (TOMMASINO, 1995).

Ao contrário dos Guarani, os Kaingáng (e outros povos Jê do Sul, como os Xoklém) não sofreram tão intensamente os efeitos da colonização hispânica e portuguesa dos primeiros tempos. Tentativas de missionarização, a partir de 1850, não surtiram efeito. Porém, ao se intensificar o processo de colonização efetiva das áreas de encosta e planalto do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o oeste do Estado do Paraná, a partir de meados do século XIX, principalmente por imigrantes alemães e italianos, os Kaingáng e Xoklém sofrem um intenso processo de desestruturação social e cultural e depopulação, culminando com sua redução a "aldeamentos" no extremo norte do Estado.

3.3. A Tradição Vieira

3.3.1 A Expansão da Tradição Vieira no Rio Grande do Sul

A área de ocorrência dos sítios com cerâmica da tradição Vieira compreende uma vasta área que, mais ou menos, vai desde a desembocadura do Rio da Prata, em território uruguaio, até o Rio Jacuí, no Rio Grande do Sul em um sentido norte/sul e, de leste a oeste, da costa atlântica desses dois países à porção média e baixa do Rio Uruguai (Figura 15) e estão relacionados a ecossistemas muito específicos, em áreas de paisagens abertas formadas pelos campos da Campanha e do Escudo Cristalino e na região pampeana uruguaia e nos ambientes úmidos e alagadiços do sudeste do Estado e leste do Uruguai.

Embora a cerâmica da tradição Vieira esteja restrita principalmente à metade sul do Estado e ao leste e norte do Uruguai, uma cerâmica muito semelhante já era conhecida, desde a primeira metade do século XX, na região do baixo Rio Paraná e na costa Argentina do Rio da Prata, estendendo o estilo cerâmico para uma área muito mais ampla. Foi somente a partir da década de 1960 que, em território brasileiro e uruguaio, sítios com essa cerâmica passaram a receber maior atenção por parte dos arqueólogos, especialmente por ser quase sempre encontrada em estruturas antrópicas muito peculiares, os chamados “cerritos” (SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991).



Figura 15. Área de dispersão da Tradição Vieira.
Fonte: modificado de Noelli, 1999/2000, p. 241.

Apesar de muitos “cerritos” terem sido ocupados pelos portadores da tradição Vieira, uma grande parte deles está relacionada a uma intensa ocupação de grupos

caçadores e coletores da tradição Umbu, sendo que o elemento material que caracteriza a tradição Vieira, a cerâmica, somente ocorre nas camadas superficiais dessas estruturas. Este fato faz com que muitos arqueólogos trabalhem com a hipótese de que as populações da tradição Vieira “descenderiam” das populações caçadoras e coletoras da tradição Umbu, tendo posteriormente adquirido a cerâmica e a prática da agricultura, essa última dos agricultores de tradição Tupiguarani (SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991). Porém, dados recentes parecem indicar que a agricultura já poderia ter sido praticada pelas populações ainda sem cerâmica, desde pelo menos o terceiro milênio A. P. (CABRERA PÉREZ, 2001).

Com relação à cerâmica, no entanto, essa parece ter fortes afiliações platinas (SCHMITZ, NAUE, BASILE BACKER, 1991), sendo que pode ter derivado de tradições cerâmicas mais antigas da região da desembocadura do rio da Prata (CIGLIANO, SCHMITZ, CAGGIANO, 1971; BROCHADO, 1984), embora sua possível origem a partir da cerâmica conhecida como Palo Blanco deva ser reexaminada, já que as datas antigas para essa cerâmica da foz do Rio da Prata estão, atualmente, rejeitadas (POLITIS, MARTÍNEZ, BONOMO, 2001). É possível, no entanto, que parte dos elementos estilísticos que caracterizam a cerâmica Vieira no Rio Grande do Sul possam, realmente, terem derivado do contato com populações portadoras da tradição Tupiguarani e/ou Taquara (SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991; RIBEIRO, 1991; NOELLI, 1999/2000).

Apesar de existirem pouquíssimas datas para “cerritos” com cerâmica no Rio Grande do Sul (Anexo 4), essas estruturas parecem ter surgido aqui a partir de cerca de 2.500 anos A.P.. Por outro lado, na região uruguaia, uma grande quantidade de datas radiocarbônicas (cerca de 60) recuam sua existência à cerca de 4.000 anos A. P. (LÓPEZ MAZZ, 2001). A presença de cerâmica, nos “cerritos” do Rio Grande do Sul, ocorre

somente a partir do Era Cristã. Porém, as datas para a presença da cerâmica Vieira no território uruguaio é bem mais recuada podendo, segundo Lopez Mazz (2001), chegar a 3.000 anos A.P., fazendo dessa a região a partir da qual, certamente, não somente os “cerritos” mas também a cerâmica, alcançou o território sul-riograndense. Porém, com tão poucos dados cronológicos para nosso Estado, a tentativa de reconstituir as possíveis direções de expansão da tradição Vieira (Figura 16) é tarefa difícil, muito mais do que com relação às outras tradições cerâmicas já mencionadas.

3.3.2 Os Sítios e o Material Arqueológico

O elemento característico de seus assentamentos, os “cerritos”, são aterros artificiais de planta circular ou sub-circular que podem ter de 30m até 100m de diâmetro e até 3m ou mais de altura, destacando-se na paisagem de relevo aplanado da região, geralmente ocupando a orla de lagoas e banhados ou ao longo de pequenas drenagens, podendo ocorrer isolados ou formando pequenos conjuntos. Por outro lado, a ocupação Vieira também pode ocorrer diretamente sobre dunas arenosas, em terreno mais alto, especialmente nas áreas de terraços lagunares, como em Rio Grande, na extremidade sul da Lagoa dos Patos.

A cerâmica de tradição Vieira apresenta formas de tamanho pequeno, em geral vasilhas de contorno simples como pratos e tigelas com, no máximo, 40 cm de diâmetro e geralmente mostrando um acabamento de superfície grosseiramente alisado ou com muito pouca decoração plástica. Em algumas coleções cerâmicas resgatadas em sítios Vieira parece ocorrer uma mistura de elementos, especialmente aspectos decorativos, da cerâmica das duas outras tradições arqueológicas ceramistas que ocuparam o Estado a

partir dos primeiros séculos da Era Cristã: a tradição Taquara e a tradição Tupiguarani. Na Figura 17 estão representadas as formas mais comuns da cerâmica da tradição Vieira.

A indústria lítica (Figura 18 e 19) é, em grande parte, formada por instrumentos de caráter expedito, utilizando algumas matérias-primas encontradas localmente na área de Escudo Cristalino, tais como quartzo leitoso, granitóides e, eventualmente, rochas metamórficas e vulcânicas. São comuns os chamados "quebra-coquinhos" (pedras com pequenas depressões semi-esféricas, provavelmente utilizados para abrir os frutos de palmáceas), os percutores, as mós, lâminas-de-machado e bolas de boleadeira, além de talhadores e lascas utilizadas (SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991). Além destes instrumentos líticos, fazem parte das coleções escavadas uma série de instrumentos feitos em ossos e conchas. Certamente, artefatos vegetais também deveriam compor o conjunto da cultura material da tradição Vieira. Cabe ressaltar que a ocorrência de pontas-de-projétil líticas associadas aos "cerritos", em grande parte, estão relacionadas a uma ocupação anterior, relacionada aos grupos caçadores e coletores da tradição Umbu, mas é possível que exista uma continuidade entre as ocupações pré-cerâmicas e as cerâmicas pois, em parte, a indústria lítica da tradição Umbu e da Vieira, nessa região, possuem muitos elementos em comum.

Evidências arqueológicas parecem indicar que tais populações caçadoras, pescadoras e coletoras haviam realizado uma eficiente adaptação aos ambientes abertos e alagadiços mais para o interior e junto às lagoas litorâneas e o litoral atlântico. Estudos arqueofaunísticos mostram uma intensa utilização de recursos associados a áreas de campo e banhado (cervídeos, grandes roedores, aves etc) e a ambientes aquáticos (especialmente lagoas mas também o mar), representados especialmente pela pesca. Tal sucesso adaptativo em ambientes de alta produtividade, associado a uma série de mudanças inovadoras ao longo do tempo estariam indicando, para alguns pesquisadores, a

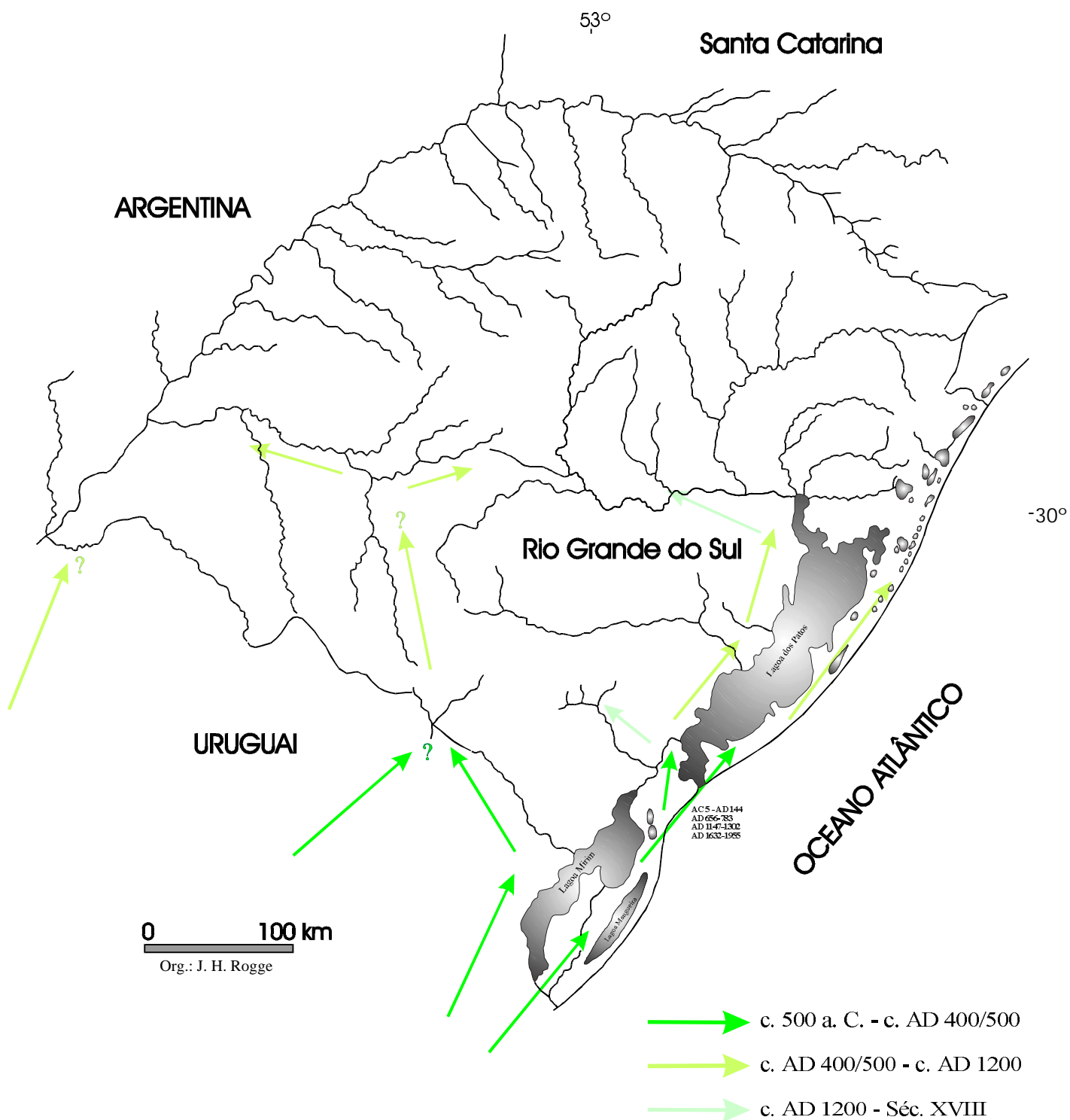


Figura 16. Direções hipotéticas da expansão da tradição Vieira, entre o início da Era Cristã e o séc. XVIII.

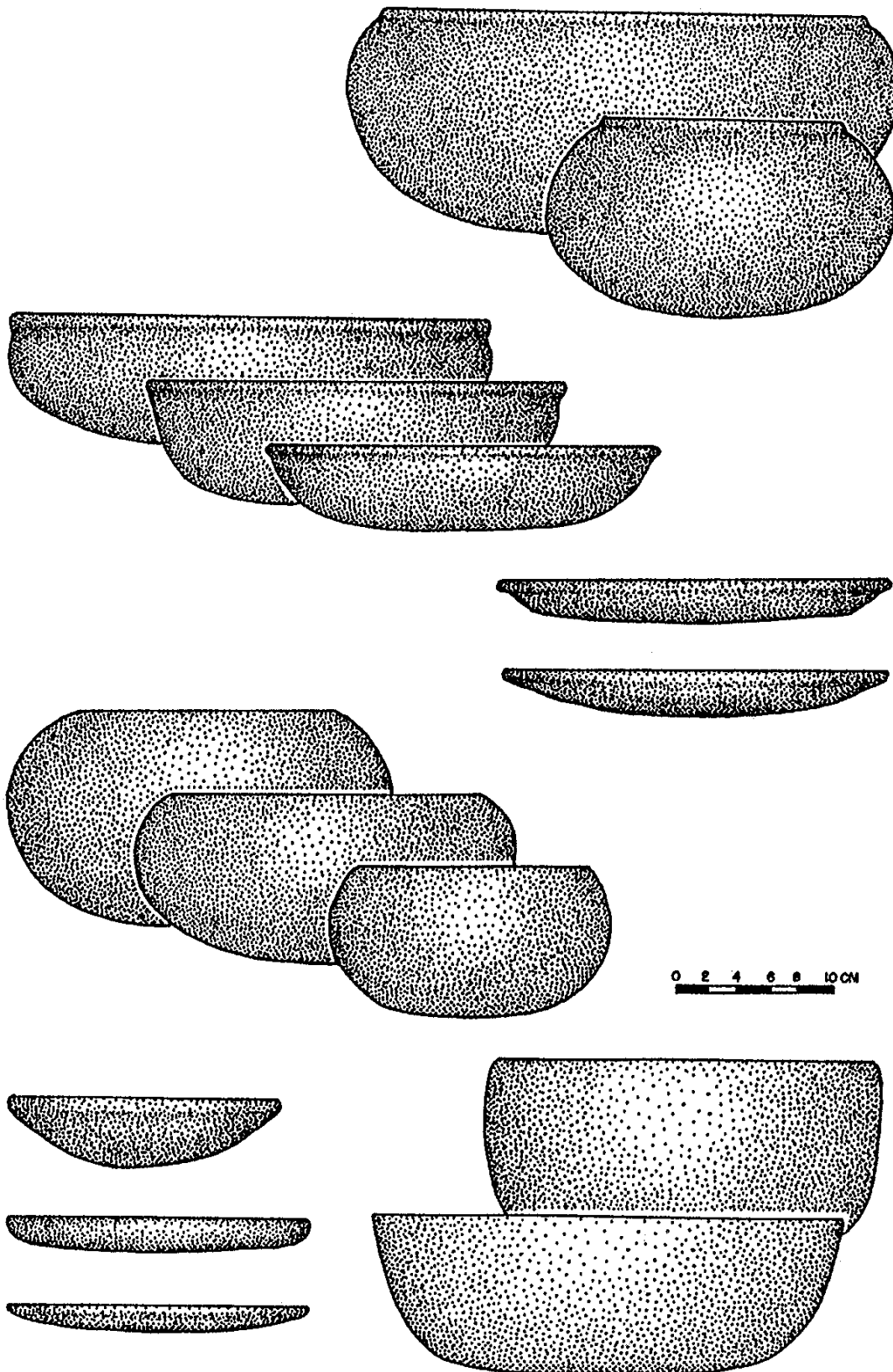
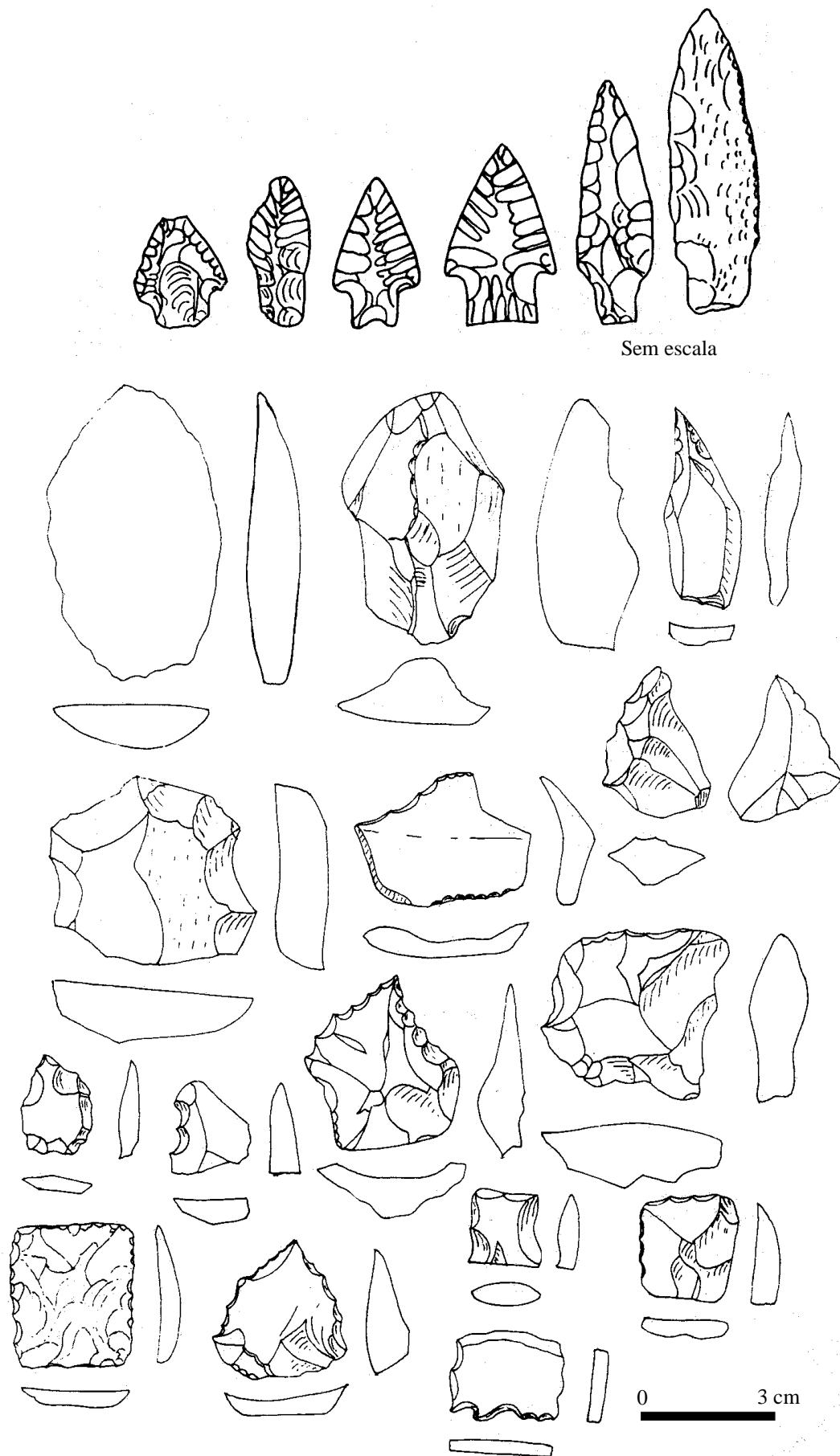


Figura 17. Formas mais comuns do vasilhame cerâmico da Tradição Vieira.
Fonte: modificado de Schmitz, Naue, Basile Becker, 1991, p. 131, Fig.4.



Sem escala

Figura 18. Artefatos líticos lascados associado aos “cerritos”.
Fonte: modificado de Schmitz, Girelli, Rosa, 1997, p. 74 e 75, Figuras 31 e 32.

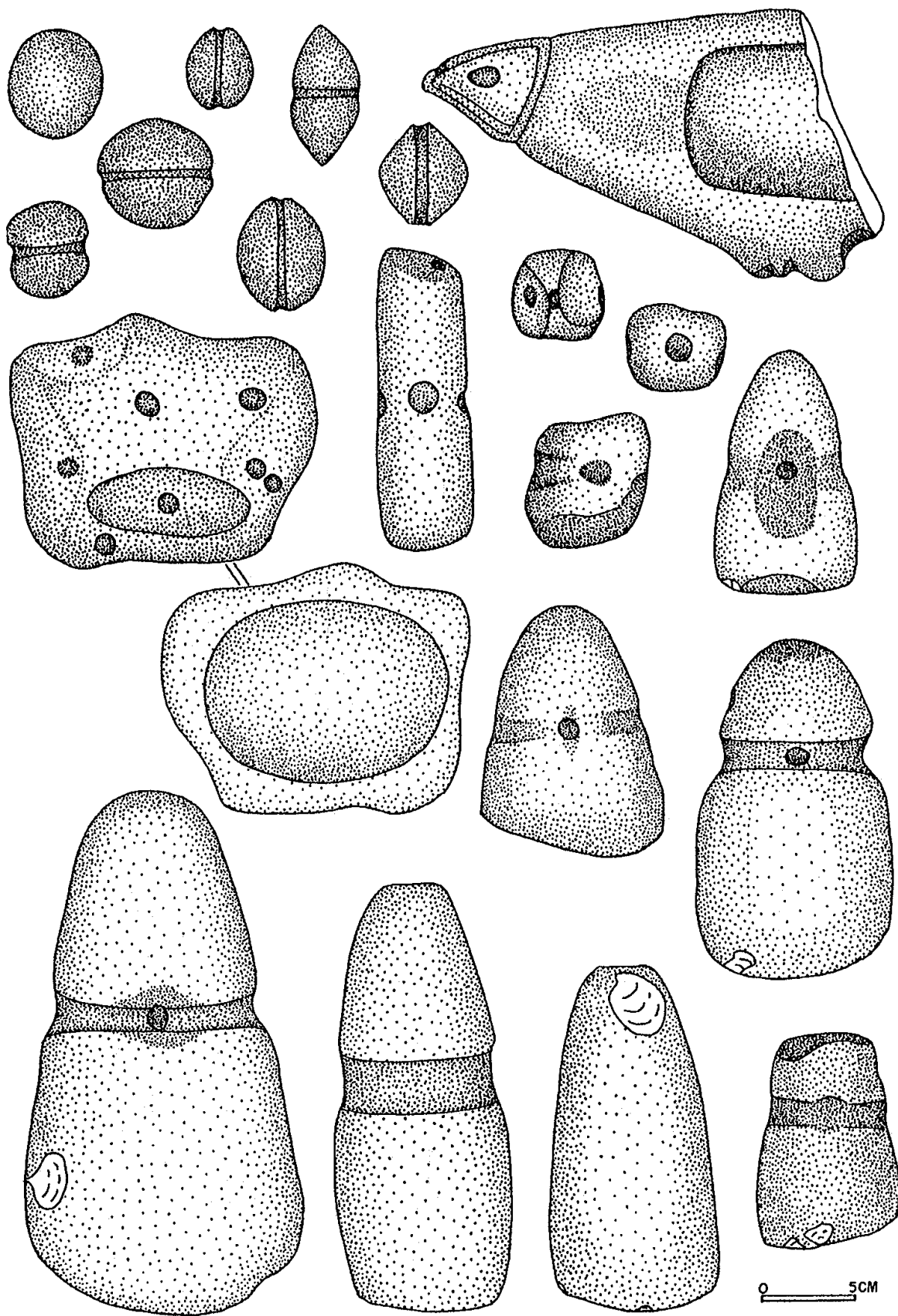


Figura 19. Artefatos líticos polidos associados à Tradição Vieira.
Fonte: modificado de Schmitz, Naue, Basile Becker, 1991, p. 132, Fig. 5.

possibilidade de que estas populações já estariam experimentando um processo de emergência na complexidade sócio-política (LÓPEZ MAZZ, 2000, 2001; CABRERA PÉREZ, 2000).

3.3.3 Organização Social, Economia, Território

A partir do século XVII, começam a aparecer relatos da presença, neste mesmo espaço geográfico onde são encontrados os "cerritos", de populações indígenas conhecidas nas fontes etno-históricas como Charrua e Minuano que, embora pertencentes a um mesmo tronco lingüístico e serem tratados quase sempre como um mesmo grupo (cf. LOZANO, 1873), apresentavam entre si algumas diferenças culturais e físicas, além de ocuparem territórios contíguos mas independentes (BASILE BECKER, 1991). Para muitos arqueólogos, esse fato confirma, junto com outros tipos de evidências, a vinculação dos portadores da tradição Vieira com esses grupos históricos (SCHMITZ, 1988; NOELLI, 1999/2000).

Observando-se um mapa de distribuição lingüística, como o de Nimuendajú (1987), o território Charrua parece ter se estendido desde o rio da Prata até o rio Camaquã, ao norte (incluindo a faixa costeira) e o rio Ibicuí e a Província de Corrientes, a oeste (SERRANO, 1963). A presença do grupo Minuano na região oeste do território Charrua, parece ter sido historicamente mais recente, sendo que seu território original seria a região de Entre Rios até o delta do Paraná (LOTHROP, 1963). Essa distribuição geográfica contrasta com as informações encontradas em Basile Becker (1984), que coloca os Minuano na área das lagoas Mirim, Mangueira e Patos no século XVIII, atuando inclusive junto à fundação de Rio Grande. É possível que a expansão dos Minuano para leste seja, de fato, mais recente, pressionando os Charrua a irem mais para o sul, onde são encontrados nesta mesma época,

sendo portanto aqueles encontrados na área de Rio Grande. No entanto, se tomados em conjunto, o território compreenderia uma ampla área composta por pelo menos dois grandes sistemas ambientais, que parecem ter sido intensamente explorados: os campos abertos e as áreas alagadiças, para os quais algumas evidências de caráter arqueológico indicam uma tendência à exploração sazonal de ambos (SCHMITZ, 1976). Por outro lado, os dados arqueofaunísticos dos “cerritos” também parecem indicar uma relação muito próxima entre as áreas de banhados e lagoas mais para o interior e a costa litorânea, envolvendo uma articulação possivelmente de caráter sazonal entre esses dois ecossistemas (LÓPEZ MAZZ, 2001).

As informações etnohistóricas, em grande parte compiladas em Basile Becker (1984) indicam, para ambos os grupos, um modo de vida semi-nômade, organizado socialmente em bandos familiares, fortemente baseado em uma economia de caça, pesca e coleta. Eventualmente, em momentos críticos como aqueles que envolveram o processo de expansão da sociedade de origem européia sobre seu território, podiam formalizar alianças entre si, o que certamente favoreceu a homogeneização cultural que aparece nos documentos históricos.

O contato com as frentes de conquista e colonização européias, sobretudo hispânicas, ocorreu desde a primeira metade do século XVI. Durante esta primeira fase, os grupos Charrua e Minuano mantêm-se relativamente autônomos e organizados. Porém, a partir do século XVIII a expansão hispânica e lusa se tornam cada vez mais intensas em direção ao interior do território indígena, fazendo com que sofressem por um lado a perseguição e por outro a integração forçada à economia colonial. Porém, a atitude frente à expansão colonial foi, em grande parte, de intensa resistência e de contínuos ataques às estâncias então em formação, cujo relativo sucesso está associado à adoção do cavalo como fundamental elemento estratégico. Porém, nada bastou diante da empresa

colonialista, forçando a população indígena remanescente, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a uma "integração" à economia estancieira. Por fim nos anos de 1831 e 1832 ocorre, no Uruguai, o derradeiro embate entre estas populações e a já fortemente estabelecida sociedade uruguaia. Dos massacres de Salsipuedes e Mataojos, restaram somente duas dezenas de índios que, somados a mais 450 outros Charrua e Minuano, foram rapidamente absorvidos pela sociedade nacional. É possível que, entre estes últimos indivíduos, alguns tenham atravessado a fronteira com o Brasil e, em território sul-riograndense, sofrido o mesmo fim (BASILE BECKER, 1991).

3.4 A Distribuição das Tradições Cerâmicas e Suas Zonas de Fronteira no Estado do Rio Grande do Sul

A organização dos dados relacionados aos sítios arqueológicos pesquisados no Rio Grande do Sul, associados às três tradições cerâmicas em estudo, bem como a localização geográfica e as datações existentes para os mesmos, permitiu a elaboração de um mapa geral de distribuição. Os sítios foram ainda plotados sobre uma base que os correlaciona às formas gerais do relevo e pelos sistemas ambientais encontrados no Estado. Certamente ele não é completo, seja por nossa falha ao tentar abranger toda a bibliografia possível relacionada ao Estado seja porque nem sempre as publicações que serviram de suporte ofereceram detalhes sobre sua localização. Da mesma forma, boa parte dos sítios possuem somente uma localização aproximada, já que a maior parte dos trabalhos consultados eram anteriores à existência de métodos mais precisos de geo-referenciamento, como os que atualmente temos.

Olhando o mapa resultante (Figura 20) é possível perceber que, em determinadas áreas, existe um adensamento de sítios enquanto que em outras, sua distribuição apresenta-se rarefeita. Esse fato está relacionado, em parte, à maior intensidade de pesquisas em certas áreas como o médio e alto Rio Jacuí e seus afluentes da margem esquerda, no médio e alto Rio Uruguai, especialmente a partir da foz do Rio Ijuí e ao longo desse último, nas áreas costeiras do Litoral Norte e das grandes lagoas litorâneas, como a Lagoa dos Patos, Mirim e Mangueira, ao longo do Rio Jaguarão e nas nascentes do Negro e em áreas do Planalto Sul-Rio-grandense correspondentes aos municípios de Caxias do Sul, Vacaria, Bom Jesus, Esmeralda e à bacia do Rio Pelotas.

Essas áreas de maior densidade de sítios contrastam com áreas com pouco ou nenhum sítio, especialmente na região do Planalto Médio e do Escudo Cristalino. O fato de não serem registrados, no mapa apresentado, sítios arqueológicos relacionados às tradições cerâmicas nessas áreas, pode estar relacionado a vários fatores, que envolvem desde a inexistência de pesquisas arqueológicas ou então a pouca intensidade das mesmas, associada à falta de informações na bibliografia. Não podemos, também, descartar a inexistência real de sítios arqueológicos em algumas dessas áreas. É interessante mencionar o fato de que levantamentos arqueológicos realizados em final da década de 1960 e início de 1970 no sudoeste do Estado (Santana do Livramento, Barra do Quaraí e região) não mostraram nenhuma evidência de sítios relacionados às tradições cerâmicas em estudo (SCHMITZ, com. pes.), onde pelo menos uma delas teria condições adaptativas de se estabelecer. Por outro lado, pesquisas mais recentes (feitas por arqueólogos ligados à PUCRS Uruguaiana e UFSM, de Santa Maria), parecem mostrar algumas evidências de ocupação; no entanto, os dados ainda são praticamente inéditos.

Voltando às áreas nas quais a distribuição de sítios é mais densa, a observação de sua localização em relação à conformação do relevo e da cobertura vegetal suscita algumas

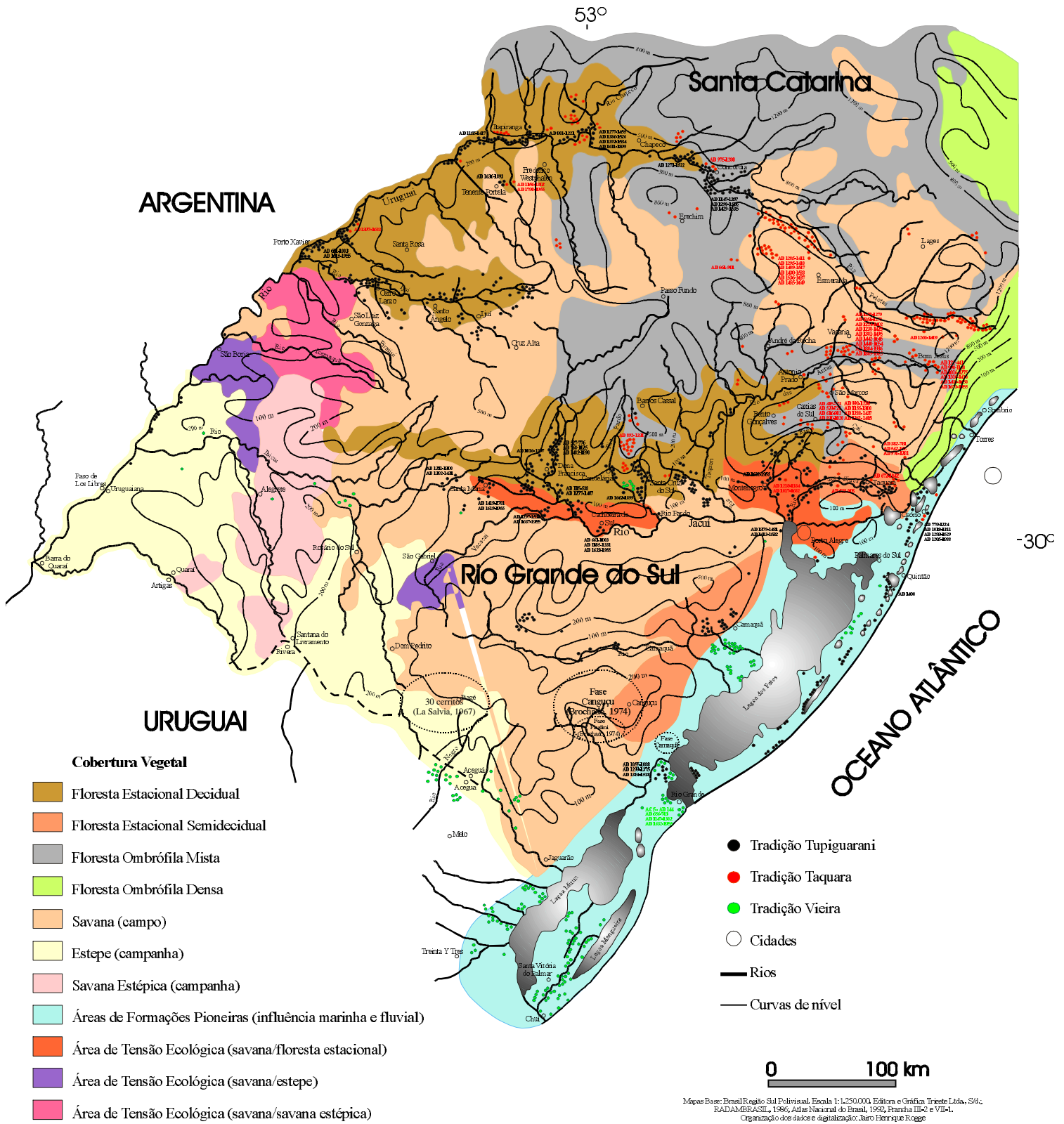


Figura 20. Mapa da distribuição dos sítios das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no Rio Grande do Sul.

considerações importantes. Certamente, como já foi mencionado anteriormente e como já é sabido pelos arqueólogos, os sítios relacionados às diferentes tradições cerâmicas se distribuem, em grande parte, acompanhando sistemas ecológicos específicos, indicando uma adaptação positiva por parte de seus portadores a esses ambientes: a Floresta Ombrófila Mista, para a tradição Taquara; a Floresta Estacional Decidual e Semidecidual para a tradição Tupiguarani e as áreas baixas de Savanas e das Formações Pioneiras, para a tradição Vieira. Certamente, a configuração do relevo é um importante fator delimitador desses sistemas ecológicos o que também torna-se um fator até certo ponto limitante para a expansão dessas populações. A maioria dos sítios da tradição Taquara são encontrados em cotas acima de 500 m de altitude ANM, onde predomina a Floresta Ombrófila Mista. Os sítios da tradição Tupiguarani ocorrem, em grande parte, ao longo de vales de rios a uma altitude que raramente ultrapassa 300 m ANM, ambiente característico das matas subtropicais. Por sua vez, os sítios da tradição Vieira estão sempre em cotas menores que 100 m ANM, especialmente ocupando locais próximos a áreas alagadiças, ou ao longo das grandes lagoas litorâneas ou em áreas de banhados das desembocaduras ou nascentes de alguns rios do interior.

Associando a distribuição dos sítios à perspectiva cronológica oferecida pelas datações e as áreas de ocorrência dos sistemas ecológicos aos quais essas populações estão adaptativamente relacionadas, foi possível construir um segundo mapa (Figura 21) que fornece uma visão geral das direções de expansão das tradições cerâmicas, integrando o que foi mostrado de forma isolada nas Figuras 3, 9 e 16 mas de forma diferente, preenchendo as áreas de dispersão dos sítios com cores distintas, relacionadas àquelas usadas no mapa da Figura 20. As tonalidades de cor mais forte representam as áreas onde ocorrem as datas mais antigas, gradando para tons mais fracos à medida em que as datas são mais recentes.

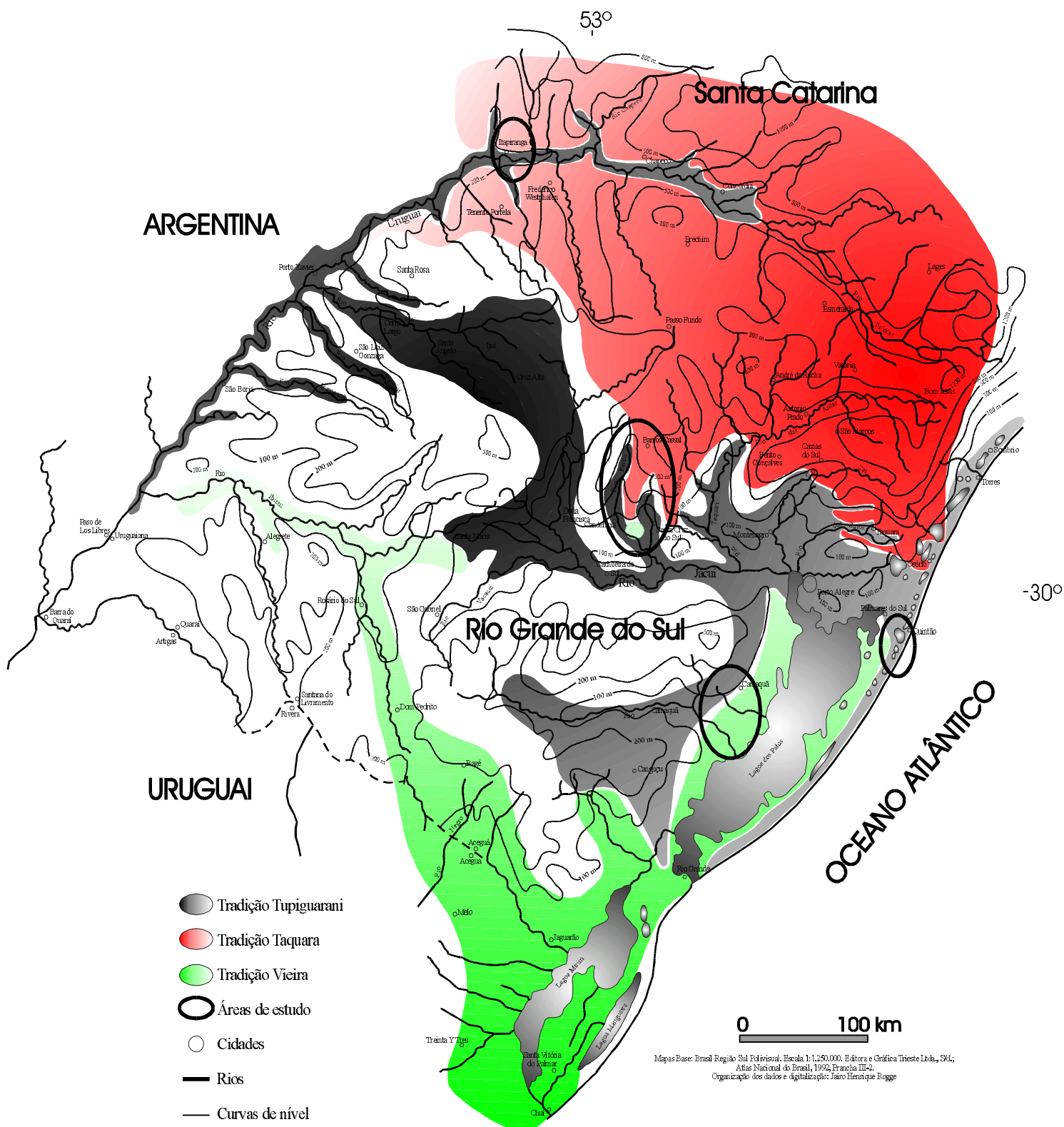


Figura 21. Mapa das direções hipotéticas de expansão das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no Rio Grande do Sul.

Além de representar uma outra maneira de perceber a forte correlação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ecológicos que cada um deles preferencialmente ocupa e explora, esse segundo mapa mostra que existem áreas que representam zonas de fronteira entre aqueles primeiros sistemas, como as partes altas dos rios afluentes da margem esquerda do Jacuí, que descem do planalto, a área do Alto Rio Uruguai, a costa ocidental da lagoa dos Patos e porções do litoral atlântico, especialmente na parte norte da costa sul-rio-grandense. Em grande medida, essas zonas de fronteira estabelecidas entre as populações portadoras das tradições cerâmicas também são zonas de fronteira ecológica representadas, em alguns casos pelo encontro da Floresta Ombrófila Mista com a Floresta Estacional Decidual e em outros por essa última formação ambiental e as áreas baixas dominadas pelas Formações Pioneiras de influência marinha e fluvial, abrangendo as lagoas litorâneas com suas áreas de campos e banhados e as áreas de Savana.

É interessante notar que a expansão dendrítica das populações portadoras da tradição Tupiguarani, ao longo dos vales dos rios, parece ser aquela que acabou por avançar até os limites extremos dos sistemas ecológicos relacionados à floresta subtropical, aos quais estava intimamente relacionada, chegando inclusive a extrapolá-lo, em direção ao litoral atlântico e às áreas baixas da costa ocidental da Lagoa dos Patos. Como procuraremos demonstrar mais adiante, parece ter sido esse o principal motor das interações ocorridas na pré-história recente do Estado.

No vale do alto Uruguai e nos tributários da margem esquerda do baixo Jacuí, onde a Floresta Estacional Decidual se encontra com a Floresta Ombrófila Mista, essas populações entraram em contato com as populações portadoras da tradição Taquara; na costa ocidental da Lagoa dos Patos, onde encontramos uma fronteira ecológica entre a Floresta Estacional Semidecidual que cobre a Serra do Sudeste e as áreas baixas de campos e banhados, ocorre o contato entre aquelas e as populações portadoras da tradição Vieira;

nas áreas onde a Floresta Estacional Semidecidual limita-se, por um lado com a Floresta Ombrófila Mista e por outro com as Formações Pioneiras da Planície Costeira, como ocorre especialmente na faixa costeira do nordeste do Estado, encontramos também situações de contato, especialmente entre os portadores da tradição Tupiguarani e Taquara. Tudo isso parece indicar que essas áreas de fronteira ecológica exerceram um papel importante nos processos de interação entre as diferentes populações ceramistas pré-históricas, especialmente à medida em que a expansão da tradição Tupiguarani alcançava o máximo nas áreas ecologicamente mais favoráveis à manutenção de seu sistema socioeconômico.

É justamente nessas áreas de fronteira ecológica que observamos, como é mostrado no mapa na Figura 22, a maior parte das ocorrências de evidências de contato entre aquelas populações. Por quê e como tais interações teriam ocorrido são as questões fundamentais dessa Tese e, para tentar respondê-las, foram selecionadas quatro áreas para estudo de caso, que serão vistas mais detalhadamente no capítulo seguinte e que devem ser analisadas sob a perspectiva de zonas de fronteira, tanto com relação aos sistemas socioculturais envolvidos como aos sistemas ecológicos aos quais cada um deles estava efetivamente adaptado.

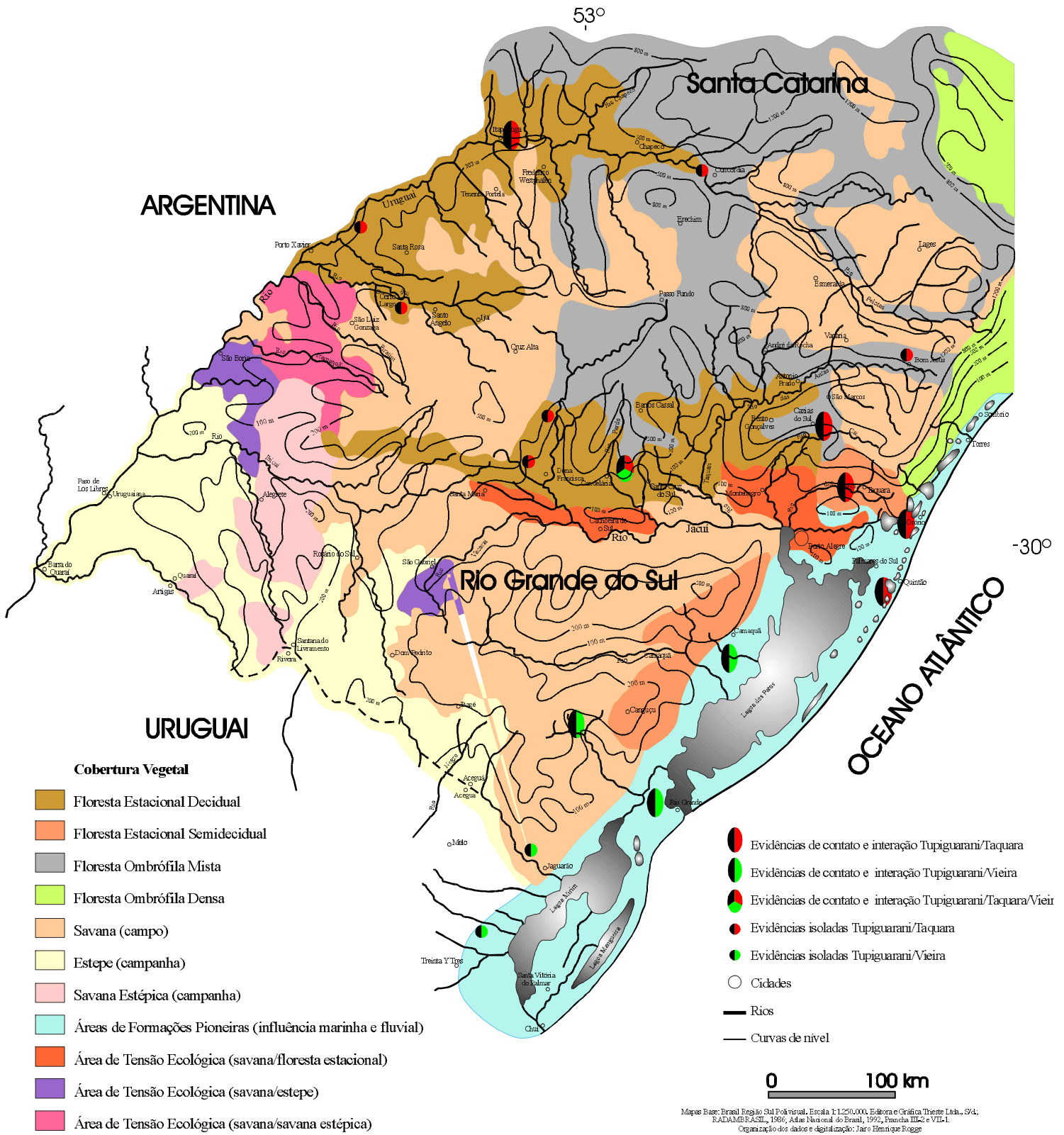


Figura 22. Mapa com a localização das áreas com evidências de contato entre as tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no Rio Grande do Sul.

4 AS ZONAS DE FRONTEIRA E O CONTATO CULTURAL:

AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

As pesquisas arqueológicas realizadas, especialmente, a partir do final da década de 1960, resultaram em uma significativa quantidade de dados sobre as populações pré-históricas que ocuparam o território do atual Estado do Rio Grande do Sul, envolvendo elementos da cultura material, tecnologia de produção de artefatos líticos e cerâmicos, formas e padrões de assentamento, abastecimento e aspectos da distribuição geográfica e temporal das tradições arqueológicas Umbu, Humaitá, Vieira, Taquara e Tupiguarani. Tal quantidade de dados tornou possível esboçar, em alguns casos com o auxílio de informações etnohistóricas e etnográficas, um panorama histórico-cultural geral da pré-história sul-riograndense, como mostram algumas sínteses publicadas nos últimos dez anos (KERN, 1991; SCHMITZ, 1991; NOELLI, 1999/2000).

Contudo, muitos dados arqueológicos permanecem ainda em seu estado bruto, no sentido de que são sistematicamente descritos mas carecem de maiores reflexões sobre os sistemas e processos sociais e culturais que representam. Os dados arqueológicos encontrados na produção bibliográfica sul-rio-grandense (e podemos, de certa forma, estender tal constatação à produção bibliográfica arqueológica brasileira) sobre evidências de interação entre os diversos sistemas socioculturais pré-históricos certamente se encaixam nesta situação.

As informações encontradas na bibliografia arqueológica permitem afirmar que existem evidências de contato envolvendo todas as tradições arqueológicas identificadas no Estado, mas é especialmente notado com relação às tradições ceramistas Tupiguarani, Taquara e Vieira, certamente pelo fato de que a cerâmica permite uma maior visibilidade desse fenômeno. Em uma data tão recuada como 1884, ou mesmo antes, pesquisas pioneiras realizadas no litoral norte do Estado por Theodor Bischoff mencionam sítios com dois tipos distintos de cerâmica, um certamente de origem Guarani e outro, provavelmente, relacionado à tradição Taquara, chamada então de “cerâmica sambaquiana” (BROCHADO, 1969b). Quase um século depois, na mesma área, pesquisas realizadas por Schmitz confirmaram a existência de sítios multicomponenciais com a presença de dois tipos cerâmicos distintos, “um manifestamente guarani, o outro nos aparece aqui pela primeira vez” (SCHMITZ, 1958, p. 115). Este último, mais tarde, foi associado à tradição Taquara.

A partir da publicação dos primeiros relatórios do PRONAPA, em 1967, as informações sobre a ocorrência de elementos cerâmicos distintos em um mesmo contexto arqueológico começam a aparecer de forma mais recorrente. Em um dos primeiros relatórios publicados, que dão conta de prospecções realizadas no Litoral Norte e no vale do Rio dos Sinos entre os anos de 1965 e 1966, podemos encontrar a seguinte referência indicando a presença de cerâmica de tradição Taquara junto à de tradição Tupiguarani:

Cacos da fase Taquara são encontrados freqüentemente junto aos cacos da fase Maquiné, mas as nossas pesquisas não puderam até o momento esclarecer a causa dessas ocorrências, se de comércio, sobreposição ou coexistência. (MILLER, 1967, p. 16-17).

O mesmo fenômeno também é relatado para contextos com presença de cerâmica de tradição Tupiguarani e Vieira:

Na mesma área de Rio Grande encontramos, ao lado dos habitantes dos aterros, populações de cultura tupi-guarani...entre os dois grupos houve contatos, como provam as cerâmicas intrusivas de um grupo nos sítios do outro, no fim do período anterior à ocupação européia. (SCHMITZ e BASILE BECKER, 1970).

Ocorrências como essas passam a ser descritas em várias regiões do Estado, não só naquelas prospectadas dentro do referido Programa mas também em várias pesquisas desvinculadas ou posteriores a ele: na região central, nas bacias dos rios Vacacaí, alto Ijuí e alto Jacuí (BROCHADO, 1969a), na região noroeste, ao longo do Rio Uruguai (MILLER, 1969; PIAZZA, 1969; DE MASI e ARTUSI, 1985; SCHMITZ, 1988); na região nordeste, nas bacias dos rios Uruguai, Pelotas, Antas (MILLER, 1971; SCHMITZ, 1988; SCHMITZ, BASILE BECKER, LA SÁLVIA, LAZZAROTTO, RIBEIRO, 1988, RIBEIRO, HERBERTS, DIEHL, HOELTZ, BUCHAIM, RIBEIRO, 1994; COPÉ, 2002); no litoral norte e central (MILLER, 1967; SCHMITZ, 1988; SCHMITZ, BASILE BECKER, LA SÁLVIA, LAZZAROTTO, RIBEIRO, 1988; ROGGE, SCHMITZ, BEBER, ROSA, 1997; RIBEIRO E CALIPPO, 2000), na bacia do Rio Pardo (SCHMITZ, DE MASI, BASILE BECKER, MARTIN, 1987; RIBEIRO, 1991), na Serra do Sudeste e na bacia do Rio Camaquã (BROCHADO, 1974a; RÜTSCHILLING, 1989) e na região sudeste, especialmente no município de Rio Grande (NAUE, 1973; SCHMITZ, 1976; SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991).

Embora a quantidade de informações indicando a existência de interação entre as diferentes populações ceramistas tenha crescido desde as pesquisas iniciais nos anos 1960,

um estudo mais aprofundado de tal fenômeno não chegou a ser realizado, permanecendo em um nível relativamente superficial de interpretação e explicação.

Buscando analisar de forma mais sistemática as informações relativas às prováveis interações entre as populações ceramistas pré-históricas, foram selecionadas quatro áreas que serão tomadas como estudo de caso. A escolha das áreas partiu, principalmente, dos seguintes critérios: a) a análise dos mapas de distribuição dos sítios arqueológicos e das direções hipotéticas de expansão das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira mostram que essas áreas representam “zonas de fronteira” entre essas diferentes populações ceramistas; b) as mesmas áreas também representam, em grande parte, fronteiras ecológicas dos ambientes ocupados e explorados pelas diferentes populações portadoras das tradições cerâmicas e c) a existência, nessas áreas, de pesquisas sistemáticas, que forneceram dados confiáveis a respeito da existência de contato cultural.

As áreas são as seguintes, sendo que cada uma delas será tratada separadamente:

- Área 1: Bacia do Rio Pardo
- Área 2: Baixo Rio Camaquã
- Área 3: Alto Rio Uruguai – Itapiranga
- Área 3: Balneário Quintão

4.1 A Bacia do Rio Pardo

O Rio Pardo é um dos principais afluentes da margem esquerda do Rio Jacuí e sua bacia hidrográfica compreende duas drenagens principais, o próprio Rio Pardo e o rio Pardinho, além de inúmeros afluentes menores. Sua localização é aproximadamente no centro do Estado, entre o vale do Rio Taquari, a leste e o médio e alto Jacuí, a oeste (Figura 23).

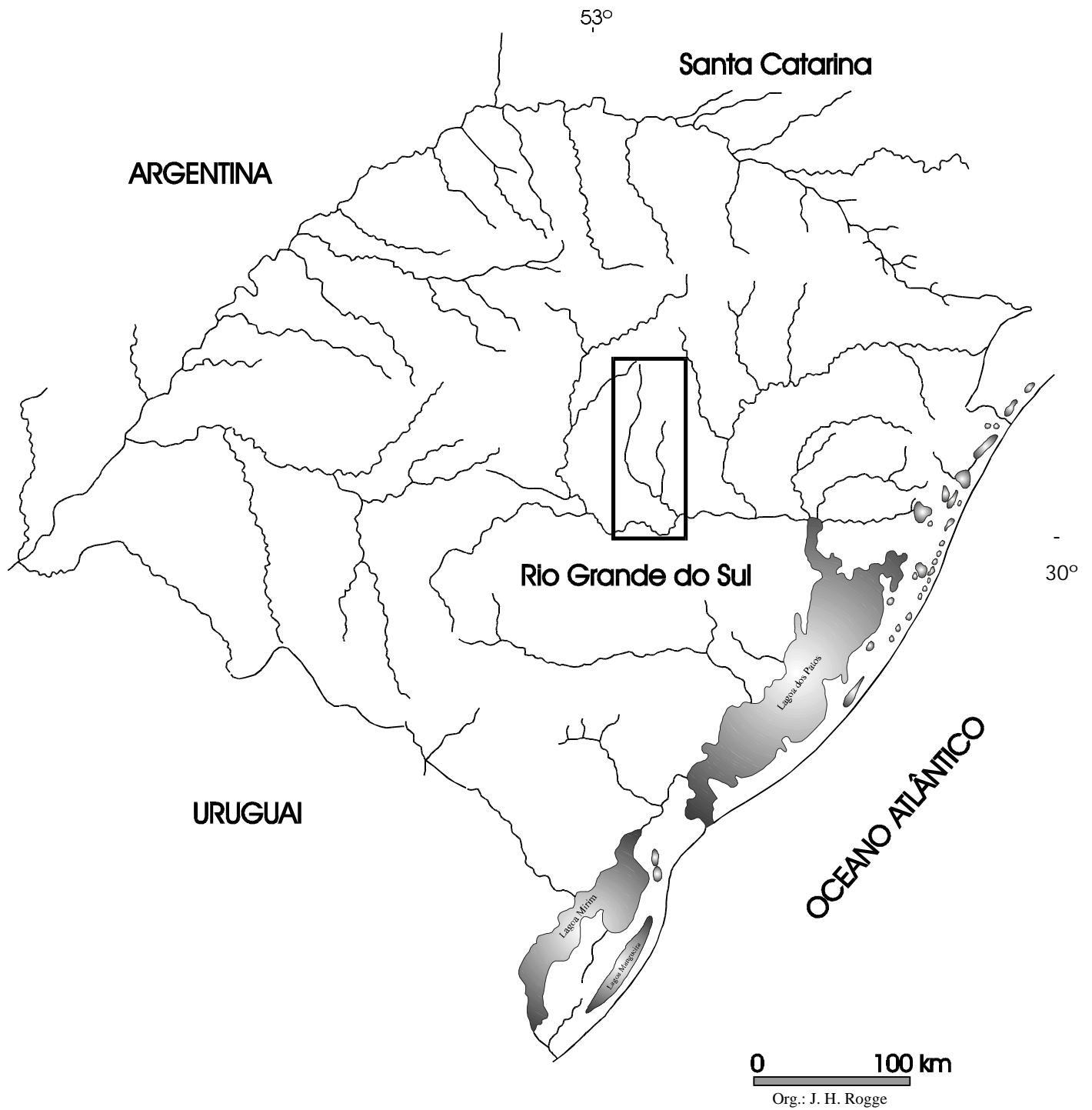


Figura 23. Localização da Área 1 - Bacia do Rio Pardo.
Fonte: modificado de Brasil Polivisual, Região Sul. Esc.: 1:1.250.000

A bacia compreende diferentes zonas geomorfológicas e ambientais: ao norte, as áreas de campos do Planalto, com altitudes entre 700 e 800 m, onde nascem as duas principais drenagens; ao longo da encosta do planalto, as drenagens formam relevos bastante dissecados, cujo topo é recoberto pela Floresta Ombrófila Mista e as encostas pela Floresta Estacional Decidual, em um relevo bastante dissecado; na medida em que chegam a suas porções média e baixa, as drenagens atravessam áreas de relevo cada vez mais aplanado, inicialmente com a predominância de morros, ainda com restos da vegetação decídua original até o domínio dos campos e áreas alagadiças, com cotas que raramente ultrapassam os 50 m ANM (SCHMITZ, BASILE BECKER, RIBEIRO, BAUMHARDT, BAUMHARDT, MARTIN, STEINHAUS, BROCHADO, 1970; RIBEIRO, 1991).

Esta região ecologicamente diversificada foi palco de uma intensa ocupação humana, não só em tempos pré-históricos como também em tempos recentes, quando de sua colonização por uma população de origem européia, especialmente alemã e italiana, a partir da segunda metade do século XIX. No que diz respeito à ocupação pré-histórica, as pesquisas realizadas ao longo de quase 40 anos mostram uma alta densidade de sítios arqueológicos, compreendendo as tradições Umbu, Humaitá, Tupiguarani, Taquara e Vieira.

Os primeiros trabalhos de cunho arqueológico foram realizados entre 1965 e 1967 (SCHMITZ, 1967, p. 24-58), em um estudo dos sítios com ocorrência de cerâmica Tupiguarani ao longo do vale do Rio Pardinho. Neste estudo e no seguinte, que o complementa (SCHMITZ, BASILE BECKER, RIBEIRO, BAUMHARDT, BAUMHARDT, MARTIN, STEINHAUS, BROCHADO, 1970), foram definidas duas fases arqueológicas, uma contendo variada gama de material lítico lascado, incluindo pontas-de-projétil associada a pouca cerâmica (fase Rio Pardinho) e outra com muita cerâmica e pouco ou nenhum artefato lítico lascado (fase Trombudo). No primeiro caso, a

comparação do material lítico com outros contextos, especialmente os encontrados na região do pampa uruguaio e argentino, fez com que o mesmo fosse associado a “um grupo pré-cerâmico, caçador, semelhante ao representado em outros sítios da mesma área, possivelmente de origem meridional...” (SCHMITZ, 1967, p. 51). A ocorrência de cerâmica da tradição Tupiguarani nestes sítios foi interpretada como um indicador de contato entre as populações caçadoras e as populações agricultoras:

Esta cerâmica pertence aos sítios e não se encontra ali apenas por sobreposição de ocupações, porque dezenas de sítios apresentam a mesma associação e o material lítico não aparece isolado, não se podendo acreditar que isto tenha sido feito ao acaso. (SCHMITZ, 1967, p. 51)

... [o grupo pré-cerâmico] recebeu a cerâmica do grupo tupiguarani, que dominou a vizinhança, penetrando ao longo dos grandes rios.” (SCHMITZ, 1967, p. 52)

Os sítios com grande quantidade de cerâmica, localizados em áreas um pouco mais distantes do vale, foram logo associados à tradição Tupiguarani (fase Trombudo) que “teriam aculturado a gente enclausurada no vale” (SCHMITZ, 1967, p. 53).

Esses trabalhos iniciais, realizados em um período em que as pesquisas estavam apenas começando a obter os primeiros dados mais sistemáticos a fim de elaborar uma organização das culturas arqueológicas no tempo e no espaço acabaram por definir dois tipos distintos de contextos, um relacionado a caçadores-coletores e outro a agricultores cujos vestígios materiais, em muitos casos, ocorriam juntos em um mesmo sítio levando, assim, sua interpretação como o resultado de processos de contato. Deve-se levar em conta, no entanto, que tais análises basearam-se fundamentalmente em coleções oriundas de coletas superficiais. Isso implica em que o pressuposto para a afirmação da existência de um processo de interação e, mais ainda, aculturação dos caçadores pelos agricultores se torne frágil sem uma análise estratigráfica, a fim de estabelecer critérios mais seguros de

sincronia ou diacronia entre os mesmos. O fato do material de um e de outro ocorrer junto não quer dizer, necessariamente, que estejam em associação direta e sincrônica. De fato, sondagens e escavações estratigráficas feitas posteriormente parecem indicar diacronia entre a fase Rio Pardinho e a fase Trombudo, como veremos mais adiante.

A partir de 1974, quando da fundação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, então ligado às Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, as pesquisas na área dos rios Pardo e Pardinho tornaram-se bastante intensas, conduzidas por P. A. M. Ribeiro (RIBEIRO, MARTIN, STEIHAUS, HEUSER, BAUMHARDT, 1976; RIBEIRO, RIBEIRO, SILVEIRA, 1977; RIBEIRO, 1978; RIBEIRO e SILVEIRA, 1979; RIBEIRO, 1980; RIBEIRO, 1981; RIBEIRO, MARTINS, RIBEIRO, SILVEIRA, 1982; RIBEIRO, 1983; RIBEIRO, RIBEIRO, SILVEIRA, 1988) até o início da década de 1990, quando produz a tese “Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil” (RIBEIRO, 1991), contendo a síntese de todas as pesquisas realizadas naquela região. Nessas pesquisas, vários sítios encontrados apontam para a existência de contatos entre as populações pré-históricas que ocuparam a região (Quadro 1).

Tais pesquisas ampliaram enormemente o conhecimento sobre a ocupação pré-histórica da bacia do Pardo, permitindo a elaboração de uma seqüência arqueológica bastante sólida, que se inicia com a fase Rio Pardinho, agora ligada à tradição Umbu cujos sítios, em abrigos rochosos ou a céu aberto, estão localizados preferencialmente na encosta do planalto, em locais altos e planos, próximos aos cursos d'água. Duas datações radiocarbônicas estão associadas a esta fase: uma de 2.920 ± 120 A.P. (SI-4795) e outra de 1.425 ± 115 A.P. (SI-4168). O autor, no entanto, baseado na correlação com sítios datados em torno dos 10.000 anos A.P. nas bacias vizinhas dos rios Taquari e Caí (SCHMITZ, 1985B; RIBEIRO, KLAMT, BUCHAIM, RIBEIRO, 1989), acredita que o início da

QUADRO 1. Sítios com evidências de contato na bacia do Rio Pardo

Sítio	Nº Cat.	Drenagem	Posição	Alt.	Vegetação	Solo	Área	Tradição	Cerâmica				Lítico	Obs.
									T	Ta	V	A		
01	169	Pardo/Pardinho	Serra	580	SMP	C. Charrua	100x100	Ta+Tg	284	7	-	-	357	5 manchas pretas-1 casa subt.
06	344	Fco. Alves	Serra	500	SMP	C. Charrua	80x150	Ta+Tg	150	548	-	26	535	Aculturada
11	368	Pardo	Serra	620	SMP	Oásis	80	Ta+Ac+U+H	215	19	-	14	46	Aculturada
14	412	Pardo	Serra	± 580	SMP	Oásis	100x50	Tg+Ta	35	1	-	5	26	Aculturada
18	481	Pardinho	Serra	620	SMP	C. Charrua	50	Ta	5	26	-	-	148	4 frag. Tg
20	484	Pardo/Fco. Alves	Serra	600	SMP	C. Charrua	40x20	Ta+Tg	54	40	-	-	3	
23	487	Pardinho	Serra	± 580	SMP	C. Charrua	± 30	Ta+Tg	26	36	-	-	86	1 mancha preta, ± 7 m diâmetro, areia grossa
25	490	Pardo	Serra	620	SMP	Oásis	50	Ta+Tg	9	5	-	-	18	Acampamento
39	993	Pardo	Serra	600	SMP	C. Charrua	40	Ta	1	1	-	-	7	1 frag. Tg, 1 ponta
47	4 A	Pardinho	Encosta	180	M	S. Maria	20	Ta+Tg	8	10	-	-	13	
53	314	Fco. Alves/Pardo	El. próx. Várzea	40-50	MX	Vila	40	U+H+Ta+Vi	2	-	-	-	-	2 frag. Tg
54	300	Fco. Alves/Pardo	El. próx. Várzea	40-50	MX	Vila	50	U+H+Ta+Vi+Tg	6	-	-	-	-	
55	618	Fco. Alves/Pardo	El. próx. Várzea	40-50	MX	Vila	30	U+Ta+H?+Vi+Tg	20	43	3	-	208	

M: mata

MX: mata com banhado

SMP: sub-mata dos pinhais

U: tradição Umbu

Ta: tradição Taquara

Tg: tradição Tupiguarani

Vi: tradição Vieira

H: tradição Humaitá

Fonte: Ribeiro, 1991, Quadro 02; Tabela 03

ocupação pela tradição Umbu nos vales do Pardo e Pardinho possa ser bem mais antiga, podendo chegar a 10.000 A.P. (RIBEIRO, 1991, p. 550).

Para o autor a tradição Umbu, relacionada a caçadores e coletores pré-cerâmicos possui uma forte relação com a tradição cerâmica Vieira, cuja ocorrência (Figura 24) aparece em três sítios na forma de “cerritos”, localizados na parte baixa e alagadiça dos rios Pardo e Pardinho, “em suaves elevações, entre 15 e 18 m acima do nível da várzea ou da margem direita do Arroio Francisco Alves” (RIBEIRO, 1991, p. 165).

Nesses sítios, a cerâmica Vieira aparece em muito pouca quantidade, de modo que somente uma vasilha pôde ser reconstituída graficamente (Figura 25), mostrando uma forma que em nada difere do estilo formal da tradição, encontrado nas áreas mais ao sul, com alisamento grosseiro e contorno globular em calota de esfera, com dois furos laterais para suspensão.

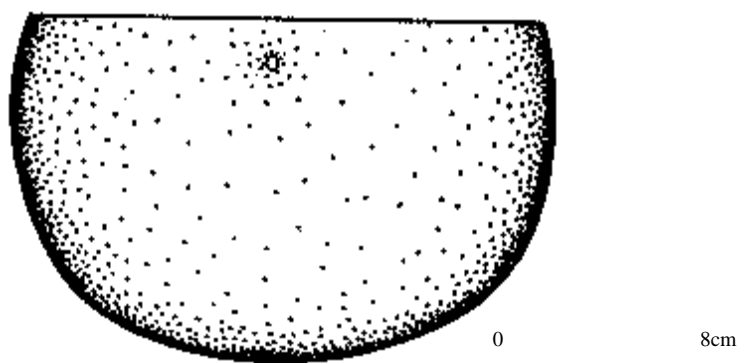


Figura 25. Forma reconstituída de vasilha da tradição Vieira, bacia do Rio Pardo.
Fonte: modificado de Ribeiro, 1993, Figura, 12.

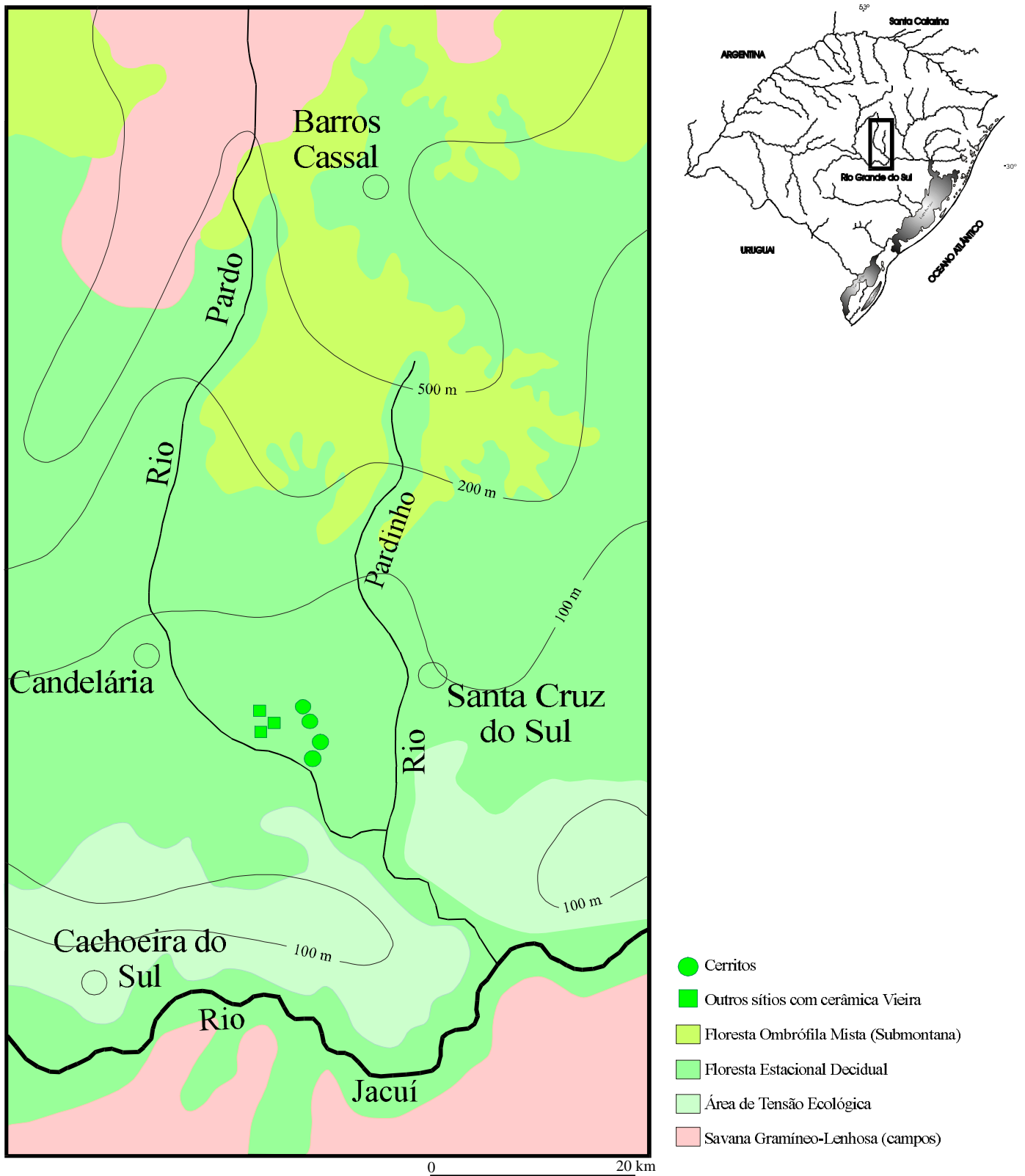


Figura 24. Localização dos “cerritos” e outros sítios com cerâmica da tradição Vieira na bacia do Rio Pardo.
 Fonte: modificado de Ribeiro, 1991, Figura 05; RADAMBRASIL, 1986; Atlas Nacional do Brasil, 1992, Prancha III-2.

Segundo Ribeiro, os portadores da tradição Vieira poderiam ter estabelecido alguma forma de contato com aqueles das tradições Tupiguarani e, mais provavelmente, Taquara pelo fato de que, em alguns de seus sítios, foram encontrados em associação também fragmentos cerâmicos daquelas duas tradições, nos primeiros 15 cm superficiais. Observando os dados fornecidos, torna-se um tanto difícil afirmar se essa relação entre os fragmentos cerâmicos são realmente indicadores de processos de interação local ou se trata de resultado de superposição de ocupações recentes de grupos ceramistas, já que é mencionado também a presença, em estratos inferiores, de vestígios das tradições Umbu e Humaitá (RIBEIRO, 1991, p. 165).

A seguinte população a ocupar a bacia do Rio Pardo foi aquela portadora da tradição Humaitá, também caçadora-coletora, localmente chamada de fase Pinhal. A ocupação teria início por volta de 3.000 anos A.P. ou ainda antes, inicialmente nas áreas mais altas e, posteriormente, nas encostas baixas e planície, tendo esta população entrado em contato com a da tradição Umbu. As evidências para isso, segundo Ribeiro, são indicadas pelo fato de que a “[fase] Pinhal obteve instrumental da Rio Pardinho (ponta-de-projétil, bola de boleadeira) e vice-versa (pequenos talhadores bifaciais, picão)” (RIBEIRO, 1991, p. 518). O autor posiciona, cronologicamente, a fase Pinhal logo após a fase Rio Pardinho e antecedendo a fase Erveiras, esta última relacionada à tradição Taquara que, segundo ele, seria a continuação da Pinhal agora com a adoção da cerâmica. Os únicos elementos diferenciadores entre as duas fases “é a existência da cerâmica, um aumento de (instrumento lítico) polido e das casas subterrâneas” (RIBEIRO, 1991, p. 181) na fase Erveiras, sendo que a continuidade é fortemente sugerida pelo fato de que “não foi observada qualquer diferença nos tipos de assentamento, exceto as casas subterrâneas, área de dispersão, mudanças quantitativas e qualitativas do lítico lascado” (RIBEIRO, 1991, p. 181).

A fase Erveiras, da tradição Taquara, está representada por 23 sítios (Figura 26), sendo 2 deles com “casas subterrâneas”, uma delas com uma data radiocarbônica de 915 ± 145 A.P (SI-4066). Os sítios estão localizados no interflúvio entre o Rio Pardo e o Pardinho, a maior parte implantados no planalto ou na sua encosta alta, em cotas acima de 500 m de altitude, em áreas de Floresta Ombrófila Mista, próximos a vertentes e/ou arroios. A fase é caracterizada, localmente, por uma ampla variedade de cerâmica com decoração plástica, que é muito semelhante à cerâmica encontrada mais a leste, nos vales dos rios Caí e Sinos e no litoral norte do Estado, chamada de fase Taquara (Figuras 27 e 28). O material lítico associado ocorre em pouca quantidade e pouco se distingue daquele da tradição Humaitá, ocorrendo somente um pequeno aumento da quantidade de instrumentos polidos (mãos-de-pilão e lâminas-de-machado) na primeira, que também ocorrem nos sítios da segunda. Como já foi mencionado mais acima, tais evidências levaram Ribeiro a concluir que “a fase Erveiras é uma evolução regional do pré-cerâmico, fase Pinhal da tradição Humaitá...” (RIBEIRO, 1991, p. 263).

Ribeiro (1991, p. 184) informa ter encontrado dois tipos de sítios relacionados à fase Erveiras: “sítios habitação”, que possuem uma média de 80 m de diâmetro e; “sítios acampamento”, com diâmetros em torno de 30 m e com pouco material lito-cerâmico. Porém, o estudo das relações entre ambos os tipos não foi aprofundado.

Além daqueles sítios exclusivamente com cerâmica da fase Erveiras, existem outros cuja cerâmica é encontrada junto com material das outras tradições arqueológicas. Em pelo menos 7 sítios (Figura 29) existem evidências mais conclusivas de contato com os portadores da tradição Tupiguarani, seja por meio de intrusão ou, como indica o autor, pela existência de uma cerâmica “aculturada”, cujos fragmentos de pequeno tamanho não possibilitaram a reconstituição gráfica das formas. Nessa cerâmica, parecem ter sido incorporados ao estilo cerâmico Taquara formas e decorações Tupiguarani, em três sítios

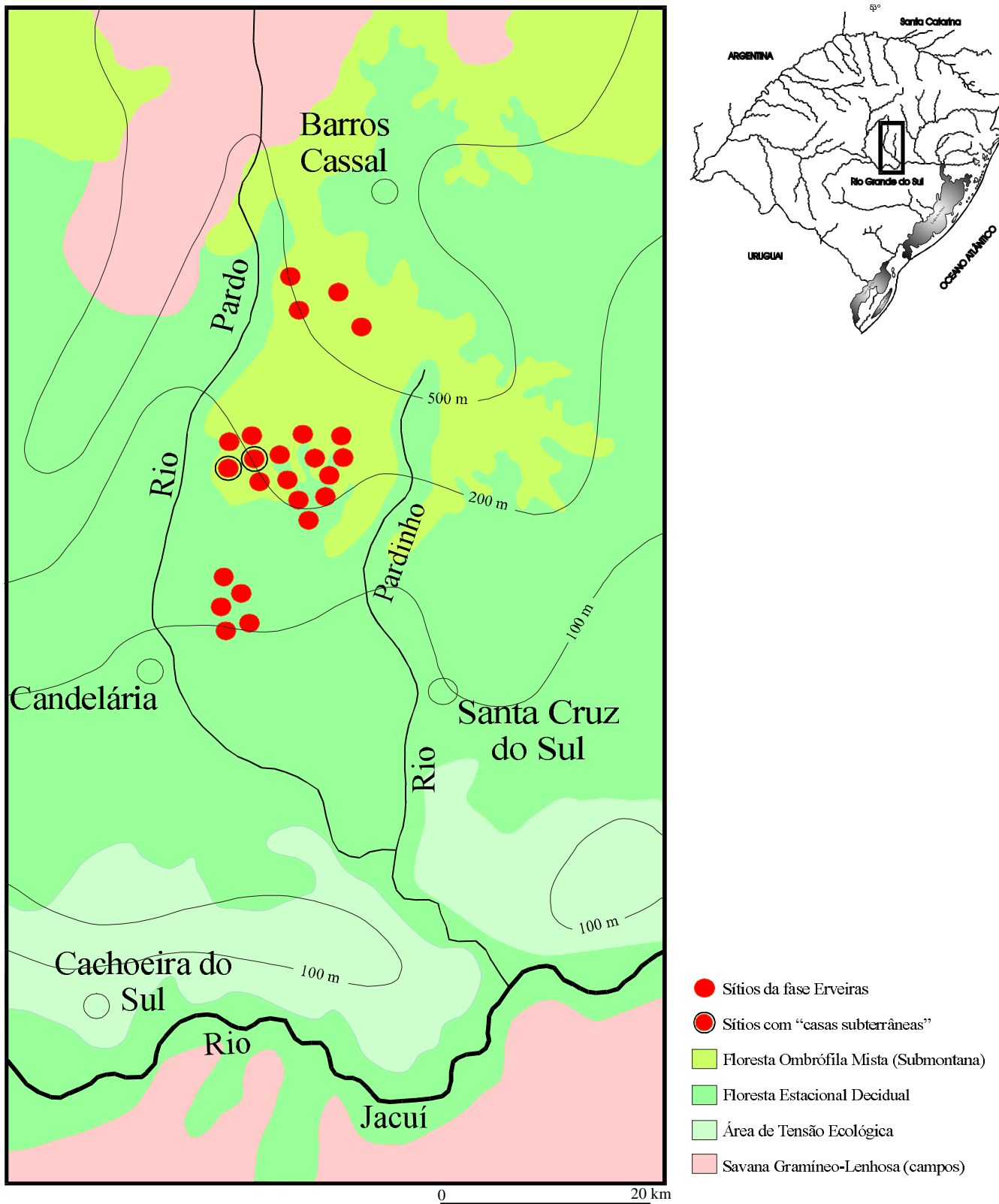


Figura 26. Localização dos sítios da tradição Taquara, fase Erveiras na bacia do Rio Pardo.
 Fonte: modificado de Ribeiro, 1991, Figura 05; RADAMBRASIL, 1986; Atlas Nacional do Brasil, 1992, Prancha III-2.

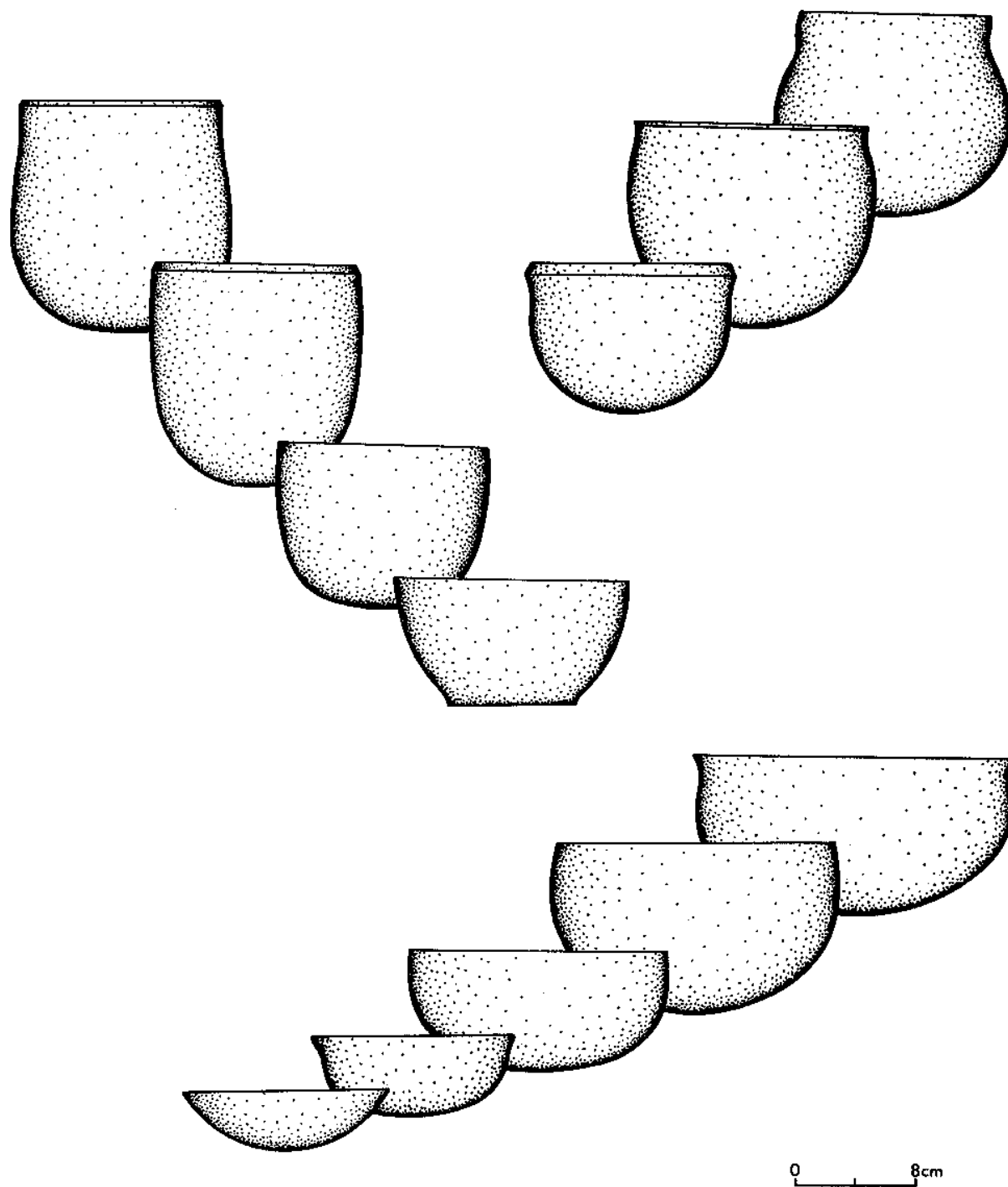


Figura 27. Formas do vasilhame cerâmico da fase Erveiras, bacia do Rio Pardo.
Fonte: modificado de Ribeiro, 1993, Figura 12.

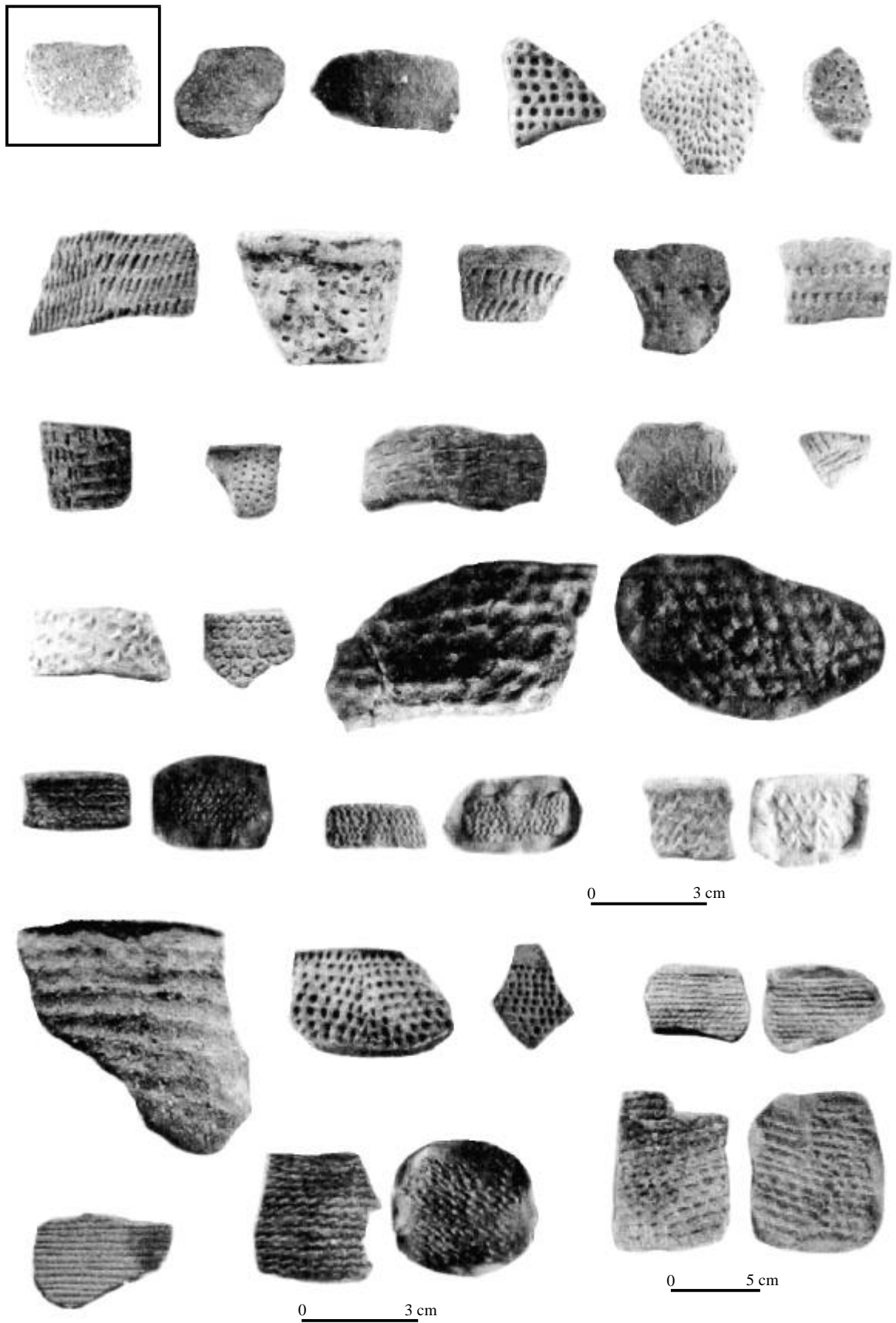


Figura 28. Material cerâmico da fase Erveiras, bacia do Rio Pardo. Em destaque, fragmento cerâmico da tradição Vieira.
Fonte: modificado de Ribeiro, 1993, Figura 11.

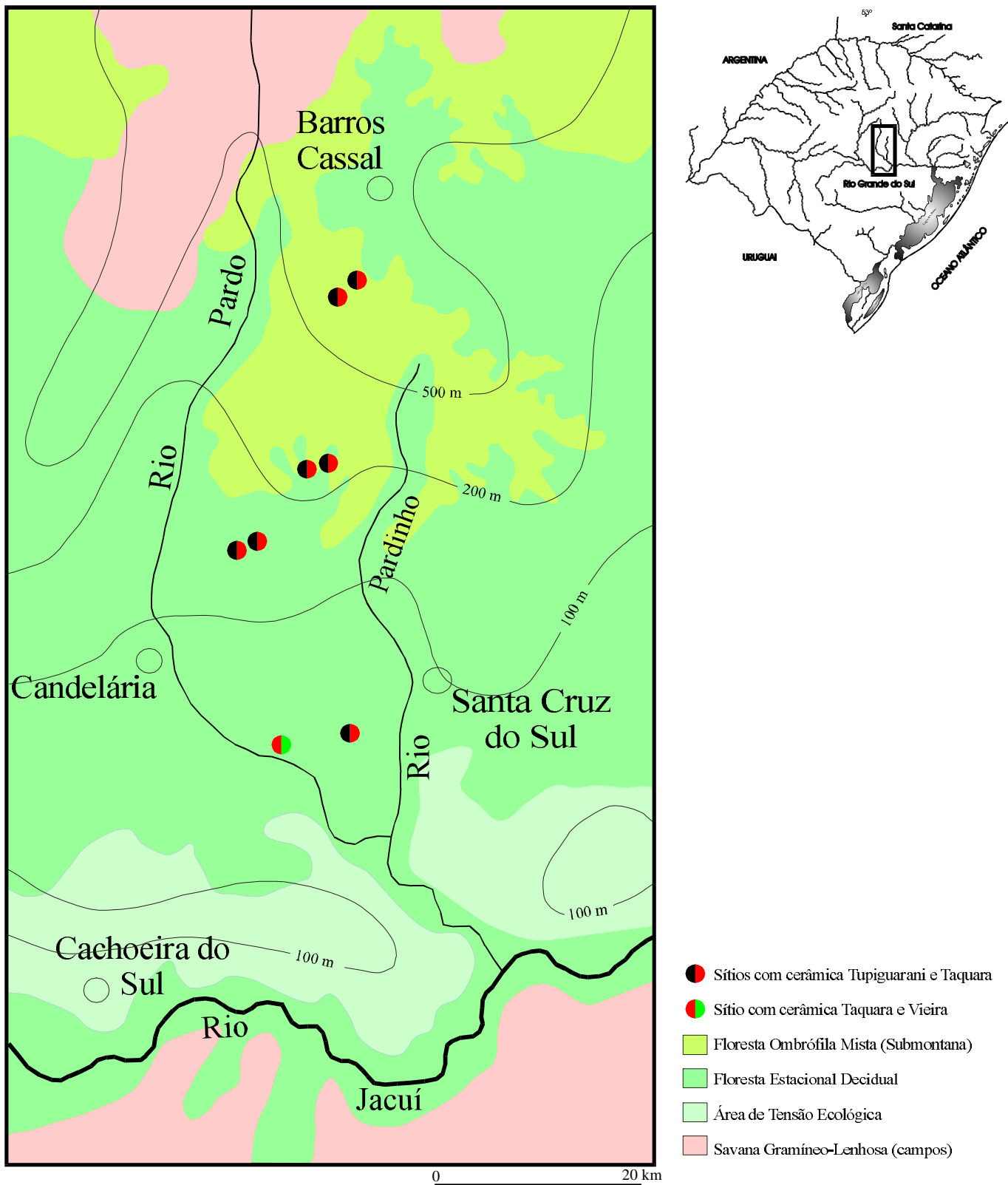


Figura 29. Localização dos sítios com evidências de contato na bacia do Rio Pardo.

Fonte: modificado de Ribeiro, 1991, Figura 05; RADAMBRASIL, 1986; Atlas Nacional do Brasil, 1992, Prancha III-2.

daquela primeira tradição, localizados na área do planalto. Ribeiro (1991, p. 268), caracteriza o contato como eventual e efêmero, devido a pouca quantidade de cerâmica intrusiva ou aculturada nos sítios Taquara e, mais ainda, deixa entender que os processos mais efetivos de contato parecem ter partido das populações portadoras da tradição Tupiguarani em direção à Taquara, ressaltando que o processo inverso foi raro, evidenciado somente pela presença de um sítio Tupiguarani com material lítico associado à tradição Taquara.

Em uma revisão do material arqueológico dos sítios da fase Erveiras Schmitz, De Masi, Basile Becker, Martin (1987) sustentam que o contato realmente existiu, mas que não teria sido ocasional mas sim estruturado intencionalmente, predominantemente dos portadores da tradição Taquara em direção à Tupiguarani e que o mesmo não se resume à presença de objetos ou elementos estilísticos mas “na aparente justaposição, na mesma aldeia, de populações das duas tradições, que, em parte, continua a produzir os seus artefatos, em parte mistura as técnicas na produção das peças” (SCHMITZ, DE MASI, BASILE BECKER, MARTIN, 1987, p. 8-9). Os autores mencionados explicam tal interação como produto da necessidade de complementação econômica por parte dos portadores da tradição Taquara, já que seu acesso às partes baixas do vale era restringido pela presença dos portadores da tradição Tupiguarani. A aproximação, nesse sentido, seria eficaz para “proporcionar à população da tradição Taquara mais recursos da horticultura na qual o parceiro era mais avançado” (SCHMITZ, DE MASI, BASILE BECKER, MARTIN, 1987, p. 17).

Tanto Ribeiro (1991) quanto Schmitz, De Masi, Basile Becker, Martin (1987) parecem concordar quanto ao período em que tais contatos ocorreram ou, pelo menos, se intensificaram. Para esses autores, o contato entre essas populações se deu em um período tardio, proto-histórico ou mesmo histórico. Para o primeiro, a partir de correlação de

seqüências seriadas, teria sido por volta dos séculos XVI e XVII da Era Cristã (RIBEIRO, 1991, p. 268); para os outros, pela correlação da cerâmica Taquara com a decoração corrugada-ungulada da cerâmica Tupiguarani nos sítios de contato, o mesmo deve ter ocorrido a partir do “segundo milênio de nossa era e pode ter chegado a tempos posteriores ao começo da Conquista européia no Brasil” (SCHMITZ, DE MASI, BASILE BECKER, MARTIN, 1987, p. 17).

Com relação à ocupação da área pelos portadores da tradição Tupiguarani, a presença de seus sítios já havia sido percebida desde a década de 1960, como foi mencionado anteriormente (SCHMITZ, 1967). Nas pesquisas sistemáticas desenvolvidas por Ribeiro, a partir de 1974, foram localizados cerca de 54 sítios relacionados a essa tradição cerâmica (Figura 30) e, através do estudo do material cerâmico, os mesmos foram subdivididos em cinco “fases”, duas delas relacionadas à inserção dos Guarani a instituições européias (fase Reduções e fase Pardo), das quais não trataremos aqui.

A ocupação mais antiga está relacionada com a fase Botucaraí, cuja presença na área está datada, de forma relativa, entre a segunda metade do século XVI e meados do século XVII da Era Cristã, embora a característica da cerâmica remeta a um período mais antigo, talvez por volta do século X e XII (SCHMITZ et al, 1990, p. 12). Seus sítios estão, principalmente, nas áreas de várzea fértil do Rio Pardo, inicialmente ocupando locais planos e próximos ao rio, cobertos pela Floresta Estacional Decidual e representados por grandes assentamentos. Ao longo do tempo, por fatores que podem estar relacionados com crescimento populacional ou a pressão das frentes de Conquista e colonização européias, os sítios vão se afastando dessas áreas e ocupando locais progressivamente mais altos, até a encosta alta do planalto, já no contato com a Floresta Ombrófila Mista ou mesmo em seu interior, assim como ocupam as porções mais baixas do vale do Rio Pardinho, em assentamentos muito menores do que no período anterior.

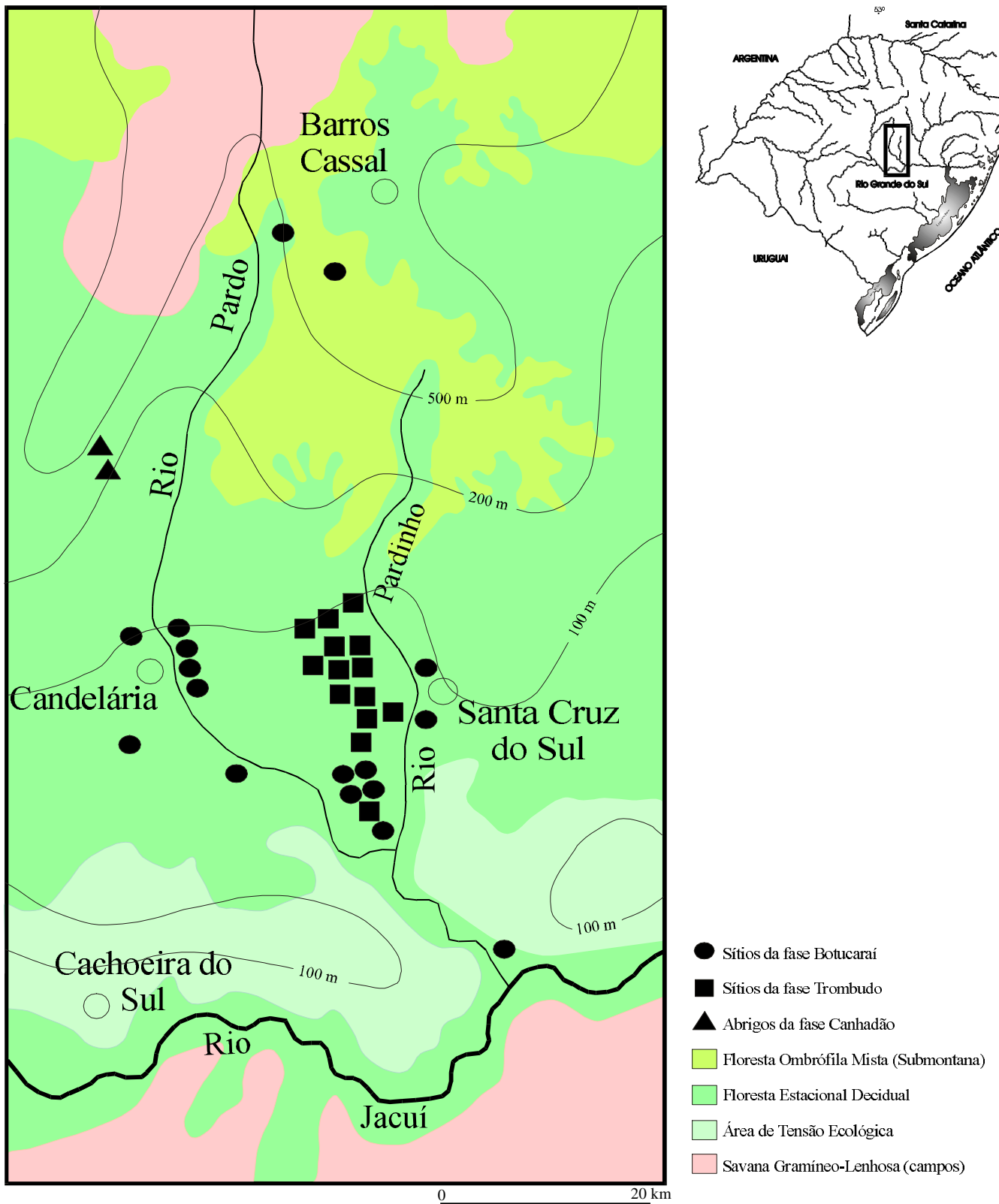


Figura 30. Localização dos sítios da tradição Tupiguarani na bacia do Rio Pardo.

Fonte: modificado de Ribeiro, 1991, Figura 05; RADAMBRASIL, 1986; Atlas Nacional do Brasil, 1992, Prancha III-2.

Os sítios mais antigos da fase Botucaraí estão na várzea do rio Pardo; são maiores, tanto no que se refere à área ocupada, como também ao número e tamanho das manchas pretas no solo...depois dispersam-se, afastam-se da várzea e vão para partes um pouco mais altas (em torno de 50 m) [...] finalmente, afastam-se mais e vão inclusive para o alto dos morros e na serra... (RIBEIRO, 1991, p. 348).

Parece ser nesse momento, segundo o autor, que se dá o contato com os portadores da tradição Taquara, evidenciados por sítios “mistos”, especialmente nessas áreas mais altas do vale. Sobre o contato com os portadores da tradição Taquara, fase Erveiras, já mencionamos anteriormente as evidências de modo que não voltaremos a isso nesse momento.

A fase Trombudo localiza-se, exclusivamente, no vale do Rio Pardinho e parece ser um pouco mais recente em relação à fase Botucaraí, sendo datada relativamente dentro da primeira metade do século XVII (RIBEIRO, 1991, p. 358). Ao contrário do que ocorre com os sítios da fase Botucaraí, os sítios da fase Trombudo estão localizados, inicialmente, em pontos mais afastados do rio “em locais elevados em pequenas áreas mais ou menos planas, com condições melhores de habitar, inclusive no alto dos morros; depois aproxima-se e afasta-se do rio, num movimento de vai e vem” (RIBEIRO, 1991, p. 350).

Também diferentemente do que ocorre na fase Botucaraí, não existem evidências de contato entre a fase Trombudo e as outras tradições arqueológicas da área. No entanto, a presença de contato com populações de origem européia foi detectada, pela presença de contas de vidro e cunhas de ferro, além da existência de uma alta proporção de cerâmica com decoração escovada que, segundo o autor, é um indicador de um período muito recente e que envolve esse tipo de contato.

A fase Canhadão parece representar o último episódio relativamente autóctone de ocupação pré-histórica na área, já que o autor afirma que “este grupo não manteve contato

com o elemento europeu e, se isso aconteceu, foi de maneira efêmera” (RIBEIRO, 1991, p. 363). Apenas dois sítios, com pouco material arqueológico, foram encontrados e se caracterizam por ocorrer em locais cobertos (uma caverna e um abrigo-sob-rocha), em áreas de encosta alta e distantes do vale do Rio Pardo. Sua datação relativa a coloca em um período tardio da presença das populações portadoras da tradição Tupiguarani na região, por volta dos anos 1640 e 1650 da Era Cristã. Ribeiro (1991, p. 363) acredita que esses sítios possam estar relacionados com um grupo remanescente das reduções jesuíticas do vale do Pardo (Jesus Maria, São Joaquim e São Cristóvão), de muito curta duração, que teriam se refugiado em locais mais inacessíveis após a destruição das mesmas (RIBEIRO, 1991, p. 363).

Com relação ao material arqueológico associado a essas fases arqueológicas, Ribeiro (1991) afirma que em quase nada são distintos do material encontrado em outras fases da mesma tradição no Estado, com exceção do material cerâmico “aculturado” encontrado em sítios de contato entre a tradição Tupiguarani e Taquara. A cerâmica das fases Botucaraí e Trombudo (Figura 31 e 32), de fato, realmente não apresenta distinções marcantes, pelo menos em termos formais. A diferença, aparentemente, ocorre somente com relação a maior proporção do uso da decoração escovada naquela última, considerada como uma influência européia. Com relação à fase Canhadão, o fato de sua cerâmica não apresentar evidências marcantes de “aculturação” com o elemento europeu pode ser explicado, segundo o autor, pelo pouco tempo de permanência no sistema reducional (RIBEIRO, 1991, p. 363).

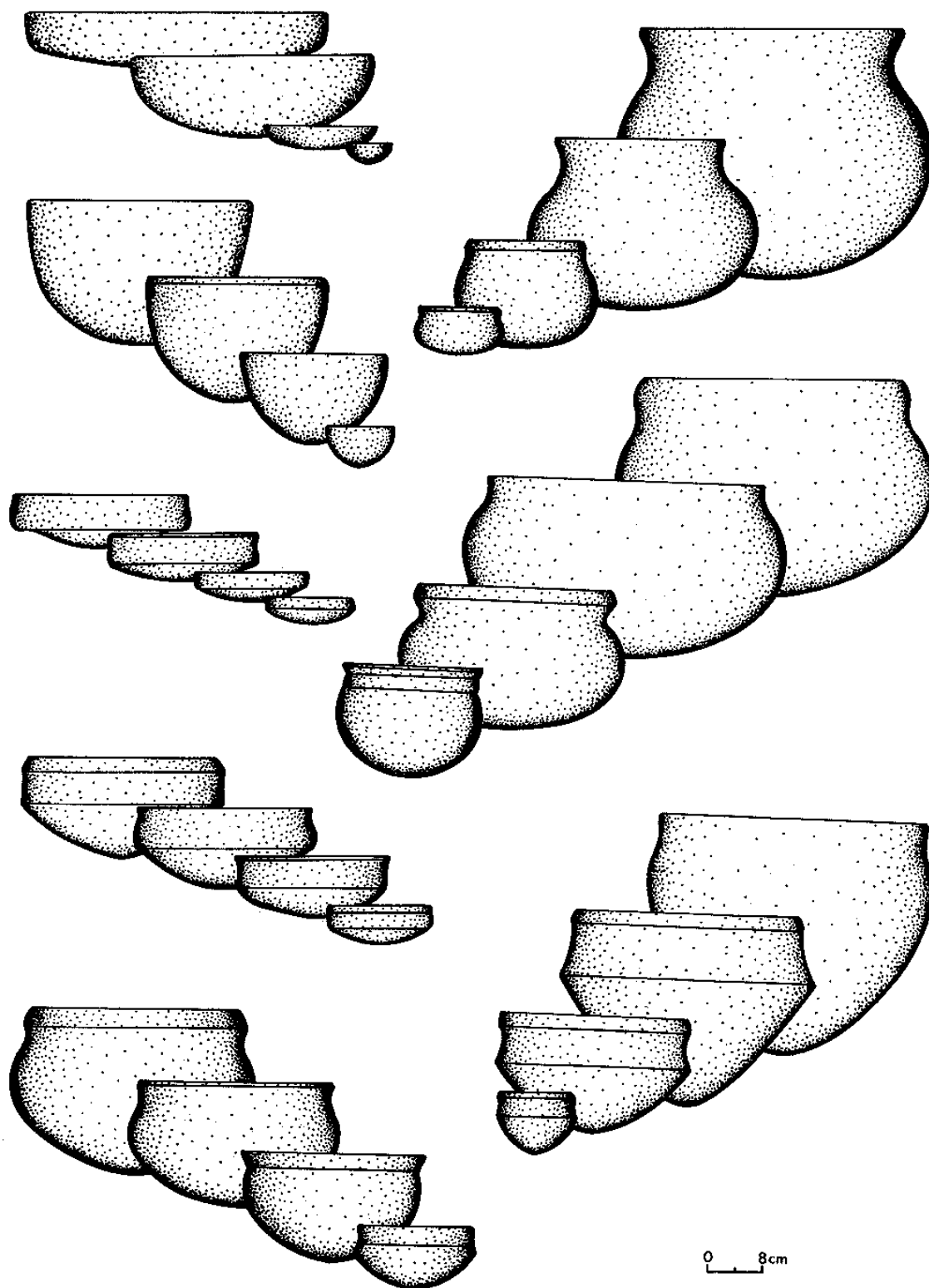


Figura 31. Formas do vasilhame cerâmico das fases Botucará e Trombudo, bacia do Rio Pardo.
Fonte: modificado de Ribeiro, 1993, Figura 17.

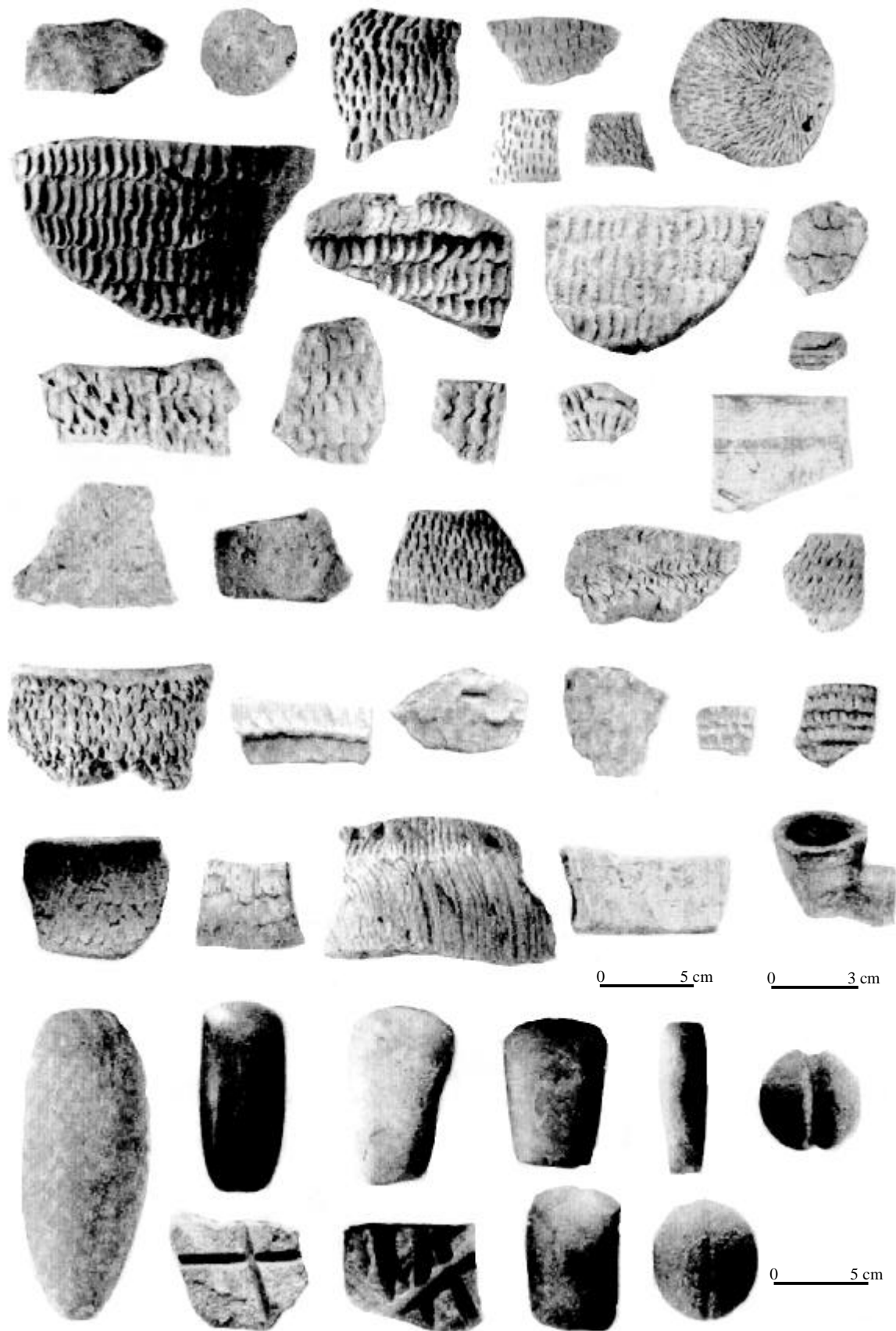


Figura 32. Material cerâmico e lítico das fases Botucaraí e Trombudo, bacia do Rio Pardo.
Fonte: modificado de Ribeiro, 1993, Figura 16.

4.2 O Baixo Rio Camaquã

As pesquisas arqueológicas na área do baixo Rio Camaquã (Figura 33) começaram a ser sistematicamente desenvolvidas a partir do ano de 1968 (SCHMITZ, RIBEIRO, NAUE, BASILE BECKER, 1970). Dos cerca de 60 sítios identificados nesse primeiro levantamento, a maior parte são compostos por “cerritos” localizados nas áreas baixas alagadiças do Banhado do Colégio, geralmente isolados mas podendo compor grupos de até cinco estruturas, com planta circular cujo diâmetro pode variar de 15 a 80 m e a altura de 0,30 a 2,50 m, relacionados a ocupações por populações portadoras das tradições Umbu e Vieira, enquanto que os outros estão relacionados com a tradição Tupiguarani, localizados nas áreas mais altas da Serra do Sudeste.

No ano de 1970 foram realizados novos levantamentos (BROCHADO, 1974a) na Serra do Sudeste, sendo localizados mais sítios da tradição Tupiguarani e nas áreas baixas do Banhado do Colégio, onde novos “cerritos” foram registrados. No ano seguinte P. I. Schmitz, I. I. Basile Becker, G. Naue e J. P. Brochado retornam ao Banhado do Colégio para a realização de uma série de escavações em alguns deles.

O resultado imediato dessas primeiras pesquisas foi o registro de cerca de 47 sítios, com 96 “cerritos”, na área do Banhado do Colégio e cerca de 20 sítios da tradição Tupiguarani, no planalto residual contíguo ao banhado (Figura 34).

Após esses primeiros levantamentos e prospecções a pesquisa arqueológica no baixo Camaquã só seria novamente retomada por Rütshilling (1989) e, na área do alto rio, por Ribeiro, Ribeiro, Silveira e Klamt (1986). Aquela primeira autora fez inicialmente um estudo do material lítico e cerâmico proveniente das escavações realizadas em 1971, já mencionadas e, posteriormente, um estudo paleoambiental da área do Banhado do Colégio, no qual insere o contexto arqueológico (RÜTSCHILLING,1992). Embora os

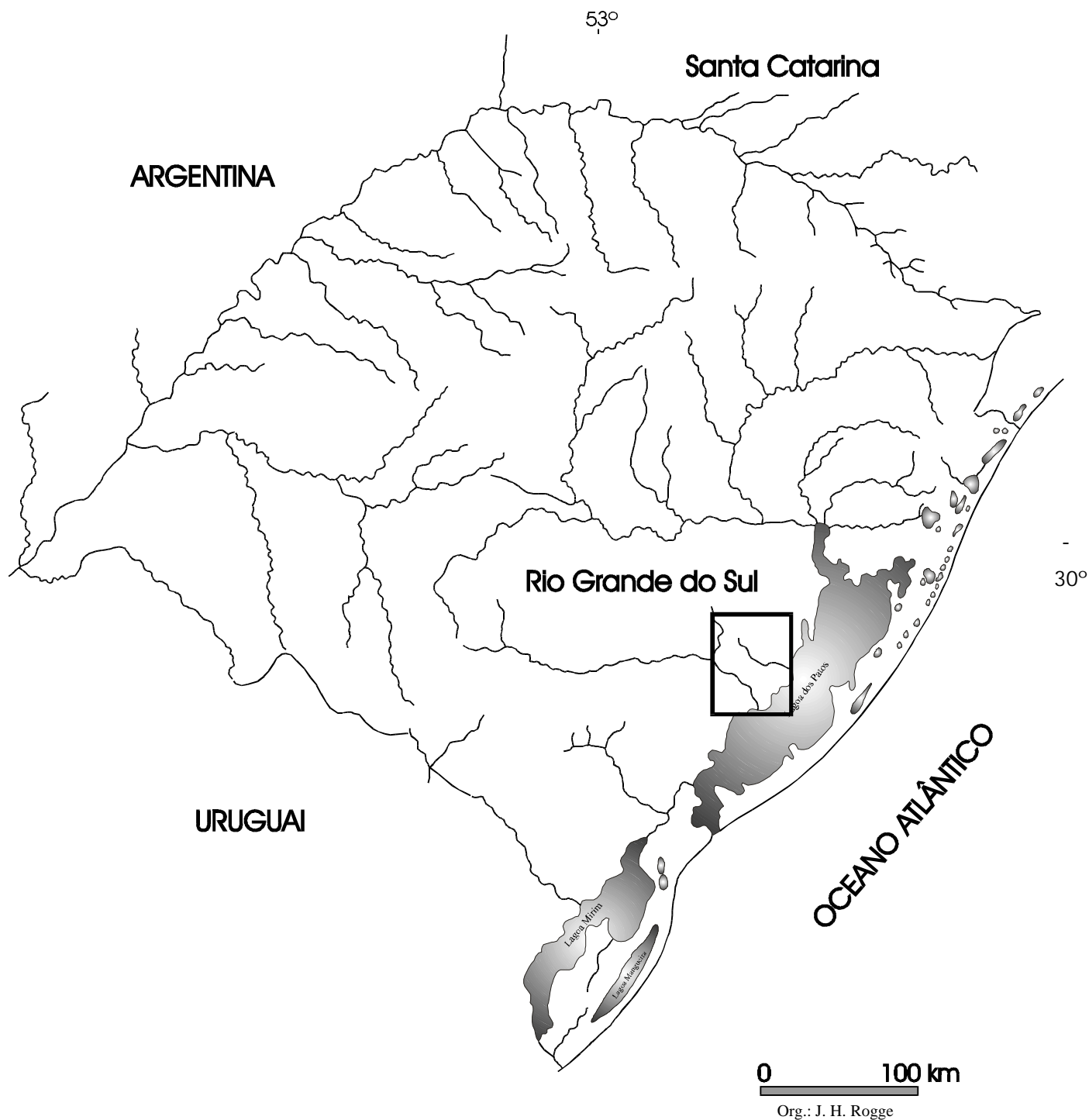
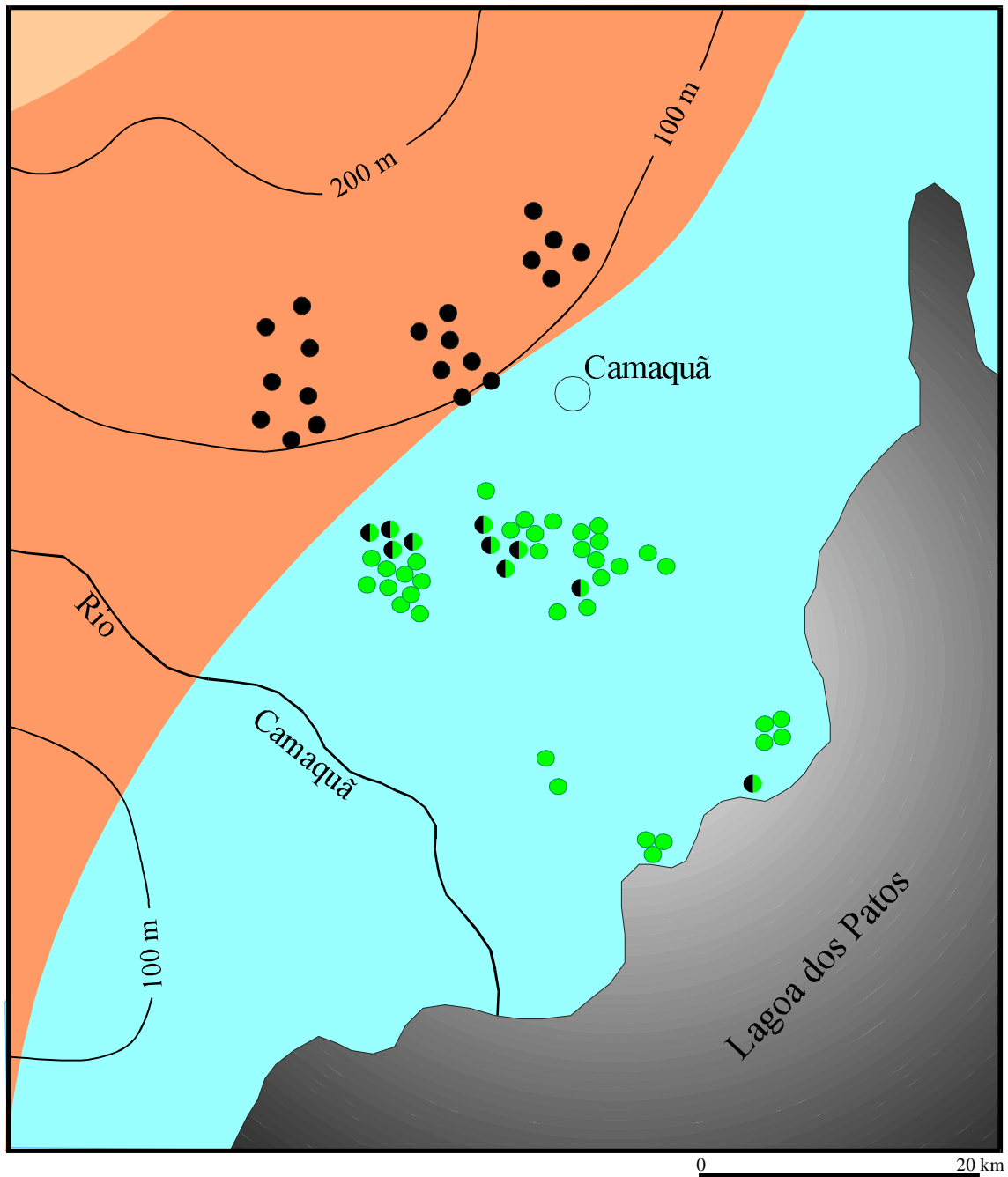


Figura 33. Localização da Área 2 - Baixo Rio Camaquã.
Fonte: Brasil Polivisual, Região Sul. Esc.: 1:1.250.000



- Sítios da tradição Vieira
- Sítios da tradição Tupiguarani
- ◐ Sítios com evidências de contato Tupiguarani/Vieira
- Formações Pioneiras (influência fluvial)
- Floresta Estacional Semidecidual
- Savana (campo)

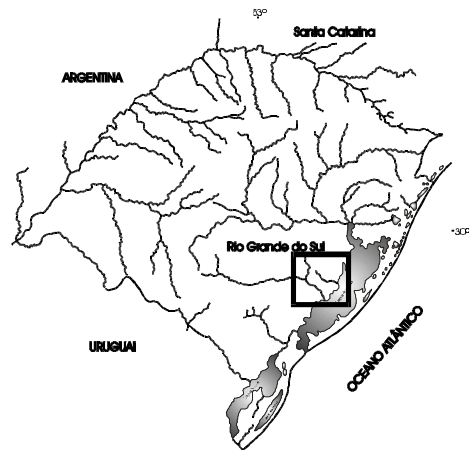


Figura 34. Localização dos sítios das tradições Tupiguarani e Vieira e os sítios com evidências de contato- Baixo Rio Camaquã.

Fonte: modificado de Rütshilling, 1989, Mapa 3; Atlas Nacional do Brasil, 1992, prancha VII-1.

sítios relacionados a cada uma das duas tradições estivessem ocupando seus ambientes ecológicos específicos, a análise do material arqueológico proveniente das coletas e cortes estratigráficos realizados nos “cerritos” mostrou um panorama mais complexo da ocupação da área, indicando que em vários deles a cerâmica de tradição Vieira mostrava elementos estilísticos que pareciam estar fortemente relacionados com a cerâmica Tupiguarani. No Quadro 2 são listados os sítios que possuem evidências de contato, todos eles localizados na região do Banhado do Colégio.

A ocupação pré-histórica da área parece estar relacionada, inicialmente, com os caçadores pré-cerâmicos da tradição Umbu, cujos vestígios líticos (lascas, núcleos, raspadores, pontas-de-projétil entre outros) estão diretamente associados aos “cerritos”, em alguns ao longo de toda a estratigrafia, em outros somente nas camadas mais profundas. Não existem datas radiocarbônicas para esta ocupação na área, mas Schmitz (1976) estima, comparando a outros contextos relacionados, como por exemplo Rio Grande, uma cronologia que vai de 2.500 até 1.500 anos A.P., correspondendo ao que chama de fase Patos.

A ocupação subsequente é caracterizada pela presença da cerâmica relacionada à tradição Vieira. Em muitos “cerritos” foi encontrada, nas camadas superiores e/ou na superfície, cerâmica associada àquela tradição. Temporalmente, essa cerâmica foi associada à fase Vieira, cuja cronologia abrange de 1.500 A.P. até 300 A.P. (SCHMITZ, 1973; GOLDMEIER e SCHMITZ, 1983).

O último episódio de ocupação pré-histórica da região está associado às populações portadoras da tradição Tupiguarani, estudadas por Brochado (1974a), e que parecem ser “as últimas manifestações culturais da tradição Tupiguarani no Rio Grande do Sul” (BROCHADO, 1974a, p. 45). Seus sítios ocupam as áreas cobertas por Floresta Estacional Semidecidual em vários pontos da Serra do Sudeste, em sua borda ocidental (fase

QUADRO 2. Sítios com evidências de contato na região do Banhado do Colégio, baixo Rio Camaquã.

Sítios	Posição	Altitude (m)	Vegetação	Solo	Nº cerritos	Área (m ²)	Altura	Tradição	Cerâmica	Lítico	Obs.
Sítio 1	Cer. da Figueira	PCI (ac)	< 100	FP(if)	4	2300	3,3	Vi+Tg+Ta	85	7428	15,36 m ² escavados; 8 fragmentos de cerâmica Taquara
	Cer. da Roça	PCI (ac)	< 100	FP(if)		804	3,2	Vi+Tg+Ta	177	714	4 m ² escavados; 4 fragmentos de cerâmica Taquara
Sítio 2	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	4	-	-	Vi+Tg	4	-	Coleta de superfície
Sítio 3	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	3	-	-	Vi+Tg	-	-	Coleta de superfície
Sítio 12	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	2	572	1,1	Vi+Tg	9	-	1,5 m ² escavados em uma das estruturas
Sítio 16	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	3	1900	2,0	Vi+Tg	464	1822	9,75 m ² escavados em uma das estruturas
Sítio 17	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	1	706	1,52	Vi+Tg	-	-	Coleta de superfície
Sítio 18	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	1	1194	-	Vi+Tg	-	-	Coleta de superfície
Sítio 20	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	3	-	-	Vi+Tg	11	-	Coleta de superfície
Sítio 30	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	4	-	-	Vi+Tg	3	-	Coleta de superfície
Sítio 46	PCI (ac)	< 100	FP(if)	Planosolo	2	-	-	Vi+Tg	38	12	6 m ² escavados

Fonte: Rüttschilling, 1989

PCI (ac): Planície Costeira Interna (alúvio-coluvionar)

FP(if): Formações Pioneiras de influência fluvial

Vi: tradição Vieira

Tg: tradição Tupiguarani

Ta: tradição Taquara

Camaquã) e na borda sul do mesmo planalto residual, localmente denominada fase Canguçu (ver mapa da Figura 20). Não existem datas absolutas para esses sítios, mas o autor estima que a fase Canguçu seja bastante tardia, possivelmente entre os séculos XVI e XVIII da Era Cristã (BROCHADO, 1974a). Quanto aos sítios da fase Camaquã, também podem ser considerados tardios, mas possivelmente mais antigos que os da Canguçu, representando uma ocupação que pode ter começado, pelo menos, a partir de AD 1000/1200.

Todas as pesquisas realizadas nos “cerritos” do Banhado do Colégio enfatizam a existência de situações de contato entre os portadores da tradição Vieira e os da tradição Tupiguarani. As evidências centram-se na presença, nas camadas superficiais, de cerâmica das tradições Vieira e Tupiguarani. Por outro lado, não é somente a partir da presença de cerâmicas de uma ou outra tradição que o contato cultural pode ser inferido mas, especialmente, pela “mistura” de elementos estilísticos das mesmas. Esse fato fez com que a cerâmica desses “cerritos” não possibilitasse uma vinculação direta com alguma fase correspondente em áreas mais meridionais, pois “tem a maior parte dos elementos diferentes, parecendo imitações de cerâmica de tradição Tupiguarani” (SCHMITZ e BASILE BECKER, 1970, p. 96). Considerações semelhantes são feitas por Brochado (1974a, p. 46) quando afirma que “a cerâmica dos últimos ocupantes de alguns dos aterros parece uma imitação mal feita da cerâmica da tradição Tupiguarani”.

A análise do material cerâmico, feita por Rütshilling (1989, p. 86 e 99) segue essa mesma linha de pensamento, concluindo que a pouca quantidade de fragmentos e o alto grau de intersecção de estilos não permite uma filiação segura dos mesmos a nenhuma fase conhecida da tradição Vieira, sendo que em muitos casos mostra combinações entre elementos formais e decorativos da tradição Tupiguarani.

É importante ressaltar que o vasilhame cerâmico (Figura 35) encontrado em vários “cerritos”, reconstruído a partir dos fragmentos, mostra uma mistura de elementos estilísticos daquelas duas tradições, freqüentemente com a cerâmica Vieira incorporando ao seu próprio estilo formas e decorações que remetem àquelas da tradição Tupiguarani.

Ainda na área do Banhado do Colégio, na superfície de dois “cerritos” que compõem um conjunto de quatro estruturas (Sítio 1), foram encontrados 8 fragmentos de cerâmica da tradição Taquara, fazendo com que Rütshilling (1989, p. 86) acreditasse “em um possível contato com o povo do planalto”.

Por sua vez, nos sítios da tradição Tupiguarani encontrados na Serra do Sudeste, não existe nenhuma evidência material de contato, sendo a cerâmica tipicamente Tupiguarani, em todos os seus aspectos tradicionais.

O período em que os processos de contato mais concretos relacionados às tradições Tupiguarani e Vieira ocorreram pode apenas ser estimado, já que nenhuma datação absoluta foi feita nessa área. Todos os autores mencionados apontam para uma data recente, por volta de AD 1000, em correlação com uma data obtida no extremo sul da Lagoa dos Patos (Rio Grande), marcando a chegada dos portadores da tradição Tupiguarani nessa área e o desenvolvimento de um processo de contato semelhante (NAUE, 1973; SCHMITZ, 1976). Correlação parecida é feita com a fase Piratini, na borda sul da Serra do Sudeste (ver mapa da Figura 20), que poderia representar os assentamentos tardios de um grupo relacionado aos portadores da tradição Vieira que teriam entrado em contato “com o aspecto final da cultura Tupiguarani da área, nas fases Camaquã ou Canguçu, e a subsequente adoção da cerâmica desta tradição pelos formadores dos aterros...” (BROCHADO, 1974a, p. 46), datados relativamente em um período posterior à Conquista (GOLDMEIER e SCHMITZ, 1983).

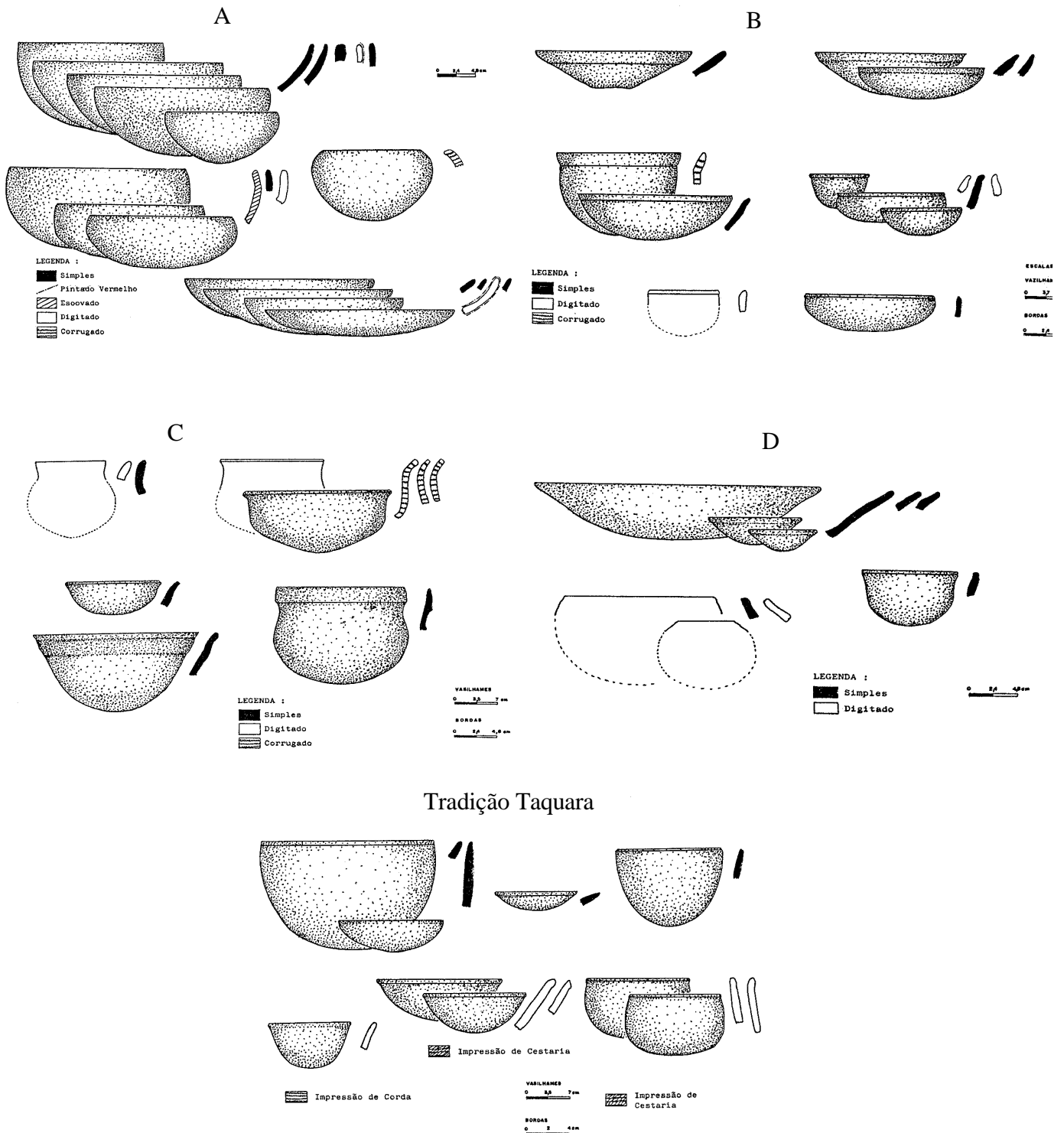


Figura 35. Formas do vasilhame cerâmico encontrado nos “cerritos” da região do Banhado do Colégio - Baixo Rio Camaquã.
 Fonte: modificado de Rütchilling, 1989, p. 90-94.

É possível perceber, a partir das informações arqueológicas apresentadas, que toda essa área do baixo Rio Camaquã, relacionada à borda oriental da Serra do Sudeste e ao Banhado do Colégio parece ter sido uma região de confluência para as populações ceramistas, especialmente as relacionadas à tradição Vieira e Tupiguarani. Esse fato fez com que Rütshilling (1989, p. 102) a considerasse como uma “área de convergência periférica” em relação às áreas de origem daquelas tradições, que teriam ali se encontrado e estabelecido uma complexa forma de interação.

4.3 Balneário Quintão

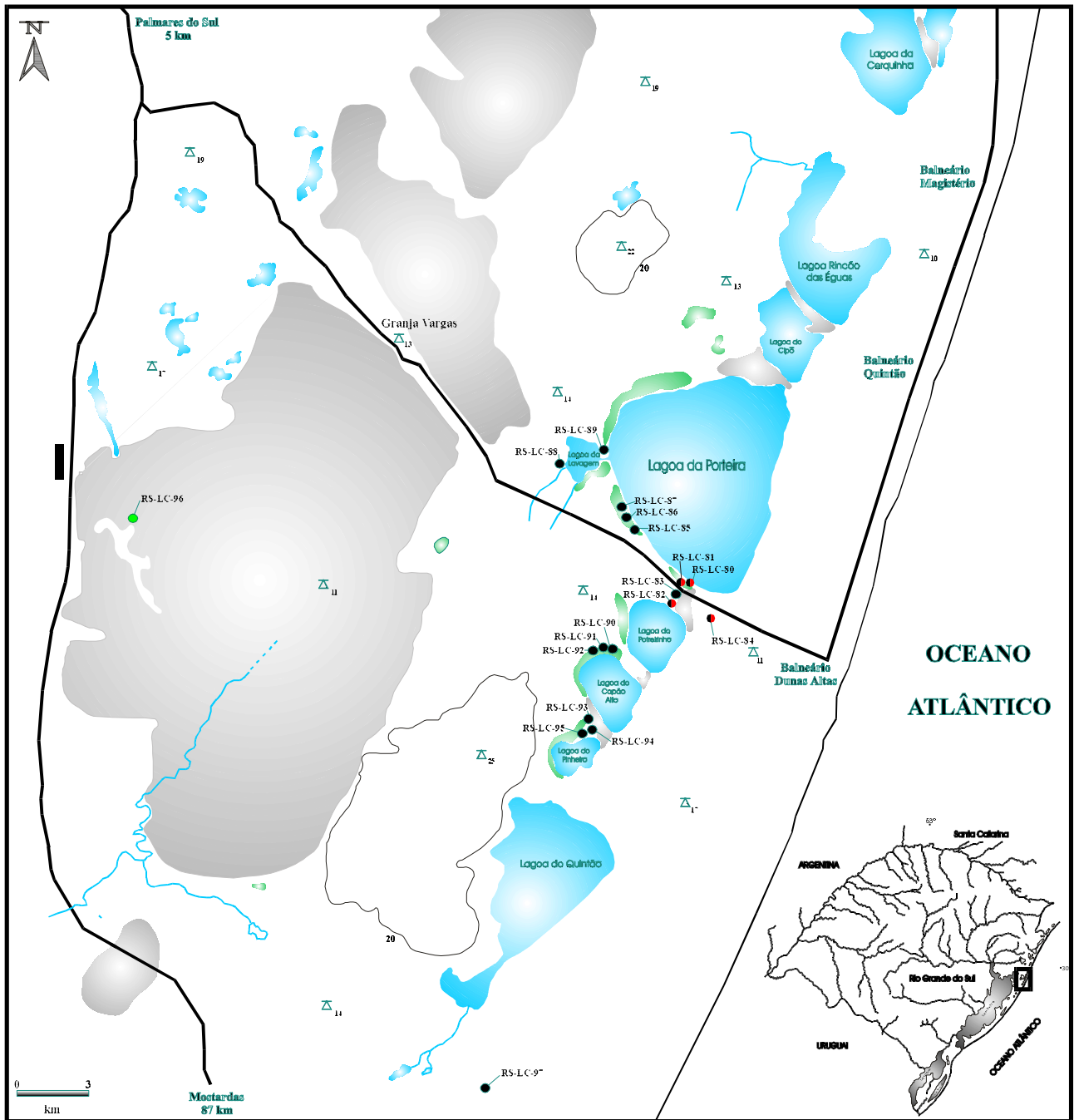
Essa área compreende a Folha Balneário do Quintão (SH.22-Z-A-II-3, MI-2989/3), possuindo cerca de 500 km² e está inserida no litoral central da Planície Costeira do Rio Grande do Sul (Figura 36). Pouco ainda foi produzido sobre as pesquisas desenvolvidas nessa área, sendo que aqui nos baseamos nos trabalhos de Rogge (1997, 1999), Rogge, Schmitz, Beber, Rosa (1997), Schoeler (1998) e Rosa (2001).

Existem pelo menos três importantes zonas ecológicas, com características diferenciadas, compondo o sistema de Formações Pioneiras que caracteriza a área. Um campo de dunas móveis atuais, que se estende da orla até cerca de 3 a 6 km para o interior, onde predomina em certos pontos uma vegetação baixa de gramíneas; mais para o interior encontram-se extensos banhados, restos de antigas lagoas pleistocênicas, onde predominam gramíneas e ciperáceas; separando o campo de dunas das áreas mais baixas de banhados, ocorre um extenso complexo de lagoas paralelas à linha de costa, cujas bordas voltadas para o continente deveriam ser totalmente cercadas por matas de restinga, das quais alguns relictos ainda hoje existem, mais ou menos preservados. Entre as matas de restinga, situadas sobre os terraços lagunares e a beira das lagoas, existem ainda áreas

alagadiças, cobertas por ciperáceas. É esta última zona ecológica, formada pelas lagoas e matas de restinga lindantes, que consideramos de maior importância para o estabelecimento humano pré-colonial, associada com a orla marítima, pois é onde são encontrados a maior parte dos recursos oferecidos pelo ambiente e que foram explorados sistematicamente.

As principais etapas de campo, relacionadas ao levantamento mais intensivo e a escavações mais amplas em três sítios, foram realizadas nos anos de 1996 e 1997. A partir daí até o presente momento, foram feitas inúmeras prospecções para obtenção de amostragem total, através de sondagens de 1 x 1 m, além de uma série de levantamentos expeditos (dois a quatro dias), que se intensificaram nos últimos dois anos. Além dos trabalhos de cunho arqueológico já citados, também foram realizados estudos de ecologia de mamíferos de pequeno porte (ROSA, 2002) e estudos botânicos das matas de restinga (MORAES e MONDIN, 2001; MORETTO e MONDIN, 2002; MARCHIORETTO, MAUHS, BARETTA, BARBOSA, 2003).

Até o momento, foram localizados 18 sítios arqueológicos (Figura 37), com a possibilidade de existirem mais, à medida em que levantamentos mais densos ainda continuam sendo feitos e novas informações sobre sítios, a partir dos moradores locais, continuam surgindo. Três datas de termoluminescência, sobre fragmentos cerâmicos Tupiguarani, foram obtidas: duas no sítio RS-LC-80, fornecendo datas de 2.142 ± 175 AP (LVD-660) e 1.506 ± 119 AP (LVD-659), que consideramos muito antigas e discrepantes para o contexto de ocupação local e regional sendo portanto, pelo menos de momento, descartadas; a outra datação foi feita no sítio RS-LC-82 e forneceu uma data de 563 ± 45 AP (LVD-665), que acreditamos corresponder à perspectiva temporal esperada. Ambos os sítios apresentam evidências de interação entre os portadores das tradições Tupiguarani e Taquara.



- Sítios da Tradição Tupiguarani
- Cerrito
- Sítios com evidências de contato Tupiguarani/Taquara
- Mata de restinga
- Terreno alagadiço
- Arroio
- Estrada
- Curva de nível
- △₁₁ Referência de nível

Mapa base: Folha SH 22-Z-A-11-3, MI-2969 3, Balneário do Quântão.
 DSG - Ministério do Exército - 1978.
 Organização e digitalização: J. H. Rogge

Figura 37. Localização dos sítios arqueológicos na região de Granja Vargas/Dunas Altas, Balneário Quântão.
 Fonte: modificado de Rogge, 1997.

A maior parte dos sítios até agora localizados estão sobre os terrenos levemente elevados, formados por terraços lacustres holocênicos, ao longo da borda ocidental das lagoas que aí existem, associados às matas de restinga que cobrem essas áreas, sendo relacionados a ocupações por portadores da tradição Tupiguarani, possuindo um único componente cerâmico relacionado a essa tradição cerâmica. Os sítios são relativamente rasos e compostos por uma única camada pouco espessa (não mais que 5 cm) ou, muitas vezes, por lentes ainda menos espessas e bastante pontuais, cuja principal composição são as conchas de mariscos da espécie *Mesodesma mactroides* (marisco branco) e restos de peixes (a maior parte lacustre) e alguns vestígios de caça, especialmente mamíferos.

Existe, no entanto, um conjunto de sítios que mostram ocupações mais densas, estrategicamente localizados próximos a um canal que liga a Lagoa da Porteira e a Lagoa do Potreirinho, (RS-LC-80, 81, 82 e 83), que apresentam cerâmica da Tradição Tupiguarani e Taquara associadas. Esses sítios apresentam uma maior quantidade de cerâmica e algum, mas pouco, material lítico. Além disso, a camada de ocupação está marcada por horizontes ou lentes mais espessas de conchas de mariscos, às quais estão associadas fogueiras. Três desses sítios receberam intervenções maiores, especialmente em RS-LC-80, 81 e 82 com 64m², 52m² e 40m² de área escavada. Em um deles (RS-LC-80), foram encontradas fogueiras ainda com vasilhame cerâmico, embora fragmentado, sobrepostos sendo que alguns apresentavam restos carbonizados de seus conteúdos. Nesse mesmo sítio, foram também encontrados os buracos de esteio e o piso de uma pequena estrutura habitacional.

A princípio, pensou-se que poderia se tratar de duas ocupações distintas, sobrepostas, com cerâmica Taquara ocupando níveis inferiores (ROGGE, 1997). Atualmente, consideramos cada um desses contextos como um único episódio ocupacional

pontual, com a presença majoritária de cerâmica Tupiguarani e raros fragmentos de cerâmica Taquara associados.

Esses sítios indicam assentamentos que parecem ter sido produto de ocupações bem menos intensas e mais esporádicas, de caráter estacional (primavera/verão), o que é corroborado pela natureza dos restos arqueofaunísticos e por um estudo de permanência dos assentamentos com base nas formas do vasilhame cerâmico (ROGGE, 1997). Essas ocupações sazonais deixaram, como resultado, pequenas lentes de conchas muito pouco espessas, em pequenas áreas subcirculares bem delimitadas, onde se encontram muitos restos de alimentação e alguns poucos fragmentos cerâmicos, sem nenhuma evidência de estruturas como áreas de combustão ou buracos de esteio.

Uma exceção em toda a área pesquisada foi um sítio somente com cerâmica da tradição Tupiguarani (RS-LC-88), localizado sobre um terraço alto pleistocênico, na borda da Lagoa da Lavagem, em local relativamente plano e ocupando uma área bastante ampla (cerca de 1.300 m²), onde ocorre um solo mais fértil, utilizado ainda hoje como o local apropriado para lavoura de mandioca. A principal diferença desse assentamento, em relação aos outros, além de sua localização e tamanho, é a inexistência de qualquer vestígio de conchas de moluscos marinhos. Na verdade, o sítio não possui uma “camada” de ocupação visível, sendo que a cerâmica se distribui muito superficialmente sobre aquela ampla área, ainda assim em pouca quantidade. Existe um outro sítio, que se localiza mais ao sul e que está fora da área-piloto de pesquisa, que parece possuir algumas semelhanças com RS-LC-88. Está também localizado em um terraço pleistocênico mais alto e com solo mais fértil, ocupando uma área consideravelmente maior do que a maioria dos assentamentos já mencionados. Por outro lado, apesar de não apresentar uma camada definida de moluscos marinhos, estes aparecem em pouca quantidade e dispersos pela superfície ou então, como ocorreu em uma pequena sondagem realizada, agrupados em

pequenas lentes, junto a vestígios arqueofaunísticos de mamíferos. Além disso, ocorre uma razoável quantidade de cerâmica, sendo que deste sítio foi retirada uma urna com sepultamento humano, estudada por P. A. M. Ribeiro (RIBEIRO E CALIPPO, 2000). Esses sítios parecem representar casos de assentamentos mais estáveis na região, contrastando com os pequenos assentamentos estacionais já mencionados.

No extremo sul da área de pesquisa foi localizado um sítio sobre dunas (RS-LC-97), representado por duas extensas áreas de ocorrência de conchas de mariscos, bem próximas entre si, cujo material de superfície estava representado por fragmentos de cerâmica da Tradição Tupiguarani e alguns poucos fragmentos de cerâmica Taquara, grande quantidade de restos de arqueofauna e pelo menos um sepultamento humano, desarticulado e evidenciado pela forte erosão eólica. Nas poucas porções intactas, pequenas sondagens mostraram pouca profundidade e uma camada de ocupação, marcada pela presença das conchas, de cerca de 15 cm, com um único componente cerâmico.

Como uma exceção aos sítios cerâmicos recorrentes na área pesquisada, foi localizado um “cerrito” (RS-LC-96) nos terrenos alagadiços formados por um terraço lagunar pleistocênico, sendo possível que existam mais. Pelo fato de que esses terrenos já se encontram, desde muito tempo, sofrendo o efeito da lavoura mecanizada para a produção de arroz irrigado o sítio encontra-se, superficialmente, perturbado. Ainda assim, dois cortes estratigráficos de 2 x 2 m e algumas sondagens menores mostraram pelo menos duas ocupações distintas¹⁴, uma superficial com cerâmica da tradição Tupiguarani, claramente sobreposta a uma ocupação sem cerâmica, com raro material lítico mas com abundantes restos arqueofaunísticos, que poderia ser associada a caçadores e coletores da tradição Umbu. Desse horizonte pré-cerâmico foi resgatada uma grande quantidade de

¹⁴Recentemente, em janeiro de 2004, dois novos cortes estratigráficos foram feitos nesse “cerrito” e evidenciaram uma pequena área que pode estar relacionada a uma ocupação Taquara muito localizada e superficial. Sua relação com as outras ocupações ainda não é conhecida.

restos de alimentos, especialmente ossos de veado campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*) e alguns artefatos como pontas feitas em chifre e contas-de-colar, além de áreas de fogueiras e evidências de pelo menos um sepultamento humano.

Nos sítios com material cerâmico da tradição Tupiguarani e Taquara, a análise dos seus elementos estilísticos revelou que não ocorre nenhum tipo de mistura ou empréstimo entre seus elementos estilísticos formais, decorativos ou tecnológicos. A cerâmica Tupiguarani se apresenta com as mesmas características conhecidas nos sítios do interior (Figura 38), o mesmo ocorrendo com a cerâmica Taquara, embora as formas dessa última não pudessem ser reconstruídas graficamente devido a pouca quantidade e tamanho dos fragmentos.

Em suma, a maioria dos sítios cerâmicos encontrados ao longo das lagoas parece refletir ocupações sazonais, sendo que muitos locais onde ocorrem as pequenas lentes de moluscos com outros restos de arqueofauna, principalmente peixes e mamíferos, poderiam representar episódios de retorno à mesma área por um grupo, ocupando locais ligeiramente distintos. A implantação dos assentamentos em áreas de mata de restinga é um sinal não só do aproveitamento desses locais como proteção natural a certos fenômenos climáticos recorrentes na região, notadamente o forte vento nordeste que ocorre geralmente no verão como também pode estar relacionado estreitamente com a exploração dos abundantes recursos que ali existem, especialmente durante o verão, quando uma grande quantidade de frutos amadurece, recursos que certamente atrairiam os grupos humanos a essas áreas. Além disso, devem se somar a essas opções os recursos que poderiam ser obtidos nas lagoas e na zona intermediária alagadiça (peixes, répteis e aves), elementos que ocorrem no contexto arqueológico, segundo as análises prévias de restos de alimentação feitas em algumas quadrículas escavadas.



Figura 38. Formas do vasilhame cerâmico da Tradição Tupiguarani, sítio RS-LC-80, região de Granja Vargas/Dunas Altas, Balneário Quintão.
Fonte: modificado de Rogge, 1997.

O adensamento ou uma maior continuidade das ocupações humanas na área entre as duas lagoas (Porteira e Potreirinho), representada pelos sítios RS-LC-80, 81,82 e 83, onde ocorrem as evidências de contato, parecem indicar o aproveitamento de uma localização que favorece um rápido e seguro acesso ao mar, pela menor extensão da distância entre a mata de restinga e o litoral marinho, que em outros locais estão separados por uma ampla faixa de dunas móveis, que formam barreiras mais difíceis de serem transpostas. Os outros sítios menores, ao longo da costa ocidental das lagoas, poderiam estar representando assentamentos muito rápidos e episódicos, de baixo grau de permanência, isolando um único momento de ocupação de um grupo pequeno, talvez uma família nuclear e poderiam manter uma interrelação com os sítios maiores e mais densos, especialmente aqueles localizados nas áreas de terraços mais altos e mais férteis, possibilitando inclusive a prática agrícola. Porém, tais relações ainda não foram exaustivamente estudadas.

4.4 O Alto Rio Uruguai – Itapiranga

O município de Itapiranga se localiza no extremo sudoeste do Estado de Santa Catarina, na região do alto Rio Uruguai (Figura 39), na margem direita desse rio, um pouco antes de sua grande inflexão em direção sul. Nessa área, ocorrem sítios relacionados às tradições Humaitá, Taquara e Tupiguarani, formando um mosaico de ocupações pré-históricas que se repete também no lado sul-rio-grandense. A escolha dessa área se deve, fundamentalmente, à presença de evidências de contato entre as populações portadoras das tradições Tupiguarani e Taquara e que oferecem algumas informações importantes para uma análise dos processos de interação que ali ocorreram.

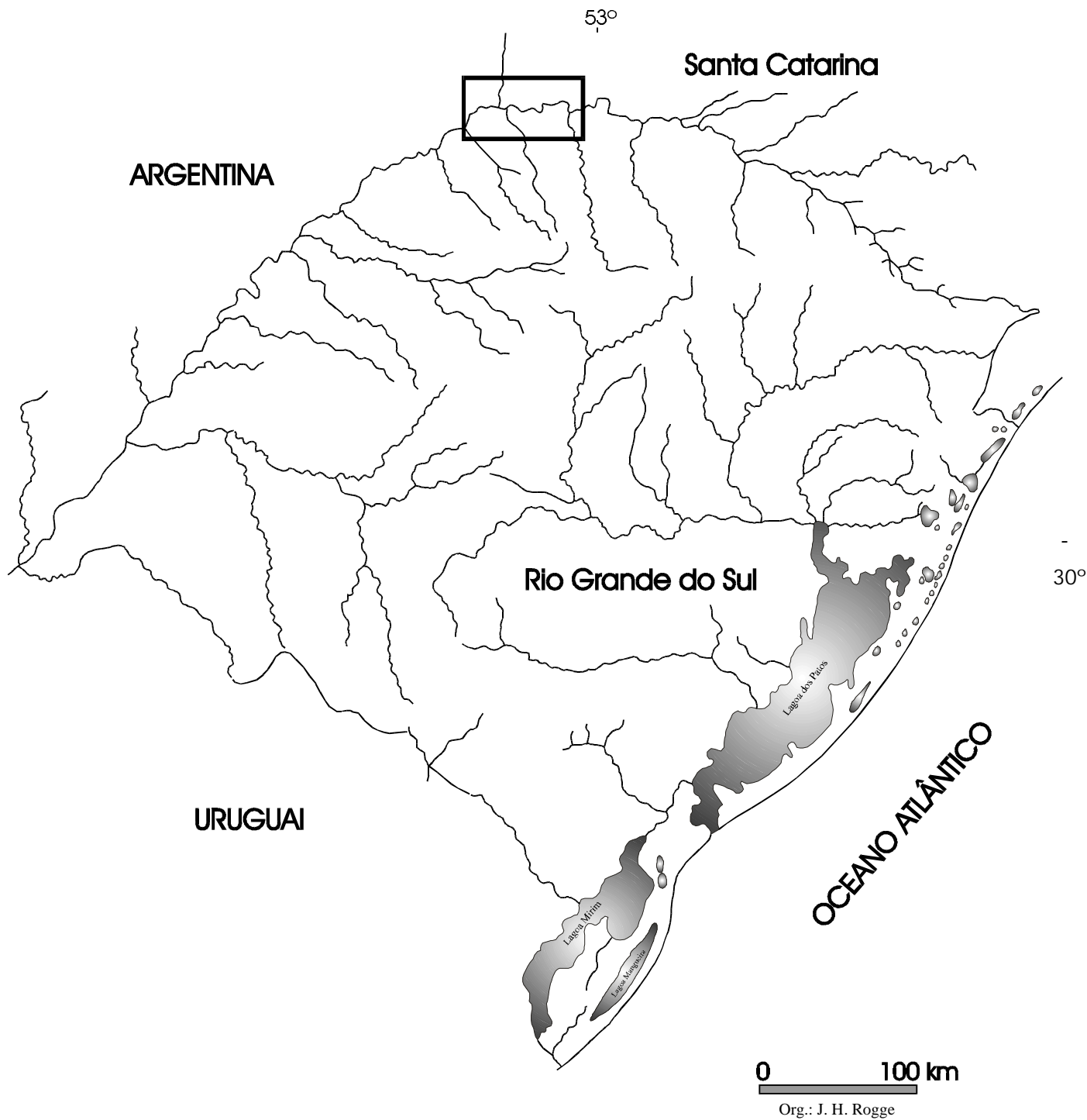


Figura 39. Localização da Área 4 - Alto Rio Uruguai- Itapiranga.
Fonte: Brasil Polivisual, Região Sul. Esc.: 1:1.250.000

As pesquisas na região foram iniciadas no final da década de 1950 (SCHMITZ,1957), especialmente com a localização e o estudo do material proveniente de vários sítios da tradição Tupiguarani. A partir de meados da década seguinte, Rohr (1966) estuda alguns sítios nessa mesma área, fazendo menção aos sítios Tupiguarani, mas não menciona nenhum outro tipo de manifestação cultural além dessa, apesar de descrever uma lâmina-de-machado semi-lunar, recebida por doação mas proveniente daquela área, que provavelmente poderia estar vinculada a grupos do planalto.

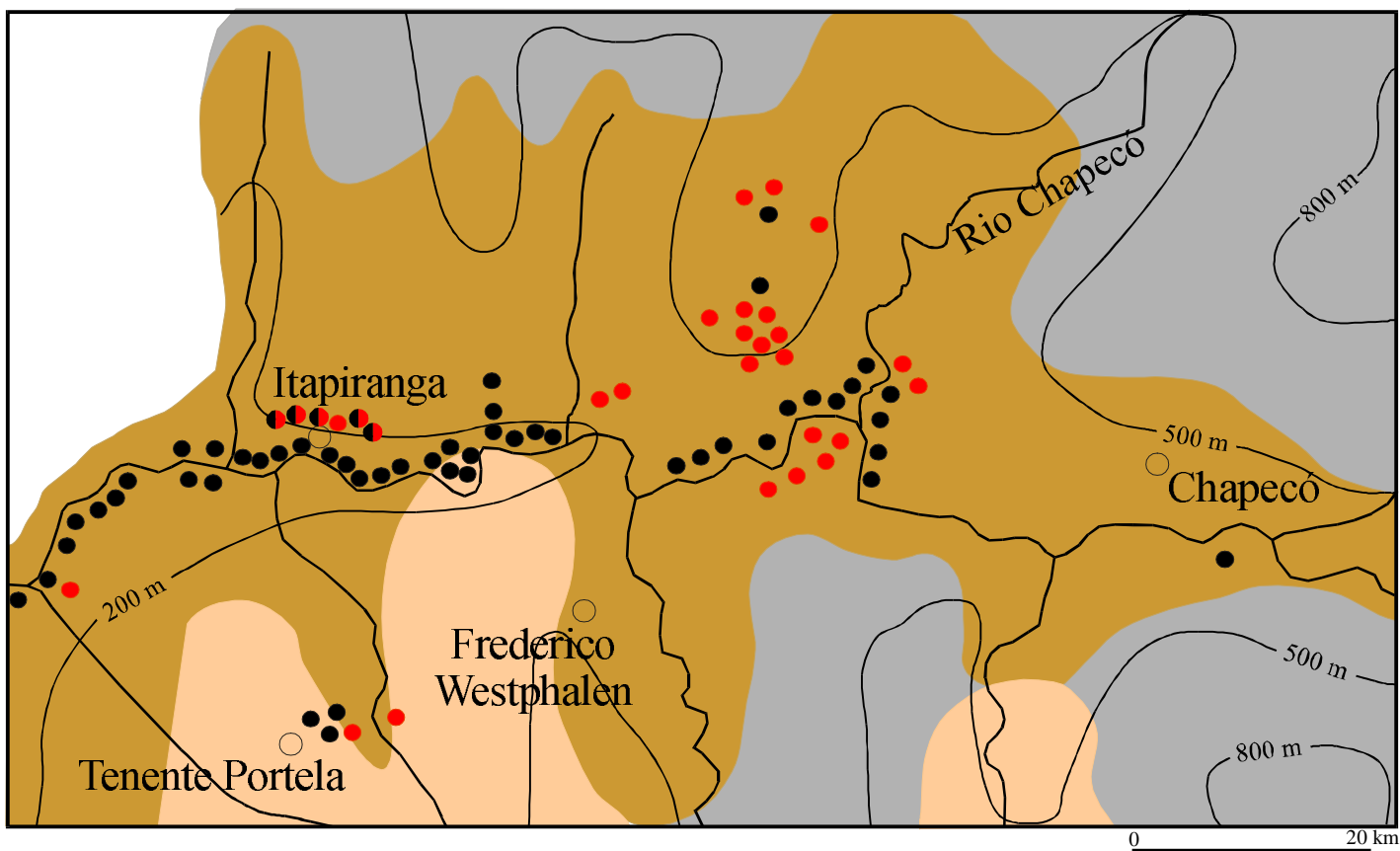
Ao final da década de 1960, as pesquisas na região passam a ser mais efetivas e resultam em um maior número de informações sobre a ocupação pré-histórica da região. Schmitz e Basile Becker (1968) mencionam a presença de sítios superficiais com abundante material lítico, que associam à chamada “indústria alto-paranaense”, bem como uma cerâmica chamada de “eldoradense”, “que se atribui aos gêneros meridionais” (SCHMITZ e BASILE BECKER, 1968, p. 22). Tanto a indústria lítica como a indústria cerâmica já haviam sido definidas por Menghin (1957), na região Argentina de Misiones, não muito distante da área de Itapiranga.

Nessa mesma época, Piazza (1969) realiza pesquisas arqueológicas em uma área situada mais a leste, ao longo do Rio Uruguai, em sua margem direita. Nesses trabalhos, encontra dois tipos de cerâmica, uma inconfundivelmente Tupiguarani (fase Mondai), em sítios localizados nas áreas mais baixas e próximas ao rio e outra com características distintas (fase Xaxim), de tamanho pequeno, de contorno esférico e bases aplanadas ou arredondadas, encontrada em sítios superficiais mais distantes do rio, em áreas mais altas, que relaciona com a cerâmica descrita por Miller (1967) na região do vale do Rio dos Sinos e denominada fase Taquara. Em dois sítios da tradição Tupiguarani, segundo Piazza (1969, p. 64), ocorrem cerâmicas com elementos estilísticos relacionados à fase Xaxim.

Estes casos podem ser, eventualmente, fruto de duas possibilidades: 1) comércio entre os dois grupos e, por conseguinte, há contemporaneidade entre as duas fases – Xaxim e Mondai – ou então 2) reocupação pela fase Mondai de um antigo sítio da fase Xaxim. Entretanto, as evidências existentes são insuficientes para aceitar uma ou outra das alternativas expostas. (PIAZZA, 1969, p. 64).

Mais a oeste de Itapiranga, nos municípios gaúchos de Tenente Portela e Porto Lucena, também ao longo do Rio Uruguai, pesquisas feitas por Miller (1969) evidenciaram cerca de 83 sítios relacionados a populações caçadoras e coletoras e ceramistas. Os sítios com cerâmica são separados em três fases arqueológicas, duas relacionadas à tradição Tupiguarani e uma à tradição Taquara, denominada localmente de fase Taquaruçu. Miller menciona, também a existência de alguns fragmentos cerâmicos dessa última em sítios da fase Comandai, da tradição Tupiguarani.

Em um trabalho mais recente, De Masi e Artusi (1985) fazem um estudo detalhado do material arqueológico lito-cerâmico, encontrado nos sítios da tradição Taquara, incluindo-os em uma fase local que foi chamada de fase Itapiranga. Os sítios da fase Itapiranga localizam-se quase sempre nas áreas mais elevadas, acima de 200 m de altitude ANM, formando assentamentos superficiais a céu aberto, afastados do Rio Uruguai cerca de 500 m, enquanto que nas áreas mais baixas e próximas do rio são encontrados os sítios da tradição Tupiguarani (Figura 40 e 41). Apesar das diferenças de altitude, ambos conjuntos estão inseridos em um ambiente o qual é dominado pela Floresta Estacional Decidual, embora o limite com a Floresta Ombrófila Mista não fique tão distante e é onde ocorre, tanto na porção catarinense como na sul-riograndense, a maior parte dos sítios da tradição Taquara.



- Sítios da Tradição Tupiguarani
- Sítios da Tradição Taquara
- Sítios de contato Tupiguarani/Taquara
- Floresta Estacional Decidual
- Floresta Ombrófila Mista
- Savana (campo)

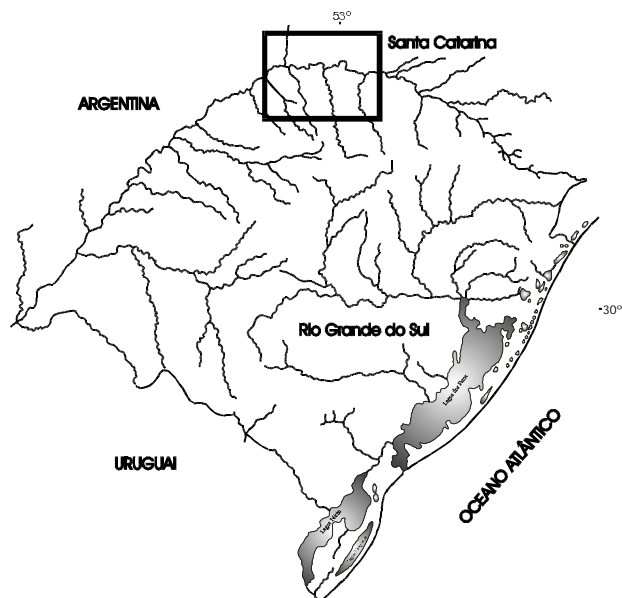


Figura 40. Localização dos sítios das tradições Tupiguarani e Taquara, região de Itapiranga.

Fonte: modificado de Rohr, 1966; Schmitz e Basile Becker, 1968; De Masi e Artusi, 1985; RADAMBRASIL, 1986; Atlas Nacional do Brasil, 1992, prancha III-2.

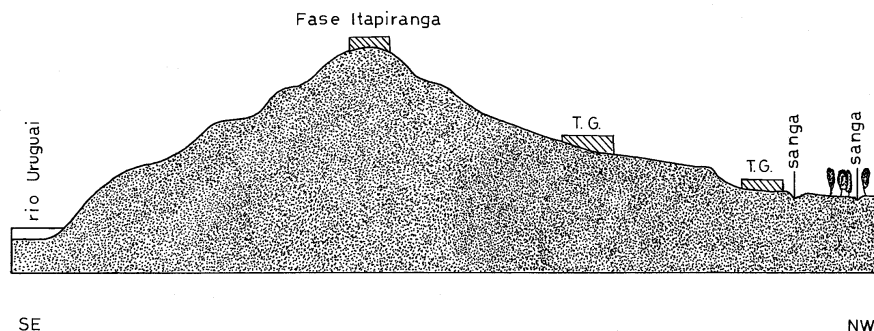


Figura 41. Posição dos sítios da tradição Tupiguarani e da fase Itapiranga no relevo.
 Fonte: modificado de De Masi e Artusi, 1985, p. 114.

A existência de contato entre as populações portadoras dessas duas tradições cerâmicas, já percebida anteriormente por Schmitz e Basile Becker (1968), é agora confirmada, sendo que a cerâmica da tradição Tupiguarani é sempre encontrada junto aos sítios da fase Itapiranga e não o inverso, em alguns casos formando verdadeiros enclaves Tupiguarani dentro das aldeias da fase Itapiranga. Ao que parece, pelas descrições desses contextos feitas por aqueles, aparentemente não existiu na área nenhum processo de mistura de elementos estilísticos; cada grupo manteve sua produção cerâmica (e lítica) característica (Figuras 42 a 44).

A fase Itapiranga é caracterizada por sua cerâmica, porém ainda mais por seu rico material lítico, onde aparece intensa utilização de quartzo e sílica sob a forma de calcedônia ou ágata. Nos sítios erodidos a abundância de quartzo lascado marca imediatamente o local e o separa de qualquer sítio Tupiguarani puro, ainda que este não diste mais do que uma centena de metros. Mesmo que no sítio da fase Itapiranga haja abundância de cacos Tupiguarani, o material lítico não permite atribuí-lo à outra tradição. (DE MASI e ARTUSI, 1985, p. 107).

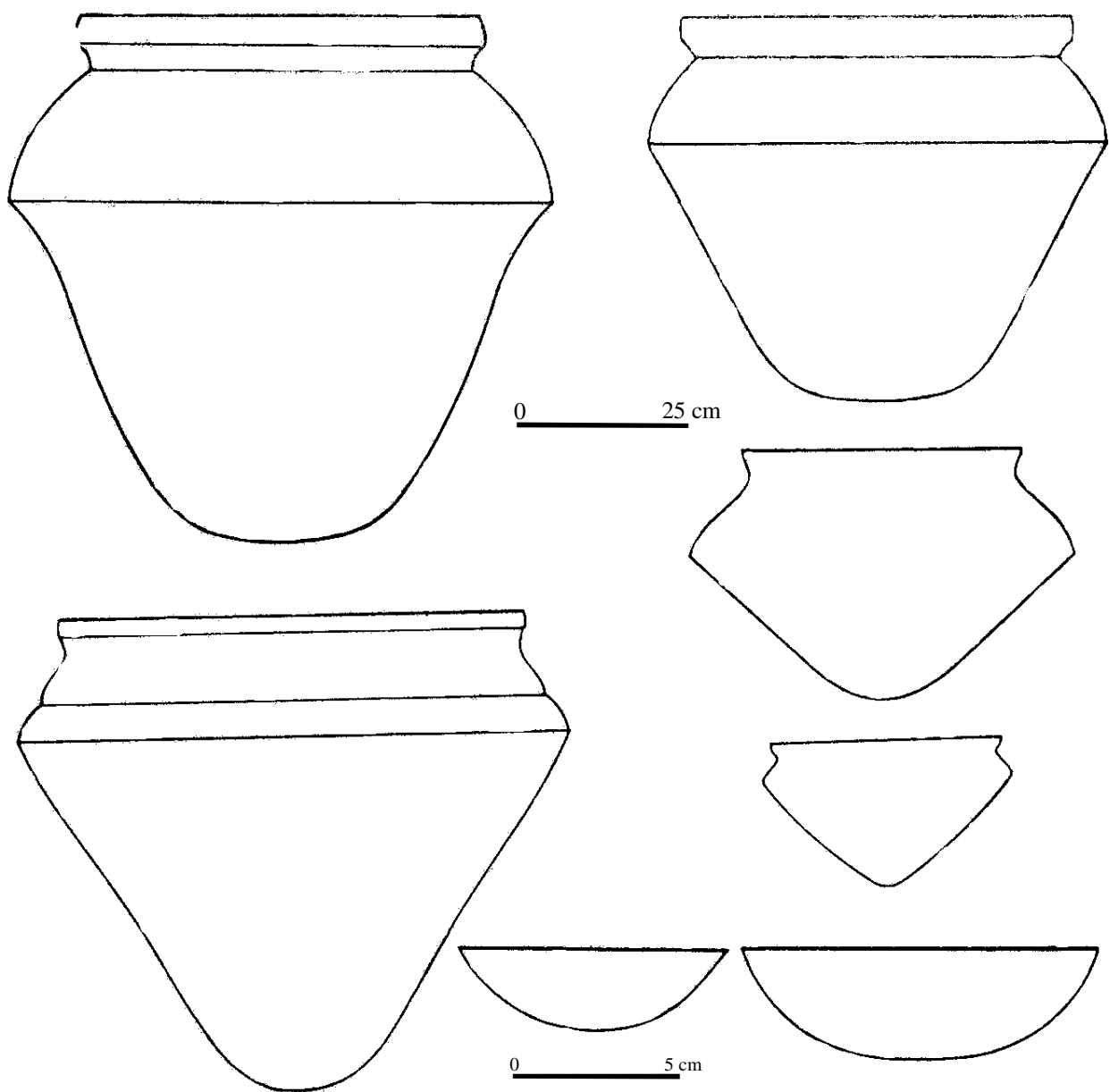


Figura 42. Algumas formas do vasilhame cerâmico da tradição Tupiguarani, região de Itapiranga.
Fonte: modificado de Rohr, 1966, p. 59, Prancha III.

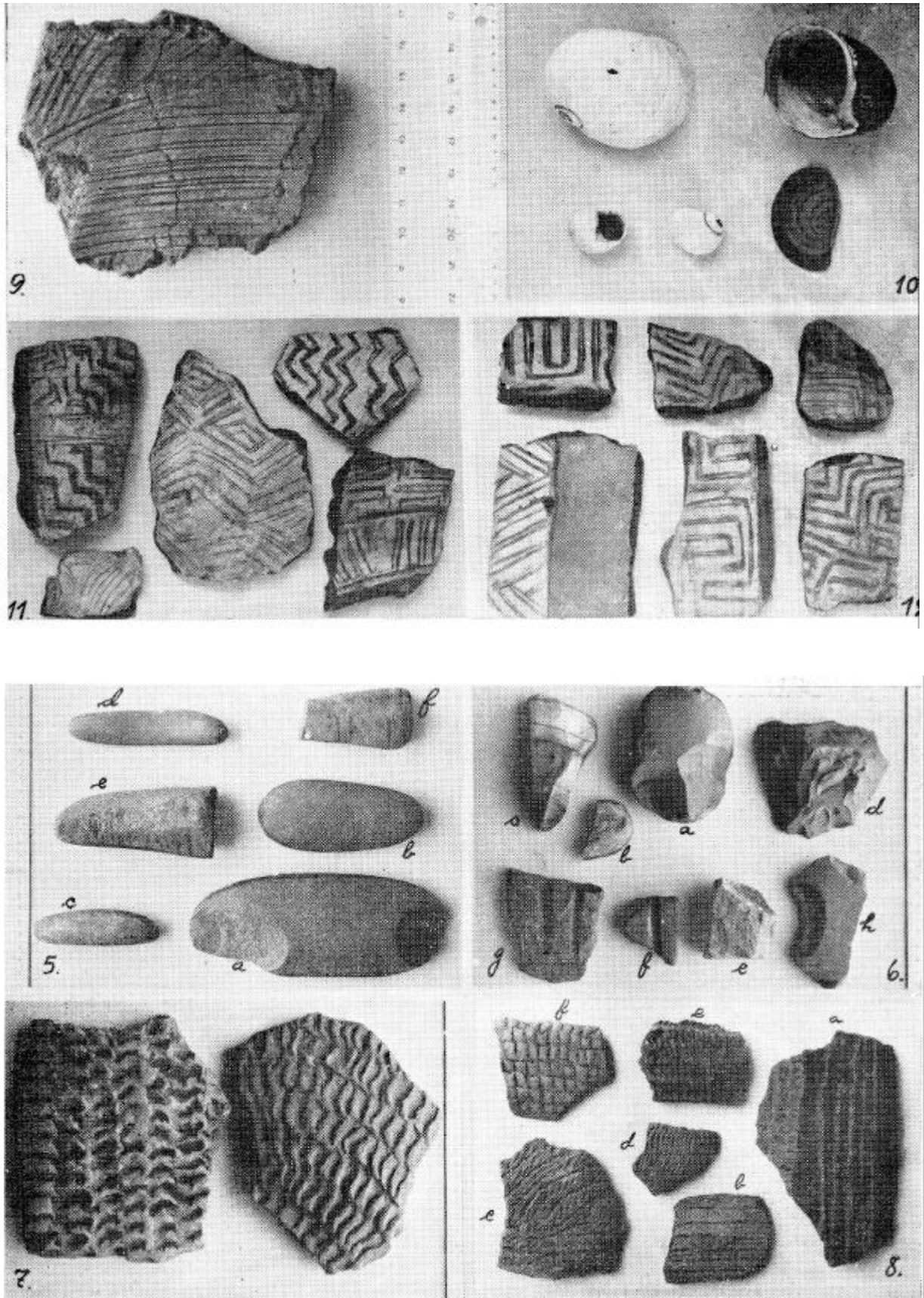


Figura 43. Material lito-cerâmico da tradição Tupiguarani, região de Itapiranga.
 Fonte: modificado de Schmitz, 1957, Figuras 5 a 12.

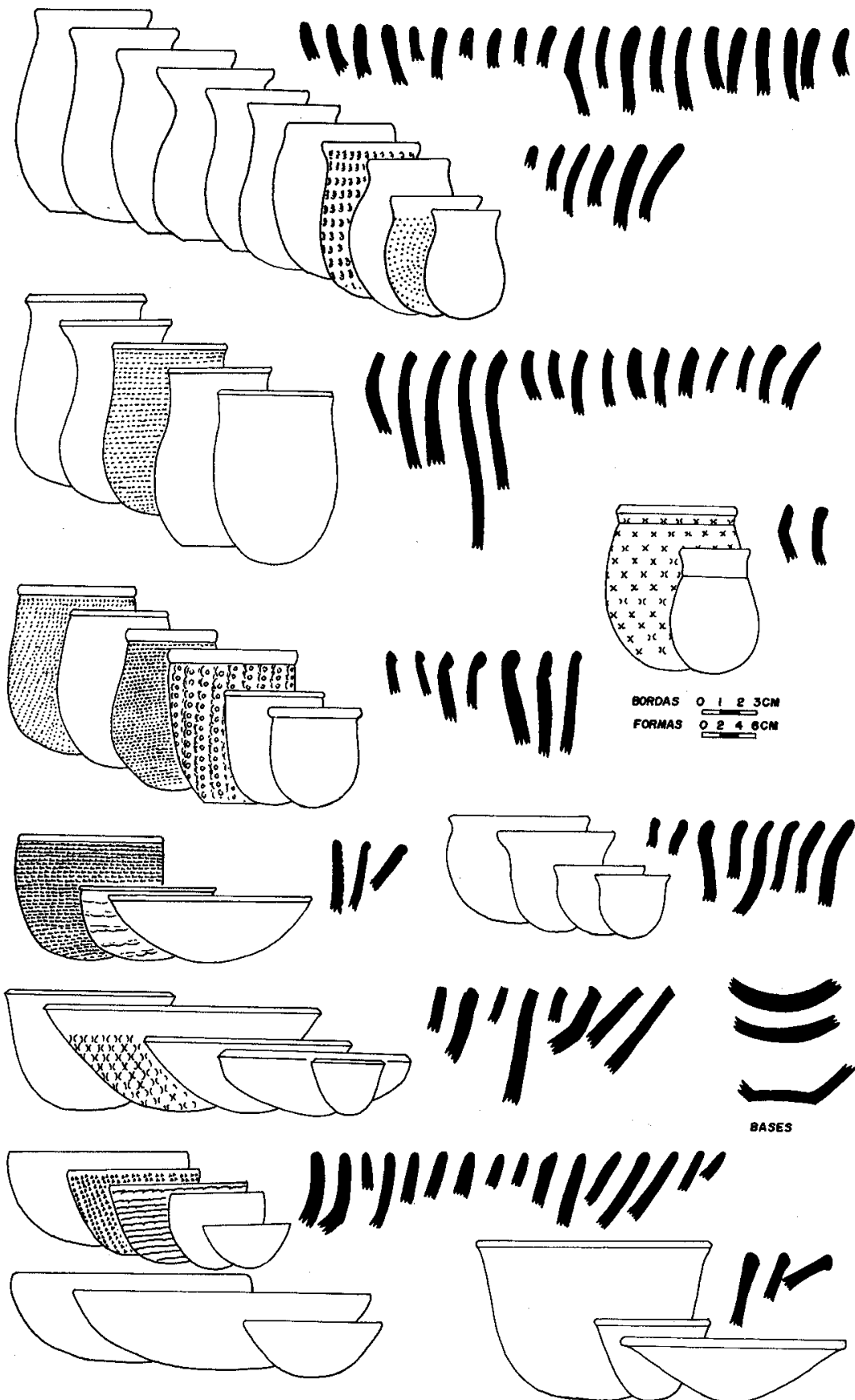


Figura 44. Formas do vasilhame cerâmico da tradição Taquara, fase Itapiranga.
 Fonte: modificado de DeMasi e Artusi, 1985, p. 121, Lâmina 7.

Tal fato suscitou a hipótese de que o processo de interação entre ambas as populações, nessa área, resultou em algum tipo de convivência, indicando que “as populações portadoras das duas culturas estavam profundamente entrosadas, mas de forma unilateral, aparecendo o material Tupiguarani nos sítios da fase Itapiranga, mas não vice-versa” (DE MASI e ARTUSI, 1985, p. 107).

Infelizmente, nenhuma data absoluta foi obtida para os sítios dessa área. Porém existe uma estimativa, por correlação a áreas próximas e pela construção de seqüências cronológicas relativas, de que os sítios da fase Itapiranga correspondam ao período final da ocupação da área pelos portadores da tradição Tupiguarani, provavelmente após AD 1000/1200.

Uma vez que apresentamos as principais informações sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas áreas de estudo e sobre as evidências de contato entre as populações ceramistas relacionadas às tradições arqueológicas Tupiguarani, Taquara e Vieira nas mesmas, o capítulo seguinte tratará da articulação entre tais evidências e alguns conceitos mais propriamente teóricos sobre a interação entre sistemas socioculturais ou que sobre essa temática possuem uma relação mais forte. A maior parte desses conceitos analíticos foram apresentados em capítulos anteriores. Tal articulação visa, finalmente, oferecer uma resposta a questões relacionadas à natureza dos processos de interação que poderiam ter ocorrido naquelas áreas e entre aquelas populações.

5 A INTERAÇÃO ENTRE OS PORTADORES DAS TRADIÇÕES TUPIGUARANI, TAQUARA E VIEIRA

No capítulo anterior apresentamos, para cada área de estudo, as evidências arqueológicas que podem ser utilizadas como os indicadores da existência de contatos entre os portadores das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira, no Estado do Rio Grande do Sul. Tais evidências estão representadas, em vários sítios, pela ocorrência em associação direta de vasilhame e/ou empréstimos de atributos estilísticos da cerâmica relacionada àquelas tradições, assim como unidades residenciais ou mesmo unidades inteiras de assentamento das diferentes tradições cerâmicas próximas ou mesmo justapostas, que parecem indicar alguma forma de convivência entre grupos ligados a uma ou outra daquelas tradições tecnológicas.

Se essas evidências podem indicar a existência de processos de interação entre aqueles diferentes sistemas socioculturais em zonas de fronteira por outro lado não são capazes, por si só, de fornecer uma explicação para a natureza dos mesmos. Em outras palavras, as evidências apresentadas refletem alguns dos resultados, pelo menos aqueles mais visíveis em contextos arqueológicos, de fenômenos mais amplos e complexos e que parecem estar diretamente relacionados a um daqueles sistemas, levando-o ao estabelecimento de estratégias de interação que poderiam, inicialmente, ter envolvido

conflitos mas que acabaram finalmente gerando uma forma de integração econômica e, possivelmente, cultural naqueles locais que conformaram-se como zonas de fronteira.

Em todas as situações estudadas, a recorrência da presença de grupos portadores da tradição Tupiguarani aponta para estes como sendo o denominador comum do contato e da interação desenvolvida nessas áreas particulares. Tal fato indica que os fenômenos de fronteira observados devem possuir uma estreita relação com o próprio processo de expansão e colonização das áreas de Floresta Estacional por essas populações e a forma como tentaram resolver, ao longo do tempo, problemas envolvendo uma crescente pressão populacional cujo reflexo direto foi um gradual esgotamento dos recursos disponíveis nas regiões mais favoráveis, tornando necessária a expansão de suas áreas de captação sobre os limites territoriais das outras populações ceramistas.

5.1 A Interação Entre os Portadores das Tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira na Bacia do Rio Pardo

Na área da bacia do Rio Pardo, as evidências arqueológicas mostram que a colonização local pelos portadores da tradição Tupiguarani ocorreu inicialmente nas várzeas mais férteis desse rio, a partir da confluência com o Pardinho, não ultrapassando altitudes superiores a 100 m ANM e onde são encontrados a maioria dos sítios mais antigos relacionados à fase Botucaraí. É provável que esse processo inicial de colonização deva ter ocasionado situações de contato com populações caçadoras e coletoras que já ocupavam os vales da bacia do Pardo, relacionadas à tradição Umbu e Humaitá, já que algumas evidências de sua ocorrência foram documentadas (SCHMITZ, BASILE BECKER, RIBEIRO, BAUMHARDT, BAUMHARDT, MARTIN, STEINHAUS, BROCHADO, 1970; RIBEIRO, 1991). Porém, os processos que teriam envolvido esse

contato são ainda desconhecidos e deveriam ter implicado em conflitos abertos resultando tanto na expulsão daqueles grupos para áreas mais afastadas como, em parte, na incorporação dos mesmos (BROCHADO, 1984), pois um dos mecanismos que envolvem o processo de colonização pressupõe a assimilação de indivíduos relacionados a outras populações como estratégia de crescimento populacional e ocupação efetiva das novas áreas colonizadas, como mostra Drenel (1985) ao tratar da expansão das economias neolíticas através da Europa.

Uma vez ocupado o baixo e médio vale do Rio Pardo, a maior dimensão e distância entre os assentamentos iniciais, relacionados à fase Botucaraí, localizados próximos à drenagem principal parecem indicar que aquela população reproduziu eficientemente, durante algum tempo, seu modelo socioeconômico sem maiores problemas de stress demográfico. Porém, em um segundo momento, ocorre um visível aumento da circulação do grupo na área, marcado por um padrão mais disperso dos assentamentos bem como seu menor tamanho e por um progressivo movimento de afastamento do rio, em direção a locais um pouco mais altos, ao mesmo tempo em que parte desse grupo passa a ocupar o baixo e médio Rio Pardinho diferenciando-se ligeiramente, em termos culturais, daquele grupo que permaneceu no vale do Rio Pardo (RIBEIRO, 1991, p. 348-350).

A continuidade de tal fenômeno, em um terceiro momento, levou ao estabelecimento de assentamentos nas partes mais altas do vale do Pardo, em altitudes em torno de 500 e 600 m ANM, nas zonas de fronteira ecológica entre a Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mista ou mesmo dentro dos domínios dessa última, onde o rio já não forma várzeas bem definidas por estar fortemente encaixado no substrato rochoso e onde os solos mais aptos à produção agrícola são muito mais limitados, ocorrendo em vertentes íngremes ou em pequenos patamares formados pelos derrames basálticos. A mesma característica de baixa produtividade local parece ocorrer com outros

elementos relacionados à subsistência, especialmente a caça e a pesca. Aparentemente, essas áreas não eram ideais para sustentar satisfatoriamente a demanda de indivíduos que, forçados a se estabelecer aí pelo efeito do stress negativo gerado nas áreas mais a jusante, mesmo que em pequeno número, poderiam ter superado a capacidade de suporte de seu ambiente preferencial, necessitando explorar recursos associados ao ecótono da Floresta Ombrófila Mista.

Esse comportamento parece estar refletindo uma situação na qual o aumento da pressão populacional passa a atuar como fator negativo, aumentando a pressão sobre os recursos, especialmente em relação às áreas de solo mais apropriado, desencadeando a diminuição do tamanho das unidades de assentamento e aumentando sua circulação nessas áreas relativamente circunscritas, até locais ambientalmente marginais, em um processo relativamente comum observado em grupos relacionados a sistemas de economia doméstica inseridos em territórios circunscritos (JOHNSON e EARLE, 1987).

Ribeiro (1991, p. 352-353) fornece algumas hipóteses relacionadas a esse processo de dispersão, especialmente ao longo do vale do Rio Pardo, entre elas a de que tenha envolvido a tentativa de solução a um problema de pressão populacional ou então que fosse parte de uma estratégia de domínio territorial. Pensamos, no entanto, que ambas podem ter sido, ao mesmo tempo, válidas. Por um lado, a pressão demográfica e seu efeito sobre os recursos locais deve ter acionado, através do efeito chamado “*push-pull*” (ANTHONY, 1990), os deslocamentos a curta distância dentro do vale do Pardo, incluindo também a ocupação do Pardinho, levando a uma dispersão das unidades de assentamento na área, até locais geograficamente mais restritos e economicamente menos produtivos, como a alta encosta do Planalto, em ambientes ecologicamente distintos. Por outro lado, tal dispersão pode ter contribuído, de certa maneira, para o fortalecimento do domínio territorial da área mais central da bacia do Pardo, mais densamente ocupada, tornando mais

efetiva a defesa desse território na medida em que suas fronteiras se expandem, como sugerem os estudos de Dyson-Hudson e Smith (1978) para casos semelhantes e como demonstrou Schmitz (1985a), em um estudo da mobilidade de aldeias Tupiguarani realizado na área do alto Rio Jacuí.

Por outro lado, nas áreas mais altas do vale do Rio Pardo, a expansão dos portadores da tradição Tupiguarani parece não ter gerado uma estratégia territorial desse tipo, pelo menos não de uma forma eficiente na qual pudesse ter havido a expansão de sua fronteira territorial associada a sua defesa aberta. Como já foi mencionado, é nessa área que se estabelece a fronteira entre dois sistemas ecológicos, representados pela Floresta Estacional Decidual, ambiente ao qual os portadores da tradição Tupiguarani eram altamente adaptados e a Floresta Ombrófila Mista, que representa o ambiente ao qual as populações portadoras da tradição Taquara haviam adaptado a maior parte de seu sistema sociocultural. É justamente nessa região de fronteira ecológica que estão localizados a maior parte dos sítios com evidências de contato representando assim, também, uma zona de fronteira cultural.

A relação entre a zona de fronteira ecológica e a zona de fronteira cultural é, nesse caso, muito forte para ser somente uma coincidência. É muito mais provável que, uma vez que os portadores da tradição Tupiguarani gradualmente subiram o vale do rio Pardo, depararam-se com um ambiente cada vez mais restrito em termos econômicos, nos parâmetros de sua própria condição adaptativa, mas por outro lado aproximando-se de um sistema ecológico distinto, que possibilitava uma captação de recursos relativamente abundantes, mas que era mantido sob domínio das populações portadoras da tradição Taquara.

Se entendermos que nessas áreas a economia agrícola Tupiguarani teria pouca expressividade, pelo fato da ocorrência mínima de condições agrícolas adequadas, o que se

refletiria em uma pequena produção e no aumento ainda maior da pressão sobre os recursos, podemos pensar que essas populações necessitassem de uma complementação econômica que lhes garantisse, localmente, o mínimo de estabilidade ao longo de, pelo menos, parte de um ciclo anual. Assim, as áreas de mata com pinheiros representariam um ambiente a ser explorado.

No entanto, se os portadores da tradição Taquara já estavam presentes na região do alto rio Pardo desde, pelo menos, AD 1000 ou mesmo antes (RIBEIRO, 1991, p. 273) e possuíam o domínio territorial sobre aquelas áreas de pinheirais, como parece ser realmente o caso, não podemos descartar uma forma de contato inicial que tenha sido conflituosa, no sentido de uma forte pressão exercida por parte dos portadores da tradição Tupiguarani a fim de dominar, não somente a nova área mas também seus antigos ocupantes, não por diferenças culturais mas, como se referem Locke e Stern (1948), puramente por conflitos de interesse, nesse caso principalmente econômico.

No entanto, se não existem evidências arqueológicas claras que sustentem a possível existência de relações conflituosas, o registro arqueológico mostra que em vários sítios da tradição Taquara ocorrem fragmentos cerâmicos relacionados à tradição Tupiguarani, bem como o empréstimo de elementos estilísticos, notadamente com a cerâmica Taquara incorporando formas e decorações da cerâmica de tradição Tupiguarani. Além disso, em pelo menos um caso concreto, existe a justaposição de unidades residenciais de ambas as tradições. Se, no primeiro caso, a explicação pode ser dada através de comércio ou troca, o que pode ser feito sem necessidade de uma interação efetiva, os outros dois e especialmente aquele último apontam para um processo mais complexo de interação que deve, necessariamente, ter envolvido um contato de caráter mais intenso, inclusive com a convivência parcial das duas populações.

As estratégias territoriais formais desenvolvidas por essas duas populações parecem ter sido, como pode ser percebido a partir das fontes arqueológicas, etno-históricas e etnográficas, relacionadas à “defesa do perímetro” (DYSON-HUDSON e SMITH, 1978), formando inicialmente fronteiras móveis de caráter impermeável, conforme Dannel (1985), características dos processos que envolvem a colonização de novas áreas onde os recursos são mais previsíveis e densos, como no caso das áreas florestadas e férteis das várzeas dos cursos médio e baixo da maioria das drenagens que compõem a margem esquerda da bacia do Rio Jacuí, no caso da tradição Tupiguarani, ou das áreas altas do planalto e de sua encosta mais alta devido à ocorrência da *Araucaria angustifolia*, no caso da tradição Taquara.

Porém, na medida em que as zonas de fronteira desses macro-territórios vão sendo estabelecidas, tal estratégia pode resultar em um alto custo e um alto risco, se o objetivo é minimizar a pressão sobre os recursos explorando as áreas de fronteira ecológica e cultural. Nesses casos, a defesa do perímetro não mais representa uma solução adequada, já que a defesa aberta dessas áreas fronteiriças requer um alto custo, tornando seu aproveitamento menos eficiente, fazendo com que o retorno em termos de recurso seja muito irregular ou mesmo imprevisível (DYSON-HUDSON e SMITH, 1978).

Assim, nessas áreas, acreditamos que uma outra estratégia territorial, talvez com alguma semelhança àquela apresentada por Cashdan (1983), a qual chamou de defesa das fronteiras sociais, envolvendo um acesso aos recursos territoriais a partir do controle da circulação de indivíduos que dividem as fronteiras, poderia trazer um maior benefício a ambos os grupos, ao mesmo tempo em que os contatos entre eles tornariam-se cada vez mais efetivos e integradores. As evidências de proximidade e justaposição de assentamentos, bem como casos de empréstimo estilístico estão apontando para isso, caracterizando uma situação de fronteira móvel e relativamente permeável, como

demonstrado por Dannel (1985, p. 121-132), envolvendo não somente o fluxo de informações e objetos, mas também de indivíduos dentro da zona de fronteira.

Um dos elementos fundamentais à estratégia da defesa das fronteiras sociais é a possibilidade, tanto por parte de um grupo como de outro, de explorar áreas que dificilmente seriam exploradas sem o grande custo que envolvem relações conflituosas. O estabelecimento de relações de reciprocidade, como implica tal estratégia traria, nesse sentido, uma maior possibilidade de utilização pacífica das áreas envolvidas. Tais relações, como sugere Cashdan (1983), envolvem o estabelecimento de laços de relativa solidariedade entre os grupos nas zonas de fronteira, através de mecanismos sociais que podem envolver, entre outras coisas, a troca de indivíduos (especialmente mulheres), de objetos (cerâmica, produtos alimentares ou matérias-primas) e de informações (locais de exploração de recursos, estilos de produção cerâmica).

A presença de unidades de sítio próximas e/ou justapostas, a existência de cerâmica Tupiguarani e Taquara em um mesmo contexto bem como o empréstimo de características estilísticas da cerâmica Tupiguarani para a Taquara parecem indicar exatamente algumas dessas formas de interação a partir de laços sociais que exprimem uma certa solidariedade entre os grupos nessas áreas fronteiriças.

Às populações portadoras da tradição Tupiguarani, o acesso a porções limítrofes do território dominado pelas populações da tradição Taquara seria uma garantia para a captação de importantes recursos, tais como o pinhão e os animais de caça associados ao período de maturação do mesmo. Tal estratégia possibilitaria, ainda, a permanência de assentamentos Tupiguarani dentro dessas áreas marginais, como ocorrem na região do alto Rio Pardo, tornando a interação ainda mais efetiva, podendo resultar na aproximação física, via casamentos, entre indivíduos das diferentes culturas, o que em parte pode explicar a cerâmica desse grupo em sítios Taquara e, mais raramente, o contrário, assim

como os poucos mas interessantes casos de empréstimos estilísticos, especialmente se o grau de interação se torna mais intenso a ponto de ceramistas relacionadas à tradição Taquara aceitarem ou “filtrarem” determinados tipos de vasilhame que possuem relações funcionais mais desejáveis, como é percebido na cerâmica “aculturada” encontrada por Ribeiro (1991) e Schmitz, De Masi, Basile Becker, Martin (1987).

O processo de interação entre essas duas populações no vale do Rio Pardo não seria completo se não ocorresse também em um outro sentido, ou seja, das populações portadoras da tradição Taquara em direção àquelas Tupiguarani. Tal fato pode ser, por sua vez, percebido pela intrusão de unidades de assentamentos daquela primeira tradição em pleno território de domínio da outra, refletida nos sítios Taquara encontrados em cotas menores que 200 m de altitude ANM, no domínio ambiental da Floresta Estacional Decidual. Esse fenômeno não é exclusivo dessa área, mas ocorre também em outros vales fluviais da encosta sul do Planalto, como nos vales dos rios Caí e Sinos¹⁵.

Embora nem todos eles apresentem indicadores de contato, a proximidade aos assentamentos da tradição Tupiguarani, inclusive com pelo menos um caso de justaposição (SCHMITZ,1967), parece indicar que o processo de interação envolvendo uma aproximação não conflituosa entre as duas populações, iniciado nas áreas mais altas, pode ter se estendido ao longo de todo o território de domínio da fase Botucaraí. Se, por um lado, os portadores da tradição Tupiguarani poderiam obter benefícios com a aproximação à população Taquara nas partes altas do vale, estes últimos poderiam ser beneficiados pela possibilidade de complementação de seus recursos econômicos através da variada produção agrícola oriunda das áreas mais férteis, sob domínio das populações Tupiguarani, como sugerem Schmitz, De Masi, Basile Becker, Martin (1987, p. 17).

¹⁵ O sítio-tipo da tradição Taquara, localizado no município de mesmo nome, representa um desses casos (MILLER, 1967).

Assim, através das evidências arqueológicas presentes em alguns sítios cerâmicos do vale do Rio Pardo acreditamos que, se por um lado o processo inicial de ocupação da bacia do Rio Pardo pelos portadores da tradição Tupiguarani tenha envolvido um típico mecanismo de colonização que seria marcado por contatos de natureza em geral conflituosa, através da eliminação física, da expulsão ou da absorção dos grupos caçadores e coletores residentes ou mesmo de pequenos grupos relacionados à tradição Taquara que eventualmente pudessem já estar explorando os recursos do vale, como supõe Brochado (1984), a partir de um determinado momento e acionado por questões ligadas ao remodelamento de estratégias territoriais que permitissem a ampliação e a exploração eficiente de uma área que já poderia estar mostrando sinais de stress negativo, os processos de interação passam a ser mais permeáveis, caracterizando fronteiras móveis do tipo proposto por Deniel (1985) e gerando, inclusive, relações que poderíamos dizer “simbióticas”, pelo menos no caso que se relaciona às populações portadoras das tradições Tupiguarani e Taquara.

Quando exatamente deve ter iniciado tal processo é difícil de precisar, pois não existe um corpo consolidado de datações absolutas para a área. Ribeiro (1991, p. 358) coloca o início da fase Botucaraí em torno de meados do século XVI. Porém, estudando as características dessa cerâmica no sítio de Candelária I e II (SCHMITZ et al, 1990; ROGGE, 1996), acreditamos que a sua presença na bacia do Pardo deva ser mais antiga, iniciando por volta de AD 800 a 1000. Vendo desse modo, certamente as situações de contato com os portadores da tradição Taquara devem ter se intensificado em um período posterior a AD 1000/1200 e poderia ter continuado até o final do século XVII (RIBEIRO, 1991, p. 268; SCHMITZ, DE MASI, BASILE BECKER, MARTIN, 1987, p. 17).

Com relação aos possíveis contatos entre esses dois sistemas socioculturais e aquele representado pela tradição Vieira, as informações fornecidas não são suficientemente

esclarecedoras para que se possa propor um modelo de interação que seja funcional. A presença da tradição Vieira na área está representada por pouquíssimos vestígios cerâmicos em “cerritos” e sítios superficiais, localizados próximos à desembocadura do Arroio Francisco Alves, no baixo Rio Pardo, em um ambiente úmido e alagadiço. Em alguns casos, a cerâmica Vieira está associada a fragmentos cerâmicos tanto Tupiguarani como Taquara, especialmente nas camadas mais superficiais daqueles sítios, indicando um fenômeno recente, talvez já representando um período em que a interação daquelas duas populações já estivesse bastante consolidada.

Ribeiro (1991) não menciona a justaposição de unidades de assentamentos distintos nem a existência de “aculturação” da cerâmica no registro arqueológico. Pelo contrário, afirma que o estilo cerâmico Vieira é exatamente igual àquele encontrado nas áreas características de sua ocorrência, no sudeste do Estado.

Mesmo que não se possa excluir casos relacionados à superposição de ocupações, concordamos com Ribeiro (1991, p. 165) quando ele sugere a possibilidade de contatos entre aqueles grupos, pelo menos em alguns casos. Porém, somente a presença de fragmentos cerâmicos, em pouca quantidade, parece indicar um processo de interação muito menos estruturado que no caso anterior, mas que poderia estar relacionado com estratégias voltadas à exploração dos recursos das áreas alagadiças por parte dos portadores da tradição Tupiguarani, também como forma de incrementar sua economia a partir de produtos disponíveis em áreas onde não possuem condições culturais para uma ocupação efetiva e eficiente.

É possível que a interação tenha sido relativamente tênue e se baseado somente na troca de alguns objetos cerâmicos e, talvez, de bens alimentares, caracterizando uma pequena zona de fronteira, na forma de um “enclave” no território Tupiguarani, estática e

aberta, como sugere Dannel (1985), onde o fluxo de objetos poderia ter sido o mecanismo de uma relação moderadamente simbiótica.

Embora a ocupação dos portadores da tradição Vieira na região não tenha sido datada, Ribeiro (1991, p. 508) a coloca em um período relativamente recente, possivelmente um pouco anterior à chegada dos portadores da tradição Tupiguarani, que teriam ocupado a área a partir de c. AD 1000. Tal cronologia parece ser razoavelmente concordante não só com a direção hipotética de deslocamento dos grupos Vieira ao longo da Lagoa dos Patos em direção norte (ver Figura 16 e mapa da Figura 21) como também aos possíveis contatos com as populações portadoras da tradição Tupiguarani e Taquara do Rio Pardo, ambas já em processo de interação local.

No entanto, como já dissemos, as poucas evidências sobre os possíveis processos de interação entre os portadores da tradição Vieira e os outros grupos ceramistas da bacia do Rio Pardo tornam qualquer tentativa de explicação extremamente frágil. Porém, evidências bem mais conclusivas envolvendo situações de contato entre aquela população e os portadores da tradição Tupiguarani foram encontradas na região do baixo Rio Camaquã.

5.2 A Interação Entre os Portadores das Tradições Tupiguarani e Vieira no Baixo Rio Camaquã

A região do baixo Rio Camaquã, de um modo geral, abrange dois sistemas ecológicos maiores e mais representativos. Um deles está relacionado às áreas acima de 100 m de altitude que compreendem a Serra do Sudeste, coberto pela Floresta Estacional Semidecidual, onde são encontrados os sítios da tradição Tupiguarani; o outro está abaixo dos 100 m de altitude, correspondendo na maior parte a áreas compostas por campos e banhados e, eventualmente, alguma vegetação de porte médio, todas elas associadas às

Formações Pioneiras de influência flúvio-marinha e onde ocorrem os sítios das tradições Umbu e Vieira, caracterizados pelos “cerritos”.

Em vários desses “cerritos”, em suas porções mais superficiais, foram encontradas evidências de contato com os portadores da tradição Tupiguarani, principalmente relacionadas à presença de cerâmica que, se quase sempre possuem uma relação de semelhança com o estilo da cerâmica Vieira, apresentam vários atributos estilísticos oriundos da cerâmica Tupiguarani, especialmente associados a forma e decoração. Por outro lado, não existe nenhuma evidência de contato nos sítios Tupiguarani localizados nas áreas altas. Nesse sentido, a direção do contato parece ter sido dos portadores da tradição Tupiguarani para aqueles da tradição Vieira.

Apesar de não existirem datações absolutas para os assentamentos Tupiguarani na borda oriental da Serra do Sudeste, é possível estimar que a ocupação dessa área deva ter começado em torno de AD 1000, em comparação com a presença, datada em c. AD 1100, de sítios Tupiguarani já na borda sul da Lagoa dos Patos (NAUE, 1973; SCHMITZ, 1976) e da estimativa cronológica para a fase Canguçu, localizada na borda sul daquela mesma serra, entre os séculos XVI e XVIII (BROCHADO, 1974a).

Com relação à tradição Vieira, apesar de também não haver datas absolutas, pensamos que a ocupação da região do Banhado do Colégio seja mais antiga que a das áreas altas. Conquanto Rütshilling (1989) não forneça nenhuma estimativa cronológica para a presença da tradição Vieira na área, Schmitz (1976) acredita que o período pré-cerâmico, cujas evidências ocorrem nos níveis mais profundos dos “cerritos”, deve estar associado à chamada fase Patos, entre 500 a.C. e AD 500, enquanto que o período cerâmico, correspondente à tradição Vieira, estaria associado à fase Vieira (GOLDMEIER e SCHMITZ, 1983), encontrada no sul da Lagoa dos Patos e datada entre AD 500 a AD 1750.

O início do processo de ocupação das áreas de mata da Serra do Sudeste certamente envolve os mesmos mecanismos de migração e colonização que envolvem o efeito “*push-pull*” (ANTHONY, 1990), tanto quanto aos seus aspectos sócio-econômicos quanto ecológicos, relacionados ao modo de vida das populações portadoras da tradição Tupiguarani. Essa área representaria, naquele momento (c. AD 1000/1200) uma das poucas regiões de mata ainda disponíveis, adequadas ao estabelecimento daqueles grupos, quando as outras possibilidades (várzeas mais produtivas dos rios maiores da bacia do Jacuí) já haviam aparentemente se esgotado. É muito provável que, no momento da chegada daquelas populações, essas matas da Serra do Sudeste estivessem desocupadas, já que não existem evidências de sítios relacionados a qualquer outra tradição arqueológica a não ser a Tupiguarani, possibilitando a ocupação das áreas mais favoráveis encontradas em sua vertente leste, onde se estabeleceu o grupo relacionado à fase Camaquã e em sua porção sul, ocupada pelo grupo relacionado à fase Canguçu (BROCHADO, 1974a).

Por outro lado, as áreas baixas contíguas já eram ocupadas pelos habitantes dos “cerritos”, que provavelmente já estariam ali desde alguns séculos antes, inicialmente como grupos caçadores e coletores sem cerâmica (tradição Umbu) e, posteriormente, com cerâmica (tradição Vieira).

As matas da Serra do Sudeste, onde se instalaram os grupos relacionados à tradição Tupiguarani, representam áreas economicamente menos produtivas e geograficamente muito mais circunscritas, se comparadas com as várzeas férteis das drenagens da bacia do Jacuí. Nesse sentido, se assemelhariam muito mais às partes altas dos vales dos rios que descem do Planalto. Se, mesmo nos vales mais produtivos, a pressão demográfica se fez sentir, a ponto de “forçar” um movimento tardio em direção ao alto vale, o crescimento populacional que provavelmente acompanhou os assentamentos estabelecidos na Serra do Sudeste igualmente deve ter exercido uma pressão sobre os recursos locais, fazendo com

que aquelas populações se voltassem diretamente à exploração de recursos disponíveis em ambientes distintos, mas ricos em caça e produtos de coleta, como as amplas áreas alagadiças das zonas mais baixas de banhados e da costa ocidental da Lagoa dos Patos, ocupadas e exploradas pelas populações dos “cerritos”. Movimentos desses grupos a áreas semelhantes estão relativamente bem documentados nas pesquisas arqueológicas realizadas em Rio Grande, na porção sul da Lagoa dos Patos (NAUE, 1973; SCHMITZ, 1976), também com a ocorrência de contatos. Brochado (1974a) registra também a presença de um grupo portador da tradição Vieira (fase Piratini) com fortes indícios de empréstimos estilísticos a partir da tradição Tupiguarani na porção sul da Serra do Sudeste.

Se a possibilidade de exploração dos ambientes de terras baixas contíguos à serra foi realmente percebida como uma estratégia para resolver questões relacionadas ao stress econômico, seria necessário então resolver inicialmente a questão territorial envolvida. Embora uma estratégia voltada à conquista do território Vieira através da força pudesse ter resolvido o problema, não acreditamos que tenha sido utilizada, pois nenhuma evidência existe sob esse aspecto. A presença de uma cerâmica Vieira, nos “cerritos” do Banhado do Colégio, com uma alta taxa de empréstimos estilísticos oriundos da cerâmica Tupiguarani parece estar indicando um outro tipo de estratégia territorial, envolvendo uma crescente interação entre as duas populações.

Novamente, como no caso mencionado para as interações ocorridas entre as populações Tupiguarani, Taquara e Vieira na bacia do Rio Pardo, é preciso pensar nas vantagens que envolve uma estratégia territorial baseada na integração fronteiriça, especialmente se a área em questão é vista como potencial fonte de recursos complementares, que possibilitem minimizar os efeitos negativos de uma provável pressão populacional.

Embora não tenhamos dados definitivos sobre as condições de crescimento demográfico e a conseqüente pressão sobre os recursos disponíveis nas áreas altas da Serra do Sudeste ocupadas pelos grupos portadores da tradição Tupiguarani, é possível inferir que tal processo tenha realmente ocorrido, como parece ter ocorrido em todas as áreas colonizadas por essas populações. Se esse foi realmente o caso, as áreas alagadiças logo abaixo representariam, certamente, alvos estratégicos para a obtenção de recursos complementares. Por outro lado, como já foi dito, essa área já estava ocupada pelas populações cerâmicas dos “cerritos” que, pela densidade de sítios existentes (ver Figura 34), aparentemente mantinha suas fronteiras sob domínio.

Se as evidências de contato remetem a uma estratégia, provavelmente acionada pelo grupo portador da tradição Tupiguarani, voltada muito mais a mecanismos de integração do que, necessariamente, uma relação conflituosa, mais uma vez nos parece correto pensar no uso das estratégias territoriais que envolvem a defesa das fronteiras sociais (CASHDAN, 1983) como uma forma eficiente de evitar os custos de conflitos em situações de stress econômico.

No caso exposto, uma estratégia mais viável seria o estabelecimento de formas de interação que possibilitassem, principalmente, a informação sobre onde, como e quando obter os recursos que poderiam diminuir os problemas gerados pela pressão populacional provavelmente atuante nas áreas altas, usando para tanto o conhecimento e a cooperação das populações dos “cerritos”.

A área do Banhado do Colégio parece ter sido sempre ocupada pelas populações adaptadas às áreas baixas, sejam elas inicialmente caçadoras e coletoras pré-cerâmicas ou já incorporando uma tecnologia de produção cerâmica e, talvez, já alguns elementos relacionados à agricultura. Nenhuma ocupação puramente Tupiguarani foi encontrada nessa área ou junto a esses sítios. No entanto, em muitos deles ocorre uma cerâmica com

características estilísticas que remetem a ambos e, especialmente, a um processo de adoção de vários elementos típicos Tupiguarani, mas não produzidos por indivíduos relacionados a essa tradição e sim “uma imitação mal feita” (SCHMITZ e BASILE BECKER, 1970; BROCHADO, 1974a), certamente produzida pelos próprios portadores da tradição Vieira.

Pensamos que, se os portadores da tradição Tupiguarani nunca “colonizaram” efetivamente a área, mantendo seu território de domínio nas encostas da Serra do Sudeste, como mostram seus sítios sem evidências de contato, provavelmente devem ter integrado a população das áreas baixas contíguas em um contínuo processo de interação que poderia ter levado, em um momento posterior, provavelmente já em período proto-histórico, a algum tipo de fenômeno “aculturativo” mais intenso. Certas fontes etno-históricas, como Leite (1940) fazem referência aos Arachane (cf. NIMUENDAJU, 1987) da costa ocidental da Lagoa dos Patos como um possível grupo “guaranizado”.

Se essa população dos “cerritos” do baixo Camaquã representa realmente um grupo “guaranizado” é algo difícil, no momento, de confirmar. No entanto, as evidências arqueológicas baseadas na cerâmica encontrada nessas estruturas mostram que a interação foi bastante intensa e do grupo portador da tradição Tupiguarani em direção aos portadores da tradição Vieira. Segundo Plog (1978, 1980), a existência de um intenso processo de “cópia” é indicativo de um intenso grau de interação.

É difícil saber, no entanto, se houve algum fluxo de indivíduos entre ambos os grupos na forma, por exemplo, de intercâmbio de mulheres, a fim de fortalecer os vínculos de cooperação. A princípio, pensamos que não, pelo fato de que não parece existir uma produção cerâmica genuinamente Tupiguarani na área dos “cerritos”. Acreditamos que, se uma ceramista relacionada à tradição Tupiguarani estivesse vivendo entre aquelas populações, de alguma forma tentaria manter pelo menos alguns aspectos de seu “estilo cerâmico” próprio, já que esse é um veículo potencial para a afirmação de sua identidade,

como sugere Sackett (1977). Ao que parece, a relação deu-se somente a partir de fluxos de objetos e informações, dando origem a um processo de “cópia”, mas sem que esse se desse de forma completa.

A “cópia” de elementos estilísticos da cerâmica Tupiguarani pelo grupo dos “cerritos” poderia ser explicada, por um lado, pela prescritividade (no sentido dado por SAHLINS, 1977) daquela primeira população, barrando ou dificultando qualquer influência que vá em sua direção mas, por outro, estimulando a difusão de sua própria cerâmica em direção a outros grupos, por representar uma inovação tecnológica mais eficiente que a cerâmica já possuída; nesse caso, a presença e o acesso a elementos inovadores, como uma cerâmica funcionalmente mais eficiente, pode ser motivo de rápida difusão em direção a grupos que não possuem tal tecnologia ou possuem estilos tecnológicos mais simples (DAVIS, 1983).

Se acreditamos na ocorrência de relações de caráter simbiótico entre os dois grupos, possibilitando a um deles utilizar eficientemente e a um menor custo os recursos das áreas baixas e ao outro, como contrapartida, ter acesso aos produtos agrícolas das áreas altas, pode-se inferir que os portadores da tradição Vieira deveriam provavelmente requerer um vasilhame cerâmico mais bem adaptado e eficiente à preparação e consumo desses novos produtos. É interessante mencionar que a reprodução da cerâmica policrômica Tupiguarani, normalmente relacionada a contextos funcionais especiais (p. ex., práticas religiosas), não ocorre, ficando somente restrita a formas e decorações de uso doméstico.

Se o vasilhame Vieira não é, ao que parece, exatamente eficaz para a preparação dos alimentos normalmente utilizados pelas populações portadoras da tradição Tupiguarani, sua reprodução poderia ser uma solução. Nesse sentido, parece ter ocorrido uma “filtragem” de aspectos culturais que trouxessem alguma vantagem ao grupo receptor (FOSTER, 1960), como parece ser a cerâmica relacionada ao uso cotidiano, em detrimento

de outros aspectos culturais, sociais e mesmo simbólicos. É importante notar também que os artefatos líticos, relacionados à tradição Vieira, não se modificam.

A interação entre essas duas populações parece ter ocorrido, pensando a partir de alguns de seus resultados presentes nos contextos arqueológicos estudados na região do baixo Camaquã, em uma situação de zona de fronteira estática aberta, não no sentido de ausência de dinâmica fronteira mas sim, como propõe Deniel (1985, p.132-133), pela não ocorrência (ou ocorrência em muito pequena escala) de fluxo de indivíduos, restringindo-se a uma relação de troca de bens e informações ao longo da zona de fronteira.

O estabelecimento de uma estratégia territorial voltada à integração econômica por meio de intenso fluxo de bens e informações teria resultado em uma maior eficiência na captação de recursos econômicos complementares, por um lado minimizando o stress negativo originado pela pressão sobre os recursos das áreas altas da Serra do Sudeste e, por outro, possibilitando uma expansão da economia agrícola em direção ao grupo assentado nas áreas baixas alagadiças, sem o alto custo que envolve o conflito mútuo.

5.3 A Interação Entre os Portadores das Tradições Tupiguarani e Taquara no Litoral Central – Quintão

A região abrangida pelo chamado Projeto Quintão (ROGGE, SCHMITZ, BEBER, ROSA, 1997) está representada por uma pequena faixa do Litoral Central do Estado, onde são encontrados, predominantemente, ambientes relacionados a campos de dunas, lagoas litorâneas, matas de restinga, banhados e campos. Com apenas uma exceção, representada por um “cerrito” em área alagadiça, sobre o qual houve uma ocupação Tupiguarani posterior e relativamente pouco representativa, sem nenhuma evidência de interação, todos os sítios registrados até o momento se encontram na margem ocidental das lagoas, sobre

pequenas dunas vegetadas ou sobre terraços lacustres holocênicos e pleistocênicos, associados a matas de restinga.

Praticamente todos eles representam assentamentos temporários, estacionais, sendo a coleta de moluscos marinhos uma atividade comum, associada a alguma pesca, caça e, provavelmente, coleta de frutos e outros tipos de produtos vegetais. Somente um apresenta alguns indicadores de uma maior permanência, justamente implantado sobre um terraço pleistocênico com solo mais fértil e sem apresentar camadas com moluscos.

Em sua maior parte, além dos restos de alimentos, é encontrado algum material lítico, geralmente pouco representativo e cerâmica da tradição Tupiguarani. Em alguns sítios mais densos, com camadas de ocupação mais espessas (mas que, de todo modo, raramente ultrapassam 20 cm), ocorre essa cerâmica associada estratigraficamente com alguns fragmentos de cerâmica da tradição Taquara, em contextos que não apresentam perturbações significativas. Nos casos onde ocorre essa associação, não existe nenhum tipo de evidência de empréstimos estilísticos, permanecendo a cerâmica ou tipicamente Tupiguarani ou tipicamente Taquara. Um desses sítios foi datado, por termoluminescência, em c. AD 1400.

Os sítios com cerâmica Tupiguarani e Taquara remetem a uma situação um tanto diferente das que foram vistas anteriormente. Os grupos que ali se estabeleceram, aparentemente, já estavam integrados a mais tempo. O fato de que a cerâmica de ambas as tradições aparece sem nenhum tipo de alteração estilística poderia significar duas coisas: ou a cerâmica Taquara que neles ocorre é produto de trocas ou reflete uma forma de interação mais complexa, na qual pode ter havido fluxo de indivíduos entre os dois grupos, possivelmente através de matrimônios.

A primeira opção, embora válida, não nos parece ser a mais correta nesse caso. Certamente, ao longo dos processos de contato entre essas duas populações, ocorreram

trocas de objetos cerâmicos, como mostram vários contextos arqueológicos. Porém, a frequência de ocorrência de cerâmica Taquara em sítios Tupiguarani é baixa se comparada com os casos contrários.

Como já mencionamos anteriormente, isso poderia ser explicado pelo fato de que uma cultura bastante prescritiva, como é a tradição Tupiguarani, que além disso detém a produção de uma cerâmica notadamente mais complexa e completamente adaptada a suas necessidades econômicas e sociais, provavelmente não teria interesse em obter uma cerâmica mais simples e de uso mais restrito. Se existem casos em que a cerâmica Taquara ocorre em contextos Tupiguarani por troca, esses seriam então raros e fortuitos. O processo inverso, por outro lado, seria muito mais esperado e é o que realmente ocorre, com uma frequência muito maior de cerâmica Tupiguarani em sítios Taquara (BROCHADO, 1984).

Em contrapartida, a troca (ou mesmo o rapto) de mulheres entre aqueles grupos parece ser uma explicação mais interessante e plausível, além de ser também documentada nas fontes históricas. Embora o rapto de mulheres possa ter sido um fenômeno concreto entre esses dois grupos, mantemos nossa hipótese de que as formas mais elaboradas de estratégias territoriais, em zonas de fronteira, teriam envolvido um comportamento mais integrativo e menos conflituoso entre essas diferentes populações, como demonstra Cashdan (1983).

Nesse sentido, podemos pensar que a troca de indivíduos do sexo feminino, incorporados como esposas, teria sido parte integrante e importante dessas estratégias, como foi também proposto quando mencionamos o caso da zona de fronteira do alto Rio Pardo. Essas poderiam continuar, em maior ou menor grau, reproduzindo seu próprio estilo cerâmico como forma de reforçar e manter sua identidade individual ao mesmo tempo que remeteria a um nível maior de identidade cultural e étnica (WIESSNER, 1988), vindo de fora e inserida dentro de um sistema sociocultural que não é o seu. É interessante

mencionar que, em casos observados em alguns aldeamentos atuais onde coexistem indivíduos Guarani e Kaingáng, as fronteiras culturais são bem marcadas, mesmo em situações de intensa convivência diária e, em alguns casos, de arranjos matrimoniais. Nesses casos, foi observado que a produção de bens materiais (especialmente cestaria) não costuma apresentar mistura de estilos reproduzindo, especialmente as mulheres, seu estilo cultural próprio (Sérgio Batista da Silva, com. pes.).

Apesar de termos encontrado, na região de Balneário Quintão, evidências de contato entre os portadores das tradições Tupiguarani e Taquara, pensamos agora que não é mais possível caracterizar essa área como uma zona de fronteira, pois aparentemente os assentamentos encontrados representam uma etapa posterior ao contato, ou seja, representam unidades socioculturais já integradas e convivendo mutuamente, explorando sazonalmente a região. Se essa área foi zona de fronteira entre diferentes grupos, então o foi entre os grupos construtores dos “cerritos” e os grupos relacionados à tradição Tupiguarani. No entanto, como já foi dito mais acima, a ocupação desse último sobre o “cerrito” existente na área está relacionado a um evento posterior, provavelmente ocorrido após o abandono daquela estrutura pelos seus primeiros ocupantes.

Mas, se não foi na região de Balneário Quintão que os processos de contato entre os portadores das tradições Tupiguarani e Taquara ocorreram, em que local isso aconteceu é algo mais difícil de saber.

Uma possível zona de fronteira pode estar representada pela região do alto e médio vale do Rio dos Sinos, abrangendo os atuais municípios de Santo Antônio da Patrulha e Taquara, além do litoral adjacente, que abrange a região do atual município de Osório. Nessa área, tanto no interior como no litoral, foram identificados sítios com ocorrência de cerâmica Tupiguarani e Taquara associadas (SCHMITZ, 1958; MILLER, 1967).

Na região de Osório, ao longo das lagoas litorâneas, Schmitz (1958, p. 115) menciona vários sítios Tupiguarani com alguns poucos fragmentos de cerâmica Taquara, inclusive apresentando algumas evidências relacionadas à mistura de elementos estilísticos, além de sítios exclusivamente relacionados à tradição Taquara, mas também com pouca cerâmica. Ao que parece, esse foi o palco de um processo de interação que teria se iniciado a partir de, pelo menos, AD 800/1000, que corresponde à data mais antiga para a presença local de grupos portadores da tradição Tupiguarani.

Por outro lado, é possível que portadores da tradição Taquara já explorassem esses ambientes litorâneos, sazonalmente, desde um tempo anterior, provavelmente desde pelo menos c. AD 600/800. No médio vale do Rio dos Sinos, no município de Taquara, a menos de 50 km para o interior, um sítio a céu aberto da tradição Taquara foi datado em c. AD 600/700 (MILLER, 1967), indicando que essas áreas mais baixas da encosta do Planalto já eram utilizadas por essas populações desde antes da chegada dos grupos portadores da tradição Tupiguarani..

Esses dois grupos, já em uma etapa mais avançada de interação que envolveria a integração e o intercâmbio de indivíduos, poderiam ser os responsáveis pelas ocupações sazonais mais ao sul, incluindo a área de Quintão, que possui uma data de c. AD 1400, justamente em um sítio com a presença de cerâmica de ambas as tradições.

É possível, também, que nessa fase mais adiantada de interação, indivíduos ou mesmo grupos portadores da tradição Tupiguarani já estivessem circulando pelo próprio interior do território dos portadores da tradição Taquara, como parece estar indicando um sítio com cerâmica daquela primeira tradição ao lado de um sítio com “casas subterrâneas”, além de uma vasilha Tupiguarani inteira no interior de uma dessas estruturas, no atual município de Caxias do Sul, em pleno Planalto (SCHMITZ, BASILE BECKER, LA SÁLVIA, LAZZAROTTO, RIBEIRO, 1988). Uma das datações desse sítio indica uma

ocupação tardia, em c. AD 1300/1400, que poderia estar relacionada a esse período de contato mais efetivo com as populações portadoras da tradição Tupiguarani.

Pensamos que nessas áreas litorâneas, especialmente na região que compreende parte do Litoral Norte do Estado, o contato entre essas duas populações tenha sido um fenômeno um pouco mais antigo que nos vales dos rios do interior mas que, sem dúvida, representa uma interação bastante estruturada, associada a fatores causais semelhantes e com um desenvolvimento similar ao que podemos perceber em outras regiões do Estado, notadamente nas áreas de encosta do Planalto, com relação aos portadores da tradição Tupiguarani e Taquara. Se, por um lado, os recursos litorâneos já eram sazonalmente explorados por aqueles últimos antes da chegada dos primeiros, na medida em que as migrações colonizadoras desses alcançam o litoral, passou a se estabelecer um progressivo fenômeno de interação que, se inicialmente teria sido de caráter conflituoso, as evidências parecem indicar que transformou-se em uma típica situação de zona de fronteira, resultando em uma integração que possibilitasse, a ambos os grupos, uma exploração mais eficiente dos recursos disponíveis sem o custo que envolvem os conflitos mais agressivos e a defesa e controle territorial daquelas áreas.

5.4 A Interação Entre os Portadores das Tradições Tupiguarani e Taquara no Alto Uruguai – Itapiranga

A região de Itapiranga localiza-se no alto Rio Uruguai, no extremo sudoeste do Estado de Santa Catarina, na divisa com o Rio Grande do Sul. Porém, o contexto geográfico e ambiental em que ocorrem os sítios arqueológicos relacionados às tradições Tupiguarani e Taquara é muito semelhante àquele encontrado no lado sul-rio-grandense. A região possui um relevo bastante dissecado, tanto pela ação da drenagem principal como de

inúmeros afluentes, formando vales relativamente encaixados e com várzeas não muito amplas.

A principal área de distribuição dos sítios está localizada na margem direita do Rio Uruguai, em terrenos que estão entre 180 e 350 m de altitude ANM. Os sítios Tupiguarani estão implantados nas partes mais baixas do relevo, bem próximos ao Rio Uruguai e dentro de sua zona de influência direta ou indireta, nas várzeas e nos terraços mais baixos. Os sítios Taquara, por sua vez, ocorrem nos patamares mais elevados e mais afastados do rio, formados pela extensão dos derrames basálticos que formam a porção mais ocidental do Planalto Meridional, em altitudes em torno de ou superiores a 200 m de altitude ANM (SCHMITZ, 1957; ROHR, 1966; DE MASI e ARTUSI, 1985).

Esses últimos sítios, em número de 6, apresentam-se como assentamentos superficiais a céu aberto, não ocorrendo “casas subterrâneas” ou outras estruturas que são comuns nas áreas mais altas. Em pelo menos 5 deles ocorre, em associação direta, uma razoável quantidade de cerâmica Tupiguarani e em um caso, foi possível perceber evidências de justaposição de unidades residenciais atribuídas às duas tradições, na forma de uma área com cerâmica Tupiguarani “pura” inclusa aproximadamente no centro de um assentamento Taquara, sem que quaisquer dos conjuntos cerâmicos mostrassem sinais de mistura de elementos estilísticos (DE MASI e ARTUSI, 1985).

A presença das populações portadoras da tradição Tupiguarani na área, pelas poucas datações realizadas, remonta a c. AD 1000 ou 1100 e se estende, pelo menos, até o século XVIII, em movimentos migratórios que subiram o Rio Uruguai, tardiamente, possivelmente a partir da região mais densamente povoada da desembocadura do Rio Ijuí.

Os portadores da tradição Taquara, por outro lado, parecem ter chegado a essa área em torno de AD 1100/1200, tendo como base algumas poucas datações de sítios Taquara em áreas mais ou menos próximas, como Concórdia (c. AD 1000), Tenente Portela (c. AD

1200) e Porto Xavier (c. AD 1400), provavelmente acompanhando as áreas de ocorrência da *Araucaria angustifolia*, que se estendem até o extremo nordeste da Argentina, onde também foram encontrados assentamentos que parecem estar relacionados a essas populações (MENGHIN, 1957; RIZZO, 1968).

Possivelmente a partir de AD 1200, as duas diferentes populações locais devem ter iniciado um processo de interação que evoluiu para uma forma de integração que incluiria a livre circulação de indivíduos na zona de fronteira permitindo, inclusive, o estabelecimento de assentamentos Tupiguarani próximos ou mesmo justapostos aos assentamentos do grupo portador da tradição Taquara. Detendo-nos estritamente às evidências arqueológicas, podemos perceber que foram os portadores da tradição Tupiguarani que parecem ter acionado tal processo, buscando interagir com os portadores da tradição Taquara.

Embora as várzeas e as matas ao longo do Rio Uruguai, nessa região, sejam relativamente produtivas, se usarmos o modelo de migração a curta distância mencionado por Anthony (1990) é bem possível que, localmente e ao longo de cerca dos 200 anos que separam sua colonização inicial pelos grupos Tupiguarani e a chegada dos grupos relacionados à tradição Taquara, essa população tenha sofrido um constante crescimento demográfico, impulsionando-as inicialmente rio acima devido ao efeito de stress negativo nas áreas ocupadas, em busca de regiões novas dentro das várzeas do alto Rio Uruguai.

É interessante notar que a migração rio acima termina coincidentemente com o final da ocorrência das áreas de mata estacional ao longo do rio, mais ou menos nas cercanias do município catarinense de Concórdia. Nessa área existem datas radiocarbônicas para sítios Tupiguarani que iniciam por volta do século XII e XIII, portanto posteriores às datas presumidas para a região de Itapiranga e que mostram que a solução inicial para a crescente pressão sobre os recursos dessa última área foram mitigados pela colonização

daquelas áreas mais a montante do Rio Uruguai, dentro dos princípios lógicos do modelo migratório proposto por Anthony (1990).

Uma vez que, a partir desse momento, todas as áreas de várzea e mata desde Itapiranga até a região de Concórdia parecem estar densamente ocupadas, naquele primeiro local a continuidade da pressão demográfica deve ter acionado um movimento que forçou o grupo portador da tradição Tupiguarani a, gradualmente, se afastar das áreas mais produtivas da várzea e a ocuparem, inicialmente, os patamares baixos da encosta, um pouco mais afastados, como parecem indicar os sítios aí encontrados (DE MASI e ARTUSI, 1985, p. 101). Piazza (1969), estudando áreas mais a montante do Rio Uruguai (Chapecó e Concórdia) refere-se, ainda que implicitamente, a um fenômeno semelhante e que também teria levado à situações de contato entre as populações portadoras das tradições Tupiguarani e Taquara.

Em um momento posterior, o grupo Tupiguarani alcançou as áreas dos patamares mais altos e mais afastados do rio, próximos ou acima da cota de 200 m ANM, onde passou a estabelecer um contato com os portadores da tradição Taquara na forma de um processo de interação envolvendo a integração e a simbiose, possivelmente dentro de uma estratégia planejada, tornando o controle territorial e sua exploração de recursos mais eficiente, como prevê o modelo de Cashdan (1983).

Tal situação está marcada tanto pelo fluxo de objetos, indicada pela ocorrência de vasilhame Tupiguarani em sítios Taquara, quanto pelo fluxo de indivíduos, através da incorporação possivelmente de grupos familiares Tupiguarani e suas unidades residenciais inseridos no seio dos próprios assentamentos Taquara.

A ocorrência de cerâmica Tupiguarani nos sítios Taquara das partes mais altas do vale, sem qualquer tipo de evidências de mudança estilística tanto em uma como em outra e mais notadamente, na cerâmica Taquara, deve ser interpretada como um processo de

interação que, se foi intenso o suficiente para aproximar os dois grupos, não o foi a ponto de introduzir a necessidade de empréstimos estilísticos significativos, como ocorreu em outras áreas tais como o alto Rio Pardo e o baixo Rio Camaquã. É possível que não houvesse, como nessas áreas mencionadas, a necessidade de reproduzir modelos cerâmicos para novas funções relacionadas, por exemplo, ao intercâmbio de produtos alimentares por parte do grupo portador da tradição Taquara, já que a convivência parece ter sido muito mais próxima, com um conjunto cerâmico tendo a possibilidade de complementar o outro.

Se tal justaposição de unidades sociais possui uma relação com a troca de mulheres, via matrimônio, nesse caso específico a manutenção do estilo cerâmico próprio a cada grupo deve estar refletindo a manutenção das características socioculturais marcadoras da identidade de cada unidade social (WOBST, 1977; WIESSNER, 1983, 1988), à maneira do que parece ter ocorrido nos sítios de Balneário Quintão e, em certa medida, no Rio Pardo.

A estruturação de uma estratégia econômica voltada à integração aparentemente de caráter cooperativo dos diferentes grupos em sua zona de fronteira, remete a uma situação de contato indireto, no sentido que fornece Linton (1940) e Spicer (1961), onde não parece haver uma situação de controle efetivo por um dos grupos em relação ao outro, mas sim o controle sobre a área disponível para a captação de recursos, cujo domínio certamente estava relacionado ao grupo portador da tradição Taquara.

Certamente, tal situação também traria benefícios a esse último, não somente pela possibilidade de ampliar seu espectro econômico a partir de uma agricultura mais eficiente derivada dos grupos Tupiguarani, como também por minimizar o risco relacionado a contatos menos pacíficos.

Em certo sentido, tal situação de fronteira é bastante próxima daquela que deve ter ocorrido no alto vale do Rio Pardo com a diferença de que, no caso específico do Alto Uruguai, não ocorreram casos de empréstimo estilístico e não estava em jogo a exploração

de ambientes ecológicos distintos, já que todos os sítios estão em área de Floresta Estacional Decidual, mas possivelmente a ampliação da área de captação de recursos dos grupos relacionados à tradição Tupiguarani, de maneira a minimizar os custos de defesa e controle que poderiam ser gerados pelo uso de estratégias que envolvessem o conflito aberto, em um típico sistema de fronteira móvel permeável (DENNEL, 1985), marcada pelo fluxo de objetos e indivíduos em sua zona de fronteira.

5.5 A Expansão dos Portadores da Tradição Tupiguarani e a Interação Com Outras Populações Ceramistas no Rio Grande do Sul

É possível perceber, pelo que foi demonstrado, que os processos de contato e interação entre as diferentes populações ceramistas que ocuparam o território sul-riograndense parecem ter sido bastante semelhantes, embora com resultados levemente variáveis em termos de registro arqueológico.

Tal semelhança nos mecanismos que envolveram as situações de contato entre os portadores das tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira pode ser explicada, em boa parte, pelo fato de que representam um fenômeno especialmente acionado por um mesmo sistema sociocultural, relacionado aos portadores daquela primeira tradição arqueológica, em seu processo de colonização das áreas florestadas do Estado, pelas quais se expandiram em um momento posterior ao estabelecimento das outras populações, então já organizadas territorialmente.

Assim é possível compreender seu comportamento, nas zonas de fronteira, como sendo altamente estruturado e com um objetivo fundamental, que envolveria a ampliação das áreas de captação de recursos a fim de buscar uma solução para problemas envolvendo a pressão populacional e o stress negativo sobre os recursos disponíveis nas áreas então

mais densamente povoadas, a partir de uma estratégia que possibilitasse minimizar os custos de conflitos diretos e defesa e manutenção dos territórios nessas zonas fronteiriças.

Ao observarmos a distribuição dos sítios arqueológicos da tradição Tupiguarani no território sul-rio-grandense (cf. mapa da Figura 20, nessa Tese), percebemos um padrão de migração fortemente relacionado a um ambiente ecológico muito específico, envolvendo as áreas de ocorrência de Floresta Estacional, ambiente diretamente relacionado ao sistema econômico característico dessas populações, fato que já havia sido percebido desde muito tempo por Brochado (1973a e b, 1984), Schmitz (1985a, 1991) entre outros.

A maior parte dessas áreas, pelo menos aquelas onde as condições ecológicas relacionadas ao clima, cobertura vegetal, solos e drenagem eram mais favoráveis, foram colonizadas dentro de um espaço temporal de cerca de 1000 anos. Nos séculos seguintes, a expansão Tupiguarani no Estado parece ter atingido um ponto culminante, no qual locais cada vez menos favoráveis, relacionados às áreas a montante do Rio Uruguai, dos vales dos rios que descem a encosta sul do Planalto e as pequenas áreas de mata ao longo da costa ou na margem ocidental da Lagoa dos Patos passaram a ser intensamente ocupadas e exploradas.

Quando olhamos novamente o mapa apresentado na Figura 20, é possível perceber também que as áreas de mata mais favoráveis apresentam um maior adensamento de sítios arqueológicos, refletindo uma ocupação mais intensa. Na medida em que as datas vão se tornando mais recentes, o processo de colonização se expande para locais mais afastados e menos favoráveis que correspondem, a grosso modo, às zonas de fronteira com outros sistemas ecológicos.

Temos fortes razões para acreditar que tal padrão arqueológico da colonização das áreas de mata pelos portadores da tradição Tupiguarani apresenta uma forte semelhança com o que Anthony (1990), em sua revisão sobre os processos de migração, chama de

deslocamentos na “forma de ondas”, que se caracteriza pelo movimento de sucessivas ondas migratórias, a curtas distâncias e em um espaço de tempo relativamente longo. Sua visibilidade em contextos arqueológicos está relacionada a uma maior densidade de sítios ao longo das rotas principais de expansão, que por sua vez podem mostrar um caráter relativamente aleatório, o que pode ser percebido pelo padrão dendrítico da expansão dessas populações ao longo das bacias do Uruguai e Jacuí.

O principal mecanismo que envolve a migração em forma de ondas é, segundo aquele autor, o efeito “*push-pull*” (empurrar-atrair). Resumidamente, ele implica em que uma determinada área ocupada, especialmente se circunscrita, após um certo tempo passa a sofrer os efeitos do crescente aumento populacional, o que pode gerar uma forte pressão sobre os recursos locais. Uma vez que essa pressão populacional atua como fonte de stress econômico e social sobre a área ocupada, parte da população (os chamados “grupos pioneiros”), é empurrada em direção a novas áreas, ao mesmo tempo em que essas funcionam como pontos de atração, se possuem os elementos desejados para uma adequada reprodução do sistema sociocultural. Nesse sentido, tal processo constrói e mantém sua própria dinâmica.

Fazendo um pequeno cálculo, logicamente propenso a erros e por isso utilizado aqui somente como ilustração da possibilidade real desse tipo de processo migratório estar relacionado com a ocupação das áreas florestadas pelas populações portadoras da tradição Tupiguarani, estimamos que a velocidade dessa expansão, no território sul-rio-grandense, tenha sido de cerca de 0,8 a 1 km/ano (entre 800 a 1000 km de extensão em cerca de 1000 anos). Tal taxa de expansão é coincidente com aquela calculada para a expansão das economias neolíticas no continente europeu (AMMERMAN e CAVALLI-SFORZA, 1984), reconhecidamente associadas aos mecanismos de migração em forma de ondas.

Certamente, o refluxo migratório que acompanha esses movimentos é uma componente importante nesse processo, e certamente pode explicar o retorno de parte da população a áreas já anteriormente ocupadas, percebidos algumas vezes pelas datas mais recentes em locais de passagem anterior. Porém, acreditamos que o papel do refluxo deva, nesse caso, ser minimizado, pois parece não representar uma solução economicamente interessante para resolver problemas relacionados à pressão demográfica.

Dessa forma, por volta de AD 800/1000, todas as áreas mais adequadas para a aplicação do modelo socioeconômico característico daquelas populações já haviam sido ocupadas, sem que houvesse ainda a necessidade de incorporar áreas ecologicamente distintas, cuja maior parte estava sob domínio territorial de outros grupos, como os relacionados às tradições Taquara e Vieira.

A partir desse momento e com a dinâmica populacional atuando no sentido de proporcionar a continuidade do crescimento demográfico, induzido especialmente pela utilização eficiente de um sistema tecnoeconômico, social e simbólico que centraliza na terra, no espaço físico, o seu principal elemento integrativo e considerando ainda que esse espaço físico, agora, já é bastante limitado, essas populações partem para a ocupação de áreas menos favoráveis às quais, em geral, seu modo de vida não está adaptado. Essas áreas incluem, entre outras, pequenas drenagens afastadas dos rios de maior porte ou então as porções mais altas dos vales dos rios que já ocupavam, nas áreas de encosta alta do planalto.

Porém, essas áreas mencionadas possuem, somente para ficar na questão da produtividade agrícola, um rendimento relativamente baixo e, além disso, tornam-se cada vez mais circunscritas para serem capazes de sustentar uma população mais ou menos densa sem que houvesse a necessidade de explorar, ao mesmo tempo, outros ambientes ecológicos que poderiam fornecer outros tipos de recursos, relacionados à coleta e caça.

Especialmente nas áreas altas dos vales dos afluentes da margem esquerda do Rio Jacuí, esse outro ambiente ecológico com disponibilidade de recursos está associado à Floresta Ombrófila Mista que, no entanto, era ocupada e explorada por uma população relacionada a outro sistema sociocultural.

Em outras áreas de mata estacional, ocupadas pelos portadores da tradição Tupiguarani, como na Serra do Sudeste, o mesmo problema de stress negativo se configura e as áreas que possibilitam uma complementação de recursos mas que não permitem uma ocupação efetiva por serem ecologicamente distintas, como os campos e banhados da margem ocidental da Lagoa dos Patos já estão, por sua vez, também ocupadas por outros grupos distintos.

Logicamente, as populações portadoras da tradição Tupiguarani não eram incapazes de resolver tais problemas. Porém, estratégias voltadas à migração para novas áreas, do modo como foram usadas anteriormente, não mais representariam uma solução eficaz. A reestruturação sócio-política e econômica poderia representar uma alternativa válida mas, aparentemente, pelo menos nos casos estudados, efetivamente não ocorreu. A invasão e ocupação dos territórios sob domínio de outras populações poderia ter sido uma estratégia eficiente em alguns casos ou nos primeiros momentos de contato, mas não existem indícios de ocupação efetiva e permanente das áreas de matas de pinheiros do planalto, dos campos ao sul do Rio Jacuí ou das áreas alagadiças da Planície Costeira e, mesmo nas áreas de mata de restinga do litoral, a maior parte da ocupação parece ter sido na forma de acampamentos temporários, com baixo a médio grau de permanência (ROGGE, 1997), com exceção talvez de áreas mais favoráveis a uma maior estabilidade, como aquelas mencionadas para a região do atual município de Osório.

Em todas essas áreas uma permanência efetiva implicaria, além do alto custo de uma ampla reestruturação adaptativa e cultural, um custo igualmente alto na defesa e manutenção das fronteiras desses novos territórios incorporados.

Se a exploração das zonas de fronteira, ou porções delas, relacionadas aos sistemas ecológicos explorados e dominados por outras populações a partir de estratégias de incorporação e defesa territorial, como demonstram Dyson-Hudson e Smith (1978), poder ter sido uma solução inicial o seu alto custo, na forma de constantes conflitos, talvez tenha superado em muito os seus possíveis benefícios. Especialmente nessas áreas, onde a pressão demográfica e sobre os recursos disponíveis seriam maiores, as evidências arqueológicas estão indicando o uso de estratégias territoriais mais complexas e de certa forma indicadoras de um processo que, se não configura-se exatamente como o modelo proposto por Cashdan (1983), em muitos aspectos parecem ser similares.

Nesse sentido, uma estratégia direcionada a uma interação cooperativa poderia trazer um retorno mais rentável, já que diminui os custos relacionados aos conflitos, em direção a uma eficiente exploração dos recursos dessas zonas de fronteira. Além disso, os benefícios poderiam ocorrer em um duplo sentido, tanto por parte de um como de outro sistema em interação, no sentido de uma real “integração fronteira”.

CONCLUSÃO

Mais ou menos a partir do início da Era Cristã, o panorama populacional e cultural do atual território sul-rio-grandense passou a sofrer uma profunda mudança, associada ao aparecimento de populações que haviam introduzido, em seus sistemas socioculturais, elementos então inovadores, tais como a cerâmica e a prática, em maior ou menor escala, de uma economia que incorporava a produção de alimentos a partir da agricultura.

Se algumas dessas populações poderiam ter recebido tal estímulo através de um amplo e complexo processo de difusão, a partir de centros mais afastados, como poderia ser o caso daquelas associadas às tradições Taquara e Vieira, pelo menos uma trouxe consigo, através de um sistemático processo de migração, provavelmente iniciado em algum ponto da floresta amazônica, uma cultura altamente influenciada por uma longa adaptação às áreas de floresta tropical, relativamente mais complexa e fortemente prescritiva, como é o caso das populações portadoras da tradição Tupiguarani, subtradição Corrugada.

Essas, ao chegarem no território sul-rio-grandense, provavelmente pela região noroeste do Estado, deram continuidade a um processo de migração já há muito tempo em andamento. Tal processo está associado ao contínuo deslocamento através de áreas de Floresta Estacional, em movimentos de curta distância, na forma de ondas, no qual em cada nova região colonizada, fatores envolvendo a pressão populacional e o stress sobre os

recursos locais empurram parte da população a novas áreas, acompanhando o mesmo ambiente ecológico, onde novamente aqueles fatores negativos passam a atuar, acionando um novo movimento, de modo que a dinâmica migratória é outra vez revitalizada.

Dessa forma, a colonização feita pelas populações portadoras da tradição Tupiguarani foram seguindo em uma direção geral leste, colonizando eficientemente todas as áreas florestadas ao longo dos vales dos rios das bacias do Uruguai e Jacuí, na medida em que as áreas de mata associadas às várzeas mais férteis e amplas dessas drenagens possibilitavam a reprodução de seu pleno modo de vida, dentro de suas condições adaptativas, tanto no plano tecnológico como social e simbólico.

Ao longo do tempo e à medida em que as melhores áreas foram sendo intensamente ocupadas, novos locais passaram a ser colonizados que, se ainda representavam ambientes ecológicos favoráveis, certamente não possuíam as mesmas condições de produtividade que as áreas anteriores. Em um determinado momento, que acreditamos ter sido por volta de AD 1000, praticamente todas as áreas de Floresta Estacional já estavam intensamente ocupadas e os fatores negativos relacionados ao stress demográfico, possivelmente, estariam começando a atingir um grau muito próximo ao limite da capacidade de suporte desses ambientes.

É provável que, ao longo das primeiras etapas desse processo de colonização aquelas populações devem ter encontrado, nesses ambientes de vales florestados, grupos humanos que já os ocupavam e os exploravam há muito mais tempo. Esses grupos, caçadores e coletores, relacionados às tradições Umbu e Humaitá, acabaram cedendo o espaço àqueles agricultores mais numerosos e melhor organizados. Como se processaram tais situações de contato ainda demanda muito estudo, mas é possível que tenham sido de forma relativamente conflituosa, sendo aqueles grupos talvez em parte incorporados ou

empurrados para outras áreas, como as partes mais altas da encosta e o interior do planalto e para as áreas campestres e/ou alagadiças do sul do Estado.

Porém, quanto mais avançados e atuantes os fatores negativos de stress econômico nas áreas já densamente ocupadas, as populações portadoras da tradição Tupiguarani acabaram forçadas a explorar mais intensamente as áreas limítrofes (podemos mesmo nos referir a “marginais”) de seu macro-território. Tais áreas correspondem aos ecossistemas lacustres da região litorânea, às regiões cada vez mais a montante e a jusante do Rio Uruguai, a porções mais altas de alguns afluentes da margem esquerda do Jacuí e alguns pontos da costa ocidental da Lagoa dos Patos, relacionadas a pequenas áreas florestadas sobre terraços pleistocênicos e até ambientes mais úmidos em áreas alagadiças.

A partir desse momento, provavelmente a partir de AD 1000/1200 começam a ocorrer, de forma mais sistemática, situações de contato entre os portadores da tradição Tupiguarani e as populações ceramistas relacionadas às tradições Taquara e Vieira, tanto na região litorânea como na borda do planalto e nas áreas baixas do sudeste do Estado, que conformaram verdadeiras zonas de fronteira entre aqueles grupos, cujas evidências arqueológicas podem começar a esclarecer sua possível natureza.

Os portadores das tradições Taquara e Vieira haviam, desde longo tempo, estabelecido uma adaptação positiva e fortemente direcionada ao ambiente do Planalto, no caso da primeira e aos ambientes úmidos das áreas baixas, no caso das segunda. A relativa abundância e alta densidade e previsibilidade dos recursos, nos ecossistemas que ocupavam e exploravam, certamente havia possibilitado uma organização territorial na forma de defesa do perímetro, o que provavelmente os portadores da tradição Tupiguarani também haviam feito com relação às áreas de mata estacional.

Essa forma de territorialidade levaria, na medida em que houvesse a intenção por parte de um desses grupos, em explorar o território de outro, à defesa aberta por parte do

grupo residente, gerando situações conflituosas. Não é possível descartar tais situações e é provável que tenham ocorrido, especialmente nos primeiros momentos de contato e, em certos casos, tenham se revitalizado a partir da chegada dos primeiros europeus, mas talvez já causadas por outros fatores, tais como a obtenção de mercadorias de troca com esses últimos, especialmente cativos, como sugerem algumas fontes históricas com relação aos grupos Guarani (os Carijó da costa atlântica) e os Kaingáng do Planalto (RODRIGUES, 1940; PORTO, 1943; CORTESÃO, 1969).

No entanto, se as evidências arqueológicas nas zonas de fronteira não são propriamente capazes de fornecer elementos claros que comprovem situações de conflito, nos parecem sim capazes de revelar o desdobramento das relações fronteiriças na forma de um processo de interação que, em todas as áreas estudadas, gerou situações de integração.

Alguns resultados dessa integração fronteiriça podem ser percebidos a partir da justaposição de unidades de assentamentos dos diferentes grupos envolvidos, bem como da presença de vasilhame cerâmico e/ou elementos estilísticos de um grupo em direta associação com outro.

Na zona de fronteira estabelecida entre grupos portadores das tradições Tupiguarani e Taquara no alto vale do Rio Pardo, ao mesmo tempo em que ocorrem sítios Tupiguarani muito próximos ou mesmo dentro do território da tradição Taquara, também ocorrem sítios dessa em plena área de domínio daquela tradição, além de sítios “mistos”, mostrando uma convivência entre os dois grupos e mais ainda, com uma cerâmica de origem Taquara com formas e decorações que remetem ao estilo cerâmico Tupiguarani. Tais evidências indicam que, em algum momento provavelmente entre AD 1000/1200, possíveis situações iniciais de conflito pela disputa de territórios tenham evoluído para uma acomodação dos dois grupos em uma relação de integração, pelo menos parcial, envolvendo uma relativa convivência e uma possível simbiose.

Com resultados muito semelhantes, situações como essa também ocorreram em outras zonas de fronteira estabelecidas entre essas duas populações, notadamente em determinadas áreas do Litoral Norte e no extremo noroeste do Estado.

No caso estudado na região do baixo Rio Camaquã, se as evidências não apontam para a convivência na forma de unidades de sítio ou unidades residenciais, a maior parte da cerâmica encontrada nos “cerritos” das áreas baixas alagadiças mostram uma intensa incorporação, pelas ceramistas relacionadas à tradição Vieira, de elementos estilísticos oriundos da cerâmica Tupiguarani na produção de seu vasilhame, notadamente nos aspectos formais. Tal fato pode ser entendido como o resultado de um processo de interação de caráter integrativo e também possivelmente simbiótico, marcado por uma relação econômica que deveria envolver principalmente o fluxo de recursos alimentares.

As evidências arqueológicas remetendo a situações de contato encontradas na região de Balneário Quintão, mostram a existência de assentamentos “mistos”, que parecem indicar a convivência de indivíduos das duas populações, já integradas. Se, ao contrário do que pensávamos, essa área não conforma exatamente uma zona de fronteira, a mesma pode ser encontrada um pouco mais ao norte, na região litorânea que compreende principalmente o atual município de Osório e suas adjacências, inclusive para o interior. Nessa área, ao longo das lagoas litorâneas, é possível perceber indicadores, em vários sítios, de que estava em andamento um processo de interação que também envolvia a integração e convivência entre os dois grupos e que parece ter iniciado desde pelo menos c. AD 800/1000.

No noroeste do Estado, no alto Rio Uruguai, mas a partir de evidências encontradas em sítios arqueológicos localizados em sua margem direita, no município de Itapiranga, SC, pode-se perceber que os grupos relacionados à tradição Tupiguarani gradativamente se afastam da proximidade daquele rio e passam a ocupar áreas mais altas, indicando um

processo de significativa pressão populacional naquelas áreas mais favoráveis, estabelecendo-se cada vez mais próximos ao território de domínio e dos sítios relacionados à tradição Taquara. Em um determinado momento, possivelmente não antes de AD 1200, estabelecem uma interação com essas populações que está registrada em sítios onde não somente ocorre cerâmica relacionada aos dois diferentes estilos, embora não sob a forma de empréstimos estilísticos mas, especialmente, pela justaposição do que devem ser unidades residenciais sincrônicas, remetendo novamente a uma situação de convivência.

Em todos esses casos, parece haver um denominador comum: a recorrência de uma mesma população que certamente deve ter acionado os processos de contato, aquela portadora da tradição Tupiguarani, na medida em que sistematicamente colonizou e ocupou as áreas cada vez mais próximas às fronteiras dos territórios dominados pelas populações relacionadas às tradições Taquara e Vieira. O resultado, embora não necessariamente imediato, foi a articulação de uma estratégia econômica mais eficaz a fim de ampliar suas áreas de captação de recursos, minimizando os problemas crescentes ocasionados pelo stress negativo em seus territórios de domínio e os custos que envolvem o acirramento dos conflitos de base territorial nas zonas de fronteira, através de um processo de interação bastante estruturado e marcado pela integração com os outros dois diferentes sistemas socioculturais, sem envolver a necessidade de reestruturações mais profundas em seu modelo econômico, social e simbólico e, conseqüentemente, readaptações ecológicas que talvez não alcançassem a eficiência desejada.

Colocando o que foi exposto acima em termos de mudanças de estratégias territoriais, as populações envolvidas nas situações específicas de fronteira aqui analisadas desenvolveram, algum tempo após terem ocorrido os primeiros contatos mais efetivos, mecanismos mais eficientes de ocupação e exploração dos recursos nessas áreas trocando o alto custo que envolve a defesa aberta de seu perímetro por uma estratégia muito mais

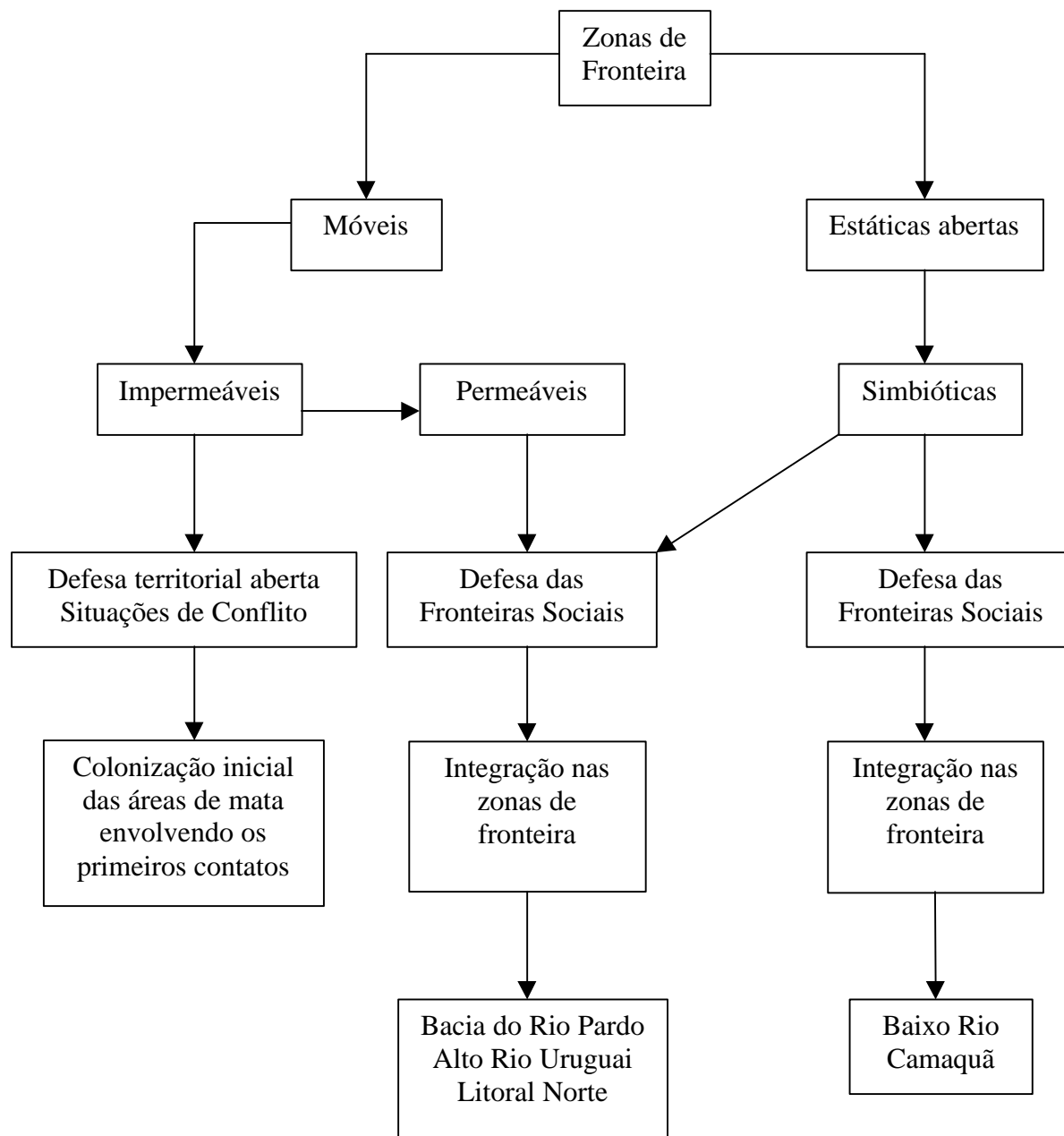
voltada ao controle do acesso a eles através de uma crescente interação, envolvendo um fenômeno de integração fronteiriça que, certamente trazendo benefícios às partes envolvidas, foram marcadas por uma relativa cooperação e convivência, permitindo o estabelecimento de relações econômicas e, em muitos casos, também culturais sem que, no entanto, isso pudesse modificar radicalmente toda sua estrutura sociocultural.

Com relação à dinâmica dessas zonas de fronteira, as evidências analisadas indicam que teriam sido freqüentemente móveis e relativamente permeáveis, resultando em determinados num intenso fluxo de objetos, informações e pessoas. Somente um caso, o do baixo Rio Camaquã, parece ter configurado uma outra forma de fronteira, estática mas permeada pelo fluxo de objetos e informações, mantendo no entanto seu caráter simbiótico. Na página seguinte, apresentamos um esquema sintético desses processos de interação que, acreditamos, devam ter ocorrido nas zonas de fronteira estudadas.

Ressaltamos que o “modelo” de interação aqui proposto, se pode ser assim chamado, a partir do qual tentamos compreender e explicar a natureza de determinadas situações de contato entre as populações ceramistas que ocuparam o Estado, não utilizou-se de métodos e técnicas analíticas mais rigorosas e sofisticadas, que poderiam apresentar resultados bem mais definitivos, notadamente métodos quantitativos que poderiam ser aplicados às coleções cerâmicas que apresentam padrões de interrelações estilísticas ou ainda estudos mais refinados de análise intra e intersítio nessas zonas de fronteira, fundamentais para reconhecer de forma mais aprofundada os padrões e sistemas de assentamentos nessas áreas, bem como passou ao largo de estudos voltados às questões de plano ideológico e simbólico que certamente envolveram tais fenômenos.

Realizamos esse trabalho enfocando especificamente as evidências empíricas a partir das informações arqueológicas já disponíveis para aquelas áreas enfocadas, que foram por sua vez analisadas à luz de um enfoque que aborda especialmente questões de

natureza adaptativa que devem, em nossa opinião, estar fortemente relacionadas à base explicativa de tais fenômenos naquelas questões que inicialmente se colocavam.



Da mesma forma, o “modelo” apresentado também deve ser entendido como limitado às áreas estudadas e qualquer extrapolação não pode ser feita de maneira generalizada, certamente nem no espaço nem no tempo. Porém, queremos acreditar que ele

possa ser usado como ponto de partida para o estudo dos processos de interação que ocorreram em áreas onde o mesmo denominador comum atuou e nas quais tais processos, reconhecidamente, também deixaram evidências. Pensamos aqui, explicitamente, em algumas áreas da bacia do Rio Paranapanema, baixo Rio Uruguai e Rio da Prata e a Costa Atlântica, especialmente o litoral catarinense, áreas essas onde ocorrem evidências de contato entre diferentes populações com os portadores da tradição Tupiguarani, subtradição Corrugada. Estudos sobre esse tema na primeira região mencionada seriam particularmente interessantes, pois não só abarcariam situações de contato entre os portadores da subtradição Corrugada com aqueles da chamada tradição Itararé como também com os relacionados à subtradição Pintada daquela primeira tradição arqueológica, situação que Brochado (1984) chamou de uma “luta de gigantes”.

Assim, o que se fez aqui foi oferecer uma primeira tentativa de expor à luz do dia a questão do contato entre populações humanas pré-históricas, buscando impulsionar pesquisas que abarquem de forma mais intensa esse tema. Nada mais, nada menos.

Se nosso estudo, aqui apresentado, não foi metodológica e teoricamente aprofundado e rigoroso o suficiente para demonstrar todas as nuances que podem envolver os fenômenos de fronteira ocorridos entre aquelas populações, ficaremos satisfeitos se ele puder fazer o modesto papel de encorajar alguns de nossos colegas a realizarem pesquisas mais sistemáticas a respeito desse tema que, a nosso ver, é de fundamental importância para a compreensão de determinados processos socioculturais que estão por trás de muitos dos contextos arqueológicos encontrados e que denotam formas particulares de ocupação, organização e exploração do espaço por diferentes populações humanas do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. **Anuário Antropológico**, nº 89. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1992, p. 151-189.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Contato Euro-Indígena no Nordeste do Brasil: Um Estudo Arqueológico**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1984. (Dissertação de Mestrado).

ALEXANDER, Rani T. Toward an archaeological theory of culture contact. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology**. (J. M. Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Center for Archaeological Investigations, Occasional Papers nº 25, 1998, p. 476-495.

AMMERMAN A. J., CAVALLI-SFORZA, L.L. **The Neolithic Transition and Genetics of Population in Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

ANDREFSKY, W. Raw-material availability and the organization of technology. **American Antiquity**, vol. 59, n. 1, 1994, p. 21-34.

ANDREFSKY, W. **Lithics. Macroscopic Approaches to Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ANTHONY, D. W. Migration in Archaeology: the baby and the bathwater. **American Anthropologist**, n. 92, 1990, p. 895-914.

ARAÚJO, Astolfo G. M. **Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema**. São Paulo: USP, 2001. (Tese de Doutorado).

ATLAS Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

BABÍŃSKI, Grzegorz. The ideologies of the borderland. In: **Borderlands, Culture, Identity** (Ryszard Kantor, Ed.). Cracow: Jagiellonian University, 1996, p. 27-37.

BARCELLOS, Daysi M. de, JARDIM, Denise F. (Org.). **Relações Interétnicas. Horizontes Antropológicos**, nº 14. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2000.

BARRETO, Cristiana. N. G. B. **A Ocupação Pré-Colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: Os Sítios Concheiros do Médio Curso**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988. (Dissertação de Mestrado).

BARTH, Fredrik. Introduction. In: **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference**. London: Allen and Unwin, 1969, p. 9-38.

BASILE BECKER, Ítala I. O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. **Pesquisas, Antropologia** nº 29. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

BASILE BECKER, Ítala I. El Índio y la Colonización, Charruas y Minuanes. **Pesquisas, Antropologia** nº 37. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.

BASILE BECKER, Ítala I. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. (P. I. Schmitz, Org.). **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 05**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991, p. 133-159.

BASILE BECKER, Ítala I., SCHMITZ, Pedro I. Uma cerâmica de tipo eldoradense: fase Itapiranga. **Estudos de Pré-História Geral e Brasileira**. São Paulo: USP, Instituto de Pré-História, 1970, p. 499-506.

BASTIDE, Roger. O princípio de corte e o comportamento afro-brasileiro. In: **Anais do Congresso Internacional de Americanistas, V. 1**. São Paulo, 1955, p. 493-503.

BASTIDE, Roger. A aculturação formal. **América Latina**, v. 6, nº 3. Rio de Janeiro, 1963, p. 3-14.

BAUGH, Timothy G., ERICSON, Jonathon E. **Prehistoric Exchange Systems in North America**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 1994.

BECK, Anamaria. **A Variação do Conteúdo Cultural dos Sambaquis – Litoral de Santa Catarina**. São Paulo: USP, 1972. (Tese de Doutorado).

BELTRÃO, Maria da Conceição M. C., KNEIP, Lina M. Arqueologia dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara. **Pesquisas, Antropologia** nº 20. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969, p. 93-100.

BINFORD, Lewis R. Archaeological systematics and the study of culture process. **American Antiquity**, vol. 31, 1965, p. 203-210.

BINFORD, Lewis R. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. **American Antiquity**, vol. 45, n. 1, 1980, p. 4-20.

BOSCHÍN, María Teresa. Arqueología: categorías, conceptos y unidades de análisis. **Etnía**, nº 38-39, 1993, p. 5-55.

BRANDÃO, Carlos R. **Identidade e Etnia. Construção da Pessoa e Resistência Cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

BRASIL Polivisual. **Região Sul**. Escala 1: 1.250.000. (E. D. La Selva, R. L. La Selva, L. A. F. La Selva, A. La Selva, Eds.). São Paulo: Trieste Ltda., s/d.

BROCHADO, José J. J. P. Pesquisas arqueológicas nos vales do Ijuí e Jacuí. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, nº 13 (PRONAPA 3). Belém: MPEG, 1969a, p. 31-57.

BROCHADO, José J. J. P. Histórico das pesquisas arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. **Iheringia**, nº 1. Porto Alegre: Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais, 1969b, p. 3-42.

BROCHADO, José J. J. P. Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. **Relaciones de La Sociedad Argentina de Antropología**, nº 7, 1973a, p. 7-39.

BROCHADO, José J. J. P. **Desarrollo de La Tradición Alfarera Tupiguaraní (AD 500-1800)**. Porto Alegre: UFRGS, Gabinete de Arqueologia, Publicação nº 3, 1973b.

BROCHADO, José J. J. P. Pesquisas arqueológicas no Escudo Cristalino do Rio Grande do Sul (Serra do Sudeste). **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, nº 26 (PRONAPA 5). Belém: MPEG, 1974a, p. 25-51.

BROCHADO, José J. J. P. Contatos entre europeus e indígenas: um estudo de aculturação através das mudanças na cultura material. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, nº 2. Porto Alegre: UFRGS, 1974b, p. 11-46.

BROCHADO, José J. J. P. **Alimentação na Floresta Tropical**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Caderno nº 2, 1977.

BROCHADO, José J. J. P. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América**. Carbondale: University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984 (Tese de Doutorado).

BROCHADO J. P., CALDERÓN, Valentín, CHMYZ, Igor, DIAS, Ondemar F., EVANS, Clifford, MARANCA, Sílvia, MEGGERS, Betty J., MILLER, Eurico T., NÁSSER, Nássaro, PEROTA, Celso, PIAZZA, Walter, RAUTH, José W., SIMÕES, Mário. Arqueologia brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, nº 12. Belém: MPEG, 1969.

BROCHADO, José P., LAZZAROTTO, Danilo, STEINMETZ, Rolf. A cerâmica das missões orientais do Uruguai. Um estudo de aculturação indígena através da mudança na

cerâmica. **Pesquisas**, Antropologia n° 20. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969, p. 169-208.

BROCHADO, J. P., SCHMITZ, P. I. Alleros y cuevas con petroglifos e industria lítica de la escarpa del Planalto Meridional em Rio Grande do Sul, Brasil. **Anales de Arqueologia y Etnologia**, 27-28, 1973, p. 39-66.

BURCH Jr., Ernest S., ELLANA, Linda J. (Eds.). **Key Issues in Hunter-Gatherer Research**. Oxford: Berg Publishers, 1994.

CABRERA PÉREZ, Leonel. Los niveles de desarrollo socio-cultural alcanzados por los grupos constructores del Este uruguayo. In: **Arqueología de las Tierras Bajas** (A. D. Coirolo e R. B. Boksar, Eds.), Anais. Montevideo: Ministerio de Educacion y Cultura, Comission Nacional de Arqueología, 2000, p. 169-182.

CABRERA PÉREZ, Leonel. Aspectos de la dispersión Tupiguaraní en los territorios del Sur del Brasil y Este del Uruguay. In.: **Arqueologia do Brasil Meridional**. (Arno A. Kern, Klaus Hilbert, Org.). Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Recife. Porto Alegre: Coleção Arqueologia Virtual, 2001, s/p. (Em CDRom).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CASHDAN, Elizabeth. Territoriality among human foragers: ecological models and an application to four bushman groups. **Current Anthropology**, vol. 24, n. 1, 1983, p. 47-66.

CHAMPION, Timothy, GAMBLE, Clive, SHENNAN, Stephen, WHITTLE, Alasdair. **Prehistória de Europa**. Barcelona: Editorial Crítica, 1996.

CHANG, K. C. (Ed.). **Settlement Archaeology**. Palo Alto: National Press Books, 1968, p. 53-78.

CHASE-SARDI, Miguel. El tekoha. Su organización social y los efectos negativos de la deforestación entre los Mbyá-Guarani. **Suplemento Antropológico**, vol. XXIV, n° 2. Asunción: Universidad Católica, Centro de Estudios Antropologicos, 1989, p. 33-41.

CHILDE, Vere G. **The Danube in Prehistory**. Oxford: Oxford University Press, 1929.

CHILDE, Vere G. **The Dawn of European Civilization**. London: Keagan Paul, 1925.

CHILDE, Vere G. **What Happened in History**. London: Penguin Books, 1942.

CHILDE, Vere G. **Man Makes Himself**. London: C. A. Watts & Co., 4 Ed., 1965.

CHMYZ, Igor. Contatos interétnicos verificados em sítios arqueológicos no Estado do Paraná, Brasil. **Revista do Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica**, n° 16, 1971, p. 11-4.

CHMYZ, Igor (Ed.). **Terminologia Arqueológica Brasileira Para a Cerâmica**. Paranaguá: Universidade Federal do Paraná, Museu de Arqueologia e Artes Populares, Cadernos de Arqueologia, nº 1, 1976a.

CHMYZ, Igor. A ocupação do litoral nos Estados do Paraná e Santa Catarina por povos ceramistas. **Estudos Brasileiros**, nº 1, 1976b, p. 7-43.

CHMYZ, Igor. Pesquisas paleontológicas efetuadas no vale do Paranapanema. **Boletim de Psicologia e Antropologia**, nº5, 1977, p. 248.

CIGLIANO, Eduardo M., SCHMITZ, Pedro I., CAGGIANO, María A. Sítios cerâmicos prehispánicos en la costa septentrional de la Provincia de Buenos Aires y de Salto Grande, Entre Ríos: esquema tentativo de su desarrollo. **Anales de la Sociedad Científica**, CXCII (III-IV). La Plata, 1971.

CONKEY, Margaret, HASTORF, Christine (Eds.). **The Uses of Style in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

COPÉ, Sílvia M. **Aspectos da Ocupação Pré-Colonial no Vale do Rio Jaguarão, RS**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985. (Dissertação de Mestrado).

COPÉ, Sílvia M. Arqueologia pré-histórica do planalto: os grupos ceramistas da tradição Taquara. **Revista do CEPA**, vol. 23, nº 29. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999, p. 180-188.

COPÉ, Sílvia M., SALDANHA, João D. M., CABRAL, Mariana P. Contribuições para a pré-história do planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. In: Casas Subterrâneas Nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (P. I. Schmitz, Ed.). **Pesquisas**, Antropologia nº 58. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2002, p. 121-138.

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos da Coleção De Angelis III, 1969.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CURTIN, Philip D. **Cross-Cultural Trade in World History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CUSICK, James G. (Ed.). **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology**. Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998a.

CUSICK, James G. Historiography of acculturation: an evaluation of concepts and their application in archaeology. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology**. (James G. Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998b, p. 126-145.

DAVIS, Dave D. Investigating the diffusion of stylistic innovations. In: **Advances in Archaeological Method and Theory**, (M. B. Schiffer, Ed.), Vol. 6. New York: Academic Press, 1983, p. 53-89.

DE BLASIS, Paulo A. D. **A Ocupação Pré-Colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: Os Sítios Líticos do Médio Curso.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988. (Dissertação de Mestrado).

DE BOER, Warren R. Interaction, imitation and communication as expressed in style: the Ucayali experience. In: **The Uses of Style in Archaeology.** (M. Conkey e C. Hastorf, Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 82-104.

DE MASI, Marco A. N., ARTUSI, L. Fase Itapiranga: sítios da Tradição Planáltica. **Pesquisas**, Antropologia n° 40. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1985, p. 99-121.

DENNELL, Robin. The hunter-gatherer/agricultural frontier in prehistoric temperate Europe. In: **The Archaeology of Frontiers and Boundaries** (Stanton W. Green, Stephen M. Pearlman, Eds.). New York: Academic Press, 1985, p. 113-139.

DIAS, Adriana S. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, v. 19, n° 22. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1995, p. 25-39.

DIAS JR., Ondemar. Arqueologia de contato: algumas considerações. **Arqueologia do Brasil Meridional.** (A. A. Kern, K. Hilbert, Orgs.). Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Em CD-Rom.

DIETLER, Michael. Consumption, agency and cultural entanglement: theoretical implications of a mediterranean colonial encounter. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998, p. 288-315.

DYSON-HUDSON, Rada, SMITH, Eric Alden. Human territoriality: an ecological reassessment. **American Anthropologist**, n° 80, 1978, p. 21-41.

ELLEN, Roy. **Environment, Subsistence and System.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

EVANS, Clifford. Introdução. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n° 6 (PRONAPA 1). Belém: MPEG, 1967, p. 7-13.

FERRARI, Jussara L. O Povoamento Tupiguarani no Baixo Ijuí, RS, Brasil. **Pesquisas**, Antropologia n° 35. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983.

FORSBERG, Lars L. **Site Variability and Settlement Patterns.** Umea: University of Umea, Department of Archaeology, Archaeology and Environment, n. 5, 1985. (PhD. Thesis).

FOSTER, George M. **Culture and Conquest. America's Spanish Heritage.** Chicago: Quadrangle Books, 1960.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira Sob o Regime da Economia Patriarcal.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

FURASTÉ, Pedro A. **Normas Técnicas Para o Trabalho Científico.** Nova ABNT. 11ª Edição Reformulada. Porto Alegre: s.n., 2002.

GALVÃO, Eduardo. Estudos sobre aculturação dos grupos indígenas do Brasil. **Revista de Antropologia**, vol. 5. São Paulo, 1957, p. 67-74.

GALVÃO, Eduardo. Aculturação indígena no Rio Negro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia n° 7. Belém, 1959, s/p.

GOLDMEIER, Valter A, SCHMITZ, Pedro I. **Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul.** Fichas de registro existentes no Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983.

GREEN, Stanton W., PEARLMAN, Stephen, M. Frontiers, boundaries and open social systems. In: **The Archaeology of Frontiers and Boundaries.** (Stanton W. Green, Stephen M. Pearlman, Eds.). New York: Academic Press, 1985, p. 3-13.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, vol. 3, n° 1, 1997, p. 7-39.

HERSKOVITS, Melville. The significance of the study of acculturation for Anthropology. **American Anthropologist**, n. 39, 1937.

HERSKOVITS, Melville. **Acculturation: The Study of Culture Contact.** New York: J. E. Augustin, 1938.

HILL, J. N. **Broken K Pueblo. Prehistoric Social Organization in the American Southwest.** Tucson: University of Arizona Press, Anthropological Papers of the University of Arizona, n° 18, 1966.

HILL, Jonathan D. Violent encounters: ethnogenesis and ethnocide in long-term contact situations. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998, p. 146-171.

HODDER, Ian (Ed.). Economic and social stress and material culture patterning. **American Antiquity**, vol. 44, n. 3, 1979, p. 446-454.

HODDER, Ian. **Symbols in Action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HODDER, Ian. Boundaries as strategies: an ethnoarchaeological study. In: **The Archaeology of Frontiers and Boundaries.** (S. W. Green, S. M. Pearlman, Eds.). New York: Academic Press, 1985, p. 141-159.

HODDER, Ian. **The Domestication of Europe.** Oxford: Basil Blackwell, 1990.

HUNTER, D. E., WHITTEN, P. (Eds.). **Readings in Physical Anthropology and Archaeology**. New York: Addison-Wesley Educational Publishers, Inc., 1978.

JACOBUS, André L. **Caçadores-Coletores na Mata Atlântica: Um Estudo de Caso na Região Hidrográfica da Bacia do Lago Guaíba e Planície Litorânea Adjacente (RS)**. São Paulo: USP, 2000. (Memorial de Qualificação – Doutorado).

JONES, Siân. **The Archaeology of Ethnicity. Constructing Identities in the Past and Present**. London: Routledge, 1997. 180 p.

JOHNSON, Allen W., EARLE, Timothy. **The Evolution of Human Societies. From Foraging Group to Agrarian State**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

JUSTENSON, John, HAMPSON, Steven. Closed models of open systems: boundary considerations. In: **The Archaeology of Frontiers and Boundaries**. (Stanton W. Green, Stephen M. Pearlman, Eds.). New York: Academic Press, 1985, p. 15-30.

KANTOR, Ryszard. The borderland as a national cultural area. In: **Borderlands, Culture, Identity** (Ryszard Kantor, Ed.). Cracow: Jagiellonian University, 1996, p. 27-37.

KELLY, Robert L. **The Foraging Spectrum. Diversity in Hunter-Gatherer Lifeways**. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 1995.

KERN, Arno A. (Org.). **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KLAMT, Sérgio C. Levantamentos arqueológicos na região de Vila Melos, General Câmara, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, 13 (15). Santa Cruz do Sul: FISC, 1986, p. 5-40.

KOSSINA, Gustaf. **Die Herkunft der Germanen**. Leipzig: Kabitzsch, 1911.

LAROQUE, Luis F. da S. Lideranças Kaingáng no Brasil Meridional (1808-1889). **Pesquisas**, Antropologia n° 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

LA SALVIA, Fernando. Resumo das pesquisas arqueológicas no planalto – Rio Grande do Sul. **Pesquisas**, Antropologia n° 18. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968, p. 101-113.

LEITE, Sérgio. **O Sítio Arqueológico Arroio do Conde**. Porto Alegre: UFRGS, Gabinete de Arqueologia, Publicação 5, 1975.

LESSER, Alexander. Social fields and the evolution of society. **Southwestern Journal of Anthropology**, n° 17, 1961, p. 40-48

LESSER, Alexander. The right not to assimilate: the case of the american indian. In: **History, Evolution and the Concept of Culture: Selected Papers by Alexander Lesser**, (S. W. Mintz, Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, Occasional Paper N° 3, 1985, p. 108-115.

LINTON, Ralph (Ed.) **Acculturation in Seven American Indian Tribes**. New York: D. Appleton-Century, 1940.

LOCKE, Alain, STERN, Bernard J. (Eds.) **When Peoples Meet. A Study of Race and Culture Contact**. New York: Progressive Education Association, 1948.

LONGACRE, William A. **Archaeology As Anthropology: A Case Study**. Tucson: University of Arizona Press, Anthropological Papers of the University of Arizona, nº 17, 1970.

LOPEZ MAZZ, José M. Trabajos en tierra y complejidad cultural en las tierras bajas del Rincón de los Índios. In: **Arqueología de las Tierras Bajas** (A. D. Coirollo e R. B. Boksar, Eds.), Anais. Montevideo: Ministerio de Educacion y Cultura, Comission Nacional de Arqueología, 2000, p. 271-284.

LOPEZ MAZZ, José M. Las estructuras tumulares (cerritos) del litoral atlantico uruguayo. **Latin American Antiquity**, vol. 12, n. 3, 2001, p. 231-255.

LOTHROP, Samuel. Indians of the Paraná Delta and La Plata littoral. **Handbook of South American Indians**, Vol. 1. New York: Cooper Square Pub. Inc., 1963, p. 183-184.

LOZANO, Pedro. **História de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán**. Buenos Aires: Casa Editora Imprenta Popular, 1873.

MABILDE, Pierre F. A. Booth. **Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MARCHIORETTO, M. S., MAUHS, J., BARETTA, L., BARBOSA, J. L. Aspectos fenológicos de espécies arbóreas em mata de restinga no litoral central do Rio Grande do Sul. **Resumos**. LIV Congresso Nacional de Botânica. Belém, 2003. Em CD-Rom.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

MARTÍNEZ, Oscar J. **Border People. Life and Society in the US-Mexico Borderlands**. Tucson: University of Arizona Press, 1994.

MELIÁ, Bartomeu. **El Guaraní Conquistado y Reducido. Ensayos de Etnohistória**. Asunción: Centro de Estudos Antropológicos, Universidad Católica, Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol 5, 1986.

MENGHIN, Osvaldo F. A. El poblamiento prehistórico de Misiones. **Anales de Arqueología y Etnología**, v. XII. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 1957, p. 19-40.

MIGLIACIO, Maria C. **A Ocupação Pré-Colonial do Pantanal de Cáceres, Mato Grosso**. São Paulo: USP, 2000. (Dissertação de Mestrado).

MILLER, Eurico T. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n° 6 (PRONAPA 1). Belém: MPEG, 1967, p. 15-38.

MILLER, Eurico T. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai). **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n° 10 (PRONAPA 2). Belém: MPEG, 1969a, p. 33-46.

MILLER, Eurico T. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Oeste do Rio Grande do Sul (Campanha-Missões). **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n° 13 (PRONAPA 3). Belém: MPEG, 1969b, p. 13-21.

MILLER, Eurico T. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (Rios Uruguai, Pelotas e das Antas). **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n° 15 (PRONAPA 4). Belém: MPEG, 1971, p. 37-60.

MILLER JR., Tom O. Tecnologia cerâmica dos Kaingáng paulistas. **Arquivos do Museu Paranaense**, Série Etnologia, n° 2. Curitiba: Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, 1978.

MONTICELLI, Gislene. **Vasilhas de Cerâmica Guarani: Um Resgate da Memória Entre os Mbyá**. Porto Alegre: PUCRS, 1995. (Dissertação de Mestrado).

MORAES, Daniela de, MONDIN, Cláudio A. Florística e fitossociologia do estrato arbóreo em mata arenosa no Balneário do Quintão, Palmares do Sul, Rio Grande do Sul. **Pesquisas**, Botânica n° 51. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2001, p. 87-100.

MORAIS, José L. de. Projeto Paranapanema: avaliação e perspectivas. **Revista de Antropologia**, v. XXIV. São Paulo, 1981, p. 141-151.

MORAIS, José L. de. Prospecções arqueológicas no médio Paranapanema paulista. **Revista de Pré-História**, n° 6. São Paulo, 1984, p. 216-220.

MORETTO, Fabiane, MONDIN, Cláudio A. Levantamento quali-quantitativo do componente lenhoso do sub-bosque de uma mata arenosa de restinga no Balneário Quintão, Palmares do Sul, Rio Grande do Sul. **Pesquisas**, Botânica n° 52. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002, p. 111-124.

NAUE, Guilherme. Dados Sobre o Estudo dos Cerritos na Área Meridional da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS. **Veritas**, n° 71. Porto Alegre: PUCRS, 1973, p. 246-266.

NEVES, Eduardo G. **Paths in Dark Waters: Archaeology As Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon**. Indiana: Indiana University, 1998. (PhD. Dissertation).

NIMUENDAJÚ, Curt U. **Mapa Etno-Histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

NOELLI, Francisco S. **Sem Tekohá Não Há Tekó. Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e Sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí, RS.** Porto Alegre: PUCRS, 1993. (Dissertação de Mestrado).

NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, nº 44. São Paulo: USP, 1999/2000, p. 218-269.

PADRÓS, Enrique S. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. **Humanas**, v. 17, nº1/2, p. 63-85, 1994.

PALKA, Joel W. Lacandón Maya culture change and survival in the lowland frontier of the expanding Guatemalan and Mexican Republics. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers Nº 25, 1998, p. 457-475.

PEIXOTO, José L. dos S. **A Ocupação Tupiguarani na Borda Oeste do Pantanal Sul-matogrossense: Maciço do Urucum.** Porto Alegre: PUCRS, 1995. (Dissertação de Mestrado).

PEIXOTO, José L. dos S. **A Ocupação dos Povos Indígenas Pré-Coloniais nos Grandes Lagos do Pantanal Sul-matogrossense.** Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Tese de Doutorado).

PIAZZA, Walter F. Notícia Arqueológica do Vale do Uruguai. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, nº 10 (PRONAPA 2). Belém: MPEG, 1969, p. 55-67.

PLOG, Stephen. Measurement of prehistoric interaction between communities. In: **The Early Mesoamerican Village** (K. V. Flannery, Ed.). New York: Academic Press, 1976, p. 255-272.

PLOG, Stephen. Social interaction and stylistic similarity: a reanalysis. In: **Advances in Archaeological Method and Theory** (Michael B. Schiffer, Ed.), vol. 1. New York: Academic Press, 1978, p. 143-182.

PLOG, Stephen. **Stylistic Variation in Prehistoric Ceramics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

PLOG, Stephen. Sociopolitical implications of stylistic variation in the American Southwest. In: **The Uses of Style in Archaeology.** (M. Conkey e C. Hastorf, Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 61-72.

POLITIS, Gustavo G., MARTÍNEZ, Gustavo A., BONOMO, Mariano. Alfarería temprana em sítios de cazadores-recolectores de la región pampeana (Argentina). **Latin American Antiquity**, v. 12, n. 2, 2001, p. 167-181.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I, 1943.

PRATT, Mary L. **Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação.** Bauru: EDUSC, 1999.

PRIETO, Oscar, ALVAREZ, A., ARBENOIZ, G., SANTOS, J. A. de los, VESIDI, A., SCHMITZ, P. I., BASILE BECKER, I. I., NAUE, G. **Informe Preliminar Sobre Investigaciones en el Departamento de Treita y Tres, R. O. Uruguay.** São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, Publicações Avulsas n° 1, 1970.

RAMENOFISKY, Ann F. Evolutionary Theory and the Native American Record of Artifact Replacement. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998, p. 77-101.

RAMOS, Alcida R. **Hierarquia e Simbiose. Relações Intertribais no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

RAPPAPORT, Roy A. **Pigs for the Ancestors. Ritual in the Ecology of a New Guinea People.** New Heaven: Yale University Press, 1984.

REDFIELD, Robert, LINTON, Ralph, HERSKOVITS, Melville J. Memorandum for the Study of Acculturation. **American Anthropologist**, 38, 1936, p. 149-152.

REICHEL, Heloisa J., GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e Guerras no Prata.** São Paulo: Atual Editora, 1995.

REIS, Maria J. **A Problemática Arqueológica das Estruturas Subterrâneas no Planalto Catarinense.** São Paulo: USP, 1980. (Dissertação de Mestrado).

RENFREW, C. **Before Civilization: The Radiocarbon Revolution and Prehistoric Europe.** London: Cape, 1973.

RENFREW, C. **Problems in European Prehistory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

RENFREW, C., SHENNAN, S. **Ranking, Resource and Exchange: Aspects of the Archaeology of Early European Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Pedro A. M. Cerâmica Tupiguarani do vale do rio Pardo. **Revista do CEPA**, 6. Santa Cruz do Sul: FISC, 1978, p. 1-54.

RIBEIRO, Pedro A. M. Casas subterrâneas do Planalto Meridional, município de Santa Cruz do Sul, Brasil. **Revista do CEPA**, 9. Santa Cruz do Sul: FISC, 1980, p. 1-52.

RIBEIRO, Pedro A. M. O Tupiguarani no vale do Rio Pardo e a redução jesuítica de Jesus Maria. **Revista do CEPA**, 10. Santa Cruz do Sul: FISC, 1981, p. 1-172.

RIBEIRO, Pedro A. M. Sítios arqueológicos numa microrregião de área alagadiça na Depressão Central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do CEPA**, 10(12). Santa Cruz do Sul: FISC, 1983, p. 3-96.

RIBEIRO, Pedro A. M. **Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre: PUCRS, 1991. (Tese de Doutorado).

RIBEIRO, Pedro A. M. **Pré-História do Vale do Rio Pardo**. A História dos Primeiros Habitantes. Santa Cruz do Sul: Gráfica Kirst Ltda., 1993.

RIBEIRO, P. A. M., CALIPPO, F. R. Arqueologia e história pré-colonial. In: **Arqueologia, História e Socioeconomia da Restinga da Lagoa dos Patos**. (P. R. Tagliani, P. A. M. Ribeiro, L. H. Torres, F. das N. Alves, Orgs.) Rio Grande, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, p. 13-40, 2000.

RIBEIRO, P. A. M., KLAMT, S. C., BUCHAIM, J. J. S., RIBEIRO, C. T. Levantamentos arqueológicos na encosta do planalto entre o vale dos rios Taquari e Caí, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, 16 (19). Santa Cruz do Sul: FISC, 1989, p. 49-89.

RIBEIRO, P. A. M., MARTIN, H., STEINHAUS, R., HEUSER, L., BAUMHARDT, G. A redução jesuítica de Jesus Maria, Candelária, Rio Grande do Sul – Nota Prévia. **Revista do CEPA**, 4. Santa Cruz do Sul: FISC, 1976, p. 1-60.

RIBEIRO, P. A. M., MARTINS, A. S., RIBEIRO, C. T., SILVEIRA, I. A ocupação de locais cobertos pelo Tupiguarani no vale do Rio Pardo. **Revista do CEPA**, 11. Santa Cruz do Sul: FISC, 1982, p. 7-31.

RIBEIRO, P. A. M., RIBEIRO, C. T. Levantamentos arqueológicos no município de Esmeralda, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, 12(14). Santa Cruz do Sul: FISC, 1985, p. 50-105.

RIBEIRO, P. A. M., RIBEIRO, C. T., SILVEIRA, I. A ocorrência de zoólitos no Planalto Meridional: Barros Cassal, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, 5. Santa Cruz do Sul: FISC, 1977, p. 5-24.

RIBEIRO, P. A. M., RIBEIRO, C. T., SILVEIRA, I. Arqueologia e história da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, 15 (18). Santa Cruz do Sul: FISC, 1988, p. 1-92.

RIBEIRO, P. A. M., RIBEIRO, C. T., SILVEIRA, I., KLAMT, S. Levantamentos arqueológicos no alto vale dos rios Camaquã e Irapuá, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, 13 (15). Santa Cruz do Sul: FISC, 1986, p. 41-84.

RIBEIRO, P. A. M., SILVEIRA, Ítela da. Sítios arqueológicos da Tradição Taquara, fase Erveiras, no vale do rio Pardo, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, vol. 8. Santa Cruz do Sul: FISC, 1979, p. 3-63.

RIBEIRO, P. A. M., HERBERTS, Ana L., DIEHL, Angela B., HOELTZ, Sirlei, BUCHAIM, Joaquim J. S., RIBEIRO, Catarina T. Escavações arqueológicas no município

de Bom Jesus, RS. **Revista de Arqueologia**, 8(1). São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1994, p. 221-236.

RICE, Prudence M. Contexts of contact and change: peripheries, frontiers and boundaries. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998, p. 44-66.

RIZZO, Antonia. Hallazgos arqueológicos efetuados en un yacimiento en gruta en Tres de Mayo, Provincia de Misiones, Republica Argentina. **Pesquisas**, Antropologia n° 18. São Leopoldo: IAP, 1968, p. 11-19.

ROBRAHN, Erika M. **A Ocupação Pré-Colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: Os Grupos Ceramistas do Médio Curso**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1988. (Dissertação de Mestrado).

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. R. **A Ocupação Ceramista Pré-Colonial do Brasil Central: Origens e Desenvolvimento**. São Paulo: USP, 1996. (Tese de Doutorado).

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. R. Repensando as fronteiras culturais de grupos ceramistas no Estado de São Paulo. In: **Resumos**. XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo: SAB, 2003, p. 175.

RODRIGUES, Jerônimo. Relação...In: **Novas Cartas Jesuíticas**. (Serafim Leite, Ed.). São Paulo: Brasiliana, v. 194, 1940.

ROGGE, Jairo H. Adaptação na floresta subtropical: a Tradição Tupiguarani no médio rio Jacuí e no rio Pardo. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos 06**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1996.

ROGGE, Jairo H. Função e Permanência em Assentamentos Litorâneos da Tradição Tupiguarani: Um Exemplo do Litoral Central do Rio Grande do Sul. **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Em CD-Rom. Rio de Janeiro, SAB, 1997.

ROGGE, Jairo H. Assentamentos Litorâneos da Tradição Tupiguarani: Projeto Quintão. **Revista do CEPA**, vol. 23, n° 29. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, p. 215-217.

ROGGE, J. H., SCHMITZ, P. I., BEBER, M. V., ROSA, A. O. Assentamentos Pré-Coloniais no Litoral Central do Rio Grande do Sul: Projeto Quintão. **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Em CD-Rom. Rio de Janeiro: SAB, 1997.

ROGGE, J. H., SCHMITZ, P. I., ROSA, A. O., BEBER, M. V., MAUHS, J. Projeto Vacaria: processos deposicionais e pós-deposicionais em duas estruturas subterrâneas da tradição Taquara. In: **Resumos**. XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo: SAB, 2003, p. 173.

ROHR, João A. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina. I. Exploração sistemática do sítio da Praia da Taperá. II. Os sítios arqueológicos do Município de Itapiranga. **Pesquisas, Antropologia** n° 15. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1966, p. 3-59.

ROHR, João A. Os sítios arqueológicos do município sul-catarinense de Jaguaruna. **Pesquisas, Antropologia** n° 22. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969.

ROOSEVELT, Anna C. **Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajó Island, Brazil**. San Diego: Academic Press, 1991.

ROSA, André O. Análise preliminar dos remanescentes faunísticos do sítio RS-LC-96. In: **Anais da XI Reunião Científica Da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro: SAB, 2001. Em CD-Rom.

ROSA, André O. **Comparação da Diversidade de Mamíferos Não-Voadores em Áreas de Floresta de Restinga e Áreas Florestadas com *Pinus elliottii* no Sul do Brasil**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. (Dissertação de Mestrado).

RÜTSCHILLING, Ana L. B. Pesquisas Arqueológicas no Baixo Rio Camaquã. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 03**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1989, p. 7-106

RÜTSCHILLING, Ana L. B. **Reconstituição do Paleoambiente da Região do Banhado do Colégio, Camaquã, RS**. Porto Alegre: UFRGS, 1992. (Dissertação de Mestrado).

SACKETT, James R. The meaning of style in archaeology. **American Antiquity**, vol. 42, 1977, p. 369-380.

SACKETT, James R. Approaches to style in lithic archaeology. **Journal of Anthropological Archaeology**, vol. 1, 1982, p. 59-112.

SACKETT, James R. Style, function and assemblage variability: a reply to Binford. **American Antiquity**, vol. 51, n. 3, 1986, p. 628-634.

SACKETT, James R. Style and ethnicity in archaeology: the case for isochretism. In: **The Uses of Style in Archaeology**. (M. Conkey e C. Hastorf, Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 32-43.

SAHLINS, Marshall. **Economia de La Edad de Piedra**. Madrid: Akal Editor, 1977.

SANTOS, Osmar. Primer mapa arqueológico del Departamento de Rivera. **Boletín del Centro de Arqueología de Rivera**, n° 1. Rivera, 1965.

SAUNDERS, Rebecca. Forced relocation, power relations and culture contact in the missions of La Florida. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998, p. 402-429.

SCATAMACCHIA, Maria C. M. **Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiguarani**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. (Dissertação de Mestrado).

SCHAAN, Denise P. **A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

SCHADEN, Egon. **Aculturação Indígena**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

SCHMITZ, Pedro I. Um paradeiro guarani no Alto Uruguai. **Pesquisas**, Antropologia n° 1. Porto Alegre: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1957, p. 122-142.

SCHMITZ, Pedro I. Paradeiros guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). **Pesquisas**, Antropologia n° 2. Porto Alegre: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1958, p. 113-143.

SCHMITZ, Pedro I. (Coord.). Arqueologia do Rio Grande do Sul. **Pesquisas**, Antropologia n° 16. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1967, p. 24-58.

SCHMITZ, Pedro I. **Cronologia de Las Culturas del Sudeste de Rio Grande do Sul, Brasil**. Gabinete de Arqueologia, Publ. n° 4. Porto Alegre: UFRGS, 1973.

SCHMITZ, Pedro I. **Sítios de Pesca Lacustre em Rio Grande, RS, Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1976. (Tese de Livre-Docência).

SCHMITZ, Pedro I. "Território de domínio" em grupos Tupiguarani. **Boletim do MARSUL**, n° 3. Taquara: Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, 1985a, p. 45-52.

SCHMITZ, Pedro I. Estratégias usadas no estudo dos caçadores do sul do Brasil. Alguns comentários. **Pesquisas**, Antropologia n° 40. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1985b, p. 75-97.

SCHMITZ, Pedro I. As tradições ceramistas do planalto brasileiro. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 02**. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1988, p. 75-130.

SCHMITZ, Pedro I. (Ed.). Pré-História do Rio Grande do Sul. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 05**. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1991.

SCHMITZ, Pedro I. Migrantes da Amazônia: a Tradição Tupiguarani. In: **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. (A. A. Kern, Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991, p. 295-330.

SCHMITZ, Pedro I. Arqueologia do planalto sul-brasileiro. **Revista de Arqueologia Americana**, n° 17/18/19. México, D. F.: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1999/2000, p. 51-74.

SCHMITZ, Pedro I. (Ed.). Casas Subterrâneas Nas Terras Altas do Rio Grande do Sul. **Pesquisas**, Antropologia n° 58. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002.

SCHMITZ, Pedro I., ARTUSI, Lúcia, JACOBUS, André L., GAZZANEO, Marta, ROGGE, Jairo H., MARTIN, Hardy E., BAUMHARDT, Gastão. Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária, RS. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos 04**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1990.

SCHMITZ, Pedro I., BARBOSA, Altair S., JACOBUS, André. L., RIBEIRO, Maira B. Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. **Pesquisas**, Antropologia n° 44. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1990.

SCHMITZ, Pedro I., BASILE BECKER, Ítala I. Uma indústria lítica de tipo alto-paranaense, Itapiranga, SC. **Pesquisas**, Antropologia n° 18. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1968, p. 21-46.

SCHMITZ, Pedro I., BASILE BECKER, Ítala I. Aterros em áreas alagadiças no sudeste do Rio Grande do Sul e nordeste do Uruguay. **Anais do Museu de Antropologia**. Florianópolis: Museu de Antropologia, UFSC, 1970, p. 91-123.

SCHMITZ, Pedro I., BASILE BECKER, Ítala I. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In: **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. (A. A. Kern, Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991, p. 251-289.

SCHMITZ, Pedro I., BASILE BECKER, I. I., LA SÁLVIA, F., LAZZAROTTO, D., RIBEIRO, P. A. M. Pesquisas sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 02**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1988, p. 5-74.

SCHMITZ, P. I., BASILE BECKER, I. I., RIBEIRO, P. A. M., BAUMHARDT, G., BAUMHARDT, U., MARTIN, H., STEINHAUS, R., BROCHADO, J. P. Arqueologia do vale do Rio Pardinho. (Comparações com material proveniente do Alto Jacuí). **Pesquisas**, Antropologia n° 23. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1970.

SCHMITZ, Pedro I., BROCHADO, J. P. **Datos Para Una Seqüência Cultural del Estado de Rio Grande do Sul, Brasil**. Gabinete de Arqueologia, Publ. n° 2. Porto Alegre: UFRGS, 1972.

SCHMITZ, Pedro I., DE MASI, Marco A N., BASILE BECKER, I. I., MARTIN, H. E. Nova contribuição à Fase Erveiras, Tradição Taquara. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, RS, Brasil. Documentos 01**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1987, p. 5-26.

SCHMITZ, Pedro I., GIRELLI, Maribel, ROSA, André O. Pesquisas Arqueológicas em Santa Vitória do Palmar. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 07**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1997.

SCHMITZ, Pedro I., NAUE, G., BASILE BECKER, I. I. Os aterros dos campos do sul: A Tradição Vieira. In: **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. (A. A. Kern, Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991, p. 221-250.

SCHMITZ, Pedro I., RIBEIRO, Pedro A. M., NAUE, Guilherme, BASILE BECKER, Ítala I. Prospecções arqueológicas no vale do Camaquã, RS. **Estudos de Pré-História Geral e Brasileira**. São Paulo: USP, Instituto de Pré-História, 1970, p. 508-524.

SCHMITZ, Pedro I., ROGGE, Jairo H. Casas subterrâneas no Planalto Meridional: a origem dos índios Kaingáng? Comunicação apresentada na XI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (2001). Rio de Janeiro, s. d.

SCHMITZ, Pedro I., ROGGE, Jairo H., ARNT, Fúlvio V. Sítios Arqueológicos do Médio Jacuí, RS. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 08**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

SCHMITZ, Pedro I., ROGGE, Jairo H., BEBER, Marcus V., ROSA, André O. Aterros indígenas no pantanal do Mato Grosso do Sul. **Pesquisas**, Antropologia n° 54. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1998.

SCHMITZ, Pedro I., ROGGE, Jairo H., ROSA, André O., BEBER, Marcus V., MAUHS, Julian, ARNT, Fúlvio V. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. In: Casas Subterrâneas Nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (P. I. Schmitz, Ed.). **Pesquisas**, Antropologia n° 58. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2002, p. 11-105.

SCHMITZ, Pedro I., ROSA, André O., BITENCOURT, Ana L. V. Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis III. **Pesquisas**, Antropologia n° 60. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2004.

SCHOELER, Cintia T. **Estudo da Dieta de Grupos Indígenas Pré-Coloniais Ocupantes do Sítio Arqueológico RS-LC-97, Com Ênfase do Filo Mollusca**. São Leopoldo: UNISINOS, 1998. (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências, Habilitação em Biologia).

SCHORTMAN, Edward M., URBAN, Patricia A. Culture contact structure and process. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998, p. 102-125.

SCHUYLER, Robert L. Culture contact in evolutionary perspective. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998, p. 67-76.

SERRANO, Antonio. The Charrua. **Handbook of South American Indians**, Vol. 1. New York: Cooper Square Pub. Inc., 1963, p. 191-196.

SILVA, Aracy L. da, VIDAL, Lux B. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: **A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios Para Professores**

de 1º e 2º graus (A. L. da Silva e L. D. Grupioni, Orgs.). Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 369-402.

SILVA, Fabíola A. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. **Revista do CEPA**, v. 23, nº 30. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, p. 57-73.

SILVA, Sérgio B. da. **Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingáng: Um Modelo Para a Compreensão das Sociedades Proto-Jê Meridionais**. São Paulo: USP, 2001. (Tese de Doutorado).

SMITH, Eric A. Comments. **Current Anthropology**, vol. 24, nº 1, 1983, p. 61.

SOARES, André L. Datações de TL e LOE obtidas no sítio RS-JC-57, município de Ibarama, RS: nova cronologia para a arqueologia Guarani. In: **Resumos**. XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo: SAB, 2003, p. 141-142.

SOARES, André L. R., MILDNER, Saul E. S. Dados iniciais sobre o sítio RS-JC-57: metodologia, datações e proposta inicial de interpretação dos dados. (Manuscrito, s/d).

SOARES DE SOUZA, Gabriel. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SOUZA, José O. C. de. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, ano 1, nº 18. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, 2002, p. 211-253.

SPICER, Edward (Ed). **Perspectives in American Indian Culture Change**. Chicago: University of Chicago Press, 1961.

SPICER, Edward. Persistent Cultural Systems. **Science**, 1971, p. 705-800.

STANISLAWSKI, Michael B. If pots were mortal. In: **Explorations in Ethnoarchaeology** (R. A. Gould, Ed.). Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978, p. 201-227.

STAHL, A. Ethnic style and ethnic boundaries: a diachronic case study from West-Central Ghana. **Ethnohistory**, v. 38, n. 3, 1991, p. 250-275.

STEIN, Gil J. World System Theory and alternative modes of interaction in the archaeology of culture contact. In: **Studies in Culture Contact. Interaction, Culture Change and Archaeology** (James Cusick, Ed.). Carbondale: Southern Illinois University, Occasional Papers N° 25, 1998, p. 220-255.

STUIVER, M., REIMER, P. J. Radiocarbon calibration program, 1998. **Radiocarbon**, n. 35, 1998, p. 215-230.

TOCHETTO, Fernanda B. **A Cultura Material do Guarani Missioneiro Como Símbolo de Identidade Étnica**. Florianópolis: UFSC, 1991.

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: Uma Sociedade Jê Meridional em Movimento**. São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado).

TRIGGER, Bruce G. **Historia del Pensamiento Arqueológico**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

TURNBAUGH, W. A., JURMAIN, R., NELSON, H., KILGORE, L. **Understanding Physical Anthropology and Archaeology**. New York: Wadsworth, 2001.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: **História dos Índios no Brasil**. (M. C. da Cunha, Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 87-102.

VITA-FINZI, C., HIGGS, E. S. Prehistoric economy in the Mount Carmel area of Palestine: site catchment analysis. **Proceedings of the Prehistoric Society**, n. 36, 1970, p. 1-37.

WAGLEY, Charles. Notas sobre aculturação entre os Guajajara. **Boletim do Museu Nacional, Antropologia** n° 2. Rio de Janeiro, 1943, s/p.

WAGLEY, Charles. Cultural influences on population: a comparison of two Tupi tribes. **Revista do Museu Paulista**, vol. V. São Paulo, 1951, p. 95-104.

WAGLEY, Charles. Tapirapé social and cultural change 1940-1953. **Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas**. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955, p. 99-106.

WAGLEY, C., GALVÃO, E. **Os Índios Tenetehara. Uma Cultura em Transição**. Rio de Janeiro: MEC, 1961.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750**. New York: Academic Press, 1980.

WASHBURN, Dorothy. **A Symmetry Analysis of Upper Gila Area Ceramic Design**. Cambridge: Harvard University Press, Papers of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, vol. 68, 1977.

WIESSNER, Polly. Style and social information in Kalahari San projectile points. **American Antiquity**, vol. 49, 1983, p. 253-276.

WIESSNER, Polly. Style and changing relations between the individual and society. In: **The Meaning of Things: Material Culture and Symbolic Expression** (Ian Hodder, Ed.). London: Allen & Unwin, 1988.

WIESSNER, Polly. Is there a unity to style? In: **The Uses of Style in Archaeology**. (M. Conkey e C. Hastorf, Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 105-112.

WILLEY, Gordon. **Prehistoric Settlement Patterns in the Virú Valley**. Washington: D.C., Bureau Of American Ethnology Bulletin, 1953.

WOBST, Martin H. Stylistic behavior and information exchange. In: **For the Director: Research Essays in Honor of James B. Griffin** (Charles E. Cleland, Ed.). Ann Arbor: Museum of Anthropology, University of Michigan, 1977, p. 317-342.

WÜST, Irmhild. **Continuidade e Mudança: Para uma Interpretação dos Grupos Ceramistas Pré-Coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990. (Tese de Doutorado).

ANEXOS

ANEXO 1. Datações radiocarbônicas de sítios da Tradição Tupiguarani no Rio Grande do Sul, modificado de Noelli (1999/2000).

DATA NÃO CALIBRADA (AP)	NÚMERO DA AMOSTRA	SÍTIO	LOCAL	CORREÇÃO 1	CORREÇÃO 2	DATA CALIBRADA (2 sigma)	FONTE
1800±100	SI- 2205	RS-MJ-88	Agudo	1749±100	1725±100	AD 115-538	Brochado, 1984
1475±80	SI-2203	RS-MJ-60	Dona Francisca	1433±80	1409±80	AD 527-776	Schmitz e Brochado, 1972
1255±100	SI-2201	RS-MJ-101	Cachoeira do Sul	1220±100	1196±100	AD 661-1003	Schmitz e Brochado, 1972
1220±120	SI-708	RS-VZ-04	Porto Lucena	1186±120	1162±120	AD 651-1056	Miller, 1969
1180±70	SI-2204	RS-MJ-60	Dona Francisca	1147±70	1123±70	AD 768-1025	Schmitz e Brochado, 1972
1070±100	SI-549	SC-U-69	Mondaí (SC)	1040±100	1016±100	AD 801-1221	Brochado, 1973
1070±110	SI-413	RS-LN-35	Osório	1040±110	1016±110	AD 779-1224	Brochado et al., 1969
905±95	SI-1196	RS-MJ-53a	Nova Palma	879±95	855±95	AD 1016-1297	Brochado, 1973
900±50	Beta-118377	?	Maxim. de Almeida	-	876±50	AD 1147-1257	Projeto Machadinho, 1998
890±40	SI-1190	RS-RG-2	Rio Grande	865±40	841±40	AD 1055-1088	Naue, 1973
870±100	SI-412	RS-LN-35	Osório	845±100	821±100	AD 1018-1311	Brochado, 1973
800±40	SI-1003	RS-SM-7	São Pedro do Sul	777±40	753±40	AD 1211-1300	Brochado e Schmitz, 1973
775±65	SI-2198	RS-MJ-98	Cachoeira do Sul	735±65	729±65	AD 1185-1331	Brochado, 1984
770±100	SI-439	SC-U-53	Itapiranga (SC)	784±100	724±100	AD 1155-1417	Brochado et al., 1969
695±55	SI-2200	RS-MJ-87	Agudo	675±55	651±55	AD 1277-1407	Brochado, 1984
620±80	SI-550	SC-U-55	São Carlos (SC)	603±80	79±80	AD 1277-1455	Brochado, 1973
605±40	SI-1002	RS-SM-7	São Pedro do Sul	588±40	564±40	AD 1382-1431	Brochado, 1973
590±100	SI-826	SC-VP-38	Itá (SC)	573±100	549±100	AD 1271-1522	Brochado, 1973
580±50	?	RS-002-2	Rio Grande	-	556±50	AD 1299-1375	Hilbert et al., s/d

540±100	SI-411	RS-LN-16	Osório	525±100	501±100	AD 1293-1529	Brochado, 1973
540±60	Beta-118375	RS-SR-342	Guaíba	-	516±60	AD 1379-1481	Hilbert, 1999
530±70	Beta-118375	?	Maxim. de Almeida	-	506±70	AD 1298-1516	Projeto Machadinho, 1998
530±100	SI-816	RS-MJ-47	Restinga Seca	515±100	491±100	AD 1297-1531	Brochado, 1973
520±200	SI-410	RS-LN-16	Osório	505±200	481±200	AD 1205-1888	Brochado, 1973
510±70	SI-547	SC-U-55	São Carlos (SC)	496±70	472±70	AD 1386-1526	Smithsonian Radiocarbon List
510±60	?	RS-002-2	Rio Grande	-	486±60	AD 1384-1518	Hilbert et al., 1999
490±70	SI-548	SC-VX-5	São Carlos (SC)	476±70	452±70	AD 1392-1534	Brochado, 1973
445±40	SI-6402	RS-CM-11	Encruzilhada do Sul	-	421±40	AD 1418-1627	Ribeiro, 1986
440±60	Beta-118376	RS-SR-342	Guaíba	-	416±60	AD 1413-1532	Hilbert, 1999
420±60	Beta-118376	?	Maxim. de Almeida	-	396±60	AD 1429-1535	Projeto Machadinho, 1998
345±105	SI-818	RS-MJ-50a	Santa Maria	335±105	311±105	AD 1419-1701	Brochado, 1973
265±90	SI-2199	RS-MJ-71	Dona Francisca	258±90	234±90	AD 1482-1890	Brochado, 1984
250±90	SI-546	SC-U-54	São Carlos (SC)	243±90	219±90	AD 1611-1899	Brochado, 1973
225±55	SI-701	RS-VZ-41	Tenente Portela	219±55	195±55	AD 1636-1893	Brochado, 1973
220±85	SI-2202	RS-MJ-90	Cachoeira do Sul	214±85	190±85	AD 1623-1955	Brochado, 1984
215±105	SI-702	RS-VZ-12	Porto Lucena	209±105	185±105	AD 1615-1955	Brochado, 1973
190±85	SI-1197	RS-C-63	S. S. do Caí	185±85	161±85	AD 1632-1955	Ribeiro, 1974
180±60	SI-3523	RS-RP-140	Santa Cruz do Sul	175±60	151±60	AD 1662-1899	Ribeiro, 1991
130±105	SI-815	RS-MJ-42a	Restinga Seca	126±105	102±105	AD 1637-1955	Brochado, 1984
110±150	SI-817	RS-MJ-50b	Santa Maria	107±150	83±150	AD 1619-1955	Brochado, 1984

Correção 1 - para datações feitas anteriormente ao ano de 1977. A correção é feita dividindo-se a data radiocarbônica pelo coeficiente 1,029 (Araújo, 2001, Apêndice 1).

Correção 2 - as datações feitas no Hemisfério Sul, até AD 1850, devem ser diminuídas de 24 anos (Araújo, 2001, Apêndice 1).

ANEXO 2. Datações radiocarbônicas de sítios da tradição Taquara no Rio Grande do Sul, modificado de Noelli (1999/2000).

DATA NÃO CALIBRADA (AP)	NÚMERO DA AMOSTRA	SÍTIO	LOCAL	CORREÇÃO 1	CORREÇÃO 2	DATA CALIBRADA (2 sigma)	FONTE
2180±40	Beta-166587	RS-AN-3	Bom Jesus	-	-	a.C. 380-160	Copé e Saldanha, 2002
1810±85	SI-813	RS-P-12	Bom Jesus	1759±85	1735±85	AD 122-443	Schmitz e Brochado, 1972
1520±90	SI-607	RS-40	Caxias do Sul	1477±90	1453±90	AD 415-723	Schmitz, 1969
1515±105	SI-805	RS-A-2	S. Fco. de Paula	1472±105	1448±105	AD 382-781	Schmitz, 1988
1480±70	SI-603	RS-37/127	Caxias do Sul	1438±70	1414±70	AD 529-726	Schmitz, 1969
1385±95	SI-806	RS-A-2	S. Fco. de Paula	1346±95	1322±95	AD 542-898	Schmitz, 1988
1380±110	SI-414	RS-S-282	Sapiranga	1341±110	1317±110	AD 539-905	Brochado et al., 1969
1330±100	SI-605	RS-37/127	Caxias do Sul	1292±100	1268±100	AD 616-982	Schmitz, 1969
1300±70	SI-601	RS-PF-01	Passo Fundo	1263±70	1239±70	AD 661-901	Schmitz, 1988
1190±100	SI-409	RS-S-61	Taquara	1156±100	1132±100	AD 672-1042	Brochado et al., 1969
1140±40	SI-602	RS-37/127	Caxias do Sul	1108±40	1084±40	AD 890-1020	Schmitz, 1967
1000±40	Beta-166588	RS-AN-03	Bom Jesus	-	-	AD 990-1160	Copé e Saldanha, 2002
975±95	SI-825	SC-U-35	Concórdia (SC)	947±95	923±95	AD 975-1280	Schmitz e Brochado, 1972
970±95	SI-808	RS-A-2	S. Fco. de Paula	943±95	919±95	AD 976-1281	Schmitz, 1988
960±60	Beta-153841	RS-37/127	Caxias do Sul	-	936±60	AD 993-1236	Schmitz, 2003 (com. pess.)
950±80	SI-812	RS-P-27	Bom Jesus	923±80	899±80	AD 1016-11275	Schmitz e Brochado, 1972
915±145	SI-4066	RS-RP-164b	Santa Cruz do Sul	889±145	865±145	AD 892-1331	Ribeiro, 1980
870±60	Beta-144247	RS-A-27	Vacaria	-	846±60	AD 1150-1279	Schmitz et al., 2001
870±50	Beta-144244	RS-A-27	Vacaria	-	846±50	AD 1151-1278	Schmitz et al., 2001
840±60	SI-606	RS-37/127	Caxias do Sul	816±60	792±60	AD 1155-1300	Schmitz, 1969
830±60	SI-598	RS-VZ-43	Tenente Portela	807±60	783±60	AD 1156-1302	Miller, 1969
745±65	SI-1198	RS-C-14	S. Sebastião do Caí	724±65	700±65	AD 1218-1334	Ribeiro, 1974

710±60	Beta-178090	RS-A-29	Vacaria	-	686±60	AD 1224-1402	Rogge, Schmitz, Rosa, Beber, Mauhs, 2003
700±60	SI-2343	RS-A-08	S. José dos Ausentes	680±60	656±60	AD 1266-1409	Schmitz, 1988
680±80	Beta-153842	RS-A-29	Vacaria	-	656±80	AD 1238-1425	Schmitz e al., 2001
650±55	SI-6563	RS-PE-28a	Esmeralda	-	626±55	AD 1285-1411	Ribeiro e Ribeiro, 1985
635±45	SI-6561	RS-PE-26a	Esmeralda	-	611±45	AD 1295-1410	Ribeiro e Ribeiro, 1985
630±205	SI-1201	RS-C-12	S. Sebastião do Caí	612±205	588±205	AD 1017-1682	Ribeiro, 1974
630±70	SI-604	RS-37/127	Caxias do Sul	612±70	588±70	AD 1288-1437	Schmitz, 1967
620±90	SI-608	RS-68	Caxias do Sul	602±90	578±90	AD 1261-1485	Schmitz, 1967
550±40	Beta-166584	RS-AN-03	Bom Jesus	-	-	AD 1310-1430	Copé e Saldanha, 2002
520±60	Beta-144245	RS-A-27	Vacaria	-	496±60	AD 1381-1495	Schmitz et al., 2001
465±40	SI-6558	RS-PE-10a	Esmeralda	-	441±40	AD 1409-1517	Ribeiro e Ribeiro, 1985
420±55	SI-6562	RS-PE-28a	Esmeralda	-	396±55	AD 1430-1533	Ribeiro e Ribeiro, 1985
400±100	SI-600	RS-VZ-25	Porto Lucena	389±100	364±100	AD 1397-1683	Miller, 1969
390±50	SI-6556	RS-PE-10a	Esmeralda	-	366±50	AD 1536-1637	Ribeiro e Ribeiro, 1985
380±60	Beta-153843	RS-A-29	Vacaria	-	356±60	AD 1442-1645	Schmitz et al., 2001
370±50	Beta-178089	RS-A-29	Vacaria	-	346±50	AD 1440-1654	Rogge, Schmitz, Rosa, Beber, Mauhs, 2003
370±50	Beta-166584	RS-AN-03	Bom Jesus	-	-	AD 1430-1650	Copé e Saldanha, 2002
355±50	SI-6559	RS-PE-10b	Esmeralda	-	331±50	AD 1455-1649	Ribeiro e Ribeiro, 1985
160±70	SI-599	RS-VZ-44	Tenente Portela	155±70	131±70	AD 1790-1955	Miller, 1969
80±50	Beta-166586	RS-AN-03	Bom Jesus	-	-	AD 1673-1955	Copé e Saldanha, 2002
40±60	Beta-144243	RS-A-27	Vacaria	-	-	AD 1804-1936	Schmitz et al., 2001
30±50	Beta-144246	RS-A-27	Vacaria	-	-	AD 1809-1925	Schmitz et al., 2001

Correção 1 - para datações feitas anteriormente ao ano de 1977. A correção é feita dividindo-se a data radiocarbônica pelo coeficiente 1,029 (Araújo, 2001, Apêndice 1).

Correção 2 - as datações feitas no Hemisfério Sul, até AD 1850, devem ser diminuídas de 24 anos (Araújo, 2001, Apêndice 1).

ANEXO 3. Datações de termoluminescência para sítios da tradição Taquara no Rio Grande do Sul.

DATA A.P.	NÚMERO DA AMOSTRA	SÍTIO	LOCAL	DATA CALENDÁRICA	FONTE
950±72	LVD 624	RS-A-27	Vacaria	AD 1051	Rogge, Schmitz, Rosa, Beber, Mauhs, 2003
830±64	LVD 623	RS-A-27	Vacaria	AD 1171	Rogge, Schmitz, Rosa, Beber, Mauhs, 2003
723±55	LVD 625	RS-A-27	Vacaria	AD 1278	Rogge, Schmitz, Rosa, Beber, Mauhs, 2003
386±31	LVD 627	RS-A-27	Vacaria	AD 1625	Rogge, Schmitz, Rosa, Beber, Mauhs, 2003
348±30	LVD 621	RS-A-27	Vacaria	AD 1653	Rogge, Schmitz, Rosa, Beber, Mauhs, 2003
166±15	LVD 620	RS-A-27	Vacaria	AD 1835	Rogge, Schmitz, Rosa, Beber, Mauhs, 2003

ANEXO 4. Datações radiocarbônicas de sítios da tradição Vieira no Rio Grande do Sul, modificado de Noelli (1999/2000).

DATA NÃO CALIBRADA (AP)	NÚMERO DA AMOSTRA	SÍTIO	LOCAL	CORREÇÃO 1	CORREÇÃO 2	DATA CALIBRADA (2 sigma)	FONTE
2020±50	SI-1008	RS-RG-49	Rio Grande	1963±50	1939±50	AC 5 – AD 144	Naue, 1973
1355±45	SI-1007	RS-RG-48	Rio Grande	1317±45	1293±45	AD 656-783	Naue, 1973
845±75	SI-1005	RS-RG-4	Rio Grande	821±75	797±75	AD 1147-1302	Naue, 1973
200±80	SI-1191	RS-RG-1	Rio Grande	194±80	170±80	AD 1632-1955	Naue, 1973

Correção 1 - para datações feitas anteriormente ao ano de 1977. A correção é feita dividindo-se a data radiocarbônica pelo coeficiente 1,029 (Araújo, 2001, Apêndice 1).

Correção 2 - as datações feitas no Hemisfério Sul, até AD 1850, devem ser diminuídas de 24 anos (Araújo, 2001, Apêndice 1).